



*Juscelino Kubitschek*

**MEU CAMINHO  
PARA BRASÍLIA**  
A EXPERIÊNCIA DA HUMILDADE

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

**201-A**

SENADO FEDERAL



## EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

*Escritos Políticos.* Os escritos políticos de José de Alencar, mais conhecido por seus romances, mostram a sua dimensão como homem público. Aos 32 anos, Alencar é eleito deputado. Aos 39 anos, é nomeado ministro da Justiça. Ele já entrara em evidência, em 1864, quando publicou as “*Cartas de Erasmo*”, texto que compõe este livro.

O autor de *O Guarani* vai se desentender com D. Pedro II ao pleitear uma vaga vitalícia no Senado do Império. Preterido pelo imperador numa lista tríplice para alcançar o Senado, José de Alencar, desiludido e amargurado, abandona a vida pública. Neste volume, composto pelos textos “*Cartas de Erasmo*”, “*A corte do Leão*” e “*A festa macarrônica*”, o leitor encontrará as obras em que o autor de *Iracema* discute as formas de representatividade, o modelo ideal de um regime centralizador, o abolicionismo e outros temas candentes da vida política. Rachel de Queiroz observa: “A política, na existência de Alencar, seria um elemento essencial, desses que vem na massa do sangue, fator primeiro de sua herança.”

E Brito Broca, que faz a introdução deste volume, coloca-o entre os conservadores, enquanto Octaciano Nogueira, que também assina outro texto introdutório, afirma: “São fatos que consagram a luta de José de Alencar pelos direitos das minorias e o inscrevem na lista dos poucos e verdadeiros progressistas em matéria política.”

**Volume 92**

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

*Por que construí Brasília.* Trata-se de um circunstanciado depoimento sobre a construção de Brasília, feito pelo presidente Juscelino Kubitschek, considerado visionário, que concebeu e fez construir a nova capital federal, já sonhada, anunciada desde o princípio do século XIX. É o melhor documento sobre Brasília, já que relatado pelo próprio autor de uma das mais modernas capitais em todo o mundo.

**Volume 70**



Juscelino Kubitschek de Oliveira  
(\*Diamantina-MG, 12/9/1902 – †Resende-RJ, 22/8/1976),  
médico, oficial da Força Pública Mineira e político.





.....  
*Edições do Senado Federal – Vol. 201-A*

# MEU CAMINHO PARA BRASÍLIA

VOLUME I

## A EXPERIÊNCIA DA HUMILDADE

*Juscelino Kubitschek*

## *Senado Federal*

Mesa

Biênio 2019-2020

Senador Davi Alcolumbre

*Presidente*

Senador Antonio Anastasia

*1º Vice-Presidente*

Senador Lasier Martins

*2º Vice-Presidente*

Senador Sérgio Petecão

*1º Secretário*

Senador Eduardo Gomes

*2º Secretário*

Senador Flávio Bolsonaro

*3º Secretário*

Senador Luis Carlos Heinze

*4º Secretário*

### *Suplentes de Secretário*

Senador Marcos do Val

Senador Weverton

Senador Jaques Wagner

Senadora Leila Barros

## *Conselho Editorial*

Senador Randolfe Rodrigues

Presidente

Esther Bemerguy de Albuquerque

Vice-Presidente

### *Conselheiros*

Alcinéa Cavalcante

Aldrin Moura de Figueiredo

Ana Luísa Escorel de Moraes

Ana Maria Martins Machado

Carlos Ricardo Caichiolo

Cid de Queiroz Benjamin

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Elisa Lucinda dos Campos Gomes

Fabício Ferrão Araújo

Ilana Feldman Marzochi

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Ladislau Dowbor

Márcia Abrahão Moura

Rita Gomes do Nascimento

Vanderlei dos Santos Catalão

Toni Carlos Pereira

.....  
*Edições do Senado Federal – Vol. 201-A*

# MEU CAMINHO PARA BRASÍLIA

VOLUME I

## A EXPERIÊNCIA DA HUMILDADE

*Juscelino Kubitschek*

*Brasília – 2020*

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL  
Vol. 201-A

---

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização e Revisão: CEDIT e SEGRAF

Editoração eletrônica: SEGRAF

Ilustração de capa: SEGRAF

Serviço de multimídia do Senado Federal (Semid)

Projeto gráfico: Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal (Sefpro)

© Senado Federal, 2020

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 – DF

cedit@senado.gov.br

<https://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho>

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-543-3

.....

Kubitschek, Juscelino, 1902-1976.

Meu caminho para Brasília / Juscelino Kubitschek. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2020.

3 v. (400; 598; 509 p.) : il., fots. -- (Edições do Senado Federal ; v. 201-A-B-C)

v. 1. A experiência da humildade -- v. 2. A escalada política -- v. 3. Cinquenta anos em cinco.

1. Presidente da República, memórias. 2. Política e governo, Brasil, 1945-1963. 3. Brasília (DF), construção, história. 4. Brasília (DF), história. 5. Kubitschek, Juscelino, 1902-1976, biografia. I. Título. II. Série.

CDD 923.181

.....

.....

## *Sumário*

Prefácio

*pág. 11*

Os primeiros anos

*pág. 15*

Primeiro embate com a realidade

*pág. 24*

A morte de meu avô Augusto

*pág. 30*

Os estudos e uma juventude difícil

*pág. 38*

O curso secundário e as leituras

*pág. 45*

A primeira viagem a Belo Horizonte

*pág. 54*

Enfim, a nomeação para os Telégrafos

*pág. 62*

A volta do “filho pródigo”

*pág. 70*

Diamantina, outra vez

*pág. 76*

A formatura em Medicina

*pág. 81*

Pendor para a cirurgia

*pág. 89*

Paris  
*pág. 94*

Reestudando a História da França  
*pág. 100*

Uma visão do mundo  
*pág. 107*

Os lugares bíblicos e o Oriente Médio  
*pág. 114*

Voltando do Mediterrâneo oriental  
*pág. 118*

Roteiro pelo coração da Europa  
*pág. 123*

Um Brasil diferente  
*pág. 130*

De novo, no interior do meu mundo afetivo  
*pág. 137*

Reflexo da Revolução em Minas  
*pág. 143*

Intranquilidade na política nacional  
*pág. 151*

A Revolução de São Paulo  
*pág. 160*

O movimento em Minas  
*pág. 167*

No hospital de sangue do Túnel  
*pág. 177*

O cessar-fogo no Túnel  
*pág. 187*

Iniciação política	<i>pág. 199</i>
A tragicomédia da sucessão de Olegário	<i>pág. 206</i>
Na Casa Civil da interventoria	<i>pág. 217</i>
Diamantina e a política nacional	<i>pág. 223</i>
Primeiros passos na política	<i>pág. 230</i>
Eleição para a Câmara dos Deputados	<i>pág. 237</i>
No mar alto da política nacional	<i>pág. 244</i>
O levante comunista de 1935	<i>pág. 249</i>
A chefia política de Diamantina	<i>pág. 257</i>
Pródromos da articulação continuísta	<i>pág. 267</i>
Benedito <i>versus</i> Antônio Carlos	<i>pág. 273</i>
Desenha-se o quadro sucessório	<i>pág. 281</i>
A articulação das candidaturas	<i>pág. 291</i>
Em execução o plano continuísta	<i>pág. 298</i>



Novo eclipse da democracia  
*pág. 305*

Fracassam as *démarches* de Valadares  
*pág. 312*

O golpe de 10 de novembro  
*pág. 319*

Outra vez, o avental branco  
*pág. 328*

Ternura do adulto pelo berço humilde  
*pág. 335*

Esforço para a reconquista da clientela  
*pág. 343*

Natureza, um Van Gogh redivivo  
*pág. 349*

Os dois primeiros anos do Estado Novo  
*pág. 354*

Mais uma vez envolvido pela política  
*pág. 361*

Prefeito de Belo Horizonte  
*pág. 370*

ÍNDICE ONOMÁSTICO  
*pág. 389*

.....

## *Prefácio*

**U**M LIVRO DE MEMÓRIAS É, *de certo modo, um complemento da vida. Ao escrevê-lo, o memorialista sente que encerrou uma parábola, só lhe cumprindo agora o reexame de si mesmo, no gosto das reminiscências. Este livro não tem outra explicação. Tirei-o do meu mundo de lembranças, não apenas levado pela nostalgia do tempo transcorrido, mas também animado pelo propósito superior de que ele possa constituir uma lição de esperança para os que vieram da humildade, como eu vim.*

*Uma existência, por mais vitoriosa que seja, não deixa de ter sido amalgamada com sofrimentos e lutas. Entretanto, cumpre-nos apagar esses ressentimentos e amarguras com os nossos triunfos. Só assim o exercício da vida se engrandece.*

*Dando um balanço no que realizei, ao longo do caminho que me levou ao Planalto Central para ali edificar a capital de meu país, quero ser o primeiro a reconhecer que só esse triunfo, que a História recolheu nas suas páginas imperecíveis, bastaria para atenuar na minha natureza qualquer impulso de cólera ou de revolta.*

*Nestas memórias, espelho do que sou e do que fui, quero ser mais uma vez coerente com a imagem que de mim projetei na consciência de meus contemporâneos, isto é, a do brasileiro confiante nos altos destinos de sua pátria, otimista por temperamento, democrata por arraigada convicção, e ainda profundamente cristão, com a fé que herdei de meus antepassados, sobretudo de minha mãe.*

*Jean-Jacques Rousseau, no começo de suas Confissões, dizia que, ao soar a trombeta do Juízo Final, seriam elas o livro que traria nas mãos ao comparecer diante de Deus.*

*Não ergo a tão alto o meu propósito. Inspira-me, isto sim, o desejo de recompor diante de meus patrícios, sem distinguir amigos ou adversários, a vida que realmente vivi, na sua modéstia, nas suas lutas, e também nas suas vitórias. Estou convencido de que nosso destino, se em parte nos obedece, como um ato de vontade que de nós exclusivamente depende, também em parte nos escapa, no momento decisivo de seus desígnios superiores. No entanto, sem nosso esforço porfiado, dificilmente se cumpririam esses desígnios.*

*Por onde tenho andado, no correr dos últimos dez anos, sempre fui interrogado sobre as razões que me impulsionaram a construir uma nova capital para o Brasil. A explicação profunda, que desce à essência mesma do problema, estará talvez nas páginas deste livro.*

*Possam estas memórias esclarecer aos que me interrogam sobre a geratriz distante de Brasília as razões que determinaram fosse eu, na hora própria, o instrumento de sua criação.*

*Dei a estas memórias o título geral de Meu Caminho para Brasília, o que representa uma súmula da minha atividade na vida pública do meu país. Contudo, dada a extensão do relato, vi-me obrigado a desdobrar a obra em três partes, autônomas, cada*

*uma refletindo em ordem cronológica uma fase da minha vida, como homem e como político.*

*A primeira, A Experiência da Humildade, que é este livro, cobre o período da minha infância; da juventude difícil; dos meus estudos em Diamantina e em Belo Horizonte e a respectiva formatura em Medicina; da iniciação política, encerrando-se com a minha nomeação para o cargo de prefeito da capital mineira.*

*A segunda, sob o título A Escalada Política, relata as minhas primeiras lutas políticas; minha administração como prefeito, num dos períodos mais agitados da evolução brasileira – a instituição do Estado Novo; minha candidatura e eleição para o cargo de governador de Minas; o que foi o binômio energia-transportes; minha candidatura, campanha eleitoral e eleição para a Presidência da República, através de sucessivos e dramáticos acontecimentos, que culminaram com a deposição de dois chefes do governo – Café Filho e Carlos Luz – e a entrega da Presidência a Nereu Ramos, presidente do Congresso Nacional, a fim de que fosse assegurada a vontade soberana do povo, manifestada livremente nas urnas eleitorais.*

*E a terceira – 50 Anos em 5 –, na qual relato minha atividade presidencial, através da realização das 30 Metas, que englobavam os problemas fundamentais do país, e mais da Meta Síntese – a construção de Brasília –, culminada com a verdadeira epopeia que foi a transferência da sede do governo do litoral para o Brasil Central.*

*Não quero concluir sem uma referência nominal a Adolpho Bloch. A rigor, e para ser agradecido, foi ele, com o seu estímulo fraterno, quem venceu minha relutância em escrever estas memórias. Elas me pareciam, em última análise, um ato de narcisismo, que talvez não fosse corretamente entendido.*

*Outro nome que cito com gratidão é o de Caio de Freitas, que foi infatigável na colaboração que me prestou, ajudando-me a selecionar, no vasto manancial de informações dos arquivos e das publicações, o material adequado à redação das minhas memórias.*

*Ao lhes dar começo, logo verifiquei que, no repassar de meu destino, subiam à tona de minha consciência as emoções de outrora, numa volta ao tempo perdido. E amigos, e companheiros, e seres queridos refluíam como poeira de ouro no raio de sol do fio das lembranças. Essa emoção do reencontro, só por si, valia o ato de recordar.*

*Mas, por outro lado, cada homem público, no termo de sua jornada, deve aos seus contemporâneos uma explicação – para lhes dizer de onde veio, como veio e ao que veio. É essa a essência deste livro, sem que o seu autor tenha perdido de vista, ao escrevê-lo, a verdade do versículo bíblico: “Deus dá ao humilde a honra da vitória.”*

J.K.

.....

## *Os primeiros anos*

**N**ASCI EM DIAMANTINA, a 12 de setembro de 1902, num sobrado que pertencia ao meu avô e ficava na Rua Direita, quase em frente da catedral. Era um casarão colonial, como tantos outros da cidade – reminiscência, certamente, da época opulenta dos faiscadores.

A Rua Direita, como quase sempre acontece, era tortuosa e irregular. Entretanto, nas proximidades de nossa casa, apresentava aspecto quase retilíneo, confundindo-se com a praga em que se alteava a estrutura da igreja.

Claro que a cidade já não era a mesma dos tempos nababescos de Felisberto Caldeira Brant e João Fernandes de Oliveira, os contratadores dos diamantes. O fastígio da mineração havia-se extinguido. Restava apenas a lembrança do remoto período de esplendor, nos templos majestosos, nos palácios em ruína, nos espessos muros de pedra, erguidos com o suor da escravidão.

Viam-se, nos arredores, as cicatrizes remanescentes daquela época de rudeza, violência e ambição: as grupiarias abandonadas; os monjolos de cascalho apodrecendo; as galerias cavadas nas encostas e reduzidas a

viveiro de morcegos. Herança decaída das hordas de aventureiros cujas picaretas revolveram extensamente o solo, em busca da fortuna fácil.

O antigo Tijuco transformara-se em História. Em seu lugar surgia Diamantina, calma e rotineira como as típicas cidadezinhas do interior, tendo a distingui-la apenas aquele aspecto característico de relicário da arquitetura colonial. Nesse cenário de ruas íngremes, ladeadas por vetustas mansões – por onde ainda, com frequência, trânsito –, decorreu minha infância de menino pobre. Mas as personagens do universo encantado que eu habitava já se dispersaram, em sua maioria – umas em busca de melhor sorte, sob céus diferentes; outras, levadas pela morte.

Dentre as imagens da infância, creio que a mais longínqua e certamente a mais impressiva em meu espírito foi a do enterro de meu pai. Eu tinha, nesse tempo, três anos. E a grande diversão de minha irmã Naná e minha, na mansão da Rua Direita – além dos brinquedos próprios da idade –, era ver a passagem dos que se dirigiam à catedral ou de lá voltavam.

Costumávamos postar-nos horas seguidas a uma das sacadas, especialmente quando minha mãe se ausentava para dar suas aulas. Observávamos o que se passava lá fora; e muitas vezes assistíamos, cheios de pavor, ao cortejo que se organizava para levar o viático à casa de algum moribundo. Era solene, mas tétrico: o padre caminhava à frente, sob um pátio, e o sacristão seguia-o, fazendo soar de instante em instante a sua campainha.

Daquela sacada vimos o enterro. O féretro repontou na praça, ao lado da catedral, e ia sendo conduzido para a igreja de São Francisco. Eu brincava na sala de jantar, quando ouvi Naná, que era um ano mais velha, chamar-me: “Vem, Nonô, vem ver o enterro de papai!”

Havia algum tempo que o infortúnio rondava nossa família. Meu pai, João César de Oliveira, adoeceu gravemente: contraíra a tuberculose. Levado pelo temor de nos transmitir o mal, num gesto de renúncia de que só mais tarde eu iria medir a grandeza, deixou o sobrado da Rua Direita (que era espaçoso e podia abrigar-nos a todos, sem qualquer transtorno para o meu avô), isolando-se numa pequena casa do Largo da Cavallhada Velha, à espera da morte.

Minha mãe para lá se dirigia várias vezes ao dia. Aproveitava o intervalo entre as aulas para passar com ele alguns momentos. Quanto a mim e Naná, porém, só o víamos aos domingos. Recordo-me vagamente

desses encontros. Nunca entrávamos para abraçá-lo. A conversa era da janela para a rua, pois meu pai não admitia que nos aproximássemos, receoso de que nos pudesse contaminar.

Na verdade mal conheci meu pai, e naquela idade não poderia conservar dele maiores recordações pessoais. Deve ser, assim, talvez um pouco fantasiosa e estranha a imagem que de sua figura humana se constituiu em meu espírito. Às poucas reminiscências acrescentaram-se as narrativas de minha mãe e dos parentes, a contemplação dos retratos que se encontravam na casa, e, mais tarde, confidências de amigos e informações de pessoas que o haviam conhecido.

Meu avô paterno, Teófilo César de Oliveira, foi casado duas vezes. Teve, do primeiro matrimônio, dois filhos: João César, meu pai, o mais velho, e Eufrozino. Esse último viveu mais de oitenta anos e faleceu em Araguari há não muito tempo, depois de haver eu deixado a Presidência da República; ali foi diretor da Santa Casa e manteve um estabelecimento comercial. Meu avô Teófilo era um homem tímido, retraído, mas cheio de bondade. Creio que transmitiu a meu pai, como herança do sangue, o último dentre os mencionados traços de sua personalidade.

Bem se vê que Diamantina, então, não poderia oferecer a um jovem sem recursos grandes possibilidades de trabalho e progresso. Chegando à idade própria, meu pai tratou de ganhar a vida e exerceu várias atividades que a estreiteza do ambiente comportava. Experimentou o garimpo. Foi delegado de polícia e fiscal de rendas. A profissão a que se dedicou predominantemente foi, entretanto, a de caixeiro-viajante, que, por certo, mais se adaptava ao seu temperamento.

Era irrequieto por natureza. Certa vez fugiu do seminário, onde estudava, e, cumprindo a pé longo percurso, retornou ao lar paterno, em São João da Chapada. Mais tarde, decidiu assentar praça no Corpo de Bombeiros, no Rio. Meu avô, inconformado por vê-lo desertar a terra natal, foi buscá-lo e o levou de volta, quando já servira por cerca de ano e meio como *soldado do fogo*.

Parece que o que o atraía na atividade de caixeiro-viajante era o sentido de aventura e movimento. As comunicações eram difíceis naquela época e daí a necessidade desses agentes que o povo denominava *cometas* e que mantinham os vínculos das lojas entre si ou de algumas casas comer-



ciais com a respectiva freguesia dispersa pelas fazendas. Geralmente, possuíam bons animais de carga, que tangiam ao sol e à chuva, de um para outro lado, transportando as mercadorias de consumo obrigatório e conduzindo mostuários para novas encomendas.

Não era de admirar, pois, que meu pai só ocasionalmente se encontrasse em casa. Mal chegava de uma viagem, provia-se de novo sortimento e rumava para outra região do vastíssimo município. A esse vaivém chamava-se, enfaticamente, *fazer o rodízio da praça*.

Não havia em Diamantina e nas paragens próximas quem não conhecesse João César. Era um rapagão esbelto, dono de dentes perfeitos, gênio alegre, boêmio e, de certa forma, estouvado. Morria por uma serenata. E ninguém como ele para animar as festas, promover “coretos” e *cotillons*, impondo-se como figura obrigatória nos salões da cidade.

Extrovertido e comunicativo, não suportava fazer sozinho as suas refeições. Se minha mãe se atrasava na escola, postava-se ele à sacada de nossa casa à espera de que surgisse um amigo ou simples conhecido, que convidava, ruidosamente, para o almoço.

E este foi, sem dúvida, um dentre os muitos traços que herdei de meu pai. Jamais consegui sentar-me à mesa sem ter, ao meu lado, um convidado, quer nos meus tempos obscuros de estudante, quer mais tarde, como médico e político.

Como é comum nas cidades pequenas, minha mãe já conhecia meu pai desde muito tempo. Este conhecimento intensificara-se alguns meses antes, quando ele se tornou noivo de uma de suas amigas: Aleixina Augusta de Figueiredo. Embora sem nada dizer a Aleixina, minha mãe admirava-se de sua coragem em comprometer-se com o maior promotor de serenatas da cidade.

Mas o destino não quis que se realizasse a projetada união. Aleixina, por uma razão qualquer, agastou-se com João César e passou a namorar, às escondidas, um rapaz moreno, gordo, tido como muito inteligente: Artur Queiroga. Sua mãe exproibou-lhe o procedimento e tudo fez para que ela pusesse termo àquela situação, casando-se logo.

A oposição materna, como sucede quase sempre, só serviu para atizar a paixão proibida. Os encontros tornaram-se mais frequentes e, quan-

do impedidos, eram substituídos por bilhetes apaixonados. Chegaram logo à conclusão de que, em face da oposição familiar, não lhes restava outro caminho senão a fuga. E assim foi combinado, assentando-se, até, a data.

Na noite aprazada para a fuga, eis que meu pai, regressando de uma viagem, foi visitar a noiva. Mal acabara de chegar, caiu sobre a cidade pesado aguaceiro. A escuridão da noite – pois não havia na época iluminação pública –, as perigosas ladeiras e as ruas e praças alagadas não lhe permitiram sair e voltar à casa. Ante o dilúvio a desabar, foi a própria futura sogra que insistiu com ele para que ficasse.

Uma cama foi trazida para a sala de visitas, para que João César ali pernoitasse. Ninguém poderia imaginar que aquela era, justamente, a noite escolhida para a fuga de Aleixina. Artur Queiroga, o galá, rondava a casa, desesperadamente, sob o frio e a chuva. Mas a moça, com o noivo dormindo na sala de visitas, não pôde ir ao seu encontro.

Algum tempo mais tarde, os dois namorados conseguiram realizar o sonho que uma vez se frustrara: Aleixina deixou a casa materna para acompanhar Artur Queiroga. Meu pai se encontrava ausente, realizando um giro prolongado na sua dura faina de caixeiro-viajante. À véspera de seu regresso, os amigos, supondo-o irritado ou deprimido, foram aguardá-lo fora da cidade, para levar-lhe algum conforto. Surpreenderam-se ao vê-lo com excelente disposição – não era homem de se deixar abater com facilidade, nem de guardar ressentimentos. Apenas quis inteirar-se dos detalhes da fuga.

O grupo de cavaleiros, que assim conduzia meu pai em seu retorno, penetrou ruidosamente na cidade, fazendo galopar os cavalos, cujas ferraduras arrancavam faíscas da calçada. Atraíam, de propósito, a atenção dos moradores, que chegavam às janelas. Realizou-se, à noite, um jantar de desagravo e solidariedade, à luz das velas que se erguiam em grandes castiçais de prata, como era do gosto do homenageado. Estavam presentes, entre outros, o Dr. Teles de Meneses, Manuelzinho César, Laurindo César e Gustavo Lessa. À hora dos discursos, na alegre reunião, meu pai agradeceu a solidariedade dos amigos e, fidalgamente, desejou felicidades ao novo casal. Aleixina, realmente, acabou desposando Artur Queiroga, que foi professor da Escola Normal e, mais tarde, deputado estadual.

Em 1895 minha mãe foi nomeada professora. A escola em que ensinava era bem distante e por isso raramente podia ela ser vista na cida-

de. Transcorreram, assim, alguns anos sem que frequentasse as festas e os bailes, tão comuns na Diamantina daqueles tempos.

Com imensa surpresa, pois, a sociedade local tomou conhecimento de uma novidade: Júlia, a terceira filha do casal Augusto Elias Kubitschek-Maria Joaquina Coelho, estava noiva. E de quem? Logo de João César de Oliveira!

Era a atração dos contrários. Ela, a discrição em pessoa, escrava do dever, adversária de festas e folguedos, que frequentava tão-somente a igreja e as casas dos parentes próximos; ele, o mão-aberta, o gênio expansivo, o rei da noite e das serenatas.

Realizou-se o casamento a 17 de dezembro de 1898, no sobrado da Rua Direita, residência de minha mãe. Como de praxe, foi servida aos convidados farta mesa de doces. A noiva providenciou para que nada faltasse. Meu primo Juscelino Demerval, que assistiu à cerimônia, falou-me um dia, com entusiasmo, das delícias que então saboreara: as “trouxinhas” de doce de leite, as travessas de “canudos” e, por fim, o monumental centro-de-mesa, uma belíssima galinha rodeada de seus doze pintos, artisticamente esculpida em doce.

Embora meu pai ganhasse razoavelmente como caixeiro-viajante, minha mãe não quis abandonar o posto de professora. Foram vindo os filhos: Eufrosina, em 1900, mas só tendo vivido, infelizmente, poucos meses; Maria da Conceição – Naná – em 1901; e eu, em 1902.

Meu pai, entretanto, de acordo com as informações dos que o conheceram, não era só o homem dos saraus e das modinhas ao violão. “Conservaria a mesma vocação de samaritano” – são palavras do escritor Francisco de Assis Barbosa, que fez exaustivas pesquisas a esse respeito –, “sempre em movimento, atendendo a quantos o procurassem para um auxílio ou para um simples conselho. A doçura do trato, a comunicabilidade, o desejo de servir completavam sua generosa natureza humana, o seu todo *político*, no sentido bem mineiro da palavra: cortês, bem educado, prestativo.”

Ainda muito tempo depois se relembrava, por exemplo, de sua atuação durante a fome de 1890, consequência da longa estiagem que flagelou a região, e em 1896, quando grassou em Diamantina uma epidemia de

variola. Ele era visto por toda parte, à cata de recursos, comida e remédios, para socorrer os enfermos e provisionar em algo os que fugiam da cidade.

Mas o vento gelado daquelas serras, a que ele se expunha constantemente, acabou por ser-lhe fatal. Encontrando-se em Rio Vermelho, uma localidade bem distante, contraiu violenta gripe. À falta das necessárias precauções, seu estado se agravou. Sobreveio uma hemoptise, que se considerava, naquele tempo, prenúncio da morte. O vilarejo não dispunha de recurso algum. Era indispensável conduzi-lo a Diamantina, para junto da família, onde poderia ser tratado por um médico. Vinte léguas constituíam, entretanto, um estirão difícil de ser vencido naquelas circunstâncias. O único recurso seria a viagem numa rede.

Deste modo foi meu pai levado pelos caminhos tortuosos. Dois caboclos fortes sustinham nos ombros os varais a que se prendiam as extremidades da rede. Frequentes, as paradas eram necessárias não só para que os carregadores recobrassem alento, como também para que meu pai pudesse descansar um pouco dos solavancos e assim resistir a tão rude e insólito meio de transporte. Chegando, em poucos dias, a Diamantina, recusou-se a permanecer em nossa casa. “Não posso ficar aqui” – disse à minha mãe, que carinhosamente o fora aguardar à porta do sobrado. “Desejo recolher-me a uma casa isolada, para que as crianças não corram perigo.”

O médico e amigo da família, Dr. Manuel Alves Ferreira Prado, cedeu-nos uma casinha no largo da Cavahada Velha. Nela, meu pai se instalou sozinho, enquanto minha mãe se desdobrava para atender às obrigações agora acrescidas. Devia dar suas aulas, de manhã e à tarde; cuidar dos dois filhos pequenos; cozinhar e levar ao marido enfermo o almoço e o jantar. A doença seguia o seu curso inflexível, após a hemoptise. Meu pai definhava, tossindo sempre, mas sem nunca perder o bom humor. Ainda viveria cerca de oito meses.

O desenlace ocorreu quando menos se esperava. Um de seus amigos mais chegados, o promotor de justiça Elisardo Eulálio de Sousa, que ia casar no dia seguinte, foi visitá-lo em companhia da noiva, Maria do Amparo. Levava uma garrafa de champanha e pretendia brindar, na companhia de meu pai, ao casamento prestes a se realizar.

Mas percebeu, imediatamente, o estado de fraqueza do amigo e quis mudar de ideia. Explicou que a champanha era um presente a quem

não poderia ir pessoalmente à cerimônia. Meu pai ergueu-se um pouco, parecendo readquirir sua proverbial animação: “Presente, nada, Elisardo. Bebamos, pois desejo brindar à noiva.” E tão emocionado ficou que só pôde articular estas palavras: “À saúde de vocês... Que sejam muito felizes... Que se lembrem de mim...”

No dia seguinte, à mesma hora em que se devia realizar o casamento de Elisardo, meu pai, percebendo a aproximação do fim, recomendou quase inaudivelmente a minha mãe: “Júlia, tenho duas calças, e peço que me vista a mais nova.” Arquejou, sentindo que lhe faltava a respiração, mas concluiu: “Quero me apresentar bem no outro mundo...”

Morria instantes depois, com a cabeça apoiada ao colo de minha mãe. Era o dia 10 de janeiro de 1905, e ele ainda não tinha completado trinta e quatro anos.

Os enterros obedeciam, então, a um ritual minucioso e impressionante. Mal ocorria o óbito, o sino da igreja dobrava três vezes, emitindo o aviso fúnebre. Na sala de visitas, com as paredes forradas de fumo negro, montava-se o catafalco. À porta da casa pendiam sanefas de veludo roxo, com debrum dourado. Em torno do caixão, quatro círios acesos.

Era este o costume, e assim se cumpriu no dia da morte de meu pai.

Após o velório, saiu o féretro, sustido pelos amigos mais íntimos, e logo em seguida surgiram os acompanhantes, organizados, trajados de preto e segurando velas de cera. A natural impressão de tristeza da cena mais se realçava com a sombra e o silêncio da noite (os sepultamentos, em Diamantina, nunca se realizavam durante o dia). Ao lado, já se encontrava a banda de música, pronta para iniciar a marcha fúnebre. Rompeu o cortejo, lentamente, e, passando pelo centro da cidade, dirigiu-se à igreja de São Francisco, onde se procedeu à encomendação.

Gustavo Lessa, seu íntimo amigo, tomou a palavra e fez o elogio do morto. A seguir, em profundo silêncio, foi o ataúde introduzido num dos *carneiros* do templo, onde permanece até hoje.

Eu, na verdade, não presenciei esse cerimonial, a não ser a passagem do cortejo bem à porta de nossa casa, embaixo da sacada. Observei toda aquela gente de preto, com velas acesas na mão, caminhando len-

tamente ao longo da rua. Ouvei os acordes da marcha fúnebre. E, subitamente, vislumbrei o caixão, a que o tempo fora removido, e lá dentro, estendido, meu pai, envolto no hábito da Ordem Terceira Franciscana de Diamantina.

A doença o tornara, de fato, extremamente pálido. Mas o seu rosto, tal o vi naquele instante, banhado à luz das velas de cera, apresentava a lividez do mármore. Ao contemplá-lo, senti um nó subir-me à garganta. Acredito não haver sido somente a emoção por ver ali meu pai, pois naquela idade eu mal o podia conhecer, nem tinha ainda noção da morte. Era o efeito, certamente, daquela visão fantasmagórica e aterradora, que atingira, num impacto, meu espírito impressionável de criança.

Mas o tempo se incumbiu de atenuar a aspereza da minha reação. A lembrança do enterro não tardou por se reduzir à sua proporção normal – a visão de um rosto muito branco, emoldurado por panos roxos e negros. No meu ouvido restava, também, o eco de uma voz a vibrar na semiescuridão da rua. Era minha irmã Naná, que, acenando da sacada, despedia-se dele.

.....  
*Primeiro embate com a realidade*

**S**E JÁ NÃO ÉRAMOS RICOS, com a morte de meu pai tornamo-nos ainda mais pobres.

Entretanto, meu tio-avô João Nepomuceno Kubitschek foi senador e vice-presidente do estado. Vários dentre os meus ascendentes, do lado materno como do paterno, ocuparam posições de relevo em Diamantina, ou foram professores, fazendeiros ou abastados comerciantes.

Nossa pobreza não era, pois, propriamente da origem, mas das circunstâncias. Restringiu-se ao âmbito de nossa pequena família, isto é, minha mãe e seus dois filhos, e foi também consequência da morte prematura de meu pai. Se o quisesse, ou tivesse outro temperamento, minha mãe poderia ter recorrido aos parentes. No entanto, ela se compenetrara de uma noção especial do dever e se impunha a mais estrita disciplina.

Tinha dois filhos para criar – costumava ela dizer –, e iria criá-los custasse o que custasse. Estava de pé antes do galo cantar. Acendia o fogo. Preparava o café. Em seguida, fazia o almoço. Depois de ter tudo em ordem, seguia para a escola, na Palha.

Percorria, diariamente, a pé, uma distância de légua e meia, ou seja, nove quilômetros. Meu pai, pouco antes da agonia, e como despedin-

do-se já da família, disse-lhe um dia: “Sei que estou perdido, Júlia. Mas agradeço a Deus por tê-la conservado com saúde e disposição para criar nossos filhos. Para eles, pior seria que faltasse você, e não eu.”

Enquanto minha mãe permanecia na escola, eu e Naná ficávamos sob os cuidados de Augusta de Generosa, filha de antigos escravos, nascida depois da Lei do Ventre Livre. Não se tratava de uma empregada, mas de uma vizinha, e muito amiga. Era como se fosse também da família. Estava sempre pronta para ajudar em alguma coisa, tomar uma providência, socorrer em caso de doença; e, além de seus afazeres próprios, cuidava afeiçoadamente de nós, que considerava seus “filhos brancos”.

Augusta costumava encher essas longas horas contando-nos histórias do velho Tijuco. Em sua palavra colorida e pitoresca sucediam-se as fantasias que nos enlevavam e excitavam, com duelos sangrentos entre os faiscadores, assaltos de índios, maldição de um cacique sobre os antigos habitantes do arraial. Contava-nos também a lenda de uma árvore gigantesca, a acaiaca, que era tabu entre os puris. Ainda hoje me lembro de que, em suas narrativas, havia panelões de diamantes, barricadas atulhadas de moedas de ouro e porões onde se ocultavam arcas cheias de prata.

Tanta fortuna jorrando de suas palavras! E a realidade que conhecíamos era, porém, bem diferente. Não faltava o pão em nossa casa, mas não existia fartura. Tudo era medido e contado. Ganhando pouquíssimo e tendo que cumprir diariamente aquele extenso percurso, minha mãe começou a lutar para obter transferência para a cidade. Apesar das dificuldades, foi a remoção afinal conseguida.

Deixamos, então, o sobrado da Rua Direita e fomos para uma casinha de telha-vã, no alto da Grupiara. A nova residência era bem menor e mais modesta que a de meu avô, mas oferecia grande vantagem ao espírito independente de minha mãe: era a *sua* casa.

O possessivo entrava aí com algum exagero. Em verdade, a casa não lhe pertencia. Era a escola. Ali devia dar as suas aulas e lhe era permitido morar também sob aquele teto. Minha vida e de Naná alterou-se sensivelmente com a mudança. Já não havia Augusta, para nos contar histórias. Levantávamo-nos cedo, tomávamos o café e, com mamãe, íamos para a sala de aulas. Ficávamos sentados no chão, ao lado das carteiras, e ela mesma nos vigiava.



A escola compreendia dois tumos: das sete da manhã às 11 horas, e do meio-dia às quatro da tarde. Estes horários pautavam rigorosamente nossa vida, nessa fase.

Minha mãe não contava com a ajuda de ninguém. Mesmo seu pai, e nosso avô, Augusto Elias Kubitschek, já não se encontrava em Diamantina. Criada a prole, liquidou sua loja de armarinho e recolheu-se a um sítio nas imediações de Rodeador.

Era um homem afável, mas distante. Inclinado à vida contemplativa, comprazia-se na permanente intimidade da natureza. Empregara todas as suas economias na aquisição daquela propriedade, onde plantava um pouco de feijão, fabricava rapaduras e engordava porcos. Dera um nome pomposo ao sítio: *Fazenda do Bueno*. Passava o dia lendo romances. O que suas terras produziam mal chegava, porém, para sua subsistência e para pagar os livros que encomendava no Rio. Apesar de sua solicitude, não se esquecendo de nos mandar frequentemente frangos e ovos, nada podia ele fazer pela filha viúva e pelos netos.

Além das comuns obrigações maternas que tinha para com os filhos, e que desempenhava de forma exemplar, minha mãe fez questão de ser também a nossa professora. Matriculou-nos em sua escola, e ali fizemos, Naná e eu, o curso primário. E nem quando no seminário, já rapazi-nho, escapava eu, em casa, às sabatinas a que ela me submetia.

Minha mãe possuía métodos eficientes para educar e ensinar. Era-nos facultado brincar à vontade, mas só depois de aprendida a lição. Outra norma imperativa: tarefa iniciada devia ser tarefa concluída. A nenhum aluno permitia suspender o dever para assistir passar a procissão na rua. A obrigação estava sempre em primeiro lugar, e esta advertência, à força de repetição, fixou-se-me no subconsciente e erigiu-se para mim, mais tarde, em base de filosofia da vida.

Não era muita a nossa roupa, mas andávamos sempre limpos. Minha mãe mesmo a lavava na bica, existente no quintal, removendo as nódoas com sabão preto. Punha as peças a corar ao sol e ao sereno, estendidas sobre a relva.

Ao mencionar o quintal da nossa casa revejo as quatro jabuticabeiras a cuja sombra brincávamos e que, na época da florescência, carrega-

vam-se desde quase as raízes ao ápice da copa. Guindados aos seus galhos, empanturrávamo-nos das deliciosas jabuticabas.

Ficando viúva aos vinte e oito anos, minha mãe jamais pensou em casar de novo. Vivia tão-somente para a tarefa privativa e imposter-gável de manter e educar os filhos. Alguns que a conheceram apenas superficialmente pensam haver sido severa em demasia, quer como mãe, quer como professora. Talvez se originasse o errôneo julgamento de suas maneiras graves e contidas, embora essencialmente afáveis, e de seu estilo discreto de viver.

Bondade, ternura, firmeza e disciplina – eis os traços marcantes do caráter de minha mãe. É indispensável combiná-los para recompor, com exatidão, sua verdadeira e curiosa personalidade.

Muitas pessoas se admiram de meu sobrenome – Kubitschek –, visto ser eu mineiro e, além disso, nascido em núcleo quase fechado de mineiridade, a tradicional Diamantina.

É simples a explicação. Meu bisavô materno – Jan Nepomuscky Kubitschek, depois abasileirado para João Nepomuceno Kubitschek – era tchecoslovaco de nascimento. Veio da Boêmia quando já findava aqui o primeiro reinado, estabelecendo-se como marceneiro, inicialmente no Sero, em seguida em Diamantina, onde passou o resto da vida. Era um simples imigrante, que resolvera deixar para trás e bem longe a sua terra flagelada por tantos anos de guerras sucessivas.

Nessa quadra, era comum registrarem os jornais de Viena o deslocamento das populações em busca de trabalho em regiões imunes às tropelias dos exércitos em confronto. Descrevia-se o fenômeno migratório como uma *doença moral*, por influência talvez daquelas tensões coletivas que se costumavam designar como a *dor universal*, responsável por muitas sedições e revoluções. Citava-se frequentemente o caso de Máximo Gorki. O grande escritor, atingido por essa estranha afecção, que proliferava entre os povos oprimidos, tentara o suicídio em Kasan, disparando um tiro no peito.

É provável que meu bisavô tivesse sido sensível a essa neurose, tratando de emigrar da Boêmia, tal como dezenas de milhares dentre os seus compatriotas. O certo é que deixou sua pátria e veio fixar-se em Minas.

Bem se vê que o sobrenome Kubitschek soava insolitamente ao ouvido da gente humilde do sertão, despertando interesse e curiosidade. A maioria estropiava-lhe a pronúncia, ou lhe improvisava um sucedâneo de mais fácil dicção. Julgando impraticável seu arrevesado sobrenome, passaram a chamá-lo, simplesmente, *João Alemão*.

Era meu bisavô um marceneiro capacitado e hábil, e depressa se firmou em toda a região o seu conceito profissional. Alguns colecionadores mineiros ainda conservam, com orgulho, as arcas, os armários e as cômodas por ele confeccionados em sua modesta carpintaria. São móveis de gosto e de primoroso acabamento, que decoraram, durante muitos anos, os salões dos aristocratas diamantinenses, causando admiração a ilustres visitantes da cidade.

Um de seus filhos, e meu tio-avô, que por sinal tinha o seu nome, João Nepomuceno Kubitschek, foi homem de alto valor moral e intelectual, muito conhecido e respeitado em Minas. Educador por vocação, exerceu o cargo de diretor da instrução pública da província, do qual se afastou mais tarde para se dedicar à campanha abolicionista e à pregação republicana.

Com a República, investiu-se no mandato de senador estadual, participou da elaboração da Constituição, e foi eleito, algum tempo depois, vice-presidente de Minas. Poeta festejado, um de seus poemas, *Hermengarda*, figura, com justiça, em muitas antologias.

Ao iniciar-se o século atual, Diamantina continuava a se arrastar na pobreza em que imergira ao término dos ciclos dos diamantes e do ouro, que tanto renome e riqueza lhe trouxeram. E, do mesmo modo, já não era também aquela cidadezinha obscura, mas cheia de inexplicável encanto, evocada por Helena Morley em seu livro *Minha vida de menina*: “sem luz elétrica, água encanada, telefone, nem mesmo padaria”. A não ser a fisionomia colonial, tornava-se uma coletividade igual a tantas outras do interior. Já servida pelo telégrafo, preparava-se para receber a estrada de ferro. Estiolava o comércio ante a retração dos consumidores. A população, em sua maioria sem recursos, vivia entregue a um artesanato humilde e a uma agricultura empírica, limitada e ronqueira.

A atividade política se desenvolvia em função do senador Olímpio Mourão, chefe do eleitorado local. O senador possuía trato ameno,

mas era cioso da autoridade que ali exercia desde os primeiros tempos da República. Conheci-o já em idade avançada, alquebrado por longos anos de luta política. De uma cadeira à varanda de sua casa, dirigia o imenso município, composto de quinze distritos, dos quais nenhum possuía luz, esgoto, água, prédio escolar, agência postal. As estradas eram simples trilhas abertas a casco de animal, e, quando as chuvas chegavam, tornavam-se intransitáveis.

Inesperadamente, pude sentir na própria carne os efeitos da pasmaceira que a tudo e a todos atingia. Eu já me preparava para iniciar meus estudos de humanidades quando o único ginásio existente na cidade cerrou, de súbito, as portas. Para mim foi um verdadeiro, um irreparável desastre. Os jovens que pertenciam a famílias mais abastadas ainda poderiam fazer os seus estudos fora, em Belo Horizonte ou qualquer outra cidade. Meu caminho, porém, estava de fato bloqueado, e no exato momento em que ia dar o primeiro passo para me preparar para os embates da vida.

Nenhuma saída me restava a não ser o seminário. Eu não tinha vocação para a vida religiosa, e só para quem se candidatava ao sacerdócio havia gratuidade de matrícula. Minha mãe não estava em condições de pagar as taxas previstas. Alguns amigos da família, tentando ajudar, opinaram que seria natural propor-me eu ao sacerdócio, até que, mais tarde, estivesse em condições de tomar uma decisão definitiva. Cursaria, de graça, o seminário. E, deste modo, seria resolvido o importante problema de meus estudos.

Mas, no momento da inscrição, não consegui mentir. Interpelado, como de praxe, pelo secretário do estabelecimento, respondi com absoluta sinceridade, esquecido das consequências que daí pudessem resultar: “Não, não tenho jeito para padre. Quero estudar para ser doutor.”

.....

*A morte de meu avô Augusto*

**A** MEDIDA EM QUE EU CRESCIA E, pouco a pouco, escapava à tutela materna, passei a sofrer cada vez mais intensamente a influência da Igreja, avassaladora em Diamantina, como no restante da terra mineira.

A vida da cidade gravitava em torno dos templos. Missas, novenas, procissões eram acontecimentos importantes, e todos participavam deles. Às festas religiosas sucediam-se as profanas – cavalhadas, quermesses, leilões –, mas guardando certa similitude e tão intimamente ligadas que umas se poderiam supor quase um prolongamento das outras.

Animadíssima era a festa do Divino, que, congregando praticamente toda a população local, ainda atraía muita gente dos distritos.

Enchiam-se as ruas. Animavam-se os *coretos*. As igrejas ficavam superlotadas. As irmandades entravam em acirrada competição, cada uma pretendendo suplantar a outra com desfile maior e mais brilhante.

O burgo adormecido se transformava de súbito numa urbe movimentada. Regurgitavam os botequins e as sacadas iluminavam-se ao longo das ruas. Moças e rapazes iam e vinham sobre a *capistrana*. As noites ficavam ruidosas, com danças e muitos sobrados e serenatas de violeiros até de madrugada.

Com estas festas as cidades do interior rompiam, de certo modo, a rotina em que mergulhavam. Era a mesma coisa em Ouro Preto, Mariana, São João d'el-Rei, Paracatu. E, por vezes, surgia nos intervalos algo em que se concentrava o interesse geral, ali em permanente disponibilidade.

Recordo-me de uma certa fase em que a oratória tornou-se uma obsessão na cidade. Era uma fonte de fama e prestígio. Quase todos faziam longos discursos. Analisavam-se os intróitos, comparavam-se as perorações. Houve, em seguida, a *coqueluche* do piano. Moça que se prezava devia ser pianista. As residências principais ostentavam orgulhosamente um piano alemão de boa marca, trazido do Rio com imensa dificuldade, em carro de boi, numa infundável viagem de cerca de três meses.

Assim era Diamantina quando comecei a abrir os olhos para a vida. Bailes, coretos, serenatas, procissões, festas do Divino, passeios à noite na *capistrana* – para mim como uma representação teatral, que eu observava de longe, sem poder subir ao palco. Um mundo de fantasia, inacessível ao menino que não tinha recursos sequer para estudar. Além disso, eu devia atender às recomendações de minha mãe para recolher-me a casa até as 9 horas da noite, no máximo.

Não me sendo possível brincar longas horas na praça, como faziam os outros meninos, acabei sendo coroinha na igreja de Nossa Senhora da Luz. E eu me sentia muito à vontade naquela atmosfera de fé, de grandiosidade e de gala litúrgica. A formação cristã de meu espírito impelia-me a participar com verdadeira emoção das belas celebrações do mês de Maria.

Meu maior desejo era então o de possuir um carneiro manso, em que pudesse montar, ou que pudesse atrelar a um carrinho, feito de caixotes. Muitos meninos (e entre eles alguns amigos e conhecidos) possuíam esses ambicionados animais, e era certamente com inveja e frustração que eu os via passar montados por ali, às vezes mesmo à nossa porta. Um carneiro custava cerca de 3 mil réis. E se essa quantia já se podia considerar elevada para quem não “possuía pai alcaide”, como se dizia na época, o que pensar, então, no meu caso, menino que, além de humilde, nem tinha mais pai?

Mesmo assim, eu continuava a pensar no carneiro – sonhando de olhos abertos. Armando, filho do Dr. Álvaro Mata Machado, médico e

diretor dos Correios, possuía um, malhado. Meu primo Divaldo Lacerda de Oliveira tinha o seu também. O de Joubert Guerra – mais tarde ministro do Tribunal de Contas do Estado – era preto, de pelo encaracolado, e causava sensação na Grupiara. Mas eu, por que não podia ter também o meu carneiro?

Minha atividade como coroinha intensificou-me os naturais pendores religiosos. O menino, ali, na igreja, tão perto dos altares, via-se impelido a se aproximar mais de Deus, confiando-lhe a solução de seus problemas e dificuldades. Minha prima Virgininha havia-me prevenido, pouco tempo antes, que qualquer pedido endereçado com humildade e fé a Nossa Senhora da Luz, na comunhão, era imediatamente atendido.

A revelação me impressionou. Eu era devoto de Nossa Senhora da Luz; e na igreja, nos dias de festa, sempre ajudava na ornamentação de seu altar. Além disso, eu ia fazer a primeira comunhão por aqueles dias. Lembrei-me do carneiro, e pensei na oportunidade de ver realizado o meu sonho.

Recebida a hóstia e ao deixar o altar, com as mãos cruzadas sobre o peito, concentrei-me, fiz meu pedido a Nossa Senhora da Luz. E esperei, confiante. Na manhã seguinte, meu primeiro pensamento foi recordar o pedido feito. Mas nada aconteceu naquele dia, nem no outro, e, assim, sucessivamente, durante duas semanas.

A comunhão fora a 8 de dezembro, e a 24, véspera do Natal, deu-se o que eu na verdade não esperava mais. Ao passar pela Rua das Mercês, ouvi alguém chamar-me. Era dona Rita Flávia, esposa de João Hipólito Duarte, um dos homens mais abastados de Diamantina. Aproximei-me, cumprimentei-a, e ela falou-me: “Soube que fez a primeira comunhão. Meus parabéns.”

Fiquei embaraçado, sem saber o que dizer. Dona Rita, porém, prosseguiu: “Menino que comunga tem direito a um presente. E hoje é véspera de Natal. Diga o que deseja, que Papai Noel lhe dará.”

Com o coração quase a saltar, lembrei-me de Nossa Senhora da Luz. A imagem do carneiro se desenhou em minha mente. Mas não tive coragem de revelar o que eu gostaria de ganhar. Comecei a rir, riscando o chão com a ponta do pé. Dona Rita, compreendendo a situação, agiu de

modo prático. Tirou da bolsa duas pratas de dez tostões e colocou-as em minha mão. Mal agradei, e saí correndo rua afora.

Ao chegar em casa, contei a minha mãe o que havia acontecido. Falei-lhe, também, no meu pedido a Nossa Senhora da Luz. Queria comprar o carneiro, e sabia de um que se encontrava à venda. Mas o preço era 3 mil réis. O dinheiro de dona Rita não chegava para tanto.

Mamãe sorriu, levemente. Ergueu-se, abriu um armário, onde conservava seus guardados, e deu-me os dez tostões que ainda faltavam. Comprei, então, o *Gigante*, assim chamado pelo seu tamanho, e com ele subi glorioso o morro da Grupiara. Por onde eu passava, os meninos me olhavam, intrigados. Intrigados e surpresos: meu carneiro era maior que o deles.

Naquele Natal, fui o menino mais feliz de toda Diamantina.

Por essa altura não se falava em outra coisa a não ser no próximo aparecimento de um cometa, cuja presença no céu poderia, segundo afirmavam, significar o fim do mundo. Os jornais referiam-se ao fenômeno sideral com muitos dias de antecedência prevenindo, de certa forma, a população. Tratava-se do cometa de Halley.

Ao surgir o cometa, minha mãe foi despertar-me no meio da noite. Corri, excitado, para a janela. Era um espetáculo maravilhoso. O enorme astro, refulgente, toldava, ao fundo, o céu, de ponta a ponta. Mostrando-se sobre a serra, cobria inteiramente o espaço entre os dois cruzeiros da cidade. O núcleo luminoso pairava sobre a Cruz do Anastácio e a cauda quase tocava a Cruz do Cula.

Era um facho resplandecente – mais luz do que fogo – cuja presença causava temor e deslumbrava. Toda a cidade mantinha-se acordada, para observar o fenômeno. Os moradores da Grupiara saíram à rua e os mais afoitos guindaram-se às pedras e elevados, procurando ver mais distintamente. Houve quem desmaiasse. Algumas mulheres correram para a igreja: encontrando-a fechada, ajoelharam-se por ali mesmo. Um vizinho afirmou que o cometa poderia cair e espatifar a Terra. As pessoas em torno persignaram-se, tentando conjurar o mau agouro.



E a verdade é que, do mesmo modo como surgiu, o cometa, visível por alguns dias, tornou a desaparecer no espaço, deixando Diamantina na habitual pasmaceira.

Estava eu prestes a completar dez anos quando uma imensa controvérsia tomou conta da cidade.

A estação ferroviária mais próxima era a de Currálinho, hoje cidade de Corinto, a cerca de dois dias e meio, a cavalo, de Diamantina, na época da seca. Quando vinham as chuvas, porém, a situação era muito pior. A balsa, em que os viajantes deviam atravessar o rio Paraúna, era retirada do serviço, ante a impetuosidade do caudal. E numa e noutra margem era então comum verem-se, acocoradas sob as árvores, com o dorso protegido pela manta dos arreios, as pessoas que ali interrompiam a viagem, à espera de que a enchente declinasse.

Havia muito que, sob as ironias da oposição, o senador Olímpio Mourão acenava ao povo com a construção de uma ferrovia. Mas poucos acreditavam que o velho político pudesse fazê-lo, ante o que se observava, geralmente, com os serviços de utilidade pública locais: a cidade não dispunha ainda de esgoto; bebia água poluída, não recolhia o lixo e sepultava os mortos no interior das igrejas.

Ao começar o século, Diamantina experimentara um surto de progresso (dos que ocasionalmente ali se verificavam), mas não persistiu senão por um lustro. Apareceram muitos forasteiros e organizaram-se novas firmas. Houve um certo afluxo de capitais – dizia-se que até de Paris e Nova York –, dando a impressão de que a cidade iria voltar à abastança dos velhos tempos da mineração.

Era uma febre de ideias progressistas e planos grandiosos. Pensou-se até na construção de um “trem monotrilha” – o que naquele tempo constituía novidade até na Europa – entre Diamantina e Currálinho. Para o espírito diamantinense, seria coisa banal... A ideia foi considerada seriamente por Luís de Resende, joalheiro no Rio e incorporador da Companhia Boa Vista, de mineração.

Por influência da mentalidade dos faiscadores, Diamantina oscilou sempre entre os dois extremos: pobreza constrangedora e esbanjamento de nababo. O sonho do monotrilha fez esquecer, durante algum tempo,

a possibilidade mais prosaica da estrada de ferro. E o que na verdade se pôde conseguir foi um modesto e anacrônico serviço de troles, por tração animal, que precisava de dois dias para vencer os cento e vinte quilômetros até Curralinho.

Duas correntes políticas se digladiavam, então, no município. A chefiada pelo senador Mourão, que remontava sua origem à proclamação da República, sendo, assim, tradicional; e a oposicionista, liderada pelas famílias Mata Machado e Caldeira Brant.

Iniciando-se o governo de João Pinheiro, os correligionários de Pedro Mata Machado organizaram seu diretório político, sem aguardar a aprovação do Partido Republicano Mineiro, mas parecendo contar com a simpatia do governo estadual. Preparavam-se para dar o tombo no situacionismo.

Publicados os editais da reunião para a escolha do diretório, a facção oposicionista só obteve o comparecimento de quarenta e cinco eleitores. O senador Mourão, entretanto, ao fazer a convocação, um mês mais tarde, logrou reunir sessenta e nove convencionais. O espírito das ruas logo batizou os dois partidos: “45” e “69”.

Realizou-se o pleito daí a um ano, e foi dos mais renhidos. Venceu a oposição, isto é, o “Partido 45”, que elegeu oito dentre os quatorze vereadores. O senador Mourão fora, enfim, destronado, e justamente pela facção que ridicularizava sua promessa de construção do ramal ferroviário. Logo o velho político reagiu. Recusando-se a entregar os livros da municipalidade, instalou no fórum o conselho formado pelos vereadores eleitos sob sua legenda.

Estabeleceu-se, assim, a dualidade da administração, com duas câmaras e dois agentes executivos, até que o Tribunal de Apelação, reconhecendo a legitimidade do pleito, deu ganho de causa à oposição.

E porque, provavelmente, o senador Mourão continuasse preconizando a vinda da ferrovia, o novo partido situacionista, o “45”, procurou uma iniciativa de vulto e ressonância, capaz de suplantar a outra. E coube-lhe, pois, “a glória”, como anunciou o jornal *Ideia Nova*, “de iluminar Diamantina a luz elétrica”.

Era em 1910, e eu tinha apenas oito anos. Mas me lembro bem do fato, que, por sua relevância, polarizara todas as atenções e todos os comentários. Foi, realmente, um acontecimento extraordinário. Murmurava-

-se, nas ruas, que poderia ocorrer um imenso estouro quando as lâmpadas se acendessem. Por esse tempo, eu e Naná íamos todas as noites à casa do tio Sica, para ouvir as histórias que ele nos contava e a sua filha Das Dores, mais tarde esposa de José Maria Alkmin. Na noite da inauguração, tínhamos a atenção voltada para a rua, à espera do monumental estouro. Mas, à hora marcada, as lâmpadas se iluminaram plácida e silenciosamente, o que nos acarretou grande desapontamento...

Algum tempo depois, surgiu a questão do aproveitamento de uma verba disponível do orçamento do Ministério da Viação, sob o governo de Nilo Peçanha. Era titular da pasta Francisco Sá, nascido em Grão-Mogol, mas que havia estudado em Diamantina, e nutria pela velha cidade grande afeição. Alguns políticos se empenhavam pela construção do ramal de Santana dos Ferros, no Serro, da estrada de ferro Vitória a Minas, enquanto outros – e dentre estes se destacavam os esforços do senador Mourão – programaram a ligação de Diamantina a Curalinho.

As razões sentimentais acabaram por preponderar na decisão de Francisco Sá, que beneficiou o antigo Tijuco. A notícia chegou ruidosamente a Diamantina. O senador, político matreiro, conhecedor do sentimento bairrista do povo, procurou tirar, como é natural, o máximo proveito daquela decisão em que notoriamente se empenhara. A facção que dirigia passou a designar-se como “Partido da Estrada de Ferro”. E nas eleições que pouco depois se feriram, tendo o ourives Cosme do Couto como candidato a agente executivo, levou de vencida os seus adversários, derrotando Vicente Torres, pai do escritor e jornalista Antônio Torres.

A vitória foi comemorada com grandes expansões. Houve gi-rândolas e foguetes de assobio. Organizaram-se passeatas, com bandas de música, e, aqui e ali, inflamados discursos. Mesmo os elementos da facção “45” participaram das festividades.

Bem se vê que cheguei em casa já tarde da noite. Minha mãe repreendeu-me, severamente. Mas eu me sentia tomado de entusiasmo e creio que, pela primeira e última vez na vida, enfrentei a censura materna em atitude quase de desafio.

Eu fazia doze anos quando ocorreu a morte de meu avô materno, Augusto Elias Kubitschek.

A notícia veio de surpresa: “Seu Augusto está agonizante e manda chamar os filhos.” O portador, chegado às pressas da Fazenda do Bueno, narrou-nos o que sucedera. Ante o vento forte da noite, o fogo de uma queimada próxima atingiu a cerca de aroeira do curral, vizinho, por sua vez, da casa de moradia. Meu avô acordara, subitamente, por efeito talvez da claridade do fogo, do crepitar das labaredas ou da agitação dos animais. Através da janela, viu o curral tomado pelas chamas, que já ameaçavam o paiol. O terreno estava todo iluminado. Os porcos grunhiam, em desespero, no chiqueiro ao fundo. As fagulhas, atizadas pelo vento, saltavam numerosas em derredor.

Era indispensável deter o fogo, removendo tudo que se pudesse prestar à combustão e se achava mais perto da casa. Meu avô estava só, mas era muito forte e gozava de excelente saúde. Dirigiu-se à cerca para arrancar os moirões de aroeira, enfileirados e quase contíguos uns aos outros. Abraçava as estacas e, firmando-as no peito, puxava-as com força para as retirar. Às vezes, sacudia-as por alguns instantes, abalando-as, porque, fincadas mais profundamente, só assim se deixavam desprender.

O incêndio prolongou-se por mais de uma hora. O esforço para abrir o aceiro fora excessivo, quase sobre-humano. Meu avô, com setenta anos, não aguentou, e caiu exausto. Extingui o fogo, salvou a casa. Mas seu coração baqueara.

Só os filhos foram ao Rodeador, a quase um dia de viagem de Diamantina. Ali, juntamente com os agregados e alguns vizinhos, fizeram-lhe o enterro, conduzindo o corpo numa rede até o cemitério do Riacho das Varas, um local semidesértico e selvagem. E assim repousa ele em pleno sertão, junto à Natureza que tanto amava.

O único bem material que legou aos seus filhos foi a Fazenda do Bueno, e mesmo assim só em parte, pois mantinha-a em sociedade com meu tio Hilário Sebastião de Figueiredo. O quinhão que coube a minha mãe não chegou a 3 contos de réis.

Apesar das imensas dificuldades da família, minha mãe fez questão de não tocar na herança. Não havia bancos na cidade. Ela confiou o pecúlio a Juscelino Pio Fernandes – o Sica da Gouveia –, homem de bem, e que fora companheiro inseparável de meu pai.

Ao entregar-lhe o dinheiro, explicou: “É meu pé-de-meia, Sica, para garantir a educação dos meninos.”

.....  
*Os estudos e uma juventude difícil*

**E**M 1914 INGRESSEI NO SEMINÁRIO; um ano antes minha irmã havia entrado para o Colégio Nossa Senhora das Dores.

O colégio das irmãs equiparava-se à Escola Normal, e Naná, concluindo o curso, sairia professora, o que era uma garantia para o futuro. Nenhum diploma, porém, o seminário conferia. Ao fim do curso, ou eu me ordenava sacerdote, ou não seria coisa alguma. Mas, para mim, naquelas circunstâncias, o importante era estudar: não só não me sentiria frustrado, como daria imensa alegria a minha mãe.

Ao concluir o curso primário, fui escolhido orador da turma. Mas a distinção não recaiu em mim por ser eu filho da professora. Sem jactância, posso afirmar que a mereci. Na escola, minha mãe, timbrando em evitar a menor suspeita de protecionismo, trazia-me sob especial atenção e costumava exigir mais de mim do que dos outros alunos. Além disso, eu não escapava às arguições domésticas, após o jantar, com prejuízo de preciosas horas de vadiação nos fundos da casa.

O pequeno discurso que pronunciei foi previamente redigido por meu tio, Juscelino da Fonseca, sogro, mais tarde, de José Maria Alkmin. Coube-me a tarefa de decorá-lo, o que fiz afinadamente, lendo-o, em voz alta, dezenas de vezes, no quintal, sob o controle de Naná. Foi a

primeira vez que falei em público. E tão grande esforço me exigiu a experiência que pensei deveria encerrar, com ela, minha carreira de orador.

Algum tempo antes, Diamantina fora abalada por um acontecimento importantíssimo: a chegada do presidente João Pinheiro. Do programa elaborado para a recepção constava uma visita à escola de minha mãe. Quer dizer que o presidente iria a nossa casa. Alguém lembrou que os meninos deviam apresentar-se uniformizados, em ocasião tão solene e excepcional.

Minha mãe percebeu o que isto significava. As crianças eram, quase todas, paupérrimas. A maioria só com dificuldades obtinha os trapos modestíssimos que vestia habitualmente. Como exigir-lhes um vistoso uniforme, se suas famílias, em grande parte, mal possuíam meios para alimentá-las?

Era uma empresa difícil. Mas minha mãe, acostumada à luta, e segura de sua força de vontade, aceitou a ideia. Dispunha de quase um mês para as providências indispensáveis. Começou a trabalhar imediatamente. Percorreu a cidade, de casa em casa, solicitando colaboração, recolhendo o que lhe era oferecido. Algumas lojas contribuíram com peças de fazenda; outras, com os aviamentos; algumas, com calçados. As pessoas abastadas da cidade fizeram donativos em dinheiro.

Moças da sociedade ofereceram-se para ajudar na confecção dos uniformes. Costureiras foram mobilizadas. Minha mãe, principalmente, deixava-se ficar, curvada sobre sua velha máquina de manivela, costurando até alta madrugada. Desdobrava-se para que, aos olhos do presidente do estado, sua escola não fizesse má figura.

E, de fato, não fez.

João Pinheiro deteve-se na cidade, que se engalanara para recebê-lo, apenas dois dias. Os partidos rivais – o “45” e o “69” – tudo fizeram para monopolizar-lhe a atenção, cobrindo-o de homenagens.

O velho assunto da estrada de ferro apaixonara os espíritos e alguém quis saber o que, a respeito, pensava o presidente. João Pinheiro, com a ideia na solução global dos problemas do estado, pareceu não atribuir qualquer importância à aspiração máxima de Diamantina. Desconversou, em tom de brincadeira: “Para que estrada de ferro? Pois o que vocês produzem não é o diamante? Toda a produção do município poderá ser

transportada no bolso do colete.” Esta frase inoportuna e infeliz iria custar-lhe, por algum tempo, a desconfiança e a antipatia da população local.

No segundo dia de sua permanência na cidade, o presidente foi a nossa casa. Lembro-me de tudo com perfeita nitidez. A entrada, na sala, em meio dos políticos, que o cercavam. O abraço que deu em minha mãe. O estampido de uma garrafa de champanha, que eu ouvia, assustado, pela primeira vez. A ideia da bebida fora de meu tio Hilário de Figueiredo.

Como quer que fosse, a visita de João Pinheiro ocasionou sensível melhora na nossa situação. Ali mesmo, firmou ele um decreto criando o Grupo Escolar e nomeando minha mãe professora do estabelecimento. Na mesma ocasião foi designada diretora dona Marianinha, amiga de nossa família, mãe de Olímpio Mourão, futuro general.

Minha mãe, cujos proventos até ali eram constituídos pelas taxas de matrícula em sua escola, tornou-se então funcionária do estado. Ia ganhar ainda muito pouco, mas havia a grande vantagem do pagamento em dia certo. Eram cem mil réis, para todas as despesas próprias e da casa e educar os filhos. Para lecionar no Grupo, impunha-se deixar o morro da Grupiara. Mudamo-nos, pois, para uma casa de dois quartos e uma sala, situada na Rua São Francisco.

Muitos meses antes da morte de meu avô, sofri um acidente cujas consequências até hoje experimento. Tinha ido brincar em casa de meu primo João Kubitschek, quando, de repente, nem soube como, luxei o pé direito, prendendo-o sob um armário.

O pé doía muito, e o Dr. José Eulálio, amigo da família, e que havia tratado de meu pai, foi chamado às pressas. Examinou a luxação com todo o cuidado e prescreveu o tratamento próprio.

Verificou-se uma luxação na articulação do quinto metatarso – dedo mínimo – e a redução incompleta condenou-me a nunca mais poder fazer longas caminhadas e também a não suportar, por muito tempo, a pressão do sapato no pé direito.

A partir da ida de Naná para o colégio das freiras, em 1913, notei que a comida minguou em nossa mesa.

Nossas refeições nunca haviam sido muito variadas e fartas, ao contrário. Entretanto, de súbito, elas se haviam tornado mais frugais. Meu

apetite de menino em crescimento levou-me a fazer alguma reclamação. Meu prato passou a vir bem cheio, mas o de minha mãe tornou-se mais escasso, quando não era, até, substituído por uma xícara de café-com-leite. Para evitar maior embaraço, ela explicava: “Preciso fazer regime. Dar aula com o estômago cheio provoca-me dores de cabeça.”

Embora tivesse apenas dez anos, compreendi perfeitamente o que se passava em casa. Desejei trabalhar, fazer alguma coisa, para ajudar nas despesas da família. Comecei a sair cedo e, percorrendo residências e casas comerciais, oferecia-me para algum serviço. E sempre ganhava alguns tostões.

Eu continuava a passar pelo cinema local, onde se realizavam *matinéés* nas tardes de quarta-feira e domingo com sensacionais filmes de *western*. Parava à porta e ficava a olhar os meninos ricos que entravam para o maravilhoso espetáculo, levados por seus pais. E quando já ninguém mais vinha é que eu me retirava, cheio de frustração.

Não sei por que, revivi de súbito toda essa antiga sensação, muito tempo depois, quando já era presidente da República. Retornava ao Palácio das Laranjeiras e, passando pelo Largo do Machado, vi que no cinema São Luís se exibia um daqueles filmes de aventuras no Oeste que eu tanto desejaria assistir na minha infância. Senti, como se diz na gíria, o *ruído da moedinha* caindo no meu cérebro.

Ordenei ao motorista que parasse. Dispensei o carro e o ajudante de ordens, e, quando se afastaram, dirigi-me, sozinho, para o cinema. Eram duas e meia da tarde. Não havia quase ninguém no saguão e pude entrar sem ser reconhecido. Na obscuridade, sentei-me bem à frente na plateia, onde os meninos geralmente se postam. Vi o filme pertinho deles, envolto na algazarra que faziam. Acabada a sessão, tomei um táxi e regressei ao Palácio.

Ao chegar, estavam todos em reboição, especialmente a Casa Militar, responsável por minha segurança. Não dei explicação alguma; e, se a desse, estou certo de que nenhum dos meus colaboradores poderia compreendê-la exatamente.

Meditando sobre nossas dificuldades, percebi que de nada valeriam aqueles insignificantes biscates para melhorar a situação. O importante era ser alguém na vida, e isto eu só conseguiria se possuísse habilitação, se estudasse. A ideia de entrar para o seminário já se me entremostrava



como uma tábua de salvação. Mas como? Os cem mil reis que minha mãe ganhava apoucavam-se sensivelmente com a retirada de quarenta mil para o colégio de Naná.

Como coroinha na igreja de Nossa Senhora da Luz, conheci o prefeito do seminário, padre José Edwards Jardim. Por seu intermédio, passei também a ajudar a missa na igreja da Pedra, nome popular da basílica do Sagrado Coração, anexa ao seminário. E monsenhor Serafim Gomes Jardim, secretário do Bispado, demonstrava-me especial simpatia.

As restrições, a que já me referi, do regulamento da congregação, não eram, entretanto, o único obstáculo para minha entrada no seminário. Minha mãe parecia não estar inclinada a esta solução. Sua opinião era que eu podia perder longo e precioso tempo, em termos de utilidade prática, visto que não obteria diploma algum. O colégio diocesano fora extinto, em 1911, pela reforma Rivadávia Correia, que instaurava o regime dos *exames preparatórios*, prestados somente nos ginásios oficiais. E em Minas não havia senão dois desses estabelecimentos, um em Belo Horizonte, o outro em Barbacena.

Por outro lado, o ingresso no seminário pressupunha a aquisição de um enxoval minucioso e caro. Não era só a batina, mas também seus complementos: o cabeção e a volta, a sobrepeliz e o barrete. E devia variar, numa escala de prioridade de cerimonial, para o uso comum ou para ocasião de gala, sem falar na roupa branca, nas guarnições de cama e nos sapatos.

Mais ou menos nessa época, minha mãe foi surpreendida com um convite da Secretaria do Interior para uma visita à capital. Era um prêmio à sua atuação como professora. Ela imaginou aproveitar a viagem para estudar a melhor solução para o meu caso.

Enquanto isso, eu não fazia absolutamente nada. Todos os meus esforços para obter um modesto emprego haviam falhado. Desistira dos biscates humildes, que percebi serem de todo inúteis. Juntei-me aos outros meninos pobres, de minha idade, entre os quais nenhum estudava. Passávamos o tempo na vadiagem – empinando papagaios, pescando no rio, ou brincando no largo.

Mas o sentimento de frustração que me dominava ao ver Naná sair, de manhã, para o colégio, foi sendo pouco a pouco substituído por

uma espécie de ânsia de competição. Revigorava-se em mim o desejo de estudar, de possuir os meus livros, de discutir com os colegas as matérias das aulas.

Decidi, então, aprender por mim mesmo. O meu curso primário fora excelente, e eu tinha consciência de me encontrar em nível superior ao dos demais meninos de minha idade. Comecei a ler, febrilmente. Em poucas horas, devorava qualquer livro que me caísse nas mãos. Minha curiosidade se ampliava cada vez mais, e fui descobrindo, aos poucos, o universo maravilhoso que se esconde sob as letras de forma. Inspirado pela paixão da leitura, imaginei um curioso sistema de permuta, cuja complexidade e extensão podem ser bem avaliadas pelo sucesso obtido: com apenas meia dúzia de livros pude ler, na base da troca, centenas de outros.

Minha mãe seguiu, pois, para Belo Horizonte. O convite oficial que recebera, o reconhecimento de seus méritos de professora foram objeto de intensa curiosidade, com muitos comentários, em Diamantina. Eu me sentia envaidecido com aquela inesperada notoriedade da família.

As viagens eram feitas em grupo, à guisa das primitivas caravanas dos pioneiros norte-americanos que desbravaram o “velho Oeste”. Faltavam apenas as diligências. Amigos ou simples conhecidos, quando tinham o mesmo destino, reuniam-se, e seguiam a cavalo. Cada um levava sua barraca.

Recorde-se que o percurso até Curralinho exigia dois dias e meio. O grupo avançava, lentamente, sob um sol de fogo, e, ao entardecer, detinha-se num sítio apropriado, de preferência à beira de um córrego. Armavam-se as barracas e se constituía um acampamento alegre e ruidoso. Alguns tocavam violão. Outros cantavam. As mulheres, geralmente, cozinhavam. Quando fazia frio, acendia-se uma grande fogueira, em torno da qual permaneciam os viajantes, rindo e conversando, até vir o sono. E em Curralinho, enfim, a estrada de ferro...

Minha mãe regressou ao término de alguns dias, e narrava a mim e a Naná, longamente, suas impressões da capital. O Palácio da Liberdade. As grandes avenidas. As residências modernas e luxuosas. As escolas que visitara. Mas, de tudo, o que mais a impressionou foi mesmo o trem

de ferro. E explicou: “A gente vê uma ponte, a grande distância, e quase no mesmo instante já se encontra nela, deixando-a para trás.”

Em Belo Horizonte ela nada conseguiu no sentido de encaminhar minha educação, como imaginava. O tempo transcorria e eu me tornava cada vez mais impaciente. Convenci-me de que não havia outra saída senão o seminário. Argumentei, exigi, implorei, tão copiosa e insistente-mente, que minha mãe não pôde deixar de concordar. Mandou-me seguir à frente, e, juntos, rumamos para o educandário.

O então padre-reitor era recém-chegado na cidade. Minha mãe, por isso, não o conhecia bem. Era um homem corpulento, de cenho carregado, parecendo áspero e intratável. Mal falava, entretanto, punha à mostra a bondade de seu coração. Chamava-se Vicente Péronelle. Francês, nascido no pequeno porto de Sète, no Mediterrâneo, deixara sua terra para escapar às consequências da lei do serviço militar obrigatório. Já no Brasil havia alguns anos, falava entretanto com sotaque muito acentuado.

Minha mãe expôs-lhe, rapidamente, a razão de nossa presença. Ele examinava-me, da cabeça aos pés, com um sorriso de aprovação: “Se ele deseja ser padre, terá tudo de graça”, dizia. E, voltando-se para mim, interrogou-me, em tom cordial: “Você quer ser padre, meu filho?”

Esta pergunta me havia sido feita quando ali estive pela primeira vez. Percebendo meu embaraço, minha mãe apressou-se em explicar tudo. O padre Vicente era um espírito tolerante e compreensivo. Achou que a ressalva não tinha grande importância e era uma prova não muito comum de sinceridade, especialmente em nosso caso. Aquiesceu em fazer um pequeno abatimento na mensalidade, que, sendo de cinquenta mil réis para os alunos *não-apostólicos*, seria para mim, excepcionalmente, de quarenta mil réis.

De volta a casa, minha mãe sentou-se à mesa e apanhou um lápis e uma folha de papel. Feitas as contas, dos cem mil réis de seus vencimentos de professora, se deduzisse oitenta mil para os estudos de Naná e os meus, restariam vinte mil réis para todas as despesas de manutenção da casa. Embora a família fosse pequena e vivêssemos com a maior modéstia, a expectativa tornava-se tensa naquele instante.

Em silêncio, encostado à parede, eu esperava a decisão. Finalmente, minha mãe, erguendo-se, sorriu-me: “Está bem, meu filho. Apertando um pouco, a sobra dará para o seminário.”

.....

## *O curso secundário e as leituras*

**A**TÉ ENTÃO, eu não me havia aventurado fora do estrito círculo da família. Animavam-me as presenças amigas e carinhosas de minha mãe e da minha irmã, Naná, dos avós, dos tios e primos. As casas que eu mais frequentava eram a do tio Sica, fiscal de ensino, e a de minha avó-torta, Francisca Adelaide, geralmente conhecida por Chibio. A do tio Sica ficava pertinho da nossa, e tinha um quintal onde se erguiam uma alta e frondosa jabuticabeira e várias goiabeiras. Ali eu brincava com meus primos Juscelino, Newton e Lourival – meus companheiros inseparáveis – e com as primas Virgininha e Das Dores. A casa de Francisca Adelaide oferecia-me um grande atrativo: o guarda-louça, sempre cheio de tigelas com doce de laranja em calda – e à minha disposição.

Enquanto meu avô materno, Augusto Elias Kubitschek, foi vivo, eu ia de tempos em tempos à sua fazendola do Bueno, no Redeador. Ali, geralmente, passava alguns dias, pois o local era distante, e se tratava de uma verdadeira viagem. Eu adorava o passeio, pois montava a cavalo, fazia prolongadas pescarias e me entretinha com os animais no terreiro.

Meu avô “seu” Augusto – meditativo e silencioso por índole – e minha avó Mariquinha davam-me plena liberdade para brincar e andar pela fazenda. Recomendavam-me somente não entrar na capoeirinha perto

do paiol, onde haviam sido mortas por um empregado duas cascavéis. Por vezes, à tardinha, na sala de jantar, meu avô, sentado numa cadeira de balanço, lia-me trechos de livros que julgava mais interessantes e instrutivos, e só parava quando me via cabecear de sono.

Compreendi que a entrada para o seminário significou para mim a despedida daquele universo em que eu vivera a maravilhosa aventura da infância. E, realmente, passei a ver à minha frente as portas fechadas, os muros que cercavam o edifício, os corredores silenciosos, as salas de aspecto sombrio repletas de uma multidão de rapazinhos de preto. Quase nada se podia avistar da cidade, a não ser alguns telhados esparsos, e, ao fundo, a silhueta do Itambé anilado na distância. Bem perto, projetando sobre o seminário a sua sombra, erguiam-se as duas torres pontiagudas da igreja da Pedra.

O alvoroço daquela mudança súbita em minha vida, e da oportunidade que se me abria e eu tanto desejara, desviou naturalmente minha atenção do sacrifício de minha mãe e das redobradas dificuldades que deveria estar enfrentando. Mas o deslumbramento foi rápido, e o instinto filial não tardou em readquirir toda a sua força. Comecei a pensar nos encargos que se acumulavam sobre seus ombros frágeis. Tornei-me silencioso e reservado. Já nem parecia o filho do alegre e irrequieto João César. Passava o dia inteiro com os livros, preocupado em não desperdiçar um minuto do meu tempo.

Ao entardecer, após as aulas, dirigia-me à esplanada da estação. Sentado sob a melhor sombra, abria o meu livro. O cenário que dela se contemplava era empolgante. Erguendo os olhos, eu via a cidade desenhar-se encosta abaixo, como um “presépio de torres de igrejas, telhados vetustos, ruazinhas tortuosas e, além, findo o vale, o paredão abrupto e cinzento”.

Foi por essa ocasião que ganhei o meu primeiro par de sapatos: eu tinha, então, doze anos.

Entrava para o seminário dominado por sensações que oscilavam entre o deslumbramento e o temor. Os vastos salões transmitiam uma impressão de grandeza, mas a clausura me inquietava. Enorme era o dormitório, com cento e vinte e cinco camas dispostas em renques. Levantávamo-nos às 5 horas da manhã e deitávamo-nos às oito da noite.

Já não existia a temida palmatória, de que eu tanto ouvia falar lá fora. Os castigos não eram mais corporais, porém de ordem predominantemente psicológica. Copiavam-se várias vezes alguma lição, ou o texto do *Miserere*; excepcionalmente, quando se impunha a edificação geral, era o faltoso posto de pé, junto à parede, de costas voltadas para a classe.

O seminário não possuía banheiros. Tínhamos que recorrer à higiene precária proporcionada pelo lavatório. Há poucos anos, após a revolução de 1964, estando eu em Paris, li uma declaração em que seu prefeito esclarecia que 70% das residências da Cidade-Luz não dispunham de salas de banho. Não era, pois, de admirar que, em 1914, na pequena e longínqua Diamantina, faltassem ao educandário mantido por franceses as instalações próprias para a higiene dos alunos.

Não se deduza, entretanto, que ficássemos totalmente sem banho. Este nos era facultado às quartas-feiras e aos domingos. Nesses dias saíamos em grupos, a passear pelos arredores da cidade, sob a direção de um aluno mais velho, geralmente do curso de Teologia. Nosso destino era sempre um dos córregos, da Palha ou do Figueiró, a que nos atirávamos, sob as vistas do regente, tomando o nosso banho. Só em tais momentos nos libertávamos da batina. Mesmo no dormitório, ao deitar ou levantar, devíamos despi-la ou envergá-la com o máximo cuidado, para não nos exibirmos em trajés menores.

A existência transcorria, ali, triste, monótona. A não ser nos exercícios e jogos esportivos ao ar livre, de que participávamos com as batinas levantadas e presas à cintura, os demais passatempos, nas salas de recreação, se revestiam do mesmo sentido de disciplina, severidade e compostura. O silêncio era a regra geral. A alegria, se acaso se manifestava, era como que instilada a conta-gotas, pois havia sempre um padre por perto, controlando as expansões dos alunos. Até a leitura costumeira ao ensejo das refeições soava monótona e artificial. Os professores intervinham, a cada instante, para corrigir algum erro de pronúncia. Os trechos escolhidos não eram, por sua vez, apropriados a interessar o espírito juvenil. Variavam de *Vida de Dom Frei Bartolameu dos Mártires*, de Frei Luís de Sousa, aos *Sermões*, do padre Antônio Vieira, ou à *Nova Floresta*, do padre Manuel Bernardes.

As aulas se sucediam o dia inteiro, entremeadas de breves recreios. À noite, rezávamos o terço e nos dirigíamos, às 8 horas, pontualmente, ao dormitório. A folga aos domingos se nos afigurava, deste modo, como uma promessa radiosa, e era esperada com ansiedade. Nesse dia, entre as cinco e as seis da tarde, era permitido aos pais visitar os filhos. E minha mãe nunca faltava, levando-me deliciosos doces e pastéis.

Por essa época ocorreu um episódio que preocupou toda a família. Eu estava em férias e fora passar algumas semanas numa fazendinha denominada Buriti, às margens do Jequitinhonha, na divisa entre Diamantina e Bocaiúva. Para ali me dirigira em companhia de meu tio Elias, proprietário da fazenda, e seu filho Divaldo.

Pouco antes, em setembro, Pinheiro Machado havia sido assassinado no Rio, no Hotel dos Estrangeiros, por Manso de Paiva. Preso, quando fugia, o criminoso não se exculpou, mas transferiu a responsabilidade de seu gesto a alguns políticos que do mesmo iriam tirar proveito.

O acontecimento abalou a opinião pública, que entrou em grande efervescência. Os jornais exigiam ação enérgica da polícia, para desmascarar os supostos mandantes. Iniciou-se, como sempre sucede nas fases conturbadas pela paixão política, uma espécie de “caça às bruxas”, com prisões em massa, levadas a efeito em razão das mais levianas denúncias.

De Diamantina chegou, então, ao Buriti, onde eu me encontrava, uma notícia sensacional. Meu tio Eufrozino, irmão de meu pai, fora preso em Ouro Fino, onde residia, e conduzido para o Rio. Era antipineirista radical, e discutindo numa roda, no bar, sentenciara, inflamado, “que não tardaria o dia em que o marechal seria assassinado”. Esta frase foi proferida vários dias antes do crime. Alguém, que a escutara, apresentou a denúncia ao delegado local; e este, entrando em contato com seus superiores, recebeu ordem de efetuar a prisão do suspeito e encaminhá-lo à capital da República.

Assim, o meu bom tio Eufrozino teve a infelicidade de se ver trancafiado num cárcere carioca, e de ali ficar até que fosse provada sua inocência. Pobre tio Eufrozino! Tão simples, tão generoso, tão pacato, acusado injustamente de participação ou conivência num crime terrível! E logo num crime de nome tão rebarbativo e arrevesado: magnicídio...

1914 foi, em todos os sentidos, um ano de grandes acontecimentos. Em maio inaugurou-se a estrada de ferro – o sonho dourado de Diamantina. Mas, alguns meses depois, chegava a notícia de que a Alemanha invadira a Bélgica e declarara guerra à França.

Alguns padres foram imediatamente convocados para o serviço de seu país. O padre Kergosien e o irmão João seguiram quase imediatamente. Outros, depois. Mais tarde, em 1916, o próprio superior, padre Péronelle, partiu para ir defender a pátria.

Prossigui meus estudos no seminário, onde adquiri boa base humanística e aprendia a disciplinar minhas leituras, anteriormente desordenadas e confusas. Começou a delinear-se em meu espírito a ideia de estudar Medicina. Não era mais que uma aspiração vaga, consequência talvez do prestígio de que se aureolava, em nossa casa, o Dr. José Eulálio de Sousa, antigo médico de meu pai, a quem visitou diariamente durante a enfermidade, nada cobrando por seus serviços. Quando luxei o pé, também cuidou de mim com verdadeiro carinho. Minha mãe o considerava muito, e nos advertia, com frequência: “Vocês devem demonstrar ao Dr. Eulálio o máximo respeito. Não exerce a medicina para ganhar dinheiro, mas para aliviar o sofrimento alheio.” Eu começava a refletir no apostolado da missão do médico.

Ainda não tinha completado quinze anos e vi chegar ao seu término meu aprendizado com os padres lazaristas. Deixei, pois, o seminário. Eu tinha feito, ali, os estudos que era possível fazer; os que faltavam só em outra cidade poderiam ser realizados. Em qualquer hipótese, não haveria de prestar os exames preparatórios em Diamantina, mas em Belo Horizonte ou Barbacena.

Minhas aspirações de seguir um curso superior esbarravam, deste modo, em imensas dificuldades. Minha mãe, que a princípio nutria grande confiança em nosso futuro, resignava-se em atenuar as cores do quadro que debuxara: Naná, normalista, poderia obter um cargo de professora; e eu, dispondo de razoável aproveitamento de nível secundário, poderia pleitear um emprego público, que me permitisse prosseguir em meus estudos, e, mais tarde – quem sabe? – diplomar-me em medicina.

Eu já estava consciente de que só ao alcançar dezoito anos poderia viajar a fim de fazer os preparatórios e entrar para a faculdade. Era pre-



ciso esperar ainda três anos. Preocupava-me com a necessidade de ajudar minha mãe, e não havendo ali nenhum amigo em condições de me dar um empurrãozinho tentei, por minha própria iniciativa, obter uma ocupação qualquer.

Percorri toda a cidade, de armazém em armazém, de loja em loja, de venda em venda. Não escolhia tarefa. E também não discutia ordenado. Estava disposto a tudo. Mas foi em vão. Esta experiência iria ajudar-me, muito tempo depois, na atividade política. Na campanha presidencial de 1955, ao abordar os problemas da juventude, vinha-me à lembrança aquela *via crucis* de um rapazinho pobre e sem proteção. “Aprendi, na própria carne” – disse, num de meus discursos –, “dura lição de que as portas dos poderosos raramente estão abertas para os moços necessitados.”

Na casa da Rua São Francisco, para a qual nos haviam transferido quando da nomeação de minha mãe para professora estadual, permaneci por um período de onze anos.

Por esse tempo tantas foram as decepções por mim sofridas depois de ter deixado o seminário que resolvi tomar uma resolução heroica. Anunciei em casa: “A partir de amanhã vou trancar-me no quarto e estudar das seis da manhã até as dez da noite.”

Mamãe sorriu, julgando tratar-se de uma explosão de inconformidade, ante os repetidos insucessos. Desta vez, entretanto, equivocou-se. Uma ideia se incrustara em minha mente, quase como uma obsessão: fazer os exames preparatórios e ingressar na Faculdade de Medicina. A falta de recursos não me permitia mesmo ir estudar em Belo Horizonte. Como custearia minhas despesas na cidade estranha, até concluir as provas, se não dispunha de dinheiro nem para as passagens? Eu iria preparar-me ali mesmo em Diamantina!

A hora era crucial. Ou eu trilhava o caminho que havia delineado, a qualquer custo, forjando com as próprias mãos o meu destino, ou devia resignar-me a ficar para sempre no burgo humilde, como tantos de meus conhecidos, exercendo alguma atividade modesta e rotineira, sem qualquer perspectiva, a não ser – como era uso da cidade – os eventuais entretenimentos das noites de serenata.

Meu quarto era bem acanhado. Não comportava mais que a cama e uma minúscula mesa, feita de caixote, com a respectiva cadeira,

arranjada não sei onde. E aí, de fato, às 6 horas da manhã, eu começava a estudar. Era amplíssimo e livre o tempo de que eu dispunha – e, assim, além de me dedicar às matérias do currículo oficial, prossegui lendo tudo o que me caía nas mãos.

Frequentei, durante algum tempo, uma pequena biblioteca que existia – e ainda existe – na União Operária de Diamantina. Em modestas estantes, a um lado e outro do salão, enfileiravam-se cerca de trezentos volumes. Depois de ler quase todas as obras, recorri a outras pessoas para obter mais livros, por empréstimo. Os padres do seminário muito me ajudaram, então; meus tios Juscelino da Fonseca Ribeiro e Hilário de Figueiredo, professores da Escola Normal, puseram suas coleções à minha disposição.

Tratei de aperfeiçoar, igualmente, o meu conhecimento das línguas estrangeiras. O padre Jardim, professor de inglês no seminário, acompanhou-me na leitura e tradução da *Estrada Suave*, de James E. Hewitt. Acabei podendo recitar, de memória, e com alguma desenvoltura, trechos de escritores clássicos da Inglaterra, principalmente Shakespeare e Byron.

Quanto ao francês, encontrei excelente professora na pessoa de Madame Louise, nascida em Paris, onde desposou um funcionário da Companhia Franco-Brasileira de Mineração. O casal veio para Diamantina, trazido em razão do emprego do marido, que, afinal, faleceu, deixando-a viúva, com sete filhos.

Sem recursos, Madame Louise decidiu dar lições de francês, para se manter. Seu curso criou justificada fama. Seguiam-no os filhos das principais famílias de Diamantina: os Guerra, os Mourão, os Eulálio de Sousa, os Horta, os Caldeira Brant, os Couto, os Felício dos Santos, os Mata Machado. Fui dos primeiros inscritos. E, diariamente, entre uma e duas da tarde, eu para lá me dirigia. Fiz progressos rápidos, e não tardou que pudesse traduzir o *Théâtre Classique Français*, na edição Garnier, com belos textos de Corneille, Racine, Voltaire e Molière.

A princípio, eu temia o vazio daquele triênio em que devia aguardar a oportunidade de fazer os meus exames. Na realidade, nem vi o tempo escoar-se, tal a sua rapidez. A guerra havia terminado. À sangueira que empapava o solo da Europa seguiu-se o flagelo da “gripe espanhola”; e esta, depois de assolar o mundo, acabou por estender sua sombra negra também sobre a longínqua Diamantina.

Morreram centenas de pessoas da cidade. Quase diariamente quinze a vinte corpos eram levados para o cemitério da Saudade, situado a uma boa distância do centro urbano. Os numerosos enterros, sucedendo-se a curtos intervalos, impunham terrível esforço à população. Mas o quadro que se observava no velho Tijuco reproduzia-se pelo país inteiro. Uma dentre as consequências da “espanhola”, que aqui menciono pelo que significou indiretamente para mim, foi a de ter esvaziado os colégios, de norte a sul do Brasil. No Senado, Jerônimo Monteiro apresentou um projeto, ampliado por sugestão de Paulo de Frontin, instituindo na emergência os chamados “exames por decreto”. Bastava que o estudante requeresse o certificado e podia obter, de mão beijada, quatro exames de uma vez.

Nosso amigo, Dr. Álvaro Mata Machado, que havia lido a notícia nos jornais, lembrou-se de chamar minha atenção para o fato. Achou que era uma boa oportunidade para mim. Devia apressar-me, matriculando-me num colégio qualquer e preparando os respectivos papéis. Estes deviam ser remetidos sem tardança para Belo Horizonte.

À falta de recursos, eu não podia nem sequer pensar na viagem. Coincidiu, porém, que meu primo João Kubitschek estava de malas prontas para ir à capital: poderia ser o portador da papelada. Discuti o assunto com minha mãe – e eu bem sabia que ela estava disposta a quaisquer sacrifícios para encaminhar-me na vida.

Nunca se apagou de minha memória a imagem de minha mãe, em nossa sala de jantar naquela tarde. Ouvia-me em silêncio, meio inclinada sobre a mesa. Enquanto eu falava febrilmente sobre o decreto, ela me observava em silêncio, de olhos serenos. Fez-me apenas uma pergunta: “Foi o Dr. Álvaro quem lhe deu estas informações?” Respondi, com firmeza: “Foi, mamãe. Ele mandou o Armando aqui especialmente para me falar nisto.” Pareceu concentrar-se por instantes, e concluiu: “Pode providenciar os papéis.”

Conseguí os documentos necessários com incrível rapidez. No dia da viagem, João Kubitschek foi a nossa casa apanhá-los. Minha mãe retirou, então, de uma pequena caixa em que conservava suas economias, a soma de quarenta e quatro mil réis – para nós uma verdadeira fortuna –,

e juntamente com os papéis entregou-os ao meu primo, para as despesas a efetuar.

Assim foi dado o grande passo. Eu não precisava senão esperar alguns dias, e já teria quatro preparatórios feitos. Parecia um sonho. Requeri os exames de português, de latim, de aritmética e de álgebra. Como as duas últimas eram matérias que eu detestava, aproveitei a oportunidade para me desvencilhar delas. Eu me lembrava das aulas de matemática no seminário, dadas pelo padre Aristides Caldeira Brant – as mais insípidas do curso. Num misto de desforra e desabafo, escrevi em meu compêndio de álgebra: “Hei de dar uma boa risada no dia em que perder este livro.”

O livro não foi perdido, mas o exame por decreto em boa hora me livraria dele.

.....

*A primeira viagem a Belo Horizonte*

A INAUGURAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO, em 1914, parecia abrir novas perspectivas para Diamantina. As comunicações melhoraram sensivelmente. Os jornais chegavam com regularidade: podia-se saber, com atraso de apenas quatro dias, o que se passava no mundo.

As notícias, vindas do Rio, se ofereciam matéria para as conversas no largo, ou ao longo da *capistrana*, não chegavam a influir nos hábitos daquela coletividade presa, de certo modo, a um passado ainda visível por toda a parte.

Só os acontecimentos locais tinham o condão de acelerar um pouco o ritmo sonolento. Mas eram escassos. De 1914 a 1919 – quando fiz a primeira viagem a Belo Horizonte –, só quatro fatos importantes podem ser assinalados: a inauguração da estrada de ferro; a sagração de dom Serafim Gomes Jardim como bispo de Araçuaí; a bênção do cemitério municipal, que pôs termo ao costume do sepultamento nas igrejas; e, finalmente, a criação da arquidiocese e a consequente confirmação de dom Joaquim Silvério de Sousa como primeiro arcebispo.

Eu observava estes acontecimentos, mas via cada vez mais crescer meu interesse por eles. Meus olhos começavam a vasculhar para além das serras que nos limitavam o horizonte. Minha consciência amadu-

recia, e eu me surpreendia a repetir, como numa autoadvertência, a velha e conhecida frase – “santo de casa não faz milagres”.

Apesar das privações que sofreu, minha mãe jamais se queixou. Mantinha sempre a mesma atitude serena, a mesma compostura digna, diante dos filhos, no lar, como diante dos parentes, amigos ou simples conhecidos, na rua ou nas residências que frequentava. Mas era capaz de cortar na própria carne, quando necessário, para encaminhar os filhos. Dizia-nos, com frequência: “A educação é a única herança que deixarei para vocês.”

Estas reações, combinadas com o desejo de estudar, haviam me despertado a ideia de deixar Diamantina. Não que eu não gostasse da cidade que foi meu berço inesquecível. Ao contrário, eu sempre a amei com intensa ternura, num misto de enlevo e nostalgia. Mas minha intensa curiosidade intelectual, pelas prolongadas leituras, havia-me revelado que, para além das serranias rudes e solitárias, desdobrava-se um universo maravilhoso.

Minha juventude transcorreu, assim, na uniformidade e mesmice características de minha condição. Não creio ter revelado nenhuma qualidade extraordinária. Na pobreza em que vivia despertaria mais simpatias do que inveja ou malquerença. Entretanto, eu sentia afirmar-se em mim um sentimento bem nítido e forte, que sabia não ser comum – a decisão e a serenidade em face do perigo, a força para enfrentar o risco ou a adversidade.

Esta ausência do sentimento do medo – em que muitos enxergaram uma das razões do meu êxito na vida – levou-me, de uma feita, a tentar salvar um colega, Paulo Kruger Correia Mourão. Numa de nossas habituais excursões de seminaristas, quando nos banhávamos no poço da Palha, observei que o companheiro se achava em dificuldades. Embora sem saber nadar, não vacilei. Atirei-me à água, rumo ao local em que ele, aflito, se debatia. Fui me afastando demasiadamente da margem, e perdi o pé. Só por verdadeiro milagre não fiquei ali para sempre.

Enquanto eu permanecia em Diamantina, marcando passo, assistia, a cada ano, a partida de antigos colegas e conhecidos para os colégios de Belo Horizonte ou Barbacena.

Eram jovens bem-nascidos, filhos de famílias ricas. Mas o que importava, principalmente, é que estavam *deixando a cidade*. Sem a realização daquela providência inicial, sem o cumprimento daquele estágio in-

termediário – os exames preparatórios –, era impossível obter um diploma universitário. Eu precisava, a meu turno, enfrentar aquele desafio. Se não o fizesse, estaria condenado a passar o resto dos meus dias por detrás de um balcão de armazém, ou em mangas de camisa numa modesta repartição do município ou do estado.

Neste ponto é que eu talvez divergisse de minha mãe. Aspirava para os seus filhos todo o bem possível, mas preferia o pequeno, o razoável, o certo, ao grandioso distante, ou problemático. As provações da vida devem ter-lhe revigorado esta atitude, levando-a quase a desistir de sonhar.

Sob este aspecto, eu me sentia, entretanto, mais próximo de meu pai. Embora sem ter sofrido a influência direta de sua personalidade, eu surpreendia em mim, com frequência, aqueles impulsos acalorados, que vim a saber mais tarde eram-lhe habituais. Viveu pobre e morreu pobre. Mas nunca se resignou a ajustar sua vista à limitação da distância que ia do chão ao beiral da casa em que morava.

Em momentos como esses, parecia-me vê-lo, dentre as névoas do tempo, à frente da vistosa cavallhada que aparelhara com as suas economias de comerciante no Mendanha. Meia dúzia de mulas escolhidas, canastras, trem de cozinha e mais petrechos da jornada – que trazia, com dois camaradas, por toda aquela região, em seu trabalho algo aventureiro de “cometa”. Ia de Pouso Alto a Campinas, do Rio Preto a Gouveia, de Riacho das Varas a Curalinho, com escalas em Datas, Guinda, Inhaí, Rio Manso, Mendanha e São João da Chapada.

A cavalo, pelos socavões da serra do Espinhaço, vivia na intimidade dos cenários amplos. Os pontos de referência em seus horizontes não eram as igrejas ou os muros, mas os picos distantes, os longos contrafortes das montanhas. Seria, talvez, uma existência vazia, segundo os padrões do pragmatismo burguês, mas, em termos de integração subjetiva, ele vivia com mais intensidade e satisfação que muitos dentre os que se pretendem “realizados” os “vitoriosos” na vida. Interpretara o mundo a seu jeito e extraíra dele beleza, emoção, fervor e plenitude.

Minha mãe, embora jamais tivesse tocado no assunto, parecia suspeitar da ocorrência dessa similitude – e temia-a. Percebia no meu temperamento muitas das qualidades e dos defeitos de meu pai. A mesma

exuberância e jovialidade. Idêntica inquietação de corpo e de espírito. A poderosa imaginação.

A aspereza do clima de Diamantina, úmido e mutável, alterando o frio intenso e cortante com o sol abrasador, era para ela uma fonte de inquietação constante. Temia que eu pudesse adoecer, tal como meu pai, arrebatado à vida pela tuberculose em plena mocidade. E lutava principalmente, à sua maneira calada e resignada, mas com todas as forças, para que eu não fosse arrastado à vida boêmia e inconsequente de muitos dos meus amigos.

Como acontece geralmente nos centros de mineração, dominados pela filosofia despreocupada e fatalista dos faiscadores, abundavam as diversões e atrativos, em que muitos jovens se enleavam profundamente. Multiplicavam-se, como no velho Oeste americano, os botequins, onde se jogavam cartas, bebia-se uma boa pinga e promoviam-se ruidosas ceias noturnas.

Esse natural pendor à vida inconsequente só era contrastado pela influência da Igreja, que se fazia sentir dominadoramente em largos setores da população, como uma espécie de barreira a impedir a proliferação dos impulsos de irresponsabilidade e dissolução moral. E, realmente, todos os moradores participavam das missas solenes, das longas procissões, das novenas, e, principalmente, das comemorações da Semana Santa, realizadas com esplendor e todos os requintes da liturgia.

Eu compreendia as preocupações de minha mãe, e por minha própria iniciativa mantinha-me em guarda para não me deixar arrastar àqueles hábitos perigosos. Muitos casos tristes e lamentáveis havia ali, aos olhos de todos, e eu os observava, fazendo comigo mesmo o voto de precaver-me para não incidir nos mesmos erros.

Com os quatro exames por decreto, eu tinha dado o primeiro passo na caminhada que pretendia empreender. Restavam oito, antes de poder entrar para a faculdade. Só deixando Diamantina haveria de conseguir o meu objetivo. Como fazê-lo?

O sacrifício já imposto a minha mãe era excessivo. Sobre seus ombros frágeis pesara até ali a educação de dois filhos, que, entretanto, ainda se encontravam no meio do caminho. E era provável que a parte a percorrer fosse mais difícil, mais onerosa que a anterior. Eu me sentia no



dever de procurar aliviá-la daquele peso, passando a sustentá-la e à minha irmã, pois dispunha de excelente instrução e estava em condições de trabalhar. Ao mesmo tempo, algo dentro de mim me impelia a partir, buscando a emoção do voo em céus mais largos. Como conciliar, então, estes impulsos? – eis o drama que comecei a viver.

Vencido, às vezes, pela amargura, ou tanguido pelo desespero, eu deixava a cidade e ia me refugiar na fazenda que pertencera ao meu avô Augusto. Retornava àquele pedaço de terra como um doente em busca de cura. Ali eu recobrava o equilíbrio interior, entregando-me à contemplação dos vastos horizontes. Relaxava os nervos observando o rio murmurante e largo, que volteava por perto, e a cujas margens vinha a criação, à tarde, se dessedentar. E distraía-me muito, vendo a atividade na fábrica de rapaduras e assistindo ao trato dos animais no curral.

Tornaram-se tão fortes os vínculos que me prendiam àquele local que nunca mais pude desfazê-los. Recordo-me de que muito mais tarde, em 1951, quando já era governador de Minas, vi nitidamente, e sem nenhuma razão lógica que o justificasse, compor-se de súbito, em meu espírito, a imagem tão familiar, singela e característica da fazendola de “seu” Augusto. Tive a impressão de um chamamento místico. Era como se fosse um apelo telúrico. Estava no governo havia poucos meses. A terra, a cujo contato eu vira na juventude dissiparem-se as tempestades que me vergastavam a alma, chamava-me de novo. Não resisti ao sortilégio daquela voz inaudível. Reuni-me a João Kubitschek e a Tales Viana, este casado com minha prima Virgínia, e tomamos o trem que nos levou a Rodeador. Ali, montamos a cavalo e seguimos para a velha fazenda, onde chegamos à tardinha. Foi uma noite de reencontro com o passado, de profundas e gratas recordações. Era como se meu avô ainda estivesse vivo: eu sentia quase a sua presença física na semiescuridão das salas, iluminadas a lamparina.

Ao jantar, divisei sobre a mesa a louça e mesmo os bons pratos de minha juventude: o lombo de porco e a galinha ao molho pardo. À noite, sobre os colchões de palha, macios e aconchegantes apesar de rumorosos, prolongou-se a conversa, de quarto para quarto. A casa, que já estava no terceiro proprietário, desde que meu avô morrera, ainda não havia sido forrada.

E de manhã, outra vez as cenas dos tempos idos: o banho na bica, o leite no curral, a visita à fábrica de rapaduras, então abandonada,

e os cavalos arreados para a viagem até Rodeador, onde iríamos apanhar o trem de volta a Belo Horizonte.

Aquela visita à velha propriedade refez-me, ainda uma vez, as forças e me incutiu a energia necessária para tentar executar, num ritmo até então desconhecido em Minas, o programa de desenvolvimento que eu havia delineado.

Em meio a tantas indecisões e conflitos, prossegui, entretanto, estudando para os exames parcelados que precisaria fazer. Mantinha-me em contato com meus velhos mestres do seminário – padres Carlos, Jardim, José Coelho e Aristides – procurando-os com frequência e valendo-me de seus conhecimentos e experiência para solver as dúvidas que me perturbavam.

Não me esquecia, igualmente, de visitar os parentes mais chegados, em cujas casas, além de obter novos livros e poder ler jornais, distraía-me, comentando os acontecimentos da cidade.

Em nossa rua ficava, como já mencionei, a casa do Dr. Álvaro da Mata Machado, médico, homem de grande valor, mas singularmente retraído. Aproximei-me muito de seus filhos – Armando, Franklin e Álvaro –, que me levavam, com frequência, a almoçar ou jantar com eles. No escritório do Dr. Álvaro pendia da parede, bem em frente à porta, uma caveira. Mesmo que eu tentasse evitar a contemplação macabra, quando por ali passava, não o conseguia. O crânio exercia irresistível atração sobre meu espírito – e eu o fitava sempre, com um misto de temor, de ansiedade e de respeito.

Um pouco adiante, morava o tio Sica, em companhia de seus filhos. Com um deles – Juscelino Demerval da Fonseca, que foi prefeito de Diamantina –, tive minhas primeiras impressões da política. Os outros, Newton e Lourival, eram meus companheiros habituais de conversa no Largo. Apesar da diferença da idade, entendíamos-nos muito bem. As extensas leituras haviam feito avançar os ponteiros de meu relógio espiritual. Algum tempo depois mudaram-se para Belo Horizonte, onde residiram, sozinhos, no bairro da Floresta, numa pequena casa na Rua Rio Preto, 608. Ali eles me acolheram, bondosamente, por duas vezes: a primeira quando fui fazer o concurso para os Telégrafos; e a segunda quando fui prestar meus exames preparatórios no Ginásio Mineiro.

Era esta a rotina de minha vida, naquela quadra cheia de apreensões e incertezas. Às vezes, extenuado pelos estudos ou saturado da leitura,

eu rumava para a estação dos telégrafos, onde todos eram meus amigos. À força de vê-los trabalhar, e pela natural curiosidade de jovem, aprendi a manipular o Morse. Eu era, ocasionalmente, requisitado para substituir algum funcionário que precisava faltar ao serviço. Tornando-se mais frequentes essas substituições, passaram a propor-me cinco tostões por hora de trabalho.

De nossa casa, próxima ao Largo de Dom João, onde ficava a estação ferroviária, eu ouvia os silvos das locomotivas, que frequentemente me lembravam meus anseios de partida. Debruçado sobre os livros, identificava os apitos e, ouvindo-os, conforme a hora, dizia-me sutilmente: “É o número 3 do misto partindo para Corinto.” Pouco depois, novo apito, mais agudo e frequentemente repetido. E eu, comigo: “É o número 2, manobrando para receber carga.”

Aos domingos pela manhã reunia-me com outros rapazes, entre os quais José Maria Alkmin e João Kubitschek, e íamos jogar futebol na esplanada do Morro Vermelho. À tarde, costumávamos dar um mergulho nos córregos da Palha ou Figueiró, que possuíam numerosas piscinas naturais, formadas pelas anfractuosidades das rochas.

Quando saíamos à noite, dirigíamo-nos ao centro da cidade: e ali, postados a uma esquina, ficávamos vendo o desfile das moças e rapazes da sociedade, indo e vindo ao longo da *capistrana*, que, recorde-se, é uma espécie de calçada de grandes lajes, construída bem no meio das ruas. Creio que este tipo de calçamento é peculiar a Diamantina, embora houvesse também sido usado em Ouro Preto, ao final do século XIX. As moças exibiam complicados vestidos de renda importada, enquanto os rapazes, usando polainas e gravatas *plastron* e fumando em piteiras, caminhavam, agitando à mão bengalas de junco.

É interessante como a urdidura de uma existência humana se constitui de numerosos pequenos fatos que, na maioria das vezes, parecem não ter significação alguma. Escalonados no tempo, em datas diversas, vão-se, entretanto, encaixando uns nos outros, em sequência imprevisível mas lógica, até que, fundidos, se transformam nas vigas mestras de um destino.

Vejo agora que três fatores, aparentemente irrelevantes, contribuíram para preparar o terreno sobre o qual ensaiaria os meus passos, até então hesitantes e tímidos: a amizade da família Mata Machado; o aprendizado ocasional e quase involuntário no posto telegráfico; e o silvo

das locomotivas na estação, como a alertar o meu espírito e mantê-lo concentrado na ideia de seguir para a capital.

Em 1919 o *Minas Gerais* estampou um edital abrindo concurso para preenchimento de dezenas de vagas de telegrafista na agência central de Belo Horizonte.

O Dr. Álvaro da Mata Machado leu a publicação e me preveniu imediatamente. Minhas frequentes visitas ao posto telegráfico da cidade, onde ficava longas horas a conversar e a praticar com os funcionários, meus amigos, haviam-me aberto todos os segredos do Morse. E ali estava a estrada de ferro para transportar-me à capital mineira.

A oportunidade era, sem dúvida, propícia. Parecia ter havido, naquele instante, uma conjugação de fatores para viabilizar meu difícil sonho de estudar em Belo Horizonte. O único problema era o dinheiro. Um bilhete de segunda classe e mais as despesas a que ficaria obrigado na cidade estranha exigiriam uma disponibilidade de, aproximadamente, duzentos mil réis.

Nas minhas dificuldades anteriores minha mãe sempre me socorrera. Desta vez, a quantia necessária excedia de muito seu próprio salário de professora. Só quem não a conhecesse bem poderia imaginar que ela deixasse escapar aquele ensejo. O que estava em jogo era minha educação – e esta seria a única herança que ela pretendia deixar para seus filhos.

Remexeu nos guardados, retirou a única joia que possuía – um modesto colar de ouro herdado de sua mãe – e vendeu-o. O dinheiro apurado perfez exatamente a soma de que eu tinha necessidade.

No dia seguinte, galgando a pé, com a pequena mala de viagem à cabeça, a íngreme subida para a estação ferroviária, preparava-me para deixar temporariamente Diamantina. Voltava-me para contemplar a cidade, lá embaixo, ainda envolta na bruma fria da manhã. Mal eu podia distinguir, por entre as abertas do nevoeiro, o perfil severo das igrejas, destacando-se, como exóticos altos-relevos, no cenário do casario, que era um telão cinzento, unindo céu e terra.

Pouco depois, a locomotiva apitou, anunciando a partida.

Apalpei o embrulho ainda quente em que mamãe, com sua providência habitual, acondicionara um frango com farofa; e, estendendo o olhar pelo vagão, deixei-me levar, em busca do incerto e misterioso destino.

.....  
*Enfim, a nomeação para os Telégrafos*

**O**S DUZENTOS MIL RÉIS, que eu levava cuidadosamente recolhidos ao bolso, deveriam dar para a passagem de ida e volta e a estada de um mês em Belo Horizonte – mas tudo medido e contado, sem o menor desperdício.

Naquele tempo, Belo Horizonte, como dizia Tales Viana, era um “grande arraial, com bonde elétrico”. Para mim foi, entretanto, um deslumbramento. Ao desembarcar, segui diretamente para a Rua Rio Preto, no bairro da Floresta, onde moravam meus primos Newton e Lourival Fonseca.

Minha chegada coincidiu com as festas de inauguração da bitola larga na Central do Brasil. Assisti-as, vendo crescer a emoção de que já estava possuído. Afrânio de Melo Franco, ministro da Viação, viera do Rio especialmente para a solenidade. Achava-se presente, na praça da Estação, todo o mundo oficial mineiro.

Observei tudo, entre aturdido e surpreso. Deixara Diamantina e estava na capital do estado! Usava um terno de casemira, o primeiro que vestia, e obtido de maneira complicada – o paletó era do meu primo Juscelino Demerval da Fonseca, e a calça o resultado da adaptação, feita por minha mãe, de um velho terno do meu avô. Sobrava a pequena mala, na qual se encontrava meia dúzia de peças de roupa branca.

A viagem fora cansativa, parecendo não ter fim. De Diamantina a Corinto, haviam transcorrido sete horas, com o trenzinho da Vitória-Minas sacolejando sobre os trilhos, através dos cento e quarenta e oito quilômetros do percurso, e parando em todas as estações.

Pernotei em Corinto, hospedado por “seu Carlinho” – Carlos Dinis de Oliveira Pinto –, nosso antigo vizinho em Diamantina. Dormi num quarto aos fundos de sua “casa de negócio”. A impressão que guardei da localidade foi a pior possível. Poeira, burros de carga e uma multidão de tropeiros – eis a imagem que se me fixou no espírito. Na manhã seguinte a viagem foi pela Central do Brasil. À chegada, divisei de longe meus primos que me aguardavam na estação.

Belo Horizonte ainda era, na realidade, apenas um esboço cartográfico: capital desenhada na planta. Mas sem população que a enchesse. Daí o apelido que lhe deram: “Cidade do lá vem um...”. Nas ruas imensas, muito bem traçadas, não se via ninguém. De vez em quando, surgia um transeunte, para justificar o apelido. Na mesma noite da chegada, desci, com Newton e Lourival, para um passeio pelo centro. A Avenida Afonso Pena já existia, mas não estava calçada. Era agradável, porém, caminhar por ali, debaixo das árvores, que se estendiam em renques, com as copas se entrelaçando no alto.

Na esquina das Ruas Caetés e Rio de Janeiro, parei, para admirar um açougue. Azulejos brancos subiam pelas paredes. Um enorme balcão de mármore. E a carne vermelha pendurada em ganchos, que cintilavam de tão limpos. A limpeza impressionou-me. Fiquei parado, admirando tudo aquilo. Foi a primeira visão do “luxo”, que tive na vida.

Não havia naquela época, mesmo no centro de Belo Horizonte, densas concentrações residenciais. As casas erguiam-se isoladas por largos espaços de terrenos baldios. Também não se viam prédios altos. Os mais elevados não ultrapassavam o terceiro andar. A cidade, nova e em plena expansão, vivia mais do cenário em que fora construída. Uma verdadeira cinta de serranias fechava o horizonte, no qual se destacavam festivais de cores ao amanhecer e ao pôr do sol.

Se o contato com Belo Horizonte me encantou, trouxe-me, por outro lado, sérias preocupações. Eu levava um objetivo determinado, e era preciso que obtivesse êxito. Assim, já no dia seguinte, dirigi-me à reparti-

ção dos Telégrafos, a fim de tomar as informações indispensáveis sobre o concurso. Como tinha os papéis em ordem, aproveitei e fiz logo minha inscrição – voltando para casa dos meus primos, passei a rever – com José Maria Alkmin, que me antecederia naquela viagem e iria fazer o mesmo concurso – os pontos mais difíceis do programa. Ao saber do número de candidatos – 97 – fiquei alarmado e receoso.

Entretanto, estava bem em todas as matérias. Se não obtivesse um dos primeiros lugares, certamente me classificaria. E, de fato, assim aconteceu. Durante vários dias arrastaram-se as provas, realizadas numa das salas da Faculdade Livre de Direito. Dos 97 candidatos inscritos, compareceram 89.

Saí-me razoavelmente nas nove provas. Quando o concurso se encerrou, soube, com surpresa, alguns dias mais tarde, que o julgamento seria feito no Rio, com o tormento de uma longa espera. Após vinte dias de permanência em Belo Horizonte, voltei então a Diamantina.

Ingressei numa fase de frustrações. Havia deixado Diamantina cheio de ilusões, e retornava sem a nomeação. E pior ainda – sem ao menos saber se estava classificado. Só em dezembro, após seis meses de espera, tive notícia do resultado. Obtive o décimo nono lugar, o que significava praticamente a nomeação. As vagas eram mais de vinte e cinco.

Uma surpresa desagradável, porém, me aguardava. Mesmo aprovado precisaria fazer um estágio, sem qualquer remuneração, para aprender o alfabeto morse. Aleguei, inutilmente, que já era senhor dessa técnica. Apresentei provas de que substituía, com frequência, os telegrafistas na agência de Diamantina. Não foram levadas em consideração. Infelizmente, eu não era um postulante “empistolado”...

Quem poderia me ajudar? Apelei para o senador Mourão, chefe político de Diamantina. Nada consegui. O máximo que obtive foi uma autorização para fazer o estágio na própria agência de Diamantina. Em consequência, trabalhei de graça durante um ano, cumprindo horário, aprendendo o que já sabia.

A agravar estas naturais decepções, outro problema me preocupava. O ano de 1919 já ia adiantado e, em dezembro, eu teria que prestar exames em Belo Horizonte. Era a eterna questão do dinheiro. Para a minha

primeira viagem, ainda houvera a joia de minha mãe. Para a segunda, não restava mais nada para vender.

Mas o problema precisava ser resolvido. Realizou-se um conselho de família, presidido por minha mãe. A questão a ser decidida era a opção numa alternativa. Deveria ir para Belo Horizonte logo e fazer os preparatórios? Ou aguardar a nomeação, o que significaria a perda, no mínimo, de um ano nos estudos?

A sugestão da partida de imediato foi aprovada. Começaram os esforços para a obtenção do dinheiro necessário. Depois de muito pensar, minha mãe lembrou-se de um velho amigo nosso, meu xará, Juscelino Pio Fernandes, que possuía uma fábrica de tecidos no Gouveia. Por causa disso, era conhecido como Sica do Gouveia.

Minha mãe escreveu-lhe, pedindo duzentos mil réis emprestados, e foi atendida. Com esse dinheiro, voltei a Belo Horizonte, e fiz os exames de francês e de inglês, no Ginásio Mineiro, sendo aprovado, com “plenamente” nas duas matérias.

Era a segunda etapa que eu vencía. O ano de 1919 havia sido de sucesso para mim. Além do concurso, conquistara mais dois “preparatórios” e sentia-me justamente a meio do caminho. Já reunia seis “preparatórios” feitos, faltando-me outros tantos. Entre estes incluía-se o de Geometria, uma das minhas diferenças desde os tempos de seminário, o que me inquietava.

Belo Horizonte continuava, pois, sendo a miragem a entremostrear-se no meu deserto. Era a cidade dos meus sonhos, acessível somente em épocas de exame. Aprovado em inglês e francês, tomei o trem de volta a Diamantina, a fim de me preparar, em casa, para enfrentar, no fim do ano, as bancas examinadoras. Desta vez, a escalada seria mais dura. Iria tentar quatro matérias – Geografia, História do Brasil, História Universal e Geometria.

Estudei, sozinho, durante o ano. Com o programa do Colégio Pedro II na mão, repisava as matérias, auxiliado ocasionalmente por alguns padres do seminário e pelos meus tios Juscelino da Fonseca Ribeiro Júnior e Hilário Sebastião de Figueiredo, que haviam sido professores na Escola Normal e tinham, assim, experiência didática.



Durante aquele período em Diamantina – e já com dezoito anos – eu sempre tivera os olhos voltados para os rapazes ricos, filhos de famílias ilustres, que faziam o *footing* na *capistrana*. Observava as polainas de feltro que usavam e as longas piteiras que exibiam entre os dedos. Integravam a juventude nascida em berço de ouro e que se desgastava na vida ociosa dos cafés, dos bailes e das serenatas. Contudo, não me sentia frustrado ante a desigualdade flagrante de nossa condição.

A falta de recursos, privando-me de muitas coisas, proporcionou-me, em compensação, uma existência, se não melhor, pelo menos orientada em sentido mais proveitoso, mais intelectualizado. Divertia-me a meu modo. Sem ostentação e sem desperdício. Subia o morro da Grupiara, à tarde, para ver o pôr do sol e ler Lamartine. Extasiava-me, transfigurando a agressividade da paisagem, que parecia diluir-se em tons neutros, numa sugestão de quadro impressionista. Lá estavam as torres das igrejas centenárias. Ao longo das ruas empedradas sucediam-se os sobradões românticos, lembrando dramas e paixões extintos. A catedral erguia-se, maça em sua estrutura de pedra lavrada, como um monumento de fé, recordando a natureza efêmera das preocupações humanas em face dos símbolos eternos.

Mas, como nem só de paisagem vive a alma de um adolescente, havia, também, para saciar minha ânsia de romance, a poesia de uns olhos verdes de uma linda moça – Amélia –, filha do deputado federal Pedro Mata Machado...

Chegou dezembro, e galguei mais um degrau na minha escalada lenta e cheia de dificuldade para ingressar na faculdade. Submeti-me aos quatro exames, para os quais me estivera preparando. Fracassei em Geometria, como não foi surpresa. Mas obtive aprovação nos demais: Geografia, História do Brasil e História Universal.

Aquela reprovação não me abateu. Faltava-me a base indispensável para ser um bom aluno de geometria. Meus exames de aritmética e de álgebra foram por decreto, e, além disso, estudara a matéria sozinho. Mesmo assim, mergulhado nos livros e valendo-me às vezes do auxílio de um estudante mais adiantado, fiz o que pude, procurando decorar o que se encontrava nos compêndios. Entretanto, a geometria não é ciência de memória. E sim de raciocínio. Daí a razão do insucesso.

Como quer que seja, este ano de 1920 constituiu um marco, uma linha divisória na minha juventude. Foi o último que passei em Diamantina. Daí em diante, só voltaria à velha e querida cidade como visitante. Talvez por haver sido o derradeiro, revelou-se repleto de preocupações, de trabalho e – por que não dizê-lo? – também de felicidade.

Desde a manhã até à tarde, eu me encontrava à minha mesa, debruçado sobre os livros. Mal me alimentava. Dormia apenas o indispensável. E vivia em permanente tensão nervosa. O resultado foi uma espécie de *surmenage*. Mamãe logo se preocupou, lembrando-se da doença que vitimara meu pai.

Mas não se tratava, absolutamente, do corpo. O mal era interior. Psíquico. Efeitos do excesso de trabalho, associado ao temor do fracasso. Afastei-me das rodas que frequentava. Reduzi as fronteiras do meu mundo, no qual apenas duas pessoas eram admitidas: minha mãe e minha irmã.

Naná havia terminado seu curso no colégio das irmãs e regressara a casa. O longo período em que permanecemos distantes um do outro serviu para aumentar o prazer de nossa convivência, conferindo-lhe sabor de novidade. Ela era sensível, culta e inteligente. Quando me sentia extenuado, após longas horas sobre os livros, costumava dar-lhe o braço, saindo juntos e despreocupados a passear pelas ruas de Diamantina.

Fomos assim redescobrimo, aos poucos, os segredos da sedução do antigo burgo. Percorriamos caminhos desde muito não trilhados. Bebíamos água nos chafarizes, onde havíamos brincado em criança. Excursionávamos pelos morros da cidade, a fim de admirar os velhos cenários que, antes, nunca haviam despertado nossa atenção. O convívio com minha irmã constituiu a nota de ternura, o acento de doce enlevo que vinha em prestar um halo de felicidade à minha vida.

Em Belo Horizonte, fiz os exames. Pouco faltava agora para concluir meus preparatórios. Somente as provas de história natural, de física e de química, sem falar de geometria, que eu teria que tentar novamente. Não haveria vantagem nenhuma para mim em regressar a Diamantina, pois ali não existiam os laboratórios indispensáveis a bem me preparar naquelas importunas matérias.

Ocorreu-me, então, a possibilidade de me transferir de Diamantina para Belo Horizonte, como praticante de morse. E consegui-o,

com relativa facilidade, pois devia trabalhar sem nada receber. Enquanto fazia a ronda aos políticos para abreviar a nomeação, comecei a percorrer as pensões, procurando um local para morar.

Afinal descobri um porão, numa casa situada na Avenida Afonso Pena, onde, hoje, se ergue o Hotel Financial. O preço era razoável: cinquenta mil réis por mês e mais cinco mil réis para a lavagem de roupa. Mas precisaria de mais algum dinheiro para tomar um bonde, beber um café ou fazer qualquer despesa imprevista.

Escrevi a minha mãe, expondo a situação. Como sempre, ela resolveu o problema. Enviaria, todos os meses, sessenta mil réis. Ao receber sua carta, embora alegre por permanecer em Belo Horizonte, fiquei pensando em como se arranjariam em Diamantina – ela e minha irmã – em face do novo desfalque em seu minguado salário.

As perguntas que lhe dirigi a este respeito nunca foram respondidas. O certo é que, nos primeiros dias de cada mês, eu recebia os sessenta mil réis. Assim, fiquei residindo em Belo Horizonte. Estudava e praticava o morse. A única coisa de valor que possuía era uma abotoadura de ouro, deixada por meu pai. Ela salvava-me, nos momentos de apertura. Dava dez mil réis no preço. Volta e meia, eu a levava a uma casa de penhor, na Rua Guarani, e, quando a situação melhorava, ia buscá-la.

Minha vida na pensão – onde meu primo Divaldo Lacerda de Oliveira era meu companheiro de quarto – tornou-se um verdadeiro suplício. Não que os donos da casa me apoquentassem. Ao contrário, tratava-se de um excelente casal de velhos: João e Alzira Neves. O marido era ourives e dona Alzira tomava conta da casa. Às vezes, deixando os livros, ia ver “seu” João trabalhar. Constituía uma distração, para mim, assistir à transformação de um pedaço de ouro bruto num anel, num brinco ou, mesmo, numa joia cravejada de brilhantes.

Meu tormento era de outra natureza. O porão só tinha dois metros e vinte de altura e ficava abaixo do nível da rua. Da minha cama, podia ver o *footing* na avenida. Mas era uma visão limitada. O que contemplava eram apenas pernas de transeuntes. Botinas e calças, quando se tratava de homem. Sapato e meia de seda, se era mulher. Além disso, havia uma professora de piano no andar de cima, e o dia inteiro tinha de suportar as enervantes repetições da escala musical, o que me obrigava a usar algodão nos ouvidos.

Até maio de 1921 vivi com os sessenta mil réis que minha mãe me enviava. Por essa época, deu-se o milagre da minha nomeação. Fiquei devendo-a a Mário da Mata Machado, amigo de Augusto Mário Caldeira Brandt, que fora designado por Raul Soares para chefiar a política de Diamantina. Mário Brandt dirigia o *Diário de Minas*, órgão oficial do PRM, que era o partido do governo.

Mata Machado pediu a Mário Brandt para interceder junto a Raul Soares, que era o secretário do Interior, no sentido de que este escrevesse ao Dr. Antônio Nogueira Penido, diretor-geral dos Telégrafos, solicitando-lhe minha nomeação. O pedido foi imediatamente satisfeito. Assim, a 19 de maio de 1921, quase dois anos após o concurso, tornei-me funcionário, exercendo o cargo inicial de telegrafista-auxiliar.

A nomeação foi uma espécie de “Abre-te, Sésamo” para mim. Poderia permanecer em Belo Horizonte, sem maior sacrifício para minha mãe. E, assim fazendo, concluiria meus preparatórios com facilidade, e ingressaria na faculdade de Medicina.

.....

## *A volta do “filho pródigo”*

**O** ANO DE 1921 FOI, PARA MIM, cheio de dificuldades. Antes da nomeação, tomei aulas num curso particular, a fim de me preparar para os três últimos exames. Como não dispunha de dinheiro, expus a situação com franqueza: pagaria as mensalidades quando começasse a receber nos Telégrafos. Os diretores do curso – Dr. Newton Peçanha e João Martins – concordaram e, dessa forma, passei a estudar já orientado por professores, abandonando a autodidática, sob que se realizara até então minha atividade de estudante. Lembro-me de que um dos meus colegas no curso era Carlos Drummond de Andrade – franzino de corpo e tímido por temperamento –, que iniciava, na época, sua fulgurante carreira literária.

A nomeação impôs numerosas transformações à minha vida. Deixei a pensão de dona Alzira e mudei-me para outra, na Avenida Carandaí, esquina da Rua Paraíba, atrás da Escola Normal. Os donos eram Miguel Ramos de Lima – “seu” Miguel – e D. Etelvina. Ali conheci Júlio Soares, então estudante de Medicina, mais tarde meu cunhado, e que iria exercer grande influência em meu destino. Ao lado, residia a família de Adauto Lúcio Cardoso, depois ministro do Supremo Tribunal Federal. Éramos amigos e praticávamos esportes juntos, apostando corrida a pé na rua, naquela época sem calçamento – um verdadeiro mar de poeira.

Completei os “preparatórios” no ginásio de Barbacena, em dezembro. Um mês depois, prestado exame vestibular na Faculdade de Medicina, matriculei-me no primeiro ano.

Se a situação já era difícil para conciliar trabalho e estudo, tornou-se pior quando ingressei na faculdade. Eu tinha que me desdobrar para atender simultaneamente aos deveres de telegrafista e aos compromissos de acadêmico. Foram seis anos de luta intensa e obstinada! Mas de progresso constante. Durante esse período, trabalhei no Morse e, mais tarde, no Baudot. Via escoarem-se as noites, enquanto manipulava os aparelhos, enviando mensagens para todos os recantos do país.

No princípio, sentia-me excitado. Vivendo do meu próprio esforço, constituía para mim um conforto espiritual saber que estava sendo útil. Depois, pouco a pouco, a rotina passou a reclamar seus direitos. As horas tornaram-se lentas. O dever parecia monótono. O emprego transformava-se numa modalidade de tortura.

Para frequentar as aulas, via-me obrigado a mudar de turno com frequência. No entanto, sendo moço, tinha necessidade de dormir bem. Até hoje relembro o sono invencível que me perseguia pela madrugada, quando a noite se transformava numa vigília interminável. Era um verdadeiro suplício chinês. Em cada telegrama enviado, devia anotar a hora exata de transmissão. Um grande relógio, redondo e brilhante, era visto na parede central do saguão. Com seu tique-taque irritante, lembrava-me a obrigação de anotar, minuto por minuto, a marcha inexorável da noite.

A repartição não apresentava nenhum conforto ou facilidade, como era regra naquele tempo. Não se servia café nem eram vendidos sanduíches. Cada madrugada, um de nós ia à padaria, na praça ao lado, e de lá voltava sobraçando um pacote de pão fresco.

À tarefa de transmitir telegramas para custear os estudos, juntou-se, pouco depois, José Maria Alkmin, também telegrafista, que se matriculara na Faculdade de Direito. Alkmin era meu amigo íntimo desde Diamantina, embora houvesse nascido em Bocaiúva. Como eu, viera do nada. Quando menino, havia sido ajudante de tropeiro, indo constantemente a Diamantina, onde residia seu irmão mais velho, fotógrafo.

Nos serões dos Telégrafos, martelando o Morse até de madrugada, aproximei-me de outro telegrafista, Odilon Behrens, também naquele ano matriculado na Faculdade de Medicina. Era o início de longa e fraternal amizade: quando governei Minas, Odilon foi meu secretário de Educação e, depois, de Finanças. Fiz, igualmente, outros amigos ali, e todos ocupariam mais tarde elevadas posições. Cito, entre outros, Antônio Martins Vilas Boas, que tive a honra de nomear ministro do Supremo Tribunal Federal; o já citado Alkmin, meu ministro da Fazenda e ex-vice-presidente da República; e um alagoano inteligente que faria brilhante carreira literária, sob o pseudônimo de Romeu de Avelar.

As taxas universitárias eram muito onerosas. A inscrição para o exame vestibular custava cem mil réis e a matrícula, setecentos e cinquenta mil réis. cada ano. Um telegrafista ganhava apenas seis mil réis por dia – mais do que era pago a minha mãe, como professora. Mesmo assim, o ordenado chegava para a pensão – casa e comida –, permitindo uma pequena sobra para as taxas universitárias e a aquisição de alguns livros essenciais. As obras estrangeiras eram lidas nas bibliotecas públicas ou na própria faculdade.

O período crítico era o início do ano, quando as principais taxas deviam ser pagas. Como os vencimentos não bastavam para todas as despesas, eu recorria a um agiota, resgatando o empréstimo a juros escorchantes de 10% ao mês, em prestações numerosas. Esta luta não cessaria até chegar a formatura.

Certa vez, precisei fazer um empréstimo a fim de saldar as dívidas acumuladas, e Alkmin encontrava-se em idêntica situação. Ante o vulto da quantia necessária, seria loucura tomá-la a um agiota. Tínhamos que recorrer a algum parente. Lembrei-me do meu primo Newton, então já formado e exercendo as funções de engenheiro do estado.

Procurei-o em sua residência, à noite, e expus, constrangido, a situação. Precisava de uma soma elevada, quinhentos mil réis. Mal acabei de falar, Newton foi ao quarto e voltou, trazendo-me a importância solicitada.

Quando estudante, enfrentando dificuldades, só encontrei, além de minha mãe, duas pessoas que me ajudaram, emprestando-me dinheiro: Newton, no ensejo agora referido, e meu tio Eufrozino de Oliveira, com

quantia igual, quando a tuberculose parecia ameaçar-me. Ambos nunca admitiram que eu saldasse estes compromissos.

E, realmente, eu não enfrentava apenas o problema do dinheiro. Vivendo mal alimentado, dormindo pouco, estudando e trabalhando em excesso, minha saúde não tardou em declinar. Ao fazer os últimos preparatórios, no ginásio de Barbacena, senti-me esgotado. Apesar do ótimo clima da cidade, onde me encontrava havia um mês, fui vítima de uma lipotimia, espécie de colapso, perante a banca examinadora, na prova de geometria.

Fui retirado da sala e levado para uma dependência do colégio, onde fiquei durante algum tempo em repouso. Apesar do incidente, e feliz com as boas notas que obtive nos exames, não procurei cuidar devidamente da saúde. Ao regressar a Belo Horizonte, mantive-me no ritmo anterior, convencido de que possuía um organismo de ferro.

Já não era, entretanto, o mesmo. Minha resistência física fora minada e, desde algum tempo, eu estava magérrimo. Ao espelho, sem camisa, assustava-me, vendo ressaltar os ossos do tronco. Mas preferia não pensar no caso. Sentindo-me ainda disposto para o trabalho, procurava convencer-me de que tudo ia normalmente.

Tal impressão era falsa. Só faltava realizar um esforço maior para que se mostrasse a crise. Ela surgiu quando eu menos esperava.

Cursava o quarto ano na faculdade quando percebi estar sendo vítima de um progressivo processo de esgotamento. Pela manhã, era uma luta para sair da cama. Abandonei as longas caminhadas a que me habituara, preferindo conservar-me no meu quarto, sentado, sem coragem de abrir um livro.

Preocupado, consultei o Dr. Alfredo Balena, um dos grandes médicos de Belo Horizonte. Ele examinou-me com a maior atenção, declarando-me que encontrara estertores nos pulmões. Para maior segurança do diagnóstico, pediu um exame de escarro.

Fiquei alarmado. Lembrei-me da tuberculose que vitimara meu pai. Fiz o exame e aguardei, com apreensão, o resultado. José Maria Alkmin e José Jardim, meus companheiros de quarto na pensão, nada diziam, mas estavam também apreensivos.

No dia indicado para a entrega do resultado, saímos juntos e subimos a um segundo andar, na Avenida Afonso Pena, onde ficava o la-



boratório. Abri o envelope, em silêncio, com certo tremor nas mãos. Foi um alívio quando lemos a palavra: “Negativo”.

Abraçamo-nos. Esquecendo por momentos a permanente falta de dinheiro, fomos comemorar o fato, com uma garrafa de cerveja, num café existente na Rua Caetés.

Embora o exame tivesse sido negativo, o Dr. Balena aconselhou-me entrar em licença nos Telégrafos e passar uns meses em casa, descansando. Obtida a licença, segui para Diamantina. Era o retorno do filho pródigo, após a longa ausência. Minha mãe e minha irmã Naná desdobravam-se para me agradar.

A casa era a mesma da Rua São Francisco, na sua parte alta, perto da Praça D. João. Para chegar até lá galgava-se uma ladeira, cujo acesso constituía uma prova de boa resistência física. A igreja de São Francisco, em cujo interior estava enterrado meu pai, ficava no início da rua.

Foi com emoção que me encontrei de novo diante de seu interior modesto e acanhado: uma salinha, com algumas cadeiras; um corredor; um quarto, com duas camas; a sala de jantar; por fim, o minúsculo quarto que outrora fora meu.

Quando avisei que ia chegar, a casa alvoroçou-se. A vida monótona que minha mãe e Naná levavam, repartida entre os afazeres domésticos e o ramerrão escolar, contribuía para aumentar as saudades do filho e irmão, havia tanto tempo ausente. A satisfação com a notícia do meu regresso tornou-se ainda maior quando souberam que, em vez de apenas alguns dias, minha permanência na companhia delas prolongar-se-ia por cerca de seis meses.

Tudo fizeram para que eu dispusesse do maior conforto possível durante minha estada. Sendo escassos os móveis da casa, minha irmã fabricou, ela própria, uma mobília para a sala de jantar, utilizando caixotes obtidos numa venda próxima. Quando a mesa, o aparador e as cadeiras estavam prontos, revestiu-os de um estampado alegre e, através de franjas e babados, arranjos com o bom gosto que lhe era natural, conseguiu transformar aqueles esqueletos de madeira numa mobília que me pareceu até luxuosa.

Quatro anos haviam transcorrido desde que me ausentara. À hora da chegada, minha mãe e Naná estavam nervosas e eu, de minha parte, sentia-me profundamente comovido. Ao transpor a porta, logo percebi as melhorias introduzidas na casa levadas a efeito com imenso sacrifício, mas com indizível ternura. Apalpei a mobília da sala de jantar. Ali estavam a mesa, o aparador e meia dúzia de cadeiras. Tudo novo. Ostentando cores vivas. Cada peça em seu lugar.

Minha mãe comentou, orgulhosa da habilidade da filha: “Foi sua irmã quem fez. Trabalhava até altas horas da noite. Queria a mobília pronta, para quando você chegasse.” Compreendi o imenso carinho que presidira a todos aqueles preparativos.

Olhei para Naná e percebi que estava ansiosa por uma palavra minha. Mas não consegui dizer nada. É que, ao abraçá-la, para expressar meu agradecimento, vi-me preso de violenta emoção – emoção que me inibiu a voz e me inundou os olhos de lágrimas.

.....

*Diamantina, outra vez*

**O**S SEIS MESES QUE PASSEI EM DIAMANTINA foram dos mais tranquilos e felizes de minha vida. Havia retornado ao ambiente da infância e, talvez por isso, recuperava com rapidez a saúde.

Aliás, qualquer retorno ao velho burgo significava uma espécie de reencontro comigo mesmo. Quando ingressava no segundo ano da faculdade, ali estivera por alguns dias. Mas, ao voltar a Belo Horizonte, sentira-me tomado de terror e apreensão. A razão: o estado de saúde de meu avô paterno, Teófilo César de Oliveira.

Lembro-me bem de sua figura. Era alto e magro. Caminhava com a cabeça ligeiramente inclinada para a frente. E refletia bondade na fisionomia sempre serena. Durante algum tempo, tinha sido pedrista no Mendanha. Depois, enviuvando, foi “cometa” como meu pai, viajando para uma firma do Rio. Nunca tivera posses, ao contrário do seu irmão Manuel César Pereira da Silva, que era comerciante atacadista.

Desde algum tempo, definhava, vitimado por um câncer na próstata. Quando a doença se agravou, minha mãe me preveniu. Éramos três netos seus a estudar Medicina, em Belo Horizonte. Divaldo e Olemar Lacerda de Oliveira, e eu. Tomamos o trem, os três, numa comovida peregrinação, para fazer-lhe companhia nos últimos momentos.

A agonia prolongou-se cerca de vinte dias. Observei, nessa ocasião, como é vívido, nas cidades do interior, o espírito de solidariedade humana. A casa andava repleta de visitas. Os amigos se revezavam na tarefa de assistir a família e o enfermo. Segundo a tradição, uma ceia deveria ser servida aos presentes às 3 horas da manhã. Minhas tias, Emilinha e Conceição, apesar de exaustas por tantas semanas de vigília, encarregavam-se da cozinha.

Os diamantinenses mostraram-se de uma delicadeza comovedora em face do sofrimento alheio. Naquela ocasião, pude observá-lo diretamente, mais uma vez. Um grupo de seresteiros aproximou-se da casa, onde meu avô agonizava, e logo os instrumentos emudeceram. Os cantores silenciaram. A caravana noturna desfilou pela calçada sem fazer ruído.

As ceias, que se realizavam pela madrugada, eram sempre acompanhadas de bebidas fortes, em razão do frio. Até na noite do velório foi a mesa posta. O corpo do meu avô se transladara à sala de visitas, e, cercado de velas acesas, recebia as últimas homenagens dos amigos e parentes. Às 3 horas da manhã, minhas tias interromperam a vigília e foram para a sala de jantar, providenciando talheres, louças e cristais. Em seguida, serviu-se a ceia, com numerosos pratos, feita a consumação em completo silêncio.

Ao entrar meu avô em agonia, mandaram chamar o padre, e, num ambiente de profundo respeito, foi-lhe ministrada a extrema-unção. Ele estava imóvel sobre a cama e parecia pequeno. Era como se seu corpo houvesse encolhido por efeito da terrível enfermidade. Após o último suspiro, adiantei-me, e cerrei-lhe os olhos.

Apesar da tristeza daquelas impressões e das noites em claro que passei, sentia-me fisicamente bem, ao regressar a Belo Horizonte. Era o efeito do contato com a terra natal. A mesma experiência iria repetir-se quando voltei a Diamantina para estada de seis meses, dois anos mais tarde. Cheguei esgotado, com os nervos em frangalhos, mas logo me senti outro. Tudo me agradava em nossa humilde casa da Rua São Francisco. E ainda havia, para recompor o meu equilíbrio interior, o carinho de minha mãe e de minha irmã. As duas conspiravam na cozinha o dia inteiro, imaginando iguarias que fossem do meu agrado. Se me deitava depois do almoço, Naná ficava atenta à porta, a fim de evitar que alguém me fosse

perturbar. À tarde, a casa começava a encher. Eram parentes, amigos e ex-colegas do seminário, que chegavam para dois dedos de prosa. A nossa sala, que já era pequena, tornava-se menor em face de tantos visitantes.

Após o jantar, Naná e eu passeávamos, de braços dados, na *capistrana*. E mal podíamos andar, detidos a todo instante por pessoas que desejavam falar-me. Com frequência, organizavam-se encontros nas casas de parentes, reunindo moças – algumas muito bonitas, como Ordália e Dagmar – e rapazes e, como sabiam que eu gostava de dançar, um baile logo era improvisado. Nas noites de lua, havia serenata. Quando chovia, organizava-se uma roda de “truco”, e as horas fluíam sem que a gente percebesse.

Era objeto de comentários o fato de já estar eu no quarto ano de Medicina. Todos se lembravam – principalmente os antigos moradores da Palha e do morro da Grupiara – da pobreza em que havíamos imergido com a morte de meu pai, e da luta de minha mãe para que Naná cursasse a Escola Normal e eu fosse estudar em Belo Horizonte. Apesar de tantos embaraços, Naná concluía seu curso, e era normalista, e eu havia feito todos os “preparatórios”. Além disso, fora nomeado, mediante concurso, para os Telégrafos, encontrando-me quase às vésperas de me formar.

Apesar de me sentir recuperado, procurei, regressando a Belo Horizonte, organizar minha vida em padrão de relativa prudência. Esforcei-me por dormir mais e cuidei de alimentar-me com regularidade. Esta a razão por que, nesse período, estava sempre mudando de “república”.

Meu horário de sono era das sete às onze e meia da noite – justamente o período utilizado por meus companheiros para suas ruidosas reuniões. Verificava-se um chocante contraste entre o meu sistema de vida e o deles. Divertiam-se, ao passo que eu precisava dormir. E dormiam, enquanto eu trabalhava. Por outro lado, quase todos eram exclusivamente estudantes, recebendo gordas mesadas. Eu, além de trabalhar e estudar, pensava em iniciar com rapidez a minha vida profissional, de forma que pudesse retribuir – pelo menos em parte – o muito que minha mãe havia feito por mim.

Quando estive em Diamantina, verifiquei que a idade e as preocupações pesavam-lhe sobre os ombros. Minha irmã, por sua vez, vinha sofrendo de litíase biliar, e passava, com frequência, por terríveis cólicas hepáticas.

Minha situação, no entanto, havia melhorado. Recebi um aumento nos Telégrafos. E embora ainda quartanista de Medicina, frequentava a Santa Casa, procurando colaborar com os médicos. Comprei melhores roupas e dava-me ao luxo mesmo de comparecer a algumas festas.

Belo Horizonte ainda era uma cidade em formação. Não dispunha de grandes clubes, nem os bailes eram frequentes. A vida social se limitava quase exclusivamente às festas de caridade, que se realizavam nos grupos escolares, promovidas por moças das melhores famílias.

Eu havia mudado para a pensão de dona Cota, na casa nº 317 da Rua Guajajaras, juntamente com Odilon Behrens, Alkmin, José Jardim e meus primos Divaldo e Olemar Lacerda de Oliveira. Nos Telégrafos, havia optado pelo horário noturno. Por isso, devia dormir das sete às onze e meia da noite.

Saía da repartição às oito da manhã, dirigindo-me à faculdade. A situação política do país agitava-se. Graves acontecimentos registravam-se a 5 de julho – em 1922 e 1924 – e o serviço de transmissão e recepção de telegramas aumentou muito. Grande parte das comunicações entre o Rio e os estados do Norte e Nordeste realizava-se naquela época através da estação de Belo Horizonte.

Quase não havia, no trabalho, folga para uma conversa. Ao ser nomeado telegrafista-auxiliar eu já manipulava os aparelhos Morse com grande habilidade. Nisso muito me ajudou o meu colega Joubert Pita. Com o tempo, fui adquirindo maior prática e velocidade. Transferiram-me, então, aos aparelhos Baudot, que eram infinitamente mais complicados.

O Baudot era uma espécie de pianinho de cinco teclas, que exigia grande atenção e destreza. Realizávamos competições, com prêmios a serem disputados pelos diversos turnos. Utilizando o Baudot, conquistei mais de uma vez o campeonato, tornando-me popular entre os colegas. Minha sigla de identificação, entre os telegrafistas, era KBT.

Quando me encontrava ainda hospedado na pensão da Avenida Carandaí, conheci Júlio Soares e logo nos tornamos bons amigos. Na época, eu iniciava o meu curso na faculdade e ele já ia concluindo o seu. Apesar de não termos sido colegas, mas apenas contemporâneos, estávamos sempre juntos. A amizade, que se estabeleceu pelo fato de vivermos sob o

mesmo teto, aprofundou-se, criou raízes, consolidando-se com o tempo. Por isso chamei-o para atender à minha irmã Naná, que se encontrava em Belo Horizonte e, ali, fora acometida de uma crise vesicular.

Os acontecimentos se desenvolveram como num filme de *happy end*. Um ano depois de haver estado em Diamantina, e já em situação financeira ligeiramente melhor, convidei Naná a ir a Belo Horizonte. Além da satisfação por vê-la ao meu lado durante alguns dias, eu pretendia que ela se submetesse a um tratamento médico para livrar-se daquelas cólicas hepáticas.

No dia seguinte ao de sua chegada saímos a pé, para que ela conhecesse um pouco de Belo Horizonte. Quando caminhávamos despreocupadamente, por uma das ruas que desembocava na Avenida Afonso Pena, um enorme cachorro investiu contra ela. O susto decorrente da inesperada agressão fez-lhe desencadear violenta cólica hepática. Conduzi-a a casa – estava hospedada na pensão em que eu morava – e chamei Júlio Soares para atendê-la.

O tratamento foi eficiente, mas demorado, por causa da icterícia que se seguiu a crises dolorosas. Confrangia-me vê-la naquele estado. Mas nada podia fazer, a não ser aguardar, com ansiedade, o efeito do tratamento a que estava sendo submetida. Muito contribuiu para amenizar o seu estado a assistência afetuosa e dedicada de D. Etelvina, esposa do “seu” Miguel, e de suas filhas Santinha, Maria Helena e Etelvininha, pessoas que recordo com saudade.

Júlio Soares, apesar de moço, já era possuidor de extensa clientela. Não apenas curou minha irmã, mas apaixonou-se por ela. E os dois se casaram no ano seguinte, em Diamantina.

.....

## *A formatura em Medicina*



QUANDO O CASAMENTO DE NANÁ E JÚLIO SOARES SE REALIZOU, eu chegava ao fim do meu curso de Medicina. Transportei-me para Diamantina, juntamente com todos os meus primos, que estavam estudando em Belo Horizonte.

Naná quis que a cerimônia se realizasse em casa. Desejava um casamento discreto, sem o aparato de um desfile até à igreja. Minha mãe concordou, em seu feitio de modéstia e retraimento.

Nossa casa era muito acanhada para tão importante acontecimento. Minha mãe não pretendia dar uma festa, mas os parentes e os amigos precisavam ser convidados. E eram em grande número.

Observando a situação, minha tia Virgínia interveio, com seu proverbial bom senso e bondade: “Empresto minha casa, Júlia. É grande e, assim, não teremos dificuldades com os convidados.” Tratava-se de espaçoso sobrado, com várias salas, e situado na mesma rua em que morávamos.

O casamento foi no dia 23 de junho – data do aniversário de Naná. Tudo correu bem durante a cerimônia, realizada às dez horas da manhã, porque os noivos deveriam embarcar no trem das três da tarde. Era o único meio de transporte existente na época. Após as cerimônias civil e religiosa foi servida uma mesa de doces aos convidados. Minha mãe a tudo



presidia – tranquila, controlada, atenta às menores particularidades. Pude observá-la na ocasião. A fisionomia revelava a habitual serenidade, mas percebi um ligeiro ricto de amargura – uma quase imperceptível contração nos cantos da boca.

Acompanhamos os recém-casados à estação e, após a partida do trem, os convidados ali mesmo se despediram. Regressamos – os íntimos – comentando os incidentes do dia. Minha mãe, durante o percurso, não proferiu uma só palavra. Estava impenetrável. Concentrada. E caminhava ereta, um pouco distanciada de todos. Quando chegamos a casa, foi diretamente para o quarto e, sentando-se na cama, teve uma explosão de choro.

Corri, e chamei o Dr. Manuel Pimenta, cunhado de Júlio Soares, e também médico. Ele estava em Diamantina para o casamento, e ia permanecer ali durante alguns dias, a fim de conhecer a cidade. Mandou que lhe déssemos um sedativo e, pouco depois, minha mãe já se encontrava bem. Em sua longa e atribulada existência, esta foi a única vez em que a vi perder, por alguns momentos, a serenidade.

A união de Naná e Júlio Soares deixou-me contentíssimo. Em primeiro lugar porque minha irmã havia feito um casamento como sempre lhe desejei. E, em segundo lugar, por uma circunstância nem sempre comum na mesma situação: eu e meu cunhado nos tornamos grandes e sinceros amigos.

Na verdade eu não sabia a qual dos dois me prendia mais. Júlio não foi para mim apenas um cunhado, mas um verdadeiro irmão. Os vínculos de afeição que se estabeleceram entre nós aprofundaram-se ainda mais com o passar dos anos. Minha vida, minha carreira dividiram-se em dois períodos diversos: antes e depois de Júlio Soares. Para definir suas extraordinárias virtudes humanas só recorrendo àquele velho chavão mineiro: “Deus o fez e quebrou a forma.”

Eu me preparava então para os exames do quinto ano. A vida continuava dura: trabalho nos Telégrafos, desde a meia-noite até o amanhecer; e o dia tomado pelas aulas na faculdade.

Tudo era difícil para quem quisesse estudar. Os livros vinham da França e, quando encomendados, demoravam muito a chegar. Além disso, seu custo era bem elevado, quase inacessível a um estudante pobre.

Eu tinha que me resignar em adquiri-los em sociedade com outros colegas. Sendo vários os proprietários do mesmo livro, não raro estudávamos em conjunto, debatendo as matérias após as aulas.

Naná, ao mudar-se para Belo Horizonte, julgou que eu, ao invés de morar na pensão, deveria ficar em sua casa, economizando, assim, os oitenta mil réis da mensalidade. Eu relutara, por natural escrúpulo, em aceitar seu convite.

O destino, entretanto, conspirava para que assim acontecesse. Pouco tempo depois, caí doente e Júlio Soares foi ver-me. Eu estava muito fraco e não era boa a alimentação que tinha na pensão. Júlio agiu ditatorialmente. Arrumou, ele próprio, minha mala. Reuniu meus livros. Apesar dos meus protestos, pôs-me num carro, levando-me para sua residência.

A casa dispunha de um porão, do tipo que se denomina “habitável”, consistindo num pequeno apartamento – um quarto, uma saleta e excelente banheiro – com saída direta para a rua. Instalei-me ali, desfrutando de um conforto que até então não conhecera. Tinha inteira liberdade. E havia, ainda, aquela atmosfera de carinho familiar, proporcionada por Naná e pelo próprio Júlio Soares, que era afetuoso e extremamente compreensivo.

No entanto, a alteração em minha vida não se restringia a esta mudança de ambiente. Júlio Soares, observando o progresso de meus estudos, convidou-me para trabalhar a seu lado, como interno da 3ª Enfermaria de Clínica Cirúrgica, na Santa Casa, excelente oportunidade para iniciar minha atividade profissional.

Apesar de ter o tempo totalmente absorvido pela Santa Casa, os Telégrafos e a faculdade, não me afastei de meus amigos. Alkmin cursava Direito e meus primos Divaldo e Olemar estudavam Medicina. Na faculdade, eu convivía com Odilon Behrens e, também, com Pedro Nava e Pedro Sales, que havia conhecido em Belo Horizonte e tornaram-se os meus melhores amigos. Integravam nosso grupo Tales da Rocha Viana, que fazia o curso de Engenharia e desposou, mais tarde, minha prima Virgininha, e Antônio Martins Vilas Boas, que também cursava a Escola de Direito. Estávamos sempre juntos. Aos domingos, costumávamos ir ao Cinema Pa-

thé ou ao Odeon, se o filme era bom. Ou então derivávamos para o setor esportivo, assistindo a uma partida de futebol.\*

Belo Horizonte havia iniciado a arrancada para se transformar, enfim, numa verdadeira capital. A população duplicara, alcançando o índice dos cem mil habitantes. Numerosos edifícios estavam sendo construídos, ocupando, pouco a pouco, os vastos espaços vazios do centro. O Parque Municipal passou a ser melhor cuidado. Surgiam novos hotéis. Arborizavam-se as ruas. Intensificava-se a vida noturna, com a inauguração de cafés, restaurantes e cabarés.

Sob o aspecto social, destacava-se o *footing* domingueiro na ala direita da Praça da Liberdade – já que a esquerda se destinava às empregadas domésticas. Na verdade, tratava-se de inovação para melhor, uma espécie de reação contra o ajuntamento dos *prontos*, todas as tardes, na calçada do Bar do Ponto, na Avenida Afonso Pena, ou na Praça Sete, onde fora erguido um obelisco comemorativo da data da Independência – o famoso “pirulito”.

---

\* Cumpre ressaltar que Belo Horizonte, apesar de ainda ser uma cidade pequena naquela época, já era um centro universitário dos mais importantes do país. Estudantes, que seriam homens de projeção mais tarde, frequentavam as diversas faculdades, e todos eram mais ou menos amigos ou então se conheciam de vista. Para se ter uma ideia de como Belo Horizonte era uma sementeira de personalidades ilustres, basta citar os seguintes nomes – todos de estudantes no período de 1922 a 1927: Pedro Nava, professor e intelectual; Odilon Behrens, duas vezes secretário do governo de Minas; Pedro Aleixo, vice-presidente da República; Milton Campos, governador de Minas e ministro da Justiça; Abgar Renault, membro da Academia Brasileira de Letras; Mário Casassanta, intelectual e secretário do governo de Minas; Olavo Bilac Pinto, professor, embaixador e ministro do Supremo Tribunal Federal; Adauto Lúcio Cardoso, advogado, deputado e ministro do Supremo Tribunal Federal; Antônio Martins Vilas Boas, advogado-geral do Estado, professor, desembargador e ministro do Supremo Tribunal Federal; Francisco Negrão de Lima, embaixador, ministro das Relações Exteriores e governador da Guanabara; Carlos Drummond de Andrade, um dos grandes poetas da língua portuguesa; Fábio Andrada, procurador-geral da República em São Paulo; João Gomes Teixeira, intelectual e diretor do Arquivo Público Mineiro; Gabriel Passos, deputado federal, secretário do Interior do governo mineiro e ministro de Estado; Otacílio Negrão de Lima, prefeito de Belo Horizonte, deputado federal e ministro do Trabalho; Hugo Gouthier, embaixador; Dario de Almeida Magalhães, advogado e deputado federal, e muitos outros.

E, num processo semelhante ao da transformação urbana, eu sentia que minha personalidade também se ia modificando. Não era o mero efeito do deslumbramento a que se expõem os moços que se transferem do interior para as grandes cidades. Processava-se em mim uma espécie de reajustamento subjetivo, um desencanto crescente em relação a símbolos e valores a que me havia acostumado desde a infância.

Por vezes, recolhido ao meu apartamento, no porão da casa de Naná, eu analisava aquela situação de recondicionamento afetivo que estava atravessando. E chegava à conclusão de que Diamantina, realmente, dissolvia-se no espaço, nas cambiantes e difusas projeções de uma infância difícil, monótona, preocupada.

Uma imagem, entretanto, permanecia viva e imutável em minha memória: uma figura de mulher, envolta em roupas pretas, caminhando da Rua São Francisco até o Grupo Escolar. Era minha mãe – a mestra Júlia – vivendo sozinha agora, servida apenas por uma velha empregada, mas ainda lecionando, por julgar ser este o seu dever.

É sempre de profunda e intensa expectativa o ano derradeiro na faculdade. Representa o término de uma jornada e o começo de outra, mais complexa, mais extensa, mais atraente, mais perigosa.

Em conversa com os amigos, na salinha do meu “apartamento”, o assunto era discutido com frequência. Cada um tinha uma opinião. Eu percebia, contudo, que, no íntimo, todos temiam, uma espécie de respeito supersticioso, o próximo encontro com a vida.

Sofri, como os demais, nessa época, o impacto de várias opiniões conflitantes. Meu colega Antônio Hélio de Castro, por ser de Ubá, julgava que eu deveria iniciar minha clínica na Zona da Mata, preferivelmente em Miraiá. Um outro aconselhava-me escolher Uberaba, coração do Triângulo Mineiro e cidade de grande futuro, em face do desenvolvimento da pecuária, transformada ali no que se denominou a “loucura do zebu”. Meu tio Eufrozino levou-me a Araguari, onde residia, e procurou mostrar-me as vantagens de clinicar naquele longínquo município, cujo progresso já era motivo de admiração em todo o estado.

Júlio Soares, que seguia meu trabalho na Santa Casa, pensava de modo diferente. Disse-me uma vez, quando lhe externei minha hesitação

sobre o caminho a seguir: “Seu lugar é aqui. Você tem jeito para a cirurgia. Como poderá operar numa cidadezinha do interior?”

Interno na Santa Casa, minhas funções eram, então, as mais limitadas possíveis. Preparava e inspecionava a sala de cirurgia antes de qualquer intervenção. E, durante o ato operatório, participava do grupo que passava o bisturi, as pinças, as agulhas, as tesouras e as linhas de sutura ao cirurgião, num procedimento puramente mecânico.

Observando meu interesse profissional, pois procurava sempre debater com ele os fatos e incidentes ocorridos na sala cirúrgica, Júlio Soares achou que era chegado o momento de ampliar meu campo de ação. Deu-me atribuições de verdadeiro auxiliar seu. Passei a fazer pequenas operações. E realizava-as com absoluta confiança. Por isto aquela opinião de que eu “tinha jeito para a cirurgia”.

Cheguei ao fim do curso, e a colação de grau cumpriu-se a 17 de dezembro de 1927 no salão nobre da Faculdade de Direito, cedido para a cerimônia, perante o reitor da universidade, Francisco Mendes Pimentel. Éramos vinte – uma turma pequena – e nosso paraninfo foi o professor Melo Teixeira.

Preparei-me cuidadosamente para o grande evento. Providenciei roupa nova, comprada a prestações. Escrevi à minha mãe, para lembrar-lhe que fazia questão de sua presença. Envolvi-me em todos os entendimentos para a escolha quer do paraninfo, quer do orador da turma. E, mais importante ainda, consegui que determinada moça, por quem nutria afeição, promettesse comparecer à solenidade.

Eu a havia conhecido alguns meses antes da formatura. Foi numa festa em benefício das crianças pobres, no Grupo Escolar Barão do Rio Branco. Minha atenção deteve-se numa jovem esbelta, graciosa e discreta, que, ao contrário das demais que se achavam no baile, preferia conservar-se na periferia, arredia do centro do salão.

Ao vê-la, senti o entusiasmo natural do estudante, que em tais ocasiões sempre está em busca de romance. Seguiram-se a troca de olhares e mais demonstrações de simpatia recíproca, mas tudo a distância. As jovens não admitiam, naquele tempo, qualquer aproximação sem que se soubesse quem era o rapaz, e se era digno de estar na sociedade.

Após algumas indagações, soube que ela se chamava Sarah Gomes de Lemos. Era filha de dona Luísa Negrão e de Jaime Gomes de Sousa Lemos, antigo parlamentar que, por trinta anos, representara Minas na Câmara dos Deputados. Pertencia a uma família ilustre, o que não deixou de me desanimar, levando em conta a humildade de minha vida.

Aquela circunstância não impediu, entretanto, que o namoro prosseguisse. Havia o *footing* dominical na Praça da Liberdade e, também, a sessão das oito no Cinema Odeon. Em tais oportunidades sempre era possível trocar algumas palavras. Valendo-nos de um rápido ensejo, geralmente a distração da acompanhante, pois não era permitido a uma moça da sociedade sair sozinha, combinávamos dia e local para um próximo encontro.

Senti-me profundamente emocionado na solenidade da colação de grau. Minha mãe havia-se deslocado de Diamantina e estava presente. Naná e Júlio Soares faziam-lhe companhia. Como sempre, ela se mostrava serena, observando tudo e nada dizendo. Sarah atendeu ao meu convite e, também, ali estava.

Odilon Behrens foi o orador da turma e pronunciou um discurso romântico, exaltando a função do médico na comunidade. Conhecia o discurso de cor e salteado, pois Odilon costumava ensaiá-lo no meu quarto, repetindo-o interminavelmente, para não gaguejar durante a solenidade.

Ao fim da cerimônia, Naná e Júlio Soares abraçaram-me efusivamente. Os amigos aproximaram-se e, pilheriando, chamavam-me “doutor”. Senti a falta de minha mãe. Só ela não me fora cumprimentar. Olhei em torno, procurando-a. Estava a um canto, a uns cinco metros do ponto onde me achava. Aguardando justamente que eu fosse ao seu encontro.

Quando a abracei, beijou-me ternamente e, segurando minhas mãos, disse-me, com aquela voz firme, que eu tanto conhecia: “Que Deus te proteja, meu filho!” Sorriu, fazendo menção de afastar-se.

Segurei-a pelo braço e levei-a para o grupo de meus amigos. Sarah ali estava e cumprimentou-me, desejando-me êxito na carreira. Conversamos um pouco, e, aproveitando a oportunidade, apresentei-a a minha família.

De volta, no automóvel, a caminho de casa, comentávamos, excitados – eu e Naná – os incidentes da festa de formatura. Minha mãe,

sentada ao meu lado, conservava-se em silêncio. E assim se manteve até chegarmos. Não proferiu uma só palavra durante o percurso. Ao deixarmos o carro, quando Naná e Júlio Soares se adiantaram para abrir a porta da casa, ela, virando-se para mim, perguntou: “Quem é aquela moça que você me apresentou, no fim da festa?”

Senti-me embaraçado. Era a primeira vez que falávamos em assunto desta natureza. Respondi, demonstrando displicência: “Uma moça que conheço, mamãe. É muito minha amiga.” Ela olhou-me fixamente, durante alguns segundos, e completou a pergunta inicial: “É sua namorada, não é, Nonô?” Acenei com a cabeça, afirmativamente.

Caminhando para a porta, observou com a seriedade que lhe era característica: “Vi logo. Você ficou todo cheio de dedos quando ela apareceu...”

.....

## *Pendor para a cirurgia*

**A** FORMATURA FOI, DE FATO, para mim, um divisor de águas. E Júlio Soares contribuiu, de maneira decisiva, para que minha vida se alterasse completamente dali em diante. De simples interno, tornei-me seu assistente na 3ª Enfermaria de Clínica Cirúrgica. Isso significava que eu iria operar, minha maior aspiração. Além do mais, convidou-me para sócio em seu consultório particular, instalado no antigo edifício do “Parc Royal”, na Rua da Bahia.

Tais convites tiveram por efeito eliminar o longo período de iniciação, espantallo de todo médico recém-formado de fazer com que, ao alcançar o diploma, não me visse obrigado a permanecer semi-inativo, num consultório deserto, à espera de problemáticos clientes.

A primeira operação que realizei, sob minha total responsabilidade, foi a amputação de uma perna, num doente vítima de gangrena. Júlio Soares estava presente. Desejava ver, com os próprios olhos, como me sairia naquela prova. Tudo correu bem. O doente foi salvo e esse êxito inicial incentivou-me, ampliando meu campo de ação.

A 3ª Enfermaria era uma admirável escola. Surgiam casos variados e, quase sempre, exigindo urgência, já que os doentes, pessoas humildes, não obtinham com facilidade um internamento. Na maioria dos casos, quando chegavam, já estavam em estado desesperador.



Dediquei-me, de corpo e alma, ao serviço. Ignorava canseiras, enfrentando, com espírito esportivo, as naturais deficiências do hospital. Pouco depois, realizava cerca de três operações por semana, o que era índice excelente para um assistente recém-formado.

Belo Horizonte dispunha de médicos ilustres e capacitados. Borges da Costa, Hugo Werneck, Otaviano de Almeida, Alfredo Balena, Adelmo Lodi, Marques Lisboa, Carlos Pinheiro Chagas, Otávio Magalhães, Davi Rabelo, Lucas Machado, Melo Alvarenga, Hermínio Pinto, Ildeu Duarte, Brás Pelegrini, Santa Cecília, Roberto Cunha e Baeta Viana, entre outros, eram verdadeiros luminares, cada um em sua especialidade, e se inscreviam entre os melhores do Brasil.

As novidades dos grandes centros científicos da Europa chegavam com rapidez a Belo Horizonte. Isso não acontecia somente porque houvesse facilidade de comunicações, mas graças à diligência pessoal daquela notável equipe de médicos, através de amigos que viajavam e, mesmo, de encomendas postais. O ambiente era animador, para quem, como eu, acabava de sair da faculdade.

Tudo corria bem para mim. A opção já havia sido feita. Essa especialização seria a urologia.

Naquela época, Paris era o grande centro médico do mundo e, nesse campo, então os especialistas, que ali exerciam sua atividade, vinham realizando verdadeiros milagres, sobrepujando mesmo Berlim, que até alguns anos antes fora uma espécie de Meca para os interessados nesse ramo da medicina.

Um curso ou estágio naquelas duas cidades seria um grande fator de sucesso. Mas como fazê-los? Lembrei-me da determinação de minha mãe. Apesar de pobre e viúva, ela conseguia realizar todas as suas aspirações: suportara os encargos da família, educara os filhos, e via-os, por fim, bem encaminhados na vida. Tudo porque soubera querer. Eu deveria seguir o exemplo materno.

Ajudado por Júlio Soares, dediquei-me, com maior entusiasmo ainda, ao exercício da profissão. Em dois anos, já dispunha de uma clínica própria e as sobras do que eu ganhava apliquei-as de maneira rendosa, de forma a constituir o pecúlio de que necessitava para aquela viagem.

Até então eu nunca me preocupara com a política. Belo Horizonte era uma cidade relativamente pequena e, em face disso, todos se davam ou, pelo menos, todos se conheciam. Embora indiferente às competições partidárias, não deixava de ter, por esta razão, muitos amigos políticos.

Lembro-me do enfado com que assistia às discussões de Odilon Behrens e Pedro Nava sobre a vida pública mineira, durante os serões que fazíamos no porão da casa de Júlio Soares. Odilon era bernardista e, como tal, exaltado. Pedro Nava, porém, tinha grande admiração por Antônio Carlos. Enquanto se digladiavam, cada um procurando impor seu ponto de vista, eu folheava alguma revista médica.

Até então, nem eleitor eu era. Obtive o respectivo título na campanha da Aliança Liberal. Encontrei-me diante de uma urna pela primeira vez, votando em Getúlio Vargas para presidente da República e em Pedro Aleixo para deputado federal. O notável advogado, depois vice-presidente, e eu tornamo-nos bons amigos, e compadres, pois convidou-me, mais tarde, para padrinho de seu filho Sérgio.

A propósito desta experiência eleitoral, há uma circunstância a ser ressaltada, evidenciando o longo período em que Getúlio Vargas dirigiu os destinos do Brasil. Em março de 1930, dei-lhe o meu voto de eleitor estreante. Em 1955, fui eleito para a Presidência da República, exatamente para suceder a Getúlio Vargas, cujo mandato – 1950 a 1955 – havia sido abruptamente seccionado pelo seu suicídio, em agosto de 1954.

De 1930 a 1954, manteve-se o líder gaúcho na crista dos acontecimentos do país, como chefe do governo provisório, ditador durante o Estado Novo, e presidente constitucional por dois períodos, separados pelo governo do general Dutra. Vargas dirigiu a nação por período equivalente ao da maturidade de um homem público. Uma espantosa atividade política, sem paralelo em nossa história republicana.

Meu natural desinteresse pela vida política se robustecia ante o que eu observava em casa de Sarah – que já estava frequentando. Ali a política era tabu. Constituía assunto interdito. A razão: pesava sobre o espírito de todos a amarga lembrança do sucedido com o chefe da família, o ex-deputado Jaime Gomes de Sousa Lemos.

Após haver representado o estado, por trinta anos, no Congresso, fora excluído da chapa, sem uma palavra prévia de explicação e sem

qualquer agradecimento pelos serviços prestados. Tudo bem ao estilo da cúpula do antigo PRM.

Bernardes surgiu no cenário político e, após haver governado Minas, candidatou-se à Presidência da República. Considerando a questão da autoridade e prestígio do elevado cargo, tratou de estabelecer, com antecedência, uma sólida base política em Minas, recrutando para a representação parlamentar só os elementos que lhe eram dedicados.

O pai de Sarah, embora não fosse adversário de Bernardes, era de uma geração anterior, e a área política em que militava havia sido antes a de Francisco Sales e a de Bernardo Monteiro e era, naquela época, a de Bueno Brandão. Bernardes entendeu de sacrificá-lo, sob o pretexto de proceder a uma renovação da bancada.

Homem íntegro, Jaime Gomes de Sousa Lemos não se conformou com o rude e injusto tratamento. Estava no exercício do mandato, que se extinguiu em 1922, e só soube de sua não-indicação pelos jornais. Tentou dedicar-se a outras atividades – inclusive organizando uma empresa de eletricidade em Divinópolis – a fim de esquecer o agravo sofrido. Sua saúde, entretanto, estava irremediavelmente comprometida. Já não era o mesmo homem. Alimentava-se mal. E quase não dormia. A 28 de fevereiro de 1924 – um ano bissexto – sofreu um insulto cerebral. Inutilmente, tudo foi feito para salvá-lo.

Contava 63 anos de idade e havia sucumbido vítima do traumatismo moral.

Indiferente à política, mas observando com entusiasmo a atitude dos líderes da Aliança Liberal, que prometiam renovar a vida pública no país, através da implantação de um verdadeiro regime democrático, comecei a preparar-me para a viagem ao exterior. A clientela aumentara. Além dos doentes que examinava no consultório, já recebia muitos chamados, até mesmo para cidades vizinhas. Recordo-me de um, vindo de Sabará, e que me causou grande apreensão.

Fiz a viagem de automóvel, durante a noite. Ao chegar, tomei conhecimento do que se tratava. Era um caso de gravidez tubária, e a paciente, deixada sem qualquer assistência médica, esvaía-se aos poucos, consumida por grave hemorragia. Disse ao marido que ia levá-la imediatamente para Belo Horizonte.

Houve certa resistência da parte da família: “Está fraca demais, doutor, e não resiste à viagem” – disseram, em coro, os que se encontravam no quarto. “Sei que está fraca – respondi –, mas só assim poderei salvá-la. Temos de enfrentar o risco, pois aqui não há recursos.” E, enquanto falava, fui envolvendo a paciente num cobertor e, feito isto, conduzi-a ao carro, ordenando ao marido que entrasse também, a fim de protegê-la contra os abalos da viagem.

Fomos diretamente para a Casa de Saúde São Lucas, em Belo Horizonte. Eram 2 horas da manhã. Acordei o anestesista e convoquei as enfermeiras. Meia hora mais tarde, a enferma estava sendo operada. Laparotomia e ligação das trompas. Concluída a intervenção cirúrgica, sentia-me exausto. A batalha durara a noite inteira, considerando a viagem de ida e volta a Sabará. Mas uma vida fora salva.

Minhas economias bastavam para realizar a viagem à Europa e ali permanecer durante um ano, mas havia oposição da família. Todos eram contra a ideia, que consideravam “uma loucura”. Naná, porém, apoiou-me desde o primeiro momento. Foi a única que ficou ao meu lado, sempre amiga e compreensiva. Mas a determinação, que herdei de minha mãe, prevalecera sobre os argumentos em contrário.

A vocação para a cirurgia aliada ao interesse pelo que havia lido, nas minhas vigílias literárias, fez-me decidir pela viagem. Em fins de abril de 1930 segui para a Europa.

.....

*Paris*

**A** VIAGEM FOI FEITA NO *FORMOSE*, navio de bandeira francesa e um dos melhores em serviço nas linhas do Atlântico Sul. Deixei a Guanabara um pouco antes da meia-noite.

Em 1923, eu havia estado no Rio durante alguns dias, hóspede na Pensão Diamantina, cujo proprietário, José Amarante, era meu conterrâneo. Ali morava meu primo João Kubitschek, que cursava a Escola Politécnica. Foi nessa ocasião que vi o mar pela primeira vez, o que me causou profunda impressão.

Até então, nunca havia visto um lago, nem sequer um rio caudaloso. Daí o espanto com que contemplei aquela vastidão líquida da amurada da praia do Flamengo. Descobri depois Copacabana. E a visão do mar alto realmente me empolgou. Sempre que podia, tomava o bonde com destino à estação da Light, na Praça Serzedelo Correia; e, ali, deixando o veículo, realizava longas caminhadas sobre a areia.

Dois anos mais tarde – em 1925 – estive em São Paulo, como integrante de uma delegação de universitários mineiros ao Segundo Congresso de Estudantes de Medicina. O meio estudantil andava agitado, pela chamada “Reforma Rocha Vaz”. A delegação carioca, ao desembarcar, foi recebida com estrepitosa vaia na Estação do Norte, por ser a favor daquela

medida governamental. Houve tumulto, com intervenção da polícia e prisão de estudantes. E, dada a exaltação de ânimos, o congresso acabou não se realizando.

Na oportunidade, organizamos um grupo para ir a Santos. Odilon Behrens, Pedro Sales, meu primo Olemar e outros colegas mineiros, que desejavam conhecer o grande porto cafeeiro do Brasil. Mas minha preocupação era outra: apenas... ver o mar mais uma vez. A antiga nostalgia do mineiro ressurgia, tal qual dois anos antes no Rio de Janeiro. O mar estava ali diante dos meus olhos – o mesmo mar azul e misterioso que Vicente de Carvalho tão bem havia cantado em versos que eu sabia de cor.

À bordo do *Formose*, naquela longa viagem, teria a oportunidade de conviver longamente com o mar. Na manhã seguinte, logo que acordei, saí da cabina e corri para o *deck*, a fim de contemplar, já em pleno oceano, o fascinante espetáculo.

A superfície movediça e, às vezes, revolta – ora azul, ora verde, mudando de cor segundo o reflexo da luz exterior – proporcionou-me uma impressão da grandeza do mundo. Como tudo era vasto em torno! O céu. A massa líquida. O horizonte sem limites. A profundidade que se abria sob o casco do navio. E tudo estava ligado por vínculos invisíveis, mas que se mostravam dinâmicos e interdependentes.

Eu chegava aos vinte e sete anos e, até então, a ideia que tinha do mundo estava condicionada a dois dimensionamentos: o perfil de Itambé, na infância; a complexidade dos contrafortes da serra do Curral, em Belo Horizonte, na fase de acadêmico. Na realidade, eu vivera sempre atrasado em relação a tudo. Só conheci o automóvel quando tinha vinte anos, e vi um avião, pela primeira vez, ao concluir meu curso de medicina.

Quando embarquei no *Formose*, o mundo, para mim, era uma verdadeira incógnita. Por vinte e quatro dias, deixei-me levar ao balanço das ondas. Tudo era novo e sedutor aos meus olhos deslumbrados. Gente estranha, falando várias línguas. O trabalho da tripulação e o mistério dos cálculos realizados pelo comandante, para manter o navio na rota. Os conhecimentos feitos a bordo. E, principalmente, o comportamento humano, individual e coletivo, não em termos de mentalidade provinciana, mas segundo os padrões internacionais.

O navio era pequeno, e isto facilitava a aproximação dos passageiros. Reuníamos-nos, diariamente, no bar e no salão de danças ou, então, em torno da piscina. A princípio, tinha dificuldade em pedir algo no bar, pois ignorava o nome das bebidas estrangeiras. O *menu*, apesar de meus conhecimentos de francês, era também uma fonte de surpresas.

Apesar destas revelações e descobertas, o que realmente me seduzia era o mar. Não me cansava de contemplá-lo. Sempre que podia, corria para a amurada e deixava-me ficar ali, horas seguidas, vendo os peixes voadores e os golfinhos, que pareciam carneiros em fila saltando uma cerca.

Lembrava-me de meu pai – o espírito andejo, a alma insatisfeita. Seu mundo fora restrito – os contrafortes da serra do Espinhaço –, mas ele o explorara inteiramente. Sentia que o seu sangue de caixeiro-viajante corria nas minhas veias. Era a mesma inquietação, a mesma necessidade de variar de horizonte. O velho Sica da Gouveia, amigo fraternal de meu pai, costumava dizer: “Viagem que não tenha um mar no meio não chega a ser viagem.”

Tomando ao pé da letra esta advertência, é claro que meu pai jamais realizara uma verdadeira viagem. É possível que tenha ido a Niterói, quando estive no Rio, integrando o Corpo de Bombeiros, engajado como aprendiz da 1ª seção, sob o número 473 e mais tarde promovido a “soldado do fogo”. Mas o mar, que então atravessara, era o da Guanabara – uma baía. E eu, à bordo do *Formose*, sentia o imenso Atlântico arfar sob meus pés.

A travessia apresentou, de fato, uma sucessão de surpresas. Bordejamos o litoral, ora perto, ora longe da costa brasileira. E fizemos escala em duas cidades: Salvador e Recife.

Pude sentir o encanto da Bahia, na velha cidade do Salvador. Suas ladeiras, calçadas de “cabeça de negro”. As igrejas maravilhosas. Os sobrados coloniais, que lembravam muito a minha velha Diamantina.

Conheci, dois dias depois, o Recife. Sucediam-se as emoções. Estive em Olinda e visitei Guararapes, às portas da cidade. Contemplei o local, onde foi travada a batalha decisiva dos brancos, dos pretos e dos índios, donos da terra, contra o invasor holandês. O heroísmo dos pernambucanos.

bucanos assentou, naquele lance, talvez inconscientemente, um dos pilares da estrutura que iria assegurar a unidade do Brasil.

Deixando a costa, o *Formose*, traçando uma diagonal, embicou no rumo leste. Dois ou três dias mais tarde, o comandante nos avisou: “Prestem atenção no horizonte. Entre quinze e dezesseis horas, o avião de Mermoz sobrevoará o navio, no seu voo pioneiro, cobrindo a rota sul do Atlântico.”

E, realmente, pouco depois avistamos o aparelho, cruzando o céu. Dava a impressão de minúscula borboleta cinzenta, planando entre duas superfícies azuis – o azul profundo do mar e o azul-turquesa do firmamento. Surgira na fimbria do horizonte e foi-se aproximando, sempre muito alto, e, sobrevoando o *Formose*, desapareceu no lado oposto do céu.

Dacar foi o primeiro porto estrangeiro que conheci. O Senegal não possuía ainda um Senghor e, como modesta colônia da França, o que oferecia ao visitante, na sua capital, era o curioso espetáculo de ruas apinhadas de gente, com os nativos exibindo seus trajes característicos e miseráveis.

Casablanca, no Marrocos, já oferecia outra visão da África. Transitei por largas avenidas, ladeadas por maravilhosas residências. O fosfato dera prosperidade ao primitivo núcleo urbano, fundado em 1910, transformando-o rapidamente numa das mais encantadoras cidades do norte do continente negro.

Via-se, ali, o contraste violento de duas civilizações. Postas lado a lado, num permanente desafio recíproco, a parte francesa, moldada nos padrões parisienses, com boates, grandes hotéis, terraços floridos, nos quais se bebia, ao som de excelentes orquestras; e o setor muçulmano, pobre, caótico, exibindo todas as chagas da civilização. O “buns-bir” – aglomerado de favelas – proporcionava uma visão trágica, com suas vielas, batidas pelo luar, já que atrás daquelas portas ocultava-se a face misteriosa e sofredora de um mundo que começava a despertar.

Contemplei o palácio do sultão. Erguia-se, fora da cidade, cercado de muralhas que se estendiam por considerável extensão. Pintadas de branco, quase se diluíam na brancura do oceano de areia. Em seu interior, duzentas jovens, escolhidas entre as mais belas do país, eram mantidas para



atender à concupiscência senil do sultão, o monarca, tanto espiritual como temporal de numerosas tribos.

Retornamos ao *Formose*, rumando, então, para a cidade do Porto. Era o primeiro contato com a Europa. Depois, tocamos em Vigo, na Espanha, e, por fim, atendendo à sugestão de um excelente companheiro de viagem, o Dr. Antônio Mourthé, engenheiro e homem de cultura, descemos ambos em La Palisse, pequeno porto do golfo de Biscaia, perto de Bordéus, onde tomamos o trem para Paris.

Conheci Mourthé a bordo. Descendente de franceses, havia nascido em Belo Horizonte. Falávamos a mesma linguagem, já que ele era mineiro. Deixando o navio, e tendo como cicerone o cônsul brasileiro em Bordéus, percorremos La Palisse e jantamos num restaurante, situado nas imediações da estação rodoviária, onde abusamos de generoso vinho, ali mesmo produzido. Saímos do restaurante, preparados para uma reconfortante noite de sono.

Ao subir ao trem, recolhi-me ao leito e mergulhei num sono de pedra. A viagem era longa – cerca de dez horas – e, quando despertei, já chegávamos a Paris. Abri a janela do vagão, excitado. Estava prestes a realizar-se o antigo e grande sonho de minha vida. Num misto de êxtase e deslumbramento, contemplei, então, a paisagem.

Desde a adolescência eu sonhava com Paris. Quando estudava francês com madame Louise, em Diamantina, já tinha esta ideia na mente. Ao deixar sua casa no Beco das Mercês – assim chamado porque ficava ao lado da igreja de Nossa Senhora das Mercês – aprimorava o que, com ela, havia aprendido, lendo livros de escritores franceses. Fui desvendando assim, através de um lento processo de ajustamento intelectual, o mundo encantado da literatura francesa. À medida em que me aprofundava no estudo da língua, mais imperiosa se tornava, em mim, a aspiração de, um dia, ir à França.

Eu me havia preparado, com enorme antecedência, para aquele momento prestes a eclodir. Seria um impacto no meu espírito. Sim, disso tinha absoluta certeza. Mas impacto de que natureza? O sentimento de plenitude? A desilusão? O desapontamento? Em meio a tais pensamentos, percebia que Paris estava cada vez mais próximo.

De repente, depois de atravessar uma floresta de olmos, observei que passava por Versalhes. Identifiquei imediatamente aquele conjunto de edificações de real majestade. O palácio no centro e o parque, com suas estátuas e lagos, criados por Le Notre, como elementos de complementação artística. Contemplei avidamente, embora com a brevidade que a velocidade do trem possibilitava, as alas laterais do castelo, onde se localizam os salões, ornados de quadros e esculturas. A suntuosa escadaria que conduz aos antigos aposentos reais. O pátio de mármore, com sua circunferência de estátuas colossais, tendo, ao centro, a de autoria de Petitot, mostrando Luís XIV a cavalo.

E a viagem prosseguia. Paris não estava longe: apenas quinze quilômetros à frente. O sol, que iluminava as árvores do parque de Versalhes, incidia agora sobre os prados verdes, admiravelmente cuidados e recortados, em losangos e quadriláteros, por sebes floridas. Pouco depois, avistei as primeiras chaminés dos subúrbios.

O casario se foi adensando, adensando, de forma a revestir a aparência arquitetônica de uma metrópole. Não tardou muito, e vi altear-se o perfil da torre Eiffel, dominando a paisagem, com o rendado de seu arcabouço de aço a recortar-se no céu cinzento.

Estava no coração da Cidade-Luz. Lembrei-me de Charles Lindenberg, que atravessara sozinho o Atlântico Norte, cobrindo, pela primeira vez, e sem qualquer escala, aquele percurso – façanha considerada impossível na época. Ao aterrissar em Le Bourget, ainda tonto e quase vencido pela exaustão, sustentado apenas pela energia nervosa que lhe permitira realizar a travessia, exclamou: *Ça c'est Paris!* Era a única frase que ele sabia articular em francês. Pronunciara-a num momento de êxtase, ao sentir-se no coração da formosa cidade.

No meu caso, não houve heroísmo nem risco de vida. Verificou-se, apenas, a concretização de um sonho da adolescência, levada a efeito através de um sacrifício enorme, mas obscuro. Meus olhos oscilavam de um ponto para o outro, contemplando a metrópole. Minha emoção, por demais profunda, não pudera ser sintetizada em frase alguma.

Manifestou-se da maneira a mais pessoal possível. E num sentido íntimo, bem mineiro. Ou melhor, à moda de Diamantina: através de um incontrollável nó na garganta.

.....

*Reestudando a História da França*

**P**OR SUGESTÃO DE MOURTHÉ, instalei-me num pequeno hotel do Faubourg Saint Honoré, perto da Ópera. Deixando as malas no quarto, saí para um passeio, a pé, pelas imediações. Estava ansioso por sentir de perto a grande cidade.

Caminhando sem destino, fui ter a um grande edifício, cuja fachada – à guisa da rebeldia às convenções, posta em prática por Oscar Niemeyer, em Brasília – estava voltada para onde devia ser normalmente o fundo. Em letras douradas, ornando o frontispício, via-se a designação: “Museu Garnier.”

No momento, não me lembrava ser este o arquiteto mundialmente famoso que havia projetado a Ópera de Paris. Seu nome havia sido dado – numa tocante e expressiva homenagem – ao pequeno mas riquíssimo museu musical que constituía realmente uma espécie de apêndice do edifício principal da Ópera. Timidamente, aventurei-me através do portão da entrada. Embora falasse francês, não me habituara ainda à música da língua, sentindo algum embaraço numa conversa mais prolongada.

Meu primo Juscelino Demerval da Fonseca costumava dizer, referindo-se a mim: “Nunca vi menino mais perguntador.” De fato, eu era assim, no período das minhas leituras no alto da Grupiara. É que vivia

assediado por infinitas dúvidas. E para esclarecê-las fazia perguntas aos letrados da cidade.

Naquele instante da chegada a Paris, verifiquei que o menino perguntador de Diamantina continuava vivo em mim. E não foi sem esforço que me resignei a ver tudo, sem fazer muitas indagações.

Percorri, em silêncio, as diversas salas. Lembro-me do espanto que me assaltou ao ver a enorme coleção de originais das grandes óperas. O piano de Massenet. E as máscaras mortuárias de alguns compositores célebres. Deixando o Museu Garnier, andei pelos quarteirões que o ladeavam e, ao meio-dia, já cansado e faminto, fui almoçar no restaurante Madeleine, situado na praça do mesmo nome.

Passei a tarde no hotel, consultando endereços e tentando encontrar um local onde fosse agradável morar, e que estivesse de acordo com a limitação dos meus recursos.

Minha permanência em Paris estava condicionada às possibilidades decorrentes do pouco dinheiro que levava. Machado de Assis, num dos seus romances, referindo-se à duração do amor de um dos personagens, observou que sua afeição havia durado cinco meses e onze contos de réis. A minha estada em Paris sujeitava-se a um condicionamento semelhante.

Além do mais, eu chegara ali em plena primavera. Época das mais propícias para quem não estava habituado aos rigores do clima europeu. A cidade apresentava-se em todo o esplendor de sua tradicional beleza. Os balcões das casas estavam floridos. As ruas regurgitavam de turistas. Havia intenso movimento noturno. E os jardins, principalmente o de Luxemburgo, eram tapetes de flores.

Entretanto, os aspectos de Paris que eu mais desejava conhecer não eram os exteriores, os que saltavam à vista, de tão ostensivos e notórios. Ansiava – isto sim – por desvendar a cidade por dentro. Mergulhar na sua sedução própria. Tornar-me íntimo, enfim, da incomparável metrópole. Para isso, deveria frequentar seus locais típicos. Seus recantos peculiares. Seus desvãos urbanos só acessíveis aos que verdadeiramente amavam a cidade. Não me interessavam, por isso, a atividade dos grandes nomes da sociedade, a vida nos restaurantes de luxo e nem o *glamour* e a sedução dos famosos cabarés.

A área, em que deveria me movimentar, ia ser bem mais modesta. Na realidade, o que me atraía era a vida boêmia dos bairros de estudantes

e artistas. Frequentar os cafés, com suas mesas postas sobre a calçada, ao longo das ruas do “Quartier Latin”, de Montparnasse e de Montmartre. Seduzia-me aquele *décor*, tipicamente parisiense, dos velhos prédios margeando o Sena, habitados por jovens que vestiam as roupas extravagantes e tinham a barba sempre por fazer, e que circulavam pelos bares, com suas telas ainda não concluídas levadas às costas. Enfim, o que me atraía era o mundo caótico, paradoxal, surpreendente, que sobrepairava aos preconceitos e que transformava a miséria em motivo de criação artística.

Assim, escolhi Montparnasse para viver. Aluguei um quarto no Hôtel de la Paix, situado no Boulevard Raspail, nº 225. Esse hotel ainda existe e, não há muito tempo, fui visitá-lo.

Tive a impressão de que nada mudara, desde o tempo em que ali morava. O mesmo pequeno bar, no qual à noite costumava tomar um copo de vinho. O saguão modesto com o balcão, onde sempre estava o gerente. A pequena sala de visitas, com suas poltronas desbotadas pelo tempo.

Como o fazia antes, sentei-me a uma das mesas do barzinho e, com um copo de vinho diante de mim, conversei com o garçom, tentando reviver, num extraordinário esforço de imaginação, aquele minúsculo universo, onde vivera durante a juventude.

O ambiente era o mesmo. O vinho tinha o mesmo sabor. O ruído que ouvia, vindo de fora, porém, já era diferente. Ao invés das buzinas de borracha dos automóveis daquela época, chegava-me ao ouvido a clarinada metálica ou o apito estridente dos carros modernos.

Estive ali por meia hora. Não pretendia, na realidade, rever o hotelzinho. Mas tentar reencontrar-me. Ansiava por recompor a alma que possuía na juventude. Aliás, deveria ter pensado, antes, que qualquer esforço nesse sentido seria inútil. Ninguém consegue reviver, por um minuto que seja, um estado de espírito do passado. A felicidade que experimentara em Paris já pertencia, de fato, a um mundo que estava morto.

O Hôtel de la Paix ficava próximo do Hospital Cochin, onde me inscrevi no curso do professor Chevassu, famoso cirurgião francês e professor da Escola de Medicina de Paris. Além desse curso, que me ocupava das 8 às 12 de cada dia, tomei aulas de anatomia e de técnica cirúrgica na Escola de Medicina, onde passava das 2 às 6 horas.

Este, o meu horário de trabalho. Oito horas diárias dedicadas ao aperfeiçoamento profissional. Encerrado o período de estudo, ia me distrair, como os demais estudantes, em demoradas palestras nos barzinhos do bairro.

Fiz alguns amigos entre os franceses e encontrei em Paris diversos brasileiros, dos quais logo me tornei íntimo. Portinari foi um destes. Obteve um prêmio de viagem na Escola de Belas Artes e se aperfeiçoava em Paris. Estudava as telas dos grandes mestres expostas no Louvre. Com ele, sempre, estava Fugita, o grande pintor japonês que depois passaria algum tempo no Brasil. Havia, ainda, Leopoldo Fróis, então já a maior expressão do teatro brasileiro.

Juntos, frequentávamos, aos domingos, as pitorescas *guinguettes* – restaurantes situados às margens do Marne, a uma hora de Paris. Ali, ouvíamos música. Bebíamos vinho. E dançávamos ao som de excelentes orquestras.

As distrações integravam nossas vidas. Contudo, nunca deixamos de nos preocupar com o aprimoramento intelectual, através de visitas aos museus, às igrejas, às galerias de arte, aos palácios históricos.

A França experimentava ainda a glória do triunfo, que seus exércitos haviam alcançado na Primeira Guerra Mundial. Em toda parte, respirava-se um clima de felicidade e otimismo. Os franceses estavam certos de que iniciavam um longo período de paz interna, prestigiados e admirados no resto do mundo. Assim, procediam à sua maneira – despreocupadamente. Sem imaginar que, do outro lado do Reno, já haviam entrado em fermentação as forças de destruição, que, tendo por base o Tratado de Versalhes, não tardariam em desencadear a Segunda Guerra Mundial.

Briand, ministro do Exterior, pregava a velha aspiração de Napoleão, de uma Europa unida, e Tardieu, chefe do Gabinete, fazia planos e elaborava projetos que ele mesmo dizia serem “não o programa de um governo, mas o sonho de uma geração”.

O curso de Chevassu era intensivo, devendo prolongar-se por três meses. Frequentavam-no vinte e oito médicos, provindos de diferentes partes do mundo. Quinze eram europeus. Onze tinham ido das Américas do Norte e Sul. Havia um africano de Túnis e um asiático de Bornéu. No grupo encontravam-se dois brasileiros: eu e Aderbal de Figueiredo, do Rio Grande do Norte.

Chevassu, ou melhor, Maurice Chevassu, pois este era o seu nome completo, já tinha, na época, cerca de sessenta anos. Herdara do pai

a paixão pela medicina e vivera, na juventude, a vida errante de um médico militar, destacado sucessivamente para servir na Córsega, em Dijon, em Paris mesmo e, por fim, na Argélia. Especializando-se em cirurgia do aparelho urinário, conquistou merecida notoriedade, tornando-se, pouco depois, uma autoridade em assuntos de urologia.

Seu curso, em Paris, foi inaugurado em 1926. Contudo, estava ligado ao Hospital Cochin desde 1919. Dera ao pavilhão em que trabalhava o nome de Albarran, em homenagem ao seu antigo mestre de urologia, desaparecido prematuramente aos 40 anos de idade. Este pavilhão havia sido construído segundo suas indicações, obedecendo a um plano cuidadosamente elaborado, para nele funcionar o primeiro serviço especializado de cirurgia do aparelho urinário criado no mundo.

Chevassu conseguiu estabelecer o valor funcional de cada rim por um índice numérico e, assim, chegou a obter a imagem radiográfica do órgão e de sua via excretora, o que suscitava justificado interesse nos círculos científicos não só da Europa, mas de todo o mundo. Eu tive notícia da existência desse curso em Belo Horizonte. E encetei aquela viagem com o objetivo de frequentá-lo. Não me arrependi do sacrifício feito. O que nele aprendi compensou, com muita vantagem, as despesas que tive de fazer com aquela longa viagem.

O estudo não era fácil, pois Chevassu se incluía no rol dos professores exigentes. Mas, vencido o natural constrangimento do primeiro contato, o aprendizado tornou-se fascinante. Após as aulas, debatiam-se as técnicas expostas. Cada um manifestando sua opinião com a maior franqueza. Era um prazer assistir àquelas discussões, dada a humildade com que o ilustre cientista ouvia e esclarecia as dúvidas dos alunos.

Instruídos nas mais modernas técnicas de tratamento das moléstias do aparelho urinário, os médicos estagiários estavam obrigados à prestação de um exame final, teórico e prático, sem o qual não poderiam obter o certificado de frequência e aproveitamento.

Dediquei-me, de corpo e alma, ao curso. E, ao terminá-lo, obtive excelentes notas, tanto na prova escrita como nas demonstrações cirúrgicas. Essa vitória no exterior, entre colegas de diferentes nacionalidades, teve um duplo efeito sobre minha formação. Credenciou-me, com elevados títulos, ao melhor exercício da profissão, na qual então me iniciava, e libertou-me psicologicamente, fazendo-me esquecer a primitiva timidez de menino do interior, adquirindo autoconfiança.

Renan, conversando uma vez com Joaquim Nabuco, aconselhou-o a estudar a História, que é a grande mestra da vida. Em Paris, eu tinha em mente esta advertência. Imbuído das ideias românticas, que granjeara através das minhas leituras, aproveitei minha permanência ali para recapitular a História da França.

Procurei aprofundar-me, com absorvente interesse, no estudo dos grandes acontecimentos, cuja evolução iria conduzir à revolução de 1789. Empolgado, pude compreender, finalmente, o que a sublevação do povo francês havia representado para a Humanidade.

À medida em que eu avançava, esbatiam-se no esquecimento muitas das figuras que haviam sido objeto do meu fervor juvenil. Henrique IV, o cavaleiro audaz de Navarra, e Luís XIV, o autocrata que se movia numa corte de esplendor, dissipavam-se nas mesmas sombras em que se envolveram outros ídolos da minha mocidade. Embora cheios de grandeza, já pertenciam a um mundo que não mais seria ressuscitado.

Antes de deixar Diamantina, tocado pelo entusiasmo fácil e próprio da idade, acreditava no poder miraculoso da espada, que havia criado tantas lendas de heroísmo para a França. Em Paris, porém, percebi que gradualmente derivava para a direção oposta. As conquistas realizadas pela violência são efêmeras e só servem para aumentar a galeria dos tiranos que figuram na História. Napoleão, indagado sobre qual das suas batalhas lhe daria mais glória no futuro, respondeu sem hesitação: o Código Civil!

Enquanto os heróis se esfumavam no fundo da minha mente, passei a ouvir, cada vez com maior nitidez, a pregação dos grandes filósofos que haviam tornado inevitável aquela profunda transformação social. Seguindo, passo a passo, a evolução das ideias e dos fatos, que haviam desembocado na Revolução Francesa, compreendi, por fim, a importância do papel do povo na formulação das doutrinas políticas.

Até o século XVIII, a vontade dos reis era a lei dos povos. Vivia-se sob o regime das elites privilegiadas. Das minorias onipotentes, quando o direito de alguns sobrepunha-se à justiça, que deveria reger os destinos de todos. Em Westfália, Napoleão assinara uma Constituição liberal, assegurando direitos e liberdades ao povo. E, ao fazê-lo, declarara, com ênfase: “Esta assinatura custou a vida de milhões de franceses.”

De fato, a Humanidade havia iniciado uma nova etapa na sua caminhada para a realização de um ideal, que lhe era caro desde a infância



do mundo. Péricles, cinco séculos antes de Cristo, saudando os mortos na guerra do Peloponeso, definiu a democracia como o governo para o povo.

A ideia da liberdade desde essa época, banhando-se em sangue e em sacrifícios sem nome, nunca deixaria de inspirar as sucessivas gerações até que, no século XVIII, o povo, exausto de esperar, obteve pela violência o que, pela justiça, lhe havia sido negado.

A França fora o grande palco em que se jogara o destino do gênero humano. Os “lugares santos” da longa marcha de dois mil e quinhentos anos – que fez da liberdade o símbolo de uma nova ordem social – ali estavam, naquela cidade alegre, e ao mesmo tempo severa, dentro de cujos muros eu me preparava para a vida.

Esse contato com a História robusteceu o amor pela liberdade e o sentimento democrático, que me eram instintivos. Fez com que minha fé na democracia aprofundasse ainda mais suas raízes e minha formação espiritual se consolidasse num sentido nitidamente liberal. Compreendi que as nações, contrariando o direito das gentes, não poderiam ser organizadas, tendo em vista a hegemonia de minorias ou de classes e que o direito das elites – mesmo quando estas se constituíssem através de permanente processo de seleção e aprimoramento – não deveria prevalecer sobre as aspirações da comunidade, considerada como um todo.

Para que um governo pudesse ser realmente representativo teria que haurir o conteúdo ideológico nas aspirações das grandes massas anônimas. Lincoln compreendeu a enorme significação da participação do povo na condução dos destinos das nações. Dessa forma, ao pronunciar o seu famoso *Gettysburg Address*, procurou emprestar maior amplitude à definição da democracia, feita por Péricles. Ao invés de ser apenas o “governo para o povo”, vindo de cima para baixo, a democracia deveria constituir, sobretudo, “o governo do povo, pelo povo e para o povo”, mas num sentido global, participacionista e comunitário.

O estadista norte-americano invertera as origens do poder. Retirara-lhe o odioso caráter de coisa outorgada e lhe conferira a legitimidade, que só o sentimento popular proporciona.

Ao fortalecer estas convicções, que abriam para mim o horizonte político, eu mal poderia imaginar que, inconscientemente, me preparava para a tarefa que o destino me reservaria, no futuro, de importância vital para o meu país – a da defesa da democracia.

.....

*Uma visão do mundo*

**E**M PARIS, enquanto ampliava e aprofundava meus conhecimentos no campo da medicina, eu lia, também, História e Literatura. Adquiri mais tranquilidade e autoconfiança, atenuando e corrigindo os excessos do meu temperamento. Mas ali não rompi meus vínculos com a família e com os amigos que havia deixado em Belo Horizonte e em Diamantina. Escrevia e recebia cartas com a maior frequência. Mantinha-me seguramente informado de tudo o que ocorria no meu mundo afetivo – naquele minúsculo universo distante, no interior do qual até então havia vivido.

Minha mãe permanecia em Diamantina, morando na mesma casa da Rua São Francisco, com uma empregada que cuidava da cozinha e lhe fazia companhia. Apesar dos apelos de Naná e meus, no sentido de que se transferisse a Belo Horizonte, ela havia insistido em continuar lecionando. O que tinha em mente – segundo nos dizia – era aguardar a complementação do tempo regulamentar para se aposentar. E explicava: “É pouco, bem sei, mas sempre é um dinheirinho, para as minhas despesas.”

Quanto a Naná, ela se sentia cada vez mais feliz. O casamento fora um passo acertado. Fazia-lhe falta o único irmão, a quem era tão apegada, e que estava longe, viajando. “Seu quarto continua arrumado” – não se esquecia ela de advertir. Era uma maneira de insinuar que minha ausência já estava se prolongando em demasia.

Naná tornou-se íntima amiga de Sarah e frequentemente se visitavam. Se chegava uma carta minha – para uma ou para outra –, ambas logo se comunicavam e comentavam, juntas, as notícias enviadas.

Quanto aos amigos, as notícias que recebia eram sempre alvissareiras. Meu primo João Kubitschek, após concluído o curso na Politécnica, havia iniciado sua atividade de engenheiro. O mesmo se deu com os outros primos, Divaldo e Olemar Lacerda de Oliveira. Odilon Behrens, também já formado em medicina, dava os primeiros passos na vida profissional, e Antônio Martins Vilas Boas, bacharel em Direito, exercia uma promotoria numa comarca do interior. Alkmin concluíra seu curso de Direito em 1929, alguns meses antes da minha partida, e foram seus colegas de turma Bilac Pinto e Carlos Medeiros Silva. Conseguiu um lugar de repórter no *Minas Gerais*, o órgão oficial do governo de Minas, e, pouco depois, foi nomeado subdiretor da Imprensa Oficial.

Durante a fase acadêmica, a vida de Alkmin foi cheia de altos e baixos. Depois de nomeado para os Telégrafos, designaram-no para servir no Rio Grande do Sul, onde permaneceu pelo período de um ano, regressando em 1922 para cumprir o serviço militar no quartel do 12º Regimento de Infantaria, sediado em Belo Horizonte. A chamada fora até o número 110. Alkmin era o 106 e eu o 111 da lista. Ele foi convocado, e eu não, apenas por um número.

O que é certo é que todos iam bem, as pessoas da família e os amigos. Quanto aos meus “negócios” – se assim se pode chamar a posse de alguns lotes, adquiridos a prestação, em Belo Horizonte –, Júlio Soares incumbira-se de olhá-los. Belo Horizonte passava por uma fase de intensa especulação imobiliária. Todos compravam e vendiam terrenos, sucedendo-se loteamentos e urbanizações em novas áreas da cidade.

Antes de deixar a capital mineira, havia dado alguns passos importantes no sentido de consolidar minha reputação como médico. Além da atividade que exercia na Santa Casa e no consultório, onde era sócio de Júlio Soares, não abandonei a faculdade. Permaneci vinculado a ela como assistente da cadeira de Física Médica, regida pelo professor Baeta Viana. A essas ocupações acrescentei um pouco mais tarde a de médico da Caixa Beneficente da Imprensa Oficial, nomeado por interferência de Alkmin, que, desde o início do governo de Antônio Carlos, foi subdiretor daquele

departamento, mas exercendo ocasionalmente as funções de diretor, como substituto de Abílio Machado, que era o diretor efetivo.

Em Paris, apesar da vida intensa, não me esqueci do que ficara para trás. Até hoje ignoro como arranjei tempo para tantos compromissos, de natureza profissional ou de caráter cultural, com eventuais incursões por *La Coupole* e *L'île de l'Amour*.

Todas as manhãs ia ao Hôtel Dieu, a fim de observar alguma operação cirúrgica, dentre as centenas praticadas diariamente no velho hospital, que era o pronto-socorro de Paris. Frequentava o Louvre, não como turista, mas como estudante, examinando as coleções artísticas arqueológicas, lendo a respeito e fazendo anotações. Assistia aos espetáculos da Comédie Française ou do Folies Bergères. E, em companhia do pintor Portinari e do ator Leopoldo Fróis, frequentava, ocasionalmente, o Café du Brésil, a fim de me deliciar com uma feijoada bem brasileira. E havia, preponderantemente, o curso do professor Chevassu, reforçado por um período de treinamento no Hospital Cochin.

Maurice Chevassu morreu em 1957, quando eu ocupava a Presidência da República, e ele a presidência da Academia de Medicina de Paris. No meu tempo, já era idoso e vinha engordando muito, o que, porém, não prejudicava sua atividade de professor nem reduzia o brilho de sua inteligência privilegiada. Dele guardei as melhores recordações e penso que minha presença em seu curso não deixou de lhe causar satisfação. Em depoimento, recolhido por Serge Manson, em 1957, a pedido do escritor Francisco de Assis Barbosa, o ilustre cientista assim se referiu a mim: “Meu discípulo Kubitschek levou para o Brasil um diploma muito merecido.”

Ao chegarem as férias de verão, resolvi – como toda a população parisiense fazia e ainda faz – sair numa excursão, para viver sob céus diferentes. Realizei uma viagem romântica pelo Mediterrâneo, a partir de Marselha, o porto mais meridional da França.

Ali me hospedei no Hôtel de la Méditerranée. Da janela do meu quarto podia contemplar, a distância, o perfil severo do castelo de Iff, situado numa pequena ilha, do qual Alexandre Dumas se utilizara para compor o cenário trágico do seu *Conde de Monte Cristo*.

Foi em Marselha que entrei, pela primeira vez, num avião. Certa manhã, vi um pequeno aparelho sobrevoar o hotel. Era um aviãozinho

aberto, que levava apenas um passageiro, e que poderia ser alugado para um rápido voo sobre a cidade. A ideia logo me excitou. Pouco depois, já me achava no hangar, em entendimento com o piloto.

Lembro-me, como se fosse hoje, da emoção que experimentei, durante esse primeiro voo, vendo desfilar, sob meus olhos, panoramas que, de outra forma, jamais poderia ter contemplado. A experiência tornou-me um aficionado da aviação.

Não permaneci em Marselha muitos dias. Pouco depois, tomando o vapor *Lotus*, segui para o Egito. O Oriente lendário abria-me as portas, por trás das quais tantos mistérios eu julgava ir encontrar.

Foram cinco dias de viagem, através do Mediterrâneo – o antigo lago romano – até Alexandria. Bordejamos as ilhas que a mitologia povoara de deuses e envolvera em lendas heroicas.

Ao atravessar o estreito de Messina, tive a visão de um cenário vulcânico. De um lado, estava Lipari – o antigo reino de Éolo, senhor dos ventos – com suas crateras quase extintas, mas empenachadas de fumaça. Mais adiante, erguia-se o famoso Stromboli, cujas faldas agasalhavam lavas incandescentes. E, por fim, via-se o Etna – as forjas de Vulcano – com seus 3.313 metros de altitude. Sua cratera estava em permanente atividade, e torrentes de lavas se precipitavam pela encosta, denominada Vale do Inferno. À noite, aquele rio de fogo lançando-se ao mar constituía um espetáculo tão impressionante quanto aterrador.

Entre centenas de companheiros de viagem, encontrava-se um brasileiro. Era o deputado César Lacerda Vergueiro, ilustre figura da política de São Paulo, que fazia a mesma excursão em companhia de sua filha Isa. Tornamo-nos amigos, e essa amizade, nascida no exterior e ao embalo das ondas do Mediterrâneo, iria consolidar-se com o tempo.

Desde que nos conhecemos, tornamo-nos inseparáveis. Juntos, percorremos não somente o Oriente Médio, mas também dezenas de países da Europa. Contudo, o destino mostra-se, às vezes, cruel na sua maneira de aproximar ou de afastar as pessoas.

Fluiu o tempo e permanecemos amigos. Ele me apoiou na minha campanha para a Presidência da República e, já no Catete, recebia, com frequência, suas visitas, que sempre me davam grande prazer. Em janeiro de 1956, a Associação Comercial de Santos ofereceu-me um ban-

quete e César Vergueiro, àquela altura senador por São Paulo, sentara-se ao meu lado, na mesa, por ocasião da homenagem. Conversamos demoradamente. Estava alegre, expansivo como sempre, fazendo prever que teria uma vida longa e que enormes serviços ainda iria prestar a São Paulo e ao Brasil. Terminado o banquete, retornei ao Rio. Vinte e quatro horas depois, era chamado ao telefone, no palácio do Catete, para receber, com estupefação, a infausta notícia do seu dramático assassinio.

Cinco dias após nossa partida de Marselha, avistei as primeiras palmeiras do Egito. Pouco depois, desenhava-se no horizonte o perfil de Alexandria.

A visão do Egito constituiu, para mim, um espetáculo inesquecível. Ali estavam os túmulos dos faraós, as lendárias pirâmides, os santuários de Karnak e Luxor, o misterioso deserto e o velho Nilo, correndo grave e solene através de um universo de areia. Tudo me parecia fantasmagórico, olhando aquela paisagem áspera, amarela de pó, tive a impressão de que desfilavam diante dos meus olhos – numa compreensível reversão histórica – as figuras de César, Marco Antônio, Cleópatra, seguidos, a distância, pelos chefes das diferentes dinastias, com sua indumentária característica e seus milhares de servidores.

Recordei a beleza, aureolada pelo infortúnio, da rainha Nefertiti e o visionarismo do seu marido, Amenófis IV ou Akhenaton – o “Faraó Herege”. Apesar da minha formação religiosa, não escapei ao fascínio daquela estranha personalidade, misto de sonho e audácia, cuja obra de reformador constituiu, durante algum tempo, uma das preocupações do meu espírito.

Akhenaton reinou de 1375 a 1358 antes de Cristo, e o egiptólogo J. H. Breasted considera-o “a primeira personalidade da história da Humanidade”. Foi o faraó apóstata, que destruiu o culto de Amon e o politeísmo confuso da religião tradicional, substituindo-os pela adoração de um novo Deus – Deus único – a que chamou Aton. A nova divindade era simbolizada por um disco solar cujos raios benfazejos terminavam como os dedos de mãos abertas, num gesto expressivamente generoso. Essa revolução religiosa acarretou, como é natural, uma profunda revolução política.

O faraó tinha, então, apenas dezenove anos de idade. E, apesar da sua juventude, compreendeu que sua revolução religiosa só teria

êxito se procedesse, igualmente, a uma mudança de sede da monarquia, de forma a subtraí-la à tutela milenar dos sacerdotes dos antigos ídolos, especialmente dos de Amon. Surgiu, assim, a ideia da mudança da capital do Egito. Ao invés de Tebas – a “Tebas das Cem Portas”, segundo a expressão de Heródoto –, a monarquia iria funcionar em Ekhenaton, a “Cidade do Horizonte de Aton”.

O plano de transferência, apesar de tão recuado no tempo – quase quatro mil anos atrás –, foi levado a efeito com uma técnica e um planejamento dignos do século XX. Arquitetos foram contratados. Artífices vieram de todas as partes do Império. Engenheiros, astrônomos, técnicos em hidráulica, britadores, escultores, pedreiros especializados foram mobilizados. O local escolhido foi Tell El-Amarna, um vale situado entre o Nilo e as encostas rochosas do deserto. A mudança da capital coincidiu, também, com a mudança do próprio nome do monarca. Amenófis IV foi substituído pelo de Akhenaton, “aquele que agrada a Aton”.

A oposição surda e odiosa do clero foi vencida pela vontade soberana do faraó e a cidade construída passou a ser a sede da monarquia.

Levado pela admiração que tinha por esse autocrata visionário, cuja existência quase lendária eu surpreendera através das minhas leituras em Diamantina, aproveitei minha estada no Egito para fazer uma excursão até o local, onde existira Tell El-Amarna. Vi os alicerces da que havia sido a capital do Médio Império do Egito. A cidade media oito quilômetros de comprimento por dois de largura. À margem do Nilo, jardins verdejantes haviam sido plantados e, atrás deles, subindo a encosta da rocha, erguera-se o palácio do faraó, ladeado pelo grande templo. Tudo ruínas! O grande sonho do faraó-heredeiro convertido num imenso montão de pedras, semienterrado na areia!

Hoje, tanto tempo decorrido, pergunto-me, às vezes, se essa admiração por Akhenaton, surgida na mocidade, não constituiu a chama, distante e de certo modo romântica, que acendeu e alimentou meu ideal, realizado na maturidade, de construir, no Planalto Central, Brasília – a nova capital do Brasil.

Nas salas do Museu do Cairo, vi o sarcófago de Toutankhamon. Esse espólio, que não havia muito fora ali recolhido, atraía as atenções do mundo. Tratava-se do único túmulo, entre centenas de outros, até hoje

encontrado inviolado. A maravilhosa coleção, toda em ouro maciço, era constituída de tudo quanto havia sido depositado ao lado do corpo desse estranho faraó, que morreu tuberculoso aos dezoito anos de idade. A coleção permitia uma reconstituição quase perfeita do esplendor de uma das fases mais obscuras da XVIII dinastia.

Da janela do meu quarto no hotel, via o Nilo, que, em alguns aspectos, lembrava o Sena. Certa noite, com um luar muito intenso, fui postar-me ao pé das pirâmides. Ao longe, tornadas difusas pela distância, desenhavam-se silhuetas de camelos. Moviam-se, no seu andar característico, dando a impressão de sombras ambulantes, contrastando com a branquidão do areal.

Beduínos humildes aproximavam-se, esperando a graça de uma esmola. Ali estavam as pirâmides, e lembrei-me de Napoleão: “Do alto destas pirâmides, quarenta séculos vos contemplam.” A frase vinculara-se aos colossos de pedras e olhando-se a uns lembrava-se a outra.

Gerações e gerações de egípcios – incluindo reis de poderosas dinastias – haviam sido sepultadas por aquelas dunas. Com a areia, que tudo cobrira, extinguiu-se, igualmente, a criação intelectual de milhares de filósofos, de cientistas, de geômetras, de astrónomos, de líderes religiosos – enfim, o complexo da fermentação de ideais, os quais, cristalizados através dos séculos, constituíram a urdidura de uma das mais fascinantes idades do mundo.

Lembro-me, agora, do que me disse, um dia, a princesa Marina da Grécia, duquesa de Kent, quando a levei para conhecer Brasília. Ao ver a cidade, que, naquela época – meados de 1958 –, era apenas um gigantesco canteiro de obras, comentou, extasiada: “O senhor constrói, presidente, como os faraós do antigo Egito o faziam.” Sorri, mas corrigi a observação: “Quanto à monumentalidade, é possível que sim, alteza, mas quanto aos objetivos, seguimos caminhos diametralmente opostos. Os faraós construam para os mortos, e eu construo para as gerações do futuro.”



.....  
*Os lugares bíblicos e o Oriente Médio*

**E**MBARQUEI EM ALEXANDRIA, prosseguindo viagem – agora no rumo do Oriente Médio. Mal o navio deixou o porto, fomos surpreendidos por uma terrível tempestade. Tudo aconteceu de repente. O céu estava azul e o sol brilhante. Pouco depois, a água começou a engrossar e o pobre *Lotus* converteu-se numa casca de noz, sacudido violentamente pelas ondas. Pequenos barcos, que se encontravam ao largo em frente ao porto de Alexandria, foram tragados.

Às 9 horas da noite, subi até o restaurante. Estava vazio. Nem comensais e nem um só garçom. Demorei-me ali um pouco e, em seguida, recolhi-me à cabina. Apesar dos solavancos do navio – ou, talvez, por causa deles – dormi profundamente. Quando acordei, já estávamos no porto de Jafa.

Iniciara-se a etapa bíblica da excursão. Automóveis nos apanharam para a viagem pelas montanhas de Judá. O carro que me levava, avançando lentamente pela estrada mal cuidada, permitiu-me contemplar um quadro perfeito da era pastoril – cabras, com cincerros ao pescoço, pastando nas encostas; montes de feno sob cobertas de madeira; poços, abertos na terra árida, em torno dos quais se viam camponesas.

Desde criança, sonhara ver, um dia, os sítios em que Jesus havia vivido. A imagem que concebera daqueles lugares não era diferente da que

se me apresentava aos olhos. Apenas, sentia-os carregados de uma força emocional que, em imaginação, nunca pudera surpreender.

Em Belém, visitei o local do nascimento de Cristo. Passei a noite em Jerusalém. Deixando o hotel, saí para percorrer os lugares sagrados. O Jardim das Oliveiras. O Calvário. Os passos da Via Sacra. Fiz o percurso, tocado de profunda emoção.

De Jerusalém, segui para Nazaré e, durante o percurso, detive-me na cisterna de Jacó, onde a Samaritana ofereceu água a Jesus. Ali, o calor era escaldante.

Nazaré não passa de um amontoado de casinhas brancas e sem telhado, subindo pela encosta. José e Maria ali haviam vivido. A carpintaria lá estava, como um símbolo de humildade que foi a característica da família de Cristo. Via os caminhos que saíam da cidade e percorriam as colinas próximas, e imaginei que por eles Jesus deveria ter andado.

No alto de uma daquelas colinas Jesus costumava sentar-se para meditar. Ainda existia a pedra sobre a qual descansava o corpo. Aos pés da encosta, estendia-se a cidadezinha colorida, com seus quintais cercados, seus carneiros soltos nas ruas, suas lojas humildes, onde se vendiam relíquias. Era o mesmo cenário que seus olhos haviam contemplado tantas vezes, apenas envolto pela aura de misticismo gerada por sua passagem, por ali, há quase dois mil anos.

Percorri aqueles mesmos caminhos. E gostava de fazê-lo a pé. Visitei o mar Morto, o lago de Gethsemani e o monte de Hermon, no qual Saladino – o grande guerreiro, sultão do Egito e da Síria e que, depois, conquistara Jerusalém – mandava buscar gelo, a fim de fazer refrescos que oferecia aos generais seus prisioneiros, antes de mandar enforcá-los...

Estive no palácio de Herodes. Visitei o trecho do Jordão onde João Batista batizou Cristo. Percorri, enfim, toda a Terra Santa, reconstituindo, ao vivo, muitas passagens da Bíblia que conhecia de cor, desde meus tempos de seminarista.

Como o destino tem os seus caprichos, eu haveria de voltar àqueles lugares santos para uma das cerimônias mais tocantes de minha vida. Foi em 1961, depois que deixei a Presidência da República. Havia um bosque nas imediações da capital, ao qual as autoridades haviam dado o meu nome. Por ocasião da inauguração da placa, o senador Apolônio

Sales representou-me, já que, sendo presidente na época, não me foi possível estar presente. No dia 22 de outubro, que é a data do aniversário de minha filha Márcia, o governo de Israel comemorou aquele acontecimento íntimo, convidando-a a plantar 18 árvores naquele bosque. Essas árvores ainda lá estão, crescendo e dando sombra.

Fecho o parêntese, para me reencontrar na minha primeira viagem à Terra Santa. Atrás ficara a Palestina, a terra de Deus. Na linha do horizonte desenhava-se agora, à medida em que o automóvel avançava, o perfil de Damasco, a capital da Síria, cidade velha, de milênios.

Mal cheguei, saí para conhecer as atrações da cidade. À noite, no hotel, durante o jantar que foi servido num grande terraço, por causa do calor sufocante, deixamo-nos ficar – César Vergueiro, sua filha Isa e eu – conversando por algum tempo. Enquanto estivemos no terraço, fomos procurados por muitos sírios que possuíam parentes no Brasil, inclusive por uma encantadora jovem, em companhia da qual percorri, no dia seguinte, os templos, os bazares e os lugares pitorescos da mais velha cidade do mundo e que, mais tarde – e já entregue à minha vida profissional – iria reencontrar em Belo Horizonte, residindo ao lado de minha casa, a senhora Uagirra, esposa do meu amigo Miguel Abras Filho.

A viagem de Damasco a Beirute é uma das mais belas que se podem fazer no Oriente Médio, sobretudo no trecho em que se descortina o grande vale que separa o Líbano do Anti-Líbano.

Damasco, capital da Síria, era uma cidade tipicamente levantina. Ali só se falava o árabe e não se via qualquer influência europeia, quer na indumentária, quer no sistema de vida da população. Já Beirute, a capital do Líbano, revelava-se impregnada da cultura ocidental. Toda a população falava francês e até os mendigos, nas ruas, era nessa língua que pediam esmola.

Comparando o que vimos aqui com o que havíamos visto na Palestina, então ocupada por forças britânicas, tinham-se, lado a lado, os dois tipos clássicos de colonialismo, os quais, através dos séculos, deixaram suas marcas em inúmeras regiões do globo. Na Palestina, vigorava o sistema inglês – hermético, visceralmente mercantil, atento quase que exclusivamente em preservar os interesses superiores da Grã-Bretanha. Os

responsáveis pela ocupação militar, encastelados em residências aristocráticas, representavam verdadeiros quistos no seio da população local. Só falavam inglês. Só recebiam elementos da sociedade do mesmo sangue. Só liam jornais de Londres. E viviam cercados de soldados remetidos das ilhas britânicas.

Já no Líbano e na Síria – principalmente, no primeiro – vigorava o colonialismo francês, cujo objetivo primordial era tentar a fusão de uma civilização superior com uma organização social rudimentar, de forma a obter a formação de um novo estado, que fosse um amálgama racial, mas com evidente predominância da sua própria influência. As autoridades, enviadas pelo governo de Paris, ao invés de se isolar, misturavam-se com a população local, aprendiam a língua nativa e, pelo exemplo, faziam com que esta acabasse se interessando em aprender o francês. O colonialismo francês, antes de se afirmar pela força, procurava ajustar-se às circunstâncias locais e, fazendo de cada nativo um meio-francês, assegurava sua hegemonia de forma mais duradoura, já que não era imposta, mas espontaneamente aceita.

No confuso cenário do Oriente Médio, tumultuado por rivalidades locais e por hostilidades entre nações, o contraste entre os dois colonialismos assumia relevo muito precioso. Ela nítida a diferenciação dos métodos usados pelas duas grandes nações, embora ambas tivessem em mira o mesmo objetivo: o alargamento de suas respectivas áreas de influência no mundo.

.....  
*Voltando do Mediterrâneo oriental*

**E**M TRÍPOLI, reembarquei no *Lotus*, rumo à Turquia. O navio fez escala em Esmirna.

A velha nação vivia uma hora de ressurreição. Kemal Ataturk, através de processos violentos, impunha uma nova filosofia à retrógrada mentalidade otomana.

A exemplo dos grandes reformadores asiáticos, fazia tábula rasa de tudo que ficara para trás. Investindo contra as tradições mais arraigadas no sentimento popular, procurava criar um novo sistema de vida para a nação.

A queda do sultão, em 1923, constituiu um divisor de águas para a Turquia. Todos os hábitos, que tinham feito da nação um anacronismo social, deveriam ser violentamente extirpados. Instituiu-se a pena de morte para quem insistisse em usar a indumentária tradicional. Seriam passíveis de prisão e outras penas os que se insurgissem contra a implantação do alfabeto latino. Punições severas eram impostas aos que não se adaptassem às normas de modernização, decretadas pelo governo.

De Esmirna segui para Constantinopla, através dos Dardanelos e do Bósforo, passando pelo Corne d'Or. Deixando Constantinopla, seguimos para o Pireu e, durante o percurso, passamos ao largo das ilhas gregas do mar Egeu, aportando em algumas delas, como Pátmos, Quios e Lesbos.

A visita a Atenas constituiu o ponto culminante da viagem. Deixamos o Pireu de automóvel e, mal ultrapassamos a zona portuária, vimos, a distância, o perfil, ainda difuso, da velha metrópole da cultura humana.

À medida em que o carro avançava, a colina em cujo cimo se encontra o Partenon ia-se elevando no horizonte, e os mámores brancos reverberavam ao sol. Galguei, por fim, a encosta histórica. Mas, antes de chegar às escadas do Partenon, detive-me, para contemplar, através do Propileu, a paisagem ática em toda sua imponência e majestade.

Depois da ascensão à Acrópole, visitei o Academus, em cujos jardins os plátanos deram sombra a Sócrates e a Platão. Em seguida, fui ver a prisão, na qual Sócrates esteve confinado e tomou a cicuta, para aplacar a ira dos seus algozes.

Reembarcando no Pireu, dirigi-me a Malta – a base da frota britânica do Mediterrâneo – e, em seguida, a Nápoles, alcançada de manhã, sob um céu claro e sem nuvens. Através da vigia da minha cabina, observei o imenso penacho de fumaça que subia do Vesúvio.

Nas imediações alteava-se Pompeia, que percorremos longamente. Tive a visão clara da civilização romana, como se recuasse dois mil anos no tempo. As pedras do calçamento ainda revelavam o sulco das rodas ferradas das carruagens e, em alguns muros, liam-se cartazes de propaganda dos políticos que, no ano 70 da nossa era, disputavam eleições na cidade. Viam-se, também, anúncios da representação teatral que iria realizar-se naquele dia: o *Casina*, de Plauto.

Tudo está em seus lugares, como há dois mil anos, apenas carbonizado pela lava. Numa casa de cortesãs, o prato de feijão, que havia sido feito para o almoço, continuava no forno. As lojas dos padeiros mostravam-se cheias de pão. Barris de azeitonas eram vistos à entrada dos armazéns, como uma sugestão aos compradores.

Na casa de Vetti – a mais bem conservada da cidade – dizem que bastou limpar os canos para que os repuxos dos jardins funcionassem. Um pequeno museu foi instalado ali mesmo em Pompeia, mas os objetos mais preciosos encontrados na cidade constituem ornamento do magnífico museu de Nápoles.

Minha excursão chegara ao fim. Cumprira-se o périplo do Mediterrâneo. Poucos dias depois, estávamos de novo em Marselha. Que me reservava o futuro, com os seus mistérios? Aquela viagem teria sido um

simples passatempo ou traria ela consigo alguma das iluminações essenciais de meu destino?

Naquela época, o estudo dos problemas econômicos no Brasil restringia-se a uma pequena elite de especialistas. Nem os políticos, nem os intelectuais, com raras exceções, interessavam-se em conhecer as relações entre os movimentos sociais e os fenômenos econômicos. O desinteresse estendia-se a todos os setores da população. Quanto à classe médica, então, ninguém poderia esperar que assuntos dessa natureza lhe despertassem a atenção.

Por uma especial inclinação de meu espírito, eu não participava, entretanto, dessa indiferença. Ao contrário, via e analisava tudo. Esforçava-me por descobrir as razões das coisas, não apenas no campo médico, que era a minha especialidade, mas também no terreno social e político. Ao observar diretamente a miséria dos povos africanos e asiáticos, senti-me impelido a comparar o que tinha diante dos olhos com o que me fora dado presenciar nas nações europeias.

Qual a verdadeira razão do abismo que se interpunha entre os dois tipos de organização social, ou melhor, entre os dois estágios de civilização? Que motivos secretos e profundos poderiam, num e noutro caso, ter acelerado ou retardado o processo evolutivo?

Concentrou-se o meu espírito neste problema, apaixonadamente. Durante o resto da viagem, procurei conversar com os naturais das terras que visitava. Informei-me, tanto quanto possível, de suas condições de vida, das riquezas naturais de seus países e da exploração dos mesmos, e do que pretendiam os respectivos governos fazer para corrigir tão profundo desajustamento.

De indagação em indagação, fui formulando no espírito, sem o sentir, certo número de respostas ao desafio que havia sido imposto àquelas nações. Esta tomada de consciência, em relação aos problemas do Oriente Médio, passou a adquirir consistência com o tempo, aprofundando suas raízes e vindo a constituir, por fim, o alicerce em que se assentaria a filosofia que, mais tarde, iria orientar minha ação de homem público.

O processo de absorção daquela realidade foi simples e objetivo. Transpus os problemas dos povos do norte da África e do Oriente Médio para a área da América Latina e os analisei, em termos de graduação do

progresso realizado, chegando à conclusão de que, embora as condições fossem diferentes, idêntico era o quadro social.

Como acontecia naquelas partes do mundo, a América Latina também vivia convulsionada: sucediam-se as mudanças de regime, quase sempre impostas por ditaduras militares. A permanente agitação política era meio sintoma de uma só e grave enfermidade – a insatisfação pela não solução de complexos problemas econômicos.

Se a América Latina, como um todo, refletia as contradições próprias dos povos subdesenvolvidos, o Brasil, como parte desse contexto socioeconômico, além de ostentar as anomalias de caráter continental, possuía seus problemas próprios e específicos, os quais, como era natural, deveriam exigir também uma terapêutica específica.

A análise objetiva desta situação é particularmente difícil, dadas suas implicações humanas e políticas. Tanto no Brasil quanto nos países que visitei naquela ocasião, o problema que mais impressionava era o da explosão demográfica. Contudo, muitos viam no assustador aumento da população a conjugação de dois fatores positivos: um alargamento das possibilidades de consumo; e, conseqüentemente, um fortalecimento do mercado interno.

No entanto, a expansão demográfica, sem as providências correlatas de uma política de democratização das oportunidades, ao invés de fator positivo, poderá degenerar, facilmente, em perigosa proliferação da miséria. Nenhum mercado interno se fortalece em razão do número de bocas famintas, mas só através do aumento da produtividade.

O Brasil possuía – e ainda possui – enormes espaços vazios que podem e devem ser integrados na atividade econômica nacional. Seria infantil acreditar que grupos financeiros privados tomassem a iniciativa de um pioneirismo altruísta, criando núcleos de irradiação civilizadora nas imensas áreas não aproveitadas da Amazônia ou dos grandes estados do oeste. Uma ação como esta só pode caber ao governo, devendo ser levada a efeito não no sentido de um estatismo esterilizante, mas através da criação de condições de trabalho nas regiões, mediante investimentos maciços na abertura de estradas, na instalação de centrais elétricas, na solução do problema habitacional e na erradicação das endemias próprias dessas áreas.

Tais assuntos levaram-me à convicção de que, num país de tantas possibilidades, como o Brasil, os desníveis sociais poderiam ser evitados



pela execução de uma política que, em síntese, representasse um calculado saque sobre o futuro.

O governo, em vez de se preocupar com questões de monetarismo árido – o que é justificável em países de estrutura econômica estratificada –, deveria abrir frentes de trabalho em todas as direções. Dessa forma, despertaria, pelo exemplo de cima, as energias latentes no seio do povo, transformando-as em fontes vivas de riqueza.

.....

## *Roteiro pelo coração da Europa*

**D**E MARSELHA, segui para a Itália. Ao deixar a França, fiquei retido numa estaçãozinha ferroviária da fronteira, pois perdera o trem que me levaria, naquela mesma noite, a Veneza. A viagem direta fora interrompida. Todavia, o pernoite em Milão deu-me a oportunidade de conhecer o *Duomo* e o *Scala*, e de admirar a *Ceia* de Da Vinci.

Apesar do prazer espiritual fruído em Milão, teria preferido seguir caminho, para chegar a Veneza à noite.

Vivi dias inesquecíveis em Veneza. Todas as tardes, após a peregrinação obrigatória pelos lugares históricos, deixava-me ficar, até que a noite caísse, num dos cafés, ao ar livre, da Praça de São Marcos.

Em frente, erguia-se o Campanário. Sua estrutura relativamente moderna contrastava violentamente com o gosto bizantino da Basílica, erigida atrás do palácio dos Doges. Cinco séculos haviam passado, e aquele cenário era sempre o mesmo. Napoleão ao contemplá-la, pela primeira vez, considerou-a a mais bela sala de visitas da Europa.

Entrei, várias vezes, na velha Basílica. Ao deixá-la postava-me num dos ângulos da *Piazzeta*, e me extasiava, vendo a exótica fachada do palácio dos Doges, com suas duas fileiras de arcadas harmoniosas.

À noite, após o jantar, tomava uma gôndola e deixava-me levar através da cidade.

De novo, porém, o tempo me chamava. Era preciso mais uma vez partir. Pela madrugada, quando uma névoa espessa ia subindo da água dos canais, tomei o expresso de Viena.

Durante a viagem, chamaram-me para atender a um passageiro, que não se sentia bem no comboio. Haviam visto em meu passaporte que eu era médico. Uma jovem austríaca, que se achava ao meu lado na cabina do vagão, ofereceu-se para me servir de guia. Juntos, atravessamos dezenas de carros, repletos de passageiros, até o local em que se encontrava o doente. Era um jovem, de uns quinze anos de idade. Estava estendido num dos sofás do carro e apresentava o rosto vermelho e congestionado. Verifiquei logo que se tratava de intoxicação. Ali eu nada podia fazer; e aconselhei que o fizessem desembarcar na primeira estação, para ser hospitalizado.

Cheguei a Viena à meia-noite, sob um frio terrível. Viena não seria apenas uma etapa naquele roteiro turístico. Ali frequentei hospitais. Visitei enfermarias. Assisti a operações. A cidade era um grande centro científico e, já que me encontrava nela, procurei aliar à curiosidade do turista as preocupações e interesses da profissão.

O Danúbio atraía-me e resolvi sair a passeio pelo rio, num pequeno vapor que ia até Budapeste. A capital da Hungria encantava pela beleza de seu traçado urbano e pelos recantos cheios de poesia. A ilha de Margarida, as quatro monumentais pontes suspensas. O Parlamento, o palácio dos reis – eram pontos obrigatórios de visita, sempre cheios de turistas de todas as partes da Europa.

De Budapeste, dirigi-me a Praga. Havia uma razão sentimental para me demorar, um pouco mais, na Tchecoslováquia, por ser ali a pátria dos meus antepassados – particularmente do meu bisavô materno, Jan Nepomuschy Kubitschek.

A evocação da minha ascendência teve início quando assinei a ficha de recepção no hotel. Na Tchecoslováquia meu sobrenome era tão comum como os Oliveiras e os Nunes, no Brasil.

O porteiro, encantado de receber um hóspede sul-americano, descendente de tchecos, mostrou-me a lista telefônica que registrava pelo menos uma dúzia de Kubitscheks.

Em Praga, passei o dia 12 de setembro, quando completava vinte e oito anos de idade. Na noite desse dia passei por uma experiência estranha. Não sei se foi por causa do ambiente ou por me encontrar na terra dos meus antepassados, o fato é que meu aniversário, naquele ano, ao invés de alegria, encheu-me a alma de tristeza.

Até então, nunca havia pensado que ia avançando em anos. Naquela noite, porém, percebi que fora assaltado por uma onda de melancolia. “Vinte e oito anos!” – disse, para mim mesmo, quase em voz alta. No dia anterior era um jovem despreocupado. Bastou que completasse aquela idade – vinte e oito anos – para que um sentimento estranho, misto de surpresa e apreensão, se instalasse no meu espírito!

Nessa mesma noite segui para a estação, onde peguei um trem que me levou diretamente a Berlim. Tinha ali um vasto programa a cumprir, com visitas a hospitais, conferências com mestres da minha especialidade, aprendizado de novos processos de tratamento.

O tempo, porém, era exíguo para realizar tudo o que pretendia. Berlim em nada sofrera com a Primeira Guerra Mundial. Seu progresso extraordinário colocava-a entre as mais importantes cidades do mundo. Os hospitais que nela funcionavam eram famosos e, ali, diversos brasileiros faziam cursos de especialização. Eu mesmo fui encontrar em Berlim um antigo contemporâneo da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, José Ferola. Foi meu companheiro no estágio do “Charité” – o velho hospital do tempo de Frederico o Grande – e nas visitas ao “Friedrichstein”, ao “Virchow Krankenhaus” e a tantos outros centros de cultura médica. Nessa ocasião, encontrava-se também em Berlim o jovem médico paulista Antônio Prudente, que realizava pesquisas sobre o câncer, especialidade a que se dedicaria, como um apóstolo, por toda a vida.

A Alemanha derrotada exibia, então, os primeiros sintomas de inconformidade e revolta, de que se serviu o nazismo para fortalecer-se. Hitler havia ganho, pela primeira vez, as eleições. A atenção do mundo voltara-se para a atividade política do estranho líder, cujo partido tinha por bandeira o ódio e a vingança. Quando os representantes do novo parti-

do tomaram posse no Parlamento, adentraram o recinto comandados por Hitler, em pessoa, e as manifestações que se seguiram anteciparam o que, em escala mundial, ia ocorrer mais tarde na Europa.

Eu havia planejado ficar em Berlim pelo menos dois meses. Mas a Revolução de 1930, no Brasil, havendo irrompido no dia 3 de outubro, obrigou-me a mudar de opinião. Seria conveniente regressar logo ao Brasil, já que, pelas notícias que chegavam ao meu conhecimento, Minas parecia haver assumido a liderança da política nacional. Caso o fato se confirmasse, grandes transformações deveriam ocorrer em Belo Horizonte. Tratei de abreviar o meu programa, reduzindo a permanência nas cidades que ainda pretendia visitar. Voltei a Paris, passando rapidamente por Colônia, Bruxelas e Londres. Na capital francesa encontrei meus amigos brasileiros, principalmente Cândido Portinari e Leopoldo Fróis – muito excitados com as perspectivas de vitória da Revolução.

A Revolução constituiu para mim uma grande surpresa. E por dois motivos: pela crença que tinha, então, na estabilidade dos governos; e por saber que o movimento em Minas era chefiado pelo presidente Olegário Maciel.

Lembrei-me da escolha do velho político para a sucessão de Antônio Carlos. Eu não me interessava pela política, mas uma reunião da Comissão Executiva do antigo PRM, para se proceder à escolha do futuro presidente do estado, era um acontecimento ao qual ninguém permanecia alheio. Belo Horizonte se agitava. Os jornais abriam manchetes diárias. Animavam-se as conversas no Automóvel Clube. Toda a cidade participava das discussões políticas, dividida em grupos, cada corrente de opinião “torcendo” pelo candidato de sua preferência.

Eu estava no bar do Grande Hotel, em companhia de outros médicos, quando alguém chegou e deu a notícia de que Olegário Maciel acabara de ser indicado, como candidato do situacionismo, à sucessão de Antônio Carlos. O portador da notícia não era outro senão Benedito Valadares, advogado em Pará de Minas, a quem conheci naquela tarde.

Nenhum de nós sabia algo de mais positivo sobre Olegário Maciel. Mas Benedito Valadares explicou: “É o presidente do Senadinho e tem setenta e quatro anos.” A surpresa converteu-se em estupefação. Mais tarde, porém, soubemos o que sucedera. Havia sido uma manobra de An-

tônio Carlos, articulada secretamente, para continuar dirigindo a política mineira.

Não tardei a saber o que se passara. Eram vários os candidatos à sucessão, todos fortíssimos. Dois ex-presidentes da República, Bernardes e Venceslau Brás; um vice-presidente da República em exercício, Melo Viana; e os demais – Afrânio de Melo Franco, Afonso Pena Júnior, Alaor Prata, Francisco Campos, Cristiano Machado, entre outros – eram nomes de grande projeção e nenhum deles havia sido menos do que titular de uma secretaria de estado.

A escolha se complicava, havendo dificuldades. Além disso, o candidato deveria estar bem consciente e compenetrado dos compromissos assumidos no cenário nacional, relativamente à campanha de renovação dos costumes políticos, levada a efeito pela Aliança Liberal. A solução preconizada por Antônio Carlos teve a virtude de desarticular todos os esquemas em potencial. Era uma fórmula impessoal. Nada de nomes e muito menos de hegemonia de qualquer área de influência. O presidente e o vice-presidente seriam o presidente do Senado e o presidente da Câmara dos Deputados, ambos de Congresso Estadual. Os nomes de Olegário Maciel e Pedro Marques de Almeida decorriam assim de sua eventual posição.

Aceita essa fórmula, e feita a indicação de Olegário Maciel, tanto Venceslau como Artur Bernardes – os mais poderosos líderes mineiros – julgaram-se donos do candidato, cuja idade provecta lhes parecia exigir a presença de um tutor. Cada um deles considerou-se o favorecido. Mas Antônio Carlos, o cético, o realista, jogava friamente com o fator guardando um “curinga”, habilmente camuflado sob a impessoalidade da fórmula sugerida. Esse “curinga” era Pedro Marques de Almeida, político de Juiz de Fora e homem de sua absoluta confiança.

O raciocínio de Antônio Carlos era cristalino. Olegário Maciel assumiria o governo com setenta e cinco anos de idade e “provavelmente” não iria até o final de seu mandato. Pedro Marques, vice-presidente, exerceria, então, a presidência. E estaria assegurada a hegemonia do velho Andrada na política do estado.

Olegário, assumindo as rédeas do poder, repeliu qualquer tutela e – pior do que isso – adotou uma política pessoal, conservando à distância os principais líderes políticos, inclusive o próprio Antônio Carlos. Quanto

à “probabilidade” da sucessão, em caso de morte, aconteceu justamente o contrário: Pedro Marques, com apenas quarenta e sete anos de idade, teve uma endocardite maligna e faleceu; enquanto o ancião Olegário, com seus quase oitenta anos, permaneceu à frente do governo.

Belo Horizonte assistiu, e em versão típica da matreirice mineira, à repetição da tragicomédia que se teria verificado com a ascensão de Xisto V ao trono papal...

Mas, em 1930, a fórmula impessoal de Antônio Carlos estava de pé. Olegário Maciel assumiu o governo a 7 de setembro e, menos de um mês depois, ou seja, a 3 de outubro, pôs-se à frente da Revolução, desencadeando-a através de um assalto da Polícia Mineira ao quartel do 12º Regimento do Exército, sediado em Belo Horizonte. E esta foi uma das razões por que recebi com surpresa a notícia da irrupção do movimento revolucionário.

A outra razão – a crença na estabilidade dos governos – era consequência de minha formação intelectual, no ambiente religioso de Diamantina. Ali, fora levado a admitir a perenidade das coisas, sob o reflexo de quase dois mil anos de predominância da Igreja. Mesmo a pobreza, que se observava em Diamantina, vinha dos tempos coloniais, com a terra produzindo imensa riqueza de diamantes para benefício só de uns poucos privilegiados em outra parte do mundo – envolvia o mesmo sentido de permanência. Bastava perquirir em torno: casarões em ruínas; igrejas construídas com fausto, mas sustentadas pelos tostões das esmolas dos fiéis; edifícios solarengos, transformados em hospedarias coletivas; ruas calçadas de pedra que só serviam para machucar os pés descalços da maioria da população.

Daí a minha convicção de que as coisas não mudavam de um dia para o outro. Se no meu mundo pessoal era assim – um mundo minúsculo, habitado por poucas pessoas –, o mesmo deveria acontecer no mundo maior, que era o Brasil.

Havíamos tido os dois 5 de julho, em 1922 e em 1924. Bernardes, injustiçado pela opinião pública, vira-se impelido a governar como um prisioneiro no Catete. À agitação revolucionária, dos tempos de Eptácio e Bernardes, sucedera a tranquilidade do governo Washington Luís. Eu vira o presidente paulista uma única vez, passando de automóvel pela praia do Flamengo. Era uma figura imponente – o topete, o bigode e o cavanhaque

brancos. Dava a impressão de um imperador romano. Houve, também, a Coluna Prestes. Mas nada abalara o regime. Tudo era estável. Evoluía com lógica, sem imprevistos. Se surgiam rápidos períodos de tumulto, a estabilidade era restabelecida logo depois.

A 23 de outubro, soubemos em Paris que o movimento estava triunfante. Mas as informações recebidas não eram merecedoras de fé. Estávamos no Café du Brésil, e todos se mostravam ansiosos pela confirmação da notícia. Seguimos, em grupo, para a Embaixada do Brasil, na Avenue Montaigne, onde o embaixador Sousa Dantas nos assegurou estar Washington Luís deposto.

Começaram, então, as comemorações – primeiro, no restaurante do Duque e, mais tarde, em La Coupole –, e só foram encerradas ao romper do sol. Ao chegarmos a La Coupole, tão grande era nossa algazarra que o gerente, temeroso, resolveu impedir-nos a entrada. Recorremos a um policial de serviço nas imediações, e um rapaz do Rio Grande do Sul, de cujo nome já não recordo, serviu de porta-voz do grupo.

“Nós ganhamos uma revolução, seu guarda, e queremos comemorá-la.”

Ao deixar a Embaixada, a caminho da Avenida dos Champs Elysées, ainda perplexo, a perguntar a mim mesmo o que estaria acontecendo em Belo Horizonte naquele momento, tive a sensação repentina, numa espécie de premonição misteriosa, de que não apenas o Brasil mudara de destino, mas também eu, na minha simplicidade. E a verdade é que o traçado de minha vida ia receber, daí em diante, sob o influxo da Revolução vitoriosa, uma profunda transformação.



.....

*Um Brasil diferente*

**O**S ÚLTIMOS DIAS EM PARIS FORAM AGITADOS. Toda separação tem projeções próprias, nem sempre agradáveis. No meu caso, a separação era para um retorno definitivo. Deixava a Europa, com todas as implicações dessa situação – meio cultural, ambiente civilizado, Montmartre, Montparnasse, a Comédie Française, o Louvre –, para retornar ao outro lado do Atlântico, onde outros valores espirituais e afetivos me aguardavam! A moça com quem ia casar; a família; a profissão médica. Enfim, o mundo a que pertencia.

De qualquer forma, sentia-me liberto das superstições e fantasias da juventude. Outras figuras já povoavam meu universo cultural e espiritual. Entre elas, Péricles, Jefferson, Lincoln, objeto de muitas de minhas leituras desse período. Eram três picos da mesma cordilheira: a democracia. Nas escadas do Partenon, era como se eu tivesse ouvido Péricles afirmar que “o poder é para o povo”. Em seguida, impregnei-me dos ensinamentos de Jefferson e Lincoln – o segundo, mais humano; o primeiro, mais teórico.

Ao visitar a Inglaterra, pouco antes de meu regresso, pude observar em funcionamento outro tipo de democracia. O sistema inglês oferecia uma variação dos conceitos democráticos, que me eram familiares. A

monarquia se colocava a serviço do povo e obediente ao seu controle. O rei era apenas o símbolo da autoridade nacional, incumbindo ao primeiro-ministro as responsabilidades do governo. Sistema típico da delegação de poderes; nenhum gabinete dispunha de mandato com prazo fixo. A duração das administrações condicionava-se à confiança manifestada pela Câmara dos Comuns, a qual, por sua vez, refletia o sentimento popular.

Lembrei-me de Joaquim Nabuco, comentando a obra de Bagehot, *Constituição inglesa*, quando comparou os dois sistemas democráticos mais populares do mundo – o da Inglaterra e o dos estados Unidos: “Comparados os dois governos, o norte-americano ficou-me parecendo um relógio que marca as horas da opinião; o inglês, um relógio que marca até os segundos.”

Não conhecia ainda, diretamente, o sistema norte-americano, mas o que vi na Inglaterra foi o suficiente para me impressionar, fortalecendo minha instintiva crença na democracia. O que tínhamos no Brasil era um sistema pretensamente democrático, uma espécie de arremedo do que se praticava nos estados Unidos. Nosso presidencialismo, tendo por base o sufrágio universal, vinha sendo criminosamente deturpado pelas eleições “a bico de pena”, pelas atas falsas e pela mobilização em massa dos “eleitores de cabresto”. Daí ser um regime à deriva, responsável pela formação de oligarquias municipais e regionais, subordinadas às oligarquias nacionais, das quais a de maior relevo era a denominada “política do café-com-leite”, ou seja, a hegemonia do eixo São Paulo-Minas.

A Revolução de 30 tivera como objetivo justamente a ruptura daquele sistema. Daí a razão por que, ao tomar conhecimento da deposição de Washington Luís, julguei que aquele movimento insurrecional encerrava um capítulo da nossa História. Outro agora se abria. Teríamos, finalmente, a democracia funcionando no Brasil?

Às vésperas de deixar Paris, procurei o professor Maurice Chevasse, a quem agradei tudo que me havia ensinado. Fui ao Hôtel Dieu e ao Hospital Cochin. Estive, igualmente, com Aderbal Figueiredo, meu colega de curso. À noite, encontrei-me com Portinari, Fugita e Leopoldo Frois, e fomos jantar no Café du Brésil.

No dia seguinte, parti de trem para o Havre, onde embarcamos no *Almirante Alexandrino*. Enquanto o trem corria, atravessando a campa-

nha francesa, eu fitava a paisagem e meditava. Naquela altura, sentia-me como se houvesse atingido uma vertente, que dividia minha vida em duas partes. De um lado, o período pregresso. A Rua São Francisco. O seminário. A saída de Diamantina. Os Telégrafos. A faculdade. A formatura. O início da vida profissional. E do outro lado, o futuro. Divisava-o, porém, ainda sombreado por nuvens espessas, mas apresentando, aqui e ali, vagas cintilações de possibilidades em gestação.

Eu havia deixado de ser o que fora, mas ignorava, ainda, o que seria. De uma coisa, porém, estava certo, já possuía o meu ritmo próprio. Ou melhor, minha *eurritmia*, como diria Renan. Minha medida. O que iria fazer dali em diante seria apenas retocar e polir uma imagem já configurada. Podar as arestas e os excessos. Adquirir a minha cadência adequada. Minha personalidade não se alteraria mais, com o passar do tempo.

Ressalto outro efeito daquela viagem. Em certo sentido eu era tímido. Provavelmente, de uma timidez adquirida e não congênita.

Quando criança, era estouvado e afoito. Mas, ao chegar a Belo Horizonte, modifiquei-me, permanecendo retraído e desconfiado. Ainda hoje, tantos anos depois, não posso definir com exatidão o meu temperamento ou estado de espírito naquela época. Talvez a escalada houvesse sido rápida demais. Saí de um ambiente acanhado – Diamantina – e passei a viver na capital do estado, tendo de enfrentar sozinho os riscos e as consequências da mudança, sem ninguém para me ajudar. O conjunto das circunstâncias me induzia a assumir uma atitude de reserva em relação à vida. Os vencimentos reduzidos, mal dando para as despesas essenciais. Os sapatos furados, que eu precisava forrar com jornal, à guisa de palmilha. O ruído monótono do Baudot, martelando-me o ouvido a noite inteira nos Telégrafos. A falta de tempo para dormir e a péssima comida das pensões em que vivia. Tudo isso somado foi-me levando a renunciar ao ar natural, afável e expansivo, que herdei de meu pai, convertendo-me numa espécie de misantropo. Vivía pelos cantos, só me abrindo com os amigos íntimos. Em face de tantas pressões exteriores negativas, sentia-me como se tivesse um freio no cérebro que me estancava a imaginação.

A viagem à Europa fez tudo isso desaparecer. O João César, comprimido no fundo da minha personalidade, acordou, de súbito, enchendo de guizos e sonoridade o meu universo interior. Reconciliei-me com a vida.

Passei a amá-la, certo de que, dali em diante, ela nada mais me negaria. E neste estado de espírito empreendi a viagem de Paris até o Havre.

Ao chegar, uma surpresa me aguardava. O *Almirante Alexandrino* estava retido no porto. O motivo: um problema relativo ao armamento que havia sido encomendado pelo governo brasileiro. Em face da vitória da Revolução, não se sabia quem pagaria a fatura.

Mesmo assim, preparei minha bagagem na cabina e me dispus a aguardar com paciência, como o faziam os demais passageiros, a liberação do vapor. Dois outros brasileiros haviam também tomado passagem: Marcelo Roberto, que mais tarde seria famoso arquiteto, e José Resende, de quem me tornei grande amigo, e que acabou sendo meu padrinho de casamento.

José Resende era mineiro, de São João d'el-Rei, e fizera fortuna em negócios de importação de gado. Foi na época do *boom* do zebu, no Brasil. Ia à Índia, de onde trazia esplêndidos exemplares das raças gir e guzerá e os revendia, com larga margem de lucro, no Triângulo Mineiro.

Passada a febre do zebu, desandara-lhe a sorte. Morreu quando eu me achava na Presidência da República. Nunca o vi perder o bom humor. Dizia-me, com frequência, pilheriando sobre as aperturas financeiras em que passou a viver: “Nada mais terrível do que, além da velhice, a pobreza. É a advertência que dou aos meus amigos.”

A retenção do navio, àquela altura, preocupava-me. Estava praticamente sem dinheiro e o mesmo acontecia aos demais passageiros, o que impossibilitava a uns de socorrer os outros, num habitual movimento de solidariedade coletiva, ante a emergência. O agente do Lóide na cidade, compreendendo a situação, fixou uma diária a ser-nos paga a título de compensação pelos prejuízos acarretados com o atraso do navio.

Fiquei, assim, quatro dias no Havre. Como não tinha em que empregar o tempo, resolvi conhecer, por dentro, a vida do grande porto internacional.

O Havre, situado na foz do Sena, era como que um respiradouro da França, abrindo-se para o mar. A cidade, em si, não passava de um grande mercado de gêneros de importação: algodão, café, peles, açúcar, madeiras exóticas, cobre, lã, cereais, guano, petróleo e ferro. Por ali transitavam, por outro lado, os artigos de exportação da França – tecidos, sedas, modas

e vinhos. E havia outra particularidade que conferia intenso movimento à cidade – ela era o ponto de partida da emigração para o Novo Mundo.

Fomos – José Resende e eu – aos pequenos “cafés” e aos cabarés da zona portuária. Pululavam, às centenas. O porto, com nove ancoradouros, dava a impressão de ser uma das “esquinas” do mundo, tipo Xangai, Cingapura ou Hong Kong. Além do mais, ali se viam imensos estaleiros, fundições de cobre e fábricas de velas para os navios. A cidade vivia do mar e para o mar. A orla portuária, estendendo-se por quilômetros, era um mundo à parte, dotado de características inconfundíveis, povoado exclusivamente pelos que faziam do mar a base do seu sistema de vida.

Era um ambiente estranho e fascinante. Um submundo assustador e cheio de mistério. Os homens que desciam à terra por um ou dois dias acumulavam, a bordo, reservas de concupiscência, que deviam ser descarregadas naquele intervalo, entre a descarga e o carregamento do navio. Desperdiçavam, em algumas horas, o que havia sido contido à força, na solidão das longas travessias.

Quando chegavam ao Havre, bebiam e amavam como se se despedissem da vida. Era um delírio que se nutria em sua própria periodicidade. O amor, para aqueles homens, significava violência e brutalidade. As mulheres eram disputadas a faca ou a navalha. A satisfação dos sentidos, se era rápida em si mesma, deixava não raro em sua esteira uma longa história de crime e sangue derramado.

Que dizer-se, então, daquelas fisionomias? Daqueles rostos marcados por fundas cicatrizes? Ali, havia de tudo. Chineses, indianos, corsários dos mares do Sul. Árabes de olhos brilhantes. Mercadores judeus. Senegaleses. Gente de todas as raças, provinda dos mais baixos escalões da vida.

O aspecto da frequência variava de cabaré para cabaré. A vida noturna se realizava em compartimentos estanques, segundo uma escala imposta pela origem comum ou pela identidade de interesses pessoais. Havia “cafés” só de árabes. Outros só de chineses. Alguns só de negros. A música, os pratos e as mulheres ajustavam-se igualmente ao gosto dos respectivos agrupamentos humanos.

Os integrantes daquele submundo dividiam-se, além do mais, em duas categorias distintas, perfeitamente diferenciadas: os itinerantes e os permanentes. Os itinerantes eram os que trabalhavam a bordo. Os que

chegavam e partiam, representantes da existência errante, vivida sobre as ondas. O nomadismo era-lhes instintivo. Bebiam em diversas mesas ao mesmo tempo e estavam sempre mudando de bar ou cabaré. Eram inquietos e sôfregos animais robustos, selecionados para a reprodução ou para a insidiosa luta contra os elementos, no alto-mar.

Os que se podiam classificar como permanentes eram os órfãos da atividade marítima – o refugio dos grandes veleiros, os quais exigiam juventude e força. Já não podiam mais viajar e consumiam-se em terra, roídos pela nostalgia dos cenários marinhos. Era fácil identificá-los, a cada passo, especialmente porque, em sua maioria, eram escravos dos entorpecentes e do álcool.

José Resende e eu os observávamos, a todo instante. De olhos vidrados, os que fumavam ópio. De narinas dilatadas, os que aspiravam cocaína. De mãos trêmulas, os dipsômanos, marchando aceleradamente para o *delirium tremens* e para o reino torvo das alucinações. Quase todos exibiam tatuagens e se expressavam numa linguagem só entendida pelos demais *outcast* da vida marítima. Era um *argot* internacional, cheirando a enxárcia e que soava como vento gemendo nas bujarronas.

E as mulheres daquele exótico mundo? Eram, também, diferentes. Possuíam uma fisionomia característica. Jovens, velhas, bonitas e feias, todas se ajustavam à intermitência das escalas de navios. Assim, faziam tudo aos pedaços. Existência sincopada, vinculada à atracação e à largada dos cargueiros.

Havia romances, é verdade. Grandes e sofridos romances que as distâncias não dissipavam, antes fortaleciam. Para esquecer-los, elas se entregavam a todos num delírio de aniquilamento. Davam-se com paixão, como se aquela fosse a última noite – a noite suprema que antecede o Nirvana. No entanto – e eis o paradoxo da natureza humana! –, no tumulto daqueles amores selvagens, vividos à beira do cais de Leure e de Saint Andresse, podia surpreender-se, nos seus olhos, a ternura recôndita pelo marinheiro que elas mesmas não sabiam, ao certo, em que oceano se encontrava. Não sorriam, geralmente, mas riam alto. Através daqueles esgares de alegria forçada aflorava a tristeza que lhes dominava as almas em frangalhos. Tristeza de quilha que se afasta e se perde no nevoeiro do mar alto. Drama e burlesco. Tragédias anônimas, que o ruído das orquestras e o

tilintar de copos não conseguiam disfarçar. Corpos nus vendidos a níqueis a marinheiros bêbados. Cocaína e haxixe. Apitos de policiais e correrias. O brilho de uma lâmina e uma poça de sangue. Assim, era a vida da zona portuária do Havre.

E, sobre tudo aquilo, a noite tranquila e gelada. A noite que caminhava indiferente às paixões humanas, desenrolando peças de sombra no céu para agasalhar a terra e o mar.

Depois de quatro dias no Havre, senti-me inquieto. Nas cidades pequenas – e o Havre, apesar de ser um grande porto, não escapava a esta classificação – o tempo permanece como que estacionário, aguardando os acontecimentos. Quase não se ouve o rumor dos dias, e muito menos o cair da noite. A tranquilidade e a espera faziam-me mal aos nervos. E o navio, quando partiria? As informações do agente do Lóide eram vagas. Tudo dependia do problema dos armamentos. Irritado, fiz de novo minhas malas e regresssei a Paris.

.....

*De novo, no interior do  
meu mundo afetivo*

**A** DIÁRIA QUE RECEBIA DA AGÊNCIA DO LÓIDE dava para as despesas de hotel e alimentação. Isto praticamente me bastava, porque minha estada em Paris seria apenas de algumas semanas. Eu pretendia aproveitar o tempo para visitas ao Louvre e às galerias do Jeu de Paume, num circuito do impressionismo às mais modernas experiências de criação artística. Quanto às diversões, não me faltariam convites dos antigos companheiros de Montmartre e Montparnasse.

Apenas uma coisa me preocupava: a eventual demora do navio no Havre, além de toda a expectativa. Na realidade, estava já sem dinheiro. Conversei a respeito com o engenheiro Antônio Mourthé. Disse-me que estava igualmente preocupado. Não quanto a problemas financeiros, mas em face da Revolução de Outubro, que poderia ter afetado seus negócios em Belo Horizonte. Ia voltar imediatamente ao Brasil. Não, porém, no *Almirante Alexandrino*, mas num navio estrangeiro.

Em seguida, tirou o talão de cheques do bolso. Preencheu um deles e, destacando-o, passou-o às minhas mãos, explicando: “Aqui está um cheque assinado. Deixei a quantia em branco, pois nem você mesmo sabe de quanto vai necessitar. Preencha-o como entender. Acertaremos em Belo Horizonte.”



O gesto surpreendeu-me. Havia conhecido Mourthé na viagem e nossas relações não haviam ultrapassado a área das gentilezas mútuas, sempre comuns entre passageiros do mesmo navio. Apesar disso, ele me dava um cheque em branco. Na realidade, eu não ia precisar senão de pouco. Uma centena de francos no máximo, para atender a algumas despesas de última hora. Mas o gesto valeu pelo que representava, como prova de confiança, da parte de um quase desconhecido, e num país estrangeiro.

Mourthé partiu para o Brasil e eu, três semanas mais tarde, fazia o mesmo, iniciando, de coração leve e espírito desanuviado, a longa viagem de volta. A travessia durou vinte dias, e como ocorreu na ida, o navio tocou no Recife e na Bahia. Durante a viagem, lia e escrevia. Após o jantar, quando não comparecia ao salão, sentava-me numa das espreguiçadeiras do *deck* e, observando o mar, meditava sobre a onda de agitação que avassalava o mundo. A Revolução de Outubro, no Brasil, não seria um reflexo daquela preamar de inquietação?

As conclusões a que cheguei eram racionais. Mas sem profundidade. Pouca coisa sabia, na realidade, sobre a revolução. Quando deixei o Brasil, havia certa agitação em Minas, decorrente da derrota de Getúlio Vargas nas urnas. Falava-se em esbulho, em deturpação dos resultados eleitorais. E numa possível reação de alguns setores militares. Tudo, entretanto, muito vago e restrito aos círculos políticos, aos quais, na época, eu não tinha acesso.

Além do mais, estava muito atarefado para me preocupar com resultado das eleições. Dera o meu voto a Getúlio Vargas e sentira que, assim fazendo, havia cumprido meu dever. No entanto, ao chegar à Europa, verifiquei que a agitação, que observara em Minas, com irradiação pelo Rio e pelos centros urbanos mais politizados do país, era idêntica à que se apresentava em algumas nações europeias, como resultado dos desajustamentos provocados pela guerra.

Por toda a parte, havia inconformismo, anseio de mudança. Em vários países, novos regimes eram tentados. A Itália adotou o fascismo. Na Alemanha, Hitler abria caminho, com segurança, no rumo do poder. Em 1928, seu partido só dispunha de doze cadeiras no Reichstag e, dois anos mais tarde, a bancada nacional-socialista já possuía cento e sete integrantes, todos agressivos e fanáticos.

No extremo oriental da Europa, o comunismo, implantado na Rússia em 1917, constituía uma experiência audaciosa. E que o novo regime, moldado em padrões até então desconhecidos, investira, com verdadeira fúria iconoclasta, contra todos os tabus, até aquela época, prevalentes no mundo. Em Portugal, um estado corporativista representava um ensaio em sentido diametralmente oposto. E, ainda na Península Ibérica, a Espanha não tardaria a optar pela república, de um tipo popular, mas de acentuada tendência comunista.

De modo geral, o que se verificava era a busca de novos sistemas de governo, com a opinião pública europeia inclinando-se cada vez mais para as ideologias extremistas, das quais os exemplos mais expressivos eram, de um lado, o fascismo, e do outro, o comunismo.

Até a Inglaterra, tradicionalista e conservadora, não escapava à onda esquerdizante que se estendia sobre o continente. Os trabalhistas já se impunham à opinião pública do país e Ramsay Mac Donald, quebrando o tradicional equilíbrio entre *Tories e Whigs*, conseguiria eleger-se duas vezes para a chefia do Gabinete.

O panorama político europeu era de mutação, de experiências ousadas, denotando insatisfação com a velha ordem social, característica do continente antes do conflito de 1914/1918. Os fermentos da agitação forçosamente teriam que repercutir em outras partes do mundo, notadamente no Brasil, cuja formação cultural era essencialmente europeia.

Já havíamos tido, antes, movimentos subversivos, os quais, embora restritos a certos setores militares, repercutiram na opinião pública, principalmente na juventude universitária. Entretanto, as eleições de março de 1930 haviam constituído um marco. Assinalaram substancial reforço à participação do povo no processo eleitoral, iniciada por ocasião da campanha civilista. O que faltava era um fato concreto, ou melhor, a motivação, para que todo o país se erguesse e tentasse derrubar pela força o que, pelo voto, lhe vinha sendo impossível conquistar.

O resultado do pleito ofereceu a esperada motivação. E, além do povo, daquela vez três estados da Federação – Paraíba, Minas e Rio Grande do Sul – emprestaram seu apoio decisivo à insurreição armada. E por isso a Revolução, desde que irrompeu, contou com a simpatia e o apoio geral.

Cheguei a estas conclusões quando ainda me encontrava em Paris. A bordo não havia jornais e as únicas notícias que recebia eram as constantes do boletim telegráfico diário, distribuído aos passageiros. Contudo, ao passar pela Bahia, tive o prazer de ver a bordo, viajando também para o Rio, três dos homens de maior evidência da nova situação do Brasil: Juarez Távora, então denominado “vice-rei” do Norte; José Américo, futuro ministro da Viação; e Juracy Magalhães, pouco depois interventor na Bahia.

No interior do navio, houve rebuliço quando chegaram. Durante a viagem, estavam cercados de admiradores, o que dificultava uma aproximação. Olhava-os de longe, no salão de refeições ou ao longo do *deck*, contido pela minha insignificância ante líderes de tão grande popularidade. Não podia imaginar que um dia, num futuro não distante, iria derrotar Juarez Távora nas eleições, quando me candidatasse à Presidência da República, nem que, mais tarde, tentaria fazer Juracy Magalhães – então presidente da UDN e meu adversário político – meu sucessor, numa atitude de elevado alcance patriótico, tendo em vista exclusivamente a pacificação do Brasil.

Desembarquei no Rio, numa sexta-feira, a 21 de novembro de 1930, dia seguinte ao da partida de Washington Luís para o exílio. Getúlio Vargas havia assumido o governo três semanas antes, recebendo o poder das mãos da junta militar, composta de dois generais e um almirante.

O que aprendi no exterior e as impressões recolhidas de tantas terras fizeram com que me enchesse de confiança para reiniciar minha carreira. Sarah encontrava-se no Rio, hospedada em casa de seu irmão, Eugênio Gomes, e, no dia seguinte, fui visitá-la. Combinamos casar logo no ano seguinte, ficando a fixação da data na dependência da reorganização da minha clínica.

Uma semana mais tarde, embarquei para Belo Horizonte, onde minha família estava reunida, inclusive minha mãe, que viera de Diamantina, para dar as boas-vindas ao “filho pródigo” de retorno ao lar.

Quanto tempo? Até então não prestara atenção. Deixara a vida me levar, agarrando-me como podia, para não soçobrar. Mas o esforço por manter-me à tona havia sido recompensado. Estava de volta e sentia-me

eufórico. Árvores, ruas, casas, jardins, seres e coisas, tudo parecia diferente. Aquelas mudanças fizeram-se de chofre, de uma só vez. Eu partira um, voltara outro.

Reassumi o trabalho no consultório, o serviço gratuito que prestava na Santa Casa, e o cargo de médico da Caixa Beneficente da Imprensa Oficial. Meu apartamento, no porão da casa de Naná, havia ficado à minha espera. Nada mudara ali: o quarto, o banheiro e a salinha, onde eu recebia os amigos. Apenas um trabalho extra surgira, para roubar-me algumas horas de sono. Era uma tese. Ou melhor, a elaboração da tese, com a qual iria concorrer a uma cátedra na Faculdade de Medicina.

Dali em diante, entreguei-me de corpo e alma ao trabalho. Levantava-me cedo, e às 7 horas já estava na Santa Casa. Depois, atendia aos doentes na Casa de Saúde São Lucas. Após o almoço, ia à faculdade, onde era assistente da cadeira de Física Médica, e, à tarde, estava no consultório no edifício do Parc Royal. Vida intensa. Clínica segura. Irradiação do meu nome como médico.

Naquele tempo, ainda não existia a penicilina, e as infecções constituíam o grande inimigo dos cirurgiões. As operações abdominais, por isto, eram de suma gravidade.

Vivíamos ainda no período anterior à revelação do universo microbiológico. Nestas condições, eu procurava compensar, pela dedicação e escrupuloso zelo profissional, as deficiências dos recursos médicos.

Verifiquei pouco depois que, quanto mais me dedicava à medicina, mais ela me apaixonava. É que a medicina, ao contrário das outras profissões, nunca se enquadra na rotina. O material com que se trabalha é a existência humana. E os inimigos a combater são o sofrimento e a morte. Seu campo de ação é, pois, ilimitado e, pois, cheio de imprevistos.

Há a considerar ainda as frequentes interferências do imponderável. Assim, cada caso clínico apresenta-se como uma nova experiência, senão um enigma que precisa ser decifrado.

Por outro lado, jamais encarei a medicina apenas como meio de vida. É claro que me esforçava por aumentar minha clientela. Mas nunca olvidei que estava em face de um verdadeiro sacerdócio.

Essa expressão, de tão repetida, banalizou-se com o tempo. No meu caso, porém, ela nunca deixou de refletir uma realidade. Era moço.

Cheio de entusiasmo. E os que me conhecem não ignoram o importante papel que o meu coração sempre desempenhou na vida.

Daí a razão por que não me era difícil ser fiel à exigência de Hipócrates.

Lembro-me de um caso, ocorrido a 24 de dezembro de 1950. Havia operado um doente de tuberculose renal, quando surgiu um incidente que não é raro nas situações de extirpação do rim: a artéria renal, pinçada vigorosamente, não oferecia extensão para ser ligada com catagute ou com qualquer outro tipo de linha, aconselhável na emergência.

O único recurso seria manter a artéria pinçada.

O caso era grave e o doente, de condição humilde, encontrava-se numa das enfermarias gerais da Santa Casa. Ali seria difícil proporcionar-lhe a assistência necessária.

Fi-lo transportar, por minha conta, para um quarto particular. Durante toda a noite de Natal e nos quatro dias que se seguiram, não arredei pé da beira do leito. Assim procedi, a fim de evitar a hemorragia que poderia levá-lo à morte imediata.

Situações como esta são comuns em qualquer clínica e, quando ocorrem, requerem do médico uma compreensão e um espírito de solidariedade humana, que raramente podem ser constatados em outras profissões.

A remuneração era assunto secundário. O doente, rico ou pobre, constituía para mim um motivo de emoção e – por que não dizê-lo? – de desafio psicológico. Encarava-o como um fator de luta e, levado por este estado de espírito, não poupava esforços nem me deixava vencer pelo cansaço. A recompensa era de natureza imaterial, psicológica: a satisfação da batalha ganha. Ou melhor, a consciência de haver recuperado uma vida, arrebatando-a, no momento extremo, do irremediável abraço da morte.

.....

## *Reflexo da Revolução em Minas*

**A**BSORVIDO PELOS ENCARGOS DA PROFISSÃO, era natural que não me preocupasse com o que ocorria no cenário político. Lia, porém, todos os jornais e conversava com clientes, que eram políticos. Em face disso, dispunha de algumas informações sobre como, na minha ausência, eclodira a Revolução.

Aliás, Belo Horizonte era um campo propício para as conversas dessa natureza. Ali foi tramado o movimento, em Minas, sob a liderança de Antônio Carlos; preparara-se, na surdina, para o que se esperava acontecesse: a derrota de Getúlio Vargas nas urnas.

Às 5 horas da tarde de 3 de outubro, com o governo do estado já entregue a Olegário Maciel, os moradores da capital foram surpreendidos pelo ruído da fuzilaria, bem no centro de Belo Horizonte. Era a Polícia mineira que tomava de assalto as repartições federais. A sede dos Correios e Telégrafos foi ocupada sem derramamento de sangue. O mesmo não aconteceu, entretanto, na Delegacia Fiscal, onde a guarda reagiu, sendo o sentinela abatido pelo grupo encarregado da operação.

Pouco depois, numeroso contingente da Força Pública era visto ao longo da Avenida Paraopeba, marchando, em colunas cerradas, na direção do 12º Regimento de Infantaria, sediado no bairro do Barro Preto.

O tenente-coronel José Joaquim de Andrade, comandante da guarnição federal, havia sido preso, momentos antes, em sua residência na Rua da Bahia, nas imediações da Praça da Liberdade. A mesma providência fora tomada, quase simultaneamente, em relação a diversos oficiais da guarnição, os quais se renderam igualmente – com apenas uma exceção – sem resistência. À mesma hora, era visto, descendo de um carro junto à escadaria da Secretaria do Interior, já fardado, um homem que, segundo se dizia, estivera hospedado diversos dias na residência de Cristiano Machado e que era apresentado aos visitantes com um nome suposto. Tratava-se do tenente-coronel Aristarco Pessoa, irmão do falecido presidente João Pessoa, que se dirigia ao gabinete do titular daquela secretaria a fim de assumir a coordenação militar de todas as forças em operação no estado.

Era a Revolução. A população inteira, com exceção dos seguidores de Melo Viana e de Carvalho de Brito, líderes da Concentração Conservadora – um partido improvisado que se formara ao lado de Washington Luís –, apoiava com entusiasmo o movimento. A atitude de liderança de Minas motivara o povo no sentido de prosseguir solidário com o governo do estado nos desdobramentos da ação político-militar.

Entretanto, as decepções não tardaram a surgir. Instalado o governo provisório, Osvaldo Aranha, um dos chefes da insurreição no Sul, declarava ao desembarcar no Rio: “Não há direitos adquiridos!” A frase caiu, como uma bomba, no seio dos círculos conservadores e alarmou a consciência jurídica do Brasil.

Pouco depois, poderes discricionários eram concedidos a Getúlio Vargas, de forma a proporcionar-lhe a indispensável liberdade de ação para imprimir novo rumo ao país. Em seguida, tornou-se patente que a cúpula revolucionária estava fendida em face dos crescentes desentendimentos entre os líderes. Os “tenentes”, com o apoio dos chefes civis mais radicais, como José Américo e Pedro Ernesto, haviam organizado o “Clube Três de Outubro”, que passava a ser um foco de permanente agitação.

Getúlio Vargas, de formação conservadora e temperamento conciliatório, vinha fazendo o que podia para apaziguar as hostes revolucionárias, de forma a tentar realizar – segundo dizia – o programa da Aliança Liberal. A tarefa, contudo, era difícil. Além das divergências de natureza pessoal, havia a considerar a profunda e irremediável diferença

de mentalidade que prevalecia entre os dois mais categorizados tipos de revolucionários: os “tenentes” e os políticos.

Os “tenentes” consideravam-se os paladinos da libertação do país, e muitos deles dispunham de antiga tradição revolucionária, que remontava ao governo Epitácio Pessoa. Eram os heróis da época, simbolizando o espírito inquieto de uma geração. O que aspiravam, e proclamavam com a maior veemência, era uma reforma radical – tanto social quanto política – que pudesse conduzir à salvação do Brasil.

Já os políticos – principalmente os tradicionais, como Bernardes, Borges de Medeiros e Antônio Carlos – tinham naturalmente em vista o fortalecimento de suas respectivas áreas de influência. Nesse sentido, encaravam com desconfiança as reformas preconizadas e, no íntimo, temiam que as manifestações radicais acabassem por levar o país ao caos interno.

Os acontecimentos políticos do país repercutiam em Belo Horizonte, com inacreditável intensidade, de modo que até os indiferentes, como eu, participavam das discussões e acabavam por adotar determinados pontos de vista.

Apesar do meu entusiasmo pela Revolução, não deixava de fazer restrições a muitas medidas que vinham sendo tomadas pela cúpula do movimento. Uma delas havia sido a concessão de poderes discricionários a Getúlio Vargas.

Eu sempre temera os regimes de força. Durante minha estada na Europa, observei as consequências funestas das ditaduras. Conservava na memória a imagem de Hitler, iniciando o assalto ao poder na Alemanha. E, antes disso – quando ainda me encontrava no Brasil –, acompanhara, estarrecido, pelo noticiário da imprensa da época, o que havia sido a “marcha sobre Roma”, empreendida por Mussolini, e coroada, pouco depois, pela implantação da ditadura férrea que seria o estado fascista.

Em ambos os países, o caos interno, decorrente da guerra, encontrara remédio na violência e no desrespeito aos mais elementares direitos humanos. A ordem fora restabelecida, mas a que preço?

Apesar da insistência com que alguns dentre os meus amigos defendiam a necessidade daquela ditadura, que diziam “temporária” ou “provisória” – mas que, na realidade, iria prolongar-se por quinze anos –, nunca abjurei minhas convicções liberais. Não julgava que, em face da



emergência, fosse possível transigir-se com o arbítrio, invocando-se o interesse superior da reorganização nacional.

Lembrava-me, em apoio de minhas convicções, da célebre frase de Gladstone, o grande liberal inglês: *a good government is not a substitute for a free government*, ou seja, “um governo eficiente não é substituto para um governo de liberdade”.

No entanto, a Revolução era um problema político e, na época, eu não passava de médico recém-formado. Além do mais, preparava-me para dar um grande passo na vida – o casamento. No Rio, havia combinado com Sarah que a cerimônia seria realizada no decorrer do ano de 1931.

Sarah, como já disse, era filha do ex-deputado Jaime Gomes de Sousa Lemos, que, por 30 anos, representou Minas na Câmara Federal. Sua mãe, D. Luísa, era filha do comendador José Duarte da Costa Negrão — homem de grande fortuna, proprietário de toda a área onde se localiza hoje o bairro da Floresta, em Belo Horizonte. Sua tia, D. Mariquinhas, casada com o coronel Lucas de Lima, teve vários filhos e, entre eles, Francisco Negrão de Lima, ex-governador da Guanabara, e Otacílio Negrão de Lima, já falecido, e que foi prefeito de Belo Horizonte e ministro do Trabalho.

O pai de Sarah casou duas vezes. Do primeiro matrimônio, deixou nove filhos; e do segundo, cinco, num total de catorze. Uma das irmãs de Sarah, Amélia, um ano antes do nosso casamento, tornou-se esposa de Gabriel Passos, que iniciava, na época, sua brilhante carreira política; e outra era esposa do deputado Júlio Bueno Brandão, filho do velho Bueno Brandão, que fora presidente de Minas; Maria Luísa, esposa do deputado Clóvis Pinto; Idalina, esposa do Dr. Carlos Vasconcelos.

Isto, quanto à geração da época do nosso casamento. Existiam ainda os antepassados – gente de “prosápia e linhagem”, como diziam os antigos, desempenhando funções de relevo ao tempo do Império. O barão do Rio Verde, por exemplo, fora o bisavô de Sarah. João Antônio de Lemos – eis o seu nome. Em 1822, José Bonifácio, preocupado em converter a antiga colônia numa nação, ajudou o jovem João Antônio de Lemos a organizar uma das primeiras indústrias montadas no Brasil.

Ingressando na política, João Antônio de Lemos foi eleito deputado geral pela província de Minas. A bancada mineira dessa época era

integrada por homens como Bernardo Pereira de Vasconcelos; Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho – futuro visconde de Sepetiba; Antônio Paulino Limpo de Abreu – futuro visconde de Abaeté; Cândido José de Araújo Viana – futuro marquês de Sapucaí; Honório Ermeto Carneiro Leão – futuro marquês do Paraná. João Antônio de Lemos veio como suplente na primeira eleição, realizada em 1829, e seu companheiro de suplência não era outro senão Evaristo da Veiga.

Mais tarde, feito barão, retirou-se para o seu solar em São Gonçalo do Sapucaí, onde viveu respeitado por todos, até o seu fim trágico, aos 75 anos de idade. Já na velhice, ele casara sua sobrinha-neta Adelaide com o médico Joaquim Gomes de Sousa, parente do barão do Rio Preto. Casamento excelente, já que o noivo, além de pertencer a uma família ilustre, era um médico, que dispunha de grande conceito como cirurgião.

Entretanto, não tardou a acontecer o que menos se esperava. O marido passou a revelar alarmantes sintomas de alienação mental. A enfermidade se manifestava, sobretudo, através de um ciúme mórbido. Torturava a esposa. Proibia que saísse de casa. E, para evitar que ela lhe contrariasse as ordens, prendia-lhe as grossas tranças no interior da gaveta de uma pesada cômoda.

O barão, avisado do que se passava, mandou buscar sua sobrinha-neta e esta, viúva de um marido vivo, enclausurou-se no sobrado do tio-avô em São Gonçalo. O Dr. Joaquim não se conformou com a separação e passou a rondar, numa atitude suspeita, a residência do barão. Pouco depois, a tragédia.

Quando o barão atravessava o largo de São Gonçalo, o médico saiu-lhe ao rasto e, ao alcançá-lo mesmo em frente à matriz, sacou de uma faca de amputação, que utilizava na sua atividade de cirurgião, cravando-a em suas costas. Golpe de anatomista, mortal e imprevisito. O barão vacilou e caiu, com um filete vermelho na boca. O marido demente, curvando-se, enterrou mais oito vezes a faca no corpo já quase inerte.

Não conheci Jaime Gomes de Sousa Lemos senão de vista. Quando estudante e telegrafista, via-o às vezes na Avenida Afonso Pena, em companhia de amigos, ou, então, no edifício dos Correios e Telégrafos, quando ali comparecia para enviar sua correspondência.

Quanto à minha sogra, D. Luísa, nossas relações eram as mais afetuosas possíveis. Sempre me tratou com o maior carinho. Não posso esquecer que, no dia 3 de outubro de 1955, embora já gravemente enferma, ela deixou o leito e, com enorme sacrifício, compareceu à sua respectiva seção eleitoral, a fim de votar no meu nome para presidente da República. Foi essa a última vez que saiu de casa. À noite, fui visitá-la para agradecer aquele gesto de solidariedade, e ela se comoveu, explicando com bom humor sua atitude: “Sou sua sogra, não sou? Portanto, nada mais fiz do que cumprir meu dever.” Morreu dias depois, sem assistir à minha posse.

Assim que se oficializou o noivado, combinamos – Sarah e eu — que o casamento seria em dezembro, e realizado no Rio. Desejávamos uma cerimônia íntima, com a presença apenas de parentes e amigos mais chegados –, o que seria impossível em Belo Horizonte, dado o largo círculo de relações da família da Sarah.

Resolvido este problema, voltei a cuidar da elaboração da tese, com a qual iria concorrer a uma cátedra na faculdade, e procurei ampliar a minha clínica. Até então, atendia a meus clientes no consultório do meu cunhado Júlio Soares. Isso não deixava de causar algum desconforto. Às vezes, tínhamos casos de urgência e as horas de atendimento coincidiam. Decidi, então, montar o meu próprio consultório, o que fiz, alugando um conjunto de salas no mesmo edifício do Parc Royal, apenas localizado em outro andar.

Todo início de governo significa, igualmente, uma renovação de valores. Algumas figuras soçobram. Outras se equilibram, tentando manter-se à tona. E diversas novas emergem, fazendo com que o cenário político se torne cambiante, sedutor, e digno de ser observado.

Daí a razão por que cada administração tem o seu feitio. Ou melhor, o seu “caráter”. No caso de Olegário Maciel, o que se verificou – por incrível que pareça, já que se tratava de um ancião – foi uma verdadeira hegemonia da juventude. Também a época era de revolução, o que explica, de certa forma, este desconcertante paradoxo.

Um dos “novos”, surgidos na época, foi Gustavo Capanema, até então professor da Escola Normal de Pitangui. Lembro-me bem dele naquela época: magro, espigado, inteligente, revelando nos gestos e no com-

portamento aquele senso de compostura, característico dos que passam o dia dando aulas e aprimorando-se em cultura.

Capanema era amigo íntimo de Olegário Maciel e, assim, foi levado de Pitangui para exercer as funções de oficial de gabinete da presidência do estado. Outros valores surgidos na ocasião: Gabriel Passos, Abgar Renault e Mário Casassanta. Gabriel Passos, que seria meu concunhado, exerceu a profissão de advogado em Oliveira, a terra dos Pinheiro Chagas, e, ao se instalar o governo Olegário Maciel, serviu como oficial de gabinete do secretário do Interior, Cristiano Machado.

Após a vitória da Revolução, criou-se um problema de natureza política, de solução difícil. Tratava-se de se ajustar o estado ao espírito de renovação prevalecente nos altos escalões revolucionários. José Américo definiu, com propriedade, os que representavam a situação decaída – os “carcomidos”. Com o tempo, a expressão adquiriu maior amplitude e passou a ser empregada em relação aos que eram velhos.

Ora, Olegário Maciel era o mais velho de todos, inclusive quando comparada sua idade com a dos decrépitos “medalhões” da República Velha. Entretanto, tinha serviços prestados à Revolução – e serviços inestimáveis. Deveria, pois, ser preservado.

Entretanto, os revolucionários – principalmente os integrantes da ala moça radical, representada pelos “tenentes” – não pensavam assim. Julgavam que o chefe do governo mineiro havia-se tornado um peso morto após a vitória do movimento. Era uma excrescência. Ou melhor, um anacronismo, numa época em que a palavra de ordem era apenas renovação.

Cristiano Machado, secretário de Segurança de Minas, e responsável direto pelas operações militares no estado, gozava de grande conceito nos círculos “tenentistas”. Era moço como eles. Comandara uma frente de batalha das mais importantes da Revolução. Possuía, para realçar-lhe a personalidade, qualidades políticas de vivacidade e visão objetiva, que o capacitavam para o exercício de funções bem mais elevadas do que as de simples titular de secretaria no governo estadual. Amigo e auxiliar de Olegário Maciel, talvez fosse a pessoa indicada para convencer o ilustre ancião de que a hora de sua renúncia havia chegado.

Envolvido pelos “tenentes”, Cristiano Machado aceitou em encarregar-se da espinhosa tarefa. Devia persuadir Olegário a deixar esponta-

neamente o governo, “para facilitar a execução da obra revolucionária em Minas”.

O que nem ele nem os “tenentes” podiam supor era que Olegário Maciel reagisse. Admitiam que ele não concordasse com a sugestão – era seu direito – e o assunto, no máximo, cairia em ponto morto. Entretanto, Olegário Maciel irritou-se com a proposta, e, em consequência, procedeu de maneira violenta e desconcertante: demitiu Cristiano Machado e, aproveitando a oportunidade, reorganizou, inteiramente, seu secretariado, com homens de sua confiança.

Gustavo Capanema foi promovido de oficial de gabinete a secretário do Interior, e Gabriel Passos, que ali serviu, foi para o Palácio da Liberdade, como secretário particular do presidente.

O tiro saía, assim, pela culatra. Olegário manteve, íntegra, a sua autoridade, e o novo secretariado, de que participava Amaro Lanari, Noronha Guarani e Noraldino Lima, representou uma tomada de posição contra o “espírito tenentista” – do qual Cristiano Machado fora a expressão no estado – através de uma vinculação mais estreita com os tradicionais políticos mineiros: Bernardes e Venceslau.

O destino das criaturas é muitas vezes urdido a distância. E porventura sem o conhecimento dos que nele são parte interessada. Foi assim no meu caso. A remodelação do secretariado, que não me interessou, e da qual só soube pelos jornais, constituiu, de fato, um passo – talvez o primeiro – na longa jornada que, através de dificuldades sem conta, iria levar-me a Brasília.

.....  
*Intranquilidade na política nacional*

**E**U DESENVOLVIA, POR ESSA ÉPOCA, intensa atividade profissional. Além dos meus encargos na Santa Casa, no São Lucas e no consultório – que era sempre mais movimentado –, chegavam-me inúmeros chamados domiciliares, principalmente da área suburbana, e em decorrência de minha condição de médico da Beneficência da Imprensa Oficial.

Acorria a todos os chamados com a maior solicitude, transportando-me a logradouros distantes que, de outra forma, jamais conheceria. E por ter sido também pobre, tratava de ajudar pessoas humildes.

Pensava em meu próprio drama infantil ao assistir às privações de muitos dentre aquelas famílias. Eram mães que viam o filho morrer, por falta de um remédio. Eram inválidos que passavam a noite gemendo, porque não dispunham de um analgésico para lhes minorar a dor. Eram parturientes que davam à luz sobre camas imundas, arriscando-se a infecções que, muitas vezes, eram fatais. A pobreza e, por vezes, a ignorância provocavam estas tragédias. Quando acontecia achar-me perto, atendendo ao chamado, fazia tudo que era humanamente possível para evitar que coisas assim acontecessem.

E, quando eu galgava aqueles morros, a chamado de um gráfico, de um modesto servente, ou de um operador de máquina, os vizinhos,

que nem funcionários do estado eram, aproveitavam a oportunidade para fazer, também, suas consultas. Atendia-os com boa vontade, sabendo que cumpria o meu dever. Se se tratasse de caso mais grave, exigindo internação, invocava minha condição de assistente da 3ª Enfermaria Cirúrgica da Santa Casa e conseguia para o enfermo o leito que, de outra forma, lhe seria negado.

Aos pobres, que necessitavam de remédios, sempre encontrava um meio para mandar aviar-lhes as receitas.

Desta forma, ao regressar de tais visitas, sentia-me reconfortado espiritualmente. Era como se estivesse saldando dívidas antigas, cujos pagamentos vinham sendo protelados desde minha infância em Diamantina. E o resultado é que me tornei estimado pela gente boa e humilde dos subúrbios. Era uma vantagem que eu não tinha procurado. Mais tarde, disputando eleições, como político, o grosso de minha votação era obtido justamente nas áreas que eu havia frequentado como médico da Imprensa Oficial.

Ao assumir a secretaria do Interior, Gustavo Capanema preocupou-se em melhorar a situação da Polícia Militar do estado, cuja conduta, durante a Revolução, havia sido de grande lealdade, eficiência e bravura.

Na campanha da Aliança Liberal, Washington Luís, preocupado com as atitudes de Antônio Carlos, de franca rebeldia à autoridade do governo federal, mandou reforçar, com tropas de elite e equipamentos dos mais modernos, as guarnições do Exército sediadas em Juiz de Fora, São João d'el-Rei, Três Corações e, principalmente, Belo Horizonte, numa tentativa de intimidação do chefe do governo mineiro. Dizem que, em conversa com os amigos, Washington Luís referia-se à pressão militar contra Minas, pilheriando: "A raposa está cercada."

Nenhuma dúvida pairava, previamente, sobre o resultado do pleito, já que todos os recursos e processos eram bons para assegurar a vitória de Júlio Prestes. Começou-se, então, a conspirar em Minas e no Rio Grande do Sul, a fim de que, se Getúlio Vargas fosse esbulhado, pudessem os dois estados levantar-se e impor pela força o que se lhes recusava por meio de eleições viciosas ou fraudadas.

A Polícia Militar, ciente das responsabilidades que lhe cabiam, não fugiu ao seu dever de solidariedade com o governo estadual. Na hora

decisiva, demonstrou sua coragem, lutando, com inferioridade de armas, contra unidades do Exército, como no lance valoroso do assalto ao 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte.

Gustavo Capanema, como oficial de gabinete do presidente Olegário Maciel, havia visitado, em caráter oficial, os feridos no hospital da corporação e ficou chocado com a deficiência dos serviços médicos do estabelecimento. Ao assumir, pouco depois, o cargo de secretário de Segurança, sua primeira preocupação foi a de retribuir, através de medidas administrativas, o muito que a Polícia Militar fizera pela Revolução. Resolveu transformar o velho e inadequado Hospital Militar num moderno e eficiente centro médico, com dotações orçamentárias próprias, de modo a manter instalações modelares e poderem seus diferentes serviços ser dirigidos por especialistas de renome.

Uma dificuldade de natureza administrativa havia, entretanto, a ser transposta: o provimento dos cargos dependia de concurso. Os grandes médicos de Belo Horizonte, que Capanema tinha em mente recrutar para aquela tarefa – como Otaviano de Almeida, Santa Cecília, Brás Pelegrini e outros –, já desfrutavam de ótima situação profissional e consagrado conceito científico e certamente não iriam submeter-se àquela prova.

Criou-se um impasse. Enquanto a solução estava sob exame, D. Luísa Lemos, minha sogra, informada do que se passava, solicitou a Gabriel Passos, também seu genro e na época secretário particular do presidente Olegário, que se interessasse para incluir-me entre os médicos a serem nomeados.

Vivia-se, então, sob um regime discricionário e legislava-se através de decretos-leis. Capanema não hesitou. Elaborou um decreto, reestruturando o hospital e, em ato anexo, nomeou os integrantes da nova equipe médica. Completavam o quadro, entre outros, como chefes de serviço, o professor Otaviano de Almeida, na Cirurgia-Geral; Brás Pelegrino, na Clínica Médica; Santa Cecília, na Oftalmologia; e José Ferola, que eu encontrara fazendo um curso na Alemanha, na Radiologia. Fui também nomeado, ficando a meu cargo organizar o Serviço de Laboratório e Pesquisas, como os que havia observado na Europa.



Fiz o que me foi determinado e, quando aquele departamento já estava pronto, passei a chefiar o Serviço de Urologia em conformidade com o regulamento, no posto de capitão-médico.

Embora absorvido pela atividade profissional, eu sentia, com alguma inquietação, o processo de desagregação em que o regime enveredava. Os poderes discricionários, em que se investiu Getúlio Vargas, de que se haviam agrado os radicais, causaram penosa repercussão na opinião pública. Pouco depois, a situação ainda se agravou, ante a estranha conduta do governo em relação a São Paulo.

Era inadmissível, de fato, a injustiça que se praticava contra o grande estado – o mais próspero, o mais rico e o mais desenvolvido da Federação. A situação criada ali dava a impressão de um beco sem saída. O Partido Democrático havia sido marginalizado. O poder oscilava entre dois polos antagônicos: o interventor federal, que era o coronel João Alberto, e a chefia de polícia, ocupada pelo general Miguel Costa. Para aumentar o tumulto alargavam-se as atribuições do comando da 2ª Região Militar, exercido a princípio pelo general Isidoro Dias Lopes e, depois, pelo general Góis Monteiro. Todos eram líderes revolucionários e disputavam, através de uma luta surda, mas encarniçada, a primazia do mando.

A rigor, São Paulo estava sob ocupação militar. Dizia-se que a Revolução havia sido feita “contra” o grande estado. E com a vitória do movimento, que lhe arrebatara a Presidência da República, na pessoa de Júlio Prestes, candidato eleito, São Paulo precisava ser humilhado. A discriminação marginalizava realmente a poderosa unidade da Federação. Para Minas, o Rio Grande do Sul e a Paraíba, tudo; para São Paulo, nada.

Esta orientação, desprimorosa aos brios paulistas, não poderia dar bons resultados. Acirraria ódios. Geraria ressentimentos. Fermentaria incompatibilidades insanáveis. Os descontentes não tardaram em surgir, principalmente entre os democratas mais exaltados. E tal inconformismo, originado nas esferas políticas, estendeu-se rapidamente a largos setores da população.

O governo central desafiava São Paulo. O grande estado, aceitando a luva, começou a preparar-se para a reação.

Em Minas, também, o ambiente ameaçava conturbar-se. A remodelação do secretariado, feita em fins de 1930, havia sido inspirada por Francisco Campos, cujas ideias direitistas eram notórias. Organizou-se o chamado “bloco da montanha”, liderado na esfera federal por Francisco Campos e, no âmbito estadual, por Gustavo Capanema e Amaro Lanari.

Em fevereiro de 1931, foi dado a conhecer o manifesto de um movimento denominado “Legião de Outubro”, cujo programa, divulgado pelo *Minas Gerais* – órgão oficial do governo –, anunciava a organização, no estado, de um partido fascista, segundo o modelo italiano, com milícias, juramento de fidelidade e a camisa cáqui característica, para as grandes paradas em público.

Os legionários, conhecendo o espírito de resistência de Olegário Maciel, não tentaram marginalizá-lo. Ao contrário, tudo fizeram para integrá-lo no movimento. Lembravam-se do acontecido a Cristiano Machado. Além do mais, o presidente achava-se fortemente apoiado pela cúpula revolucionária.

Em janeiro de 1931, José Américo, Juarez Távora e Góis Monteiro haviam ido a Belo Horizonte, em missão especial do governo provisório, para oferecer a Olegário Maciel o título de general honorário do Exército.

Um mês mais tarde era o próprio Getúlio Vargas, chefe supremo da Revolução, que se deslocava do Rio para entregar-lhe a espada correspondente àquela patente, e que fora doada pelo povo do Rio Grande do Sul.

A época era de renovação, de mudança do quadro partidário, com os moços participando do processo político. Havia, porém, muita ambição de mando. Francisco Campos, por exemplo, não se conformava em ver a liderança do estado entregue aos antigos “medalhões” do PRM.

Em Minas, tudo deveria ser mudado. Os velhos seriam alijados, e os postos de comando passariam às mãos de políticos jovens, atualizados com as ideias que prevaleciam no mundo.

Apenas uma exceção seria tolerada no estado: Olegário Maciel. Um velho – e justamente o mais idoso dos velhos – seria conservado na liderança. Que os demais próceres fossem derrubados – Bernardes, Veneslau, Antônio Carlos – e substituídos pelos que refletiam a nova mentalidade revolucionária.

Daí a organização da Legião de Outubro.

No dia 21 de abril, sob a invocação do martírio de Tiradentes, realizou-se em Belo Horizonte, com grande pompa, o primeiro desfile de legionários. Eram cerca de 8 mil, levados à capital com passagem paga pelas municipalidades e vestidos com o uniforme cáqui. De cáqui estavam também Francisco Campos, Capanema e Amaro Lanari. Por fim o povo contemplou, surpreso, o austero presidente do estado igualmente uniformizado.

Minas, a liberal, o berço de Tiradentes, a terra de Teófilo Otoni, fazia seu primeiro ensaio de totalitarismo. O que se tinha em vista, segundo os doutrinadores, não era bem uma cópia servil do fascismo de Mussolini ou do nazismo de Hitler. Tratava-se de uma fórmula intermediária. De um modelo tupiniquim, adaptado ao meio brasileiro.

A transformação, preconizada pela Legião de Outubro, não deixava de ser, no fundo, um prolongamento da manobra política, articulada por Antônio Carlos por ocasião da indicação de Olegário Maciel ao governo do estado. Seria o seu segundo “movimento”, tendo por base, igualmente, o mesmo “imponderável”, de que se valera o velho Andrada: a probabilidade da morte do presidente.

O que se pretendia era a extinção do PRM, a tradicional agremiação partidária, na qual Bernardes pontificava. Vencida esta primeira etapa, o terreno estaria limpo para o lançamento de novas lideranças. Olegário Maciel não era mais que um líder temporário. Morto, o estado passaria às mãos de Francisco Campos, acolitado por Capanema, Lanari e outros jovens.

Entretanto, o que não se esperava aconteceu. Bernardes era homem de luta. Disponha de força não só no estado, mas também nas altas esferas revolucionárias. Partiu dele a palavra decisiva que fez Minas integrar-se na conspiração para a derrubada de Washington Luís. Apenas os “tenentes” – ou melhor, uma ala dos “tenentes” – não o toleravam. Para estes, Bernardes era o “calamitoso”, o “réprobo”, que não deveria ter acesso ao recinto sagrado, onde se processava a reorganização nacional.

Desprestigiado pelo situacionismo estadual, Bernardes recom pôs aos poucos o PRM, já desfalcado de quase todos os membros de sua

comissão executiva, e, simultaneamente, articulou-se com Virgílio de Melo Franco, que dispunha de livre trânsito na cúpula revolucionária.

Teve início, então, o que se poderia denominar a reposição de Minas no caminho da sua tradicional vocação democrática. Foi como reconduzir um rio, que houvesse extravasado das margens, ao seu antigo talvegue.

Virgílio de Melo Franco não via com bons olhos aquela deturpação dos ideais revolucionários, empreendida por Francisco Campos. A revolução havia tido origens liberais – a reação contra o esbulho da vontade do eleitorado – e seu objetivo era o aprimoramento da democracia. O povo não fora às ruas, lado a lado com os militares, para mudar o regime. Mas para entregar o poder a quem havia sido legitimamente eleito.

A argumentação de Virgílio sensibilizou diversos líderes revolucionários, inclusive Osvaldo Aranha, ministro da Justiça, considerado o homem forte do governo. Havia compromissos morais com os líderes como Bernardes, Mário Brant, Carlos e Djalma Pinheiro Chagas e com ele próprio: Virgílio, que fora o “pombo-correio” da conspiração entre Minas e o Rio Grande do Sul.

Estes homens não poderiam ser aliçados do cenário político sem que houvesse razão muito séria.

Das confabulações de Virgílio com Osvaldo Aranha, no Rio, aflorou uma conclusão: a causa de tudo era a evidente senectude do chefe do governo mineiro, de que se servia Francisco Campos através dos seus “jovens turcos”, notadamente Gustavo Capanema, a quem Olegário tratava com afeição de pai. Impunha-se o afastamento do ancião, e isto deveria ser feito de qualquer maneira, ainda que pela força.

Em agosto abriu-se em Belo Horizonte a convenção do PRM. Estavam presentes novecentos delegados, representando mais de duzentos municípios. Ilustres políticos mineiros integravam a agremiação republicana, podendo-se citar, além do ex-presidente Bernardes, os seguintes próceres: Cristiano Machado, Mário Brant, Virgílio de Melo Franco, Bias Fortes, Carneiro de Resende, Afonso Pena Júnior, Djalma Pinheiro Chagas, Ovídio de Andrade e Clóvis Salgado.

O ambiente era de exaltação. De franca hostilidade ao governo do estado. Na reunião do dia 17 chegou-se a concitar os contribuintes

a não pagarem os impostos municipais e estaduais. Outros lembraram a conveniência de uma marcha dos convencionais ao Palácio da Liberdade, com um apelo ao presidente Olegário para renunciar ao cargo. No dia seguinte, chegou a Djalma Pinheiro Chagas uma informação sensacional. O ministro da Justiça, Osvaldo Aranha, telefonou e depois telegrafou ao comandante do 12º Regimento de Infantaria, coronel Pacheco de Assis, ordenando-lhe assumir interinamente o governo.

Era o denominado *putsch* de 18 de agosto, articulado no Rio e que tinha por base a técnica do “fato consumado”. Se Olegário entregasse o governo, a situação se comporia depois de qualquer modo, visto que o empecilho, o estorvo, havia sido removido do caminho.

Os acontecimentos precipitaram-se à noite, mas restritos a poucas pessoas. Além da ordem do ministro da Justiça, o coronel Pacheco de Assis recebeu, no mesmo sentido, instruções do general Jorge Pinheiro, comandante da 4ª Região Militar, ratificadas estas instruções, a seguir, por um despacho do próprio ministro da Guerra. A razão alegada era que o governo mineiro se achava acéfalo, e o presidente Olegário ausente do palácio.

O coronel Pacheco, entretanto, ao invés de cumprir a ordem recebida, enviou ao palácio o major Herculano Assunção para, segundo esclareceu Daniel de Carvalho, “comunicar a destituição do presidente do estado e combinar a posse do recém-nomeado”. Olegário recebeu o emissário com sua característica austeridade: “Diga ao coronel que não entrego o governo.” Em seguida, virando-se para seu irmão Osório Maciel, pediu-lhe que acompanhasse o major até a porta.

Irrompera a crise. Capanema, que, como secretário do Interior, deveria providenciar a resistência, deixou-se a princípio ficar numa poltrona, aturdido. O intelectual brilhante, habituado à esgrima das palavras, passou a atuar logo. Salvou a situação. Mobilizou a Força Pública e mandou assestar metralhadoras no saguão e nas sacadas do palácio.

Sucederam-se os telefonemas entre Belo Horizonte e o Rio. Bernardes, Virgílio de Melo Franco e Djalma Pinheiro Chagas entenderam-se com seus aliados no governo federal, mas destes entendimentos nada resultou. Não havia sido alcançada a situação “do fato consumado”, como previsto, e que aplainaria todas as dificuldades. Abordado pelos jornalistas,

Oswaldo Aranha saiu-se pela tangente, explicando que os acontecimentos de Belo Horizonte eram resultado de um equívoco.

Entretanto, o “18 de agosto” não constituiu, na realidade, um fracasso completo, para recolocar Minas no caminho do qual viera sendo desviada.

Olegário permaneceu no posto. Mas as baterias voltaram-se contra Francisco Campos, a “eminência parda” oculta atrás do governo mineiro. A nova luta, iniciada no Rio, teve por objetivo afastá-lo da pasta da Educação, o que se verificou naquele mesmo mês de agosto.

Entretanto, já em dezembro Francisco Campos retornava ao ministério, por ocasião da transferência de Oswaldo Aranha da pasta da Justiça para a da Fazenda. Estava, porém, desencantado. O “bloco da montanha”, entregue à própria sorte, começou a se desagregar.

Pouco depois – ou seja, no dia 19 de fevereiro de 1932 –, graças à mediação de Virgílio de Melo Franco, foi feito um acordo na política mineira, com nova recomposição do secretariado, e as pastas distribuídas equitativamente entre os três líderes estaduais de maior autoridade: Bernardes, Venceslau e Antônio Carlos.

Os mineiros respiraram, aliviados. A grande família estava, de novo, unida. Já não se falava na Legião de Outubro. Os que a ela haviam pertencido, num momento de entusiasmo ou ambição, apressaram-se em fazer desaparecer, sorratamente, suas camisas cáqui.

A recomposição do secretariado propiciou a formação de um novo partido – o Social Nacionalista –, cuja comissão diretora era um verdadeiro “saco de gatos”, reunindo Bernardes, Campos, Venceslau, Antônio Carlos, Ribeiro Junqueira, Virgílio de Melo Franco, Capanema, Bias Fortes, Cristiano Machado e Djalma Pinheiro Chagas.

Uma agremiação assim constituída não podia ter senão efêmera duração. E foi, de fato, o que aconteceu.

.....

*A revolução de São Paulo*

**N**

O DIA 12 DE SETEMBRO DE 1931, data do meu aniversário, recebi uma carta de felicitações de minha mãe. Era longa e, como sempre, minuciosa, narrando os fatos havidos em Diamantina, e fazendo-me recomendações.

Recebi-a com imenso prazer, mas fiquei algo preocupado. Dois tópicos, principalmente, impressionavam-me. O primeiro, relativo ao meu pai; o segundo, sobre o significado de meu casamento. Ainda conservo essa carta, e dela transcrevo aqui os mencionados trechos:

“Tenho a maior confiança em você, meu filho. Mas vou aproveitar esta oportunidade para lhe dar uns conselhos. Até aqui tudo tem corrido bem para você, apesar das dificuldades que teve de enfrentar, pois já está formado e encaminhado na vida.”

“A família de Sarah é muito boa e desejo que você não faça má figura junto aos seus cunhados e concunhados, depois do casamento. Procure estudar, como tem feito até aqui, e esforce-se por levar tudo a sério. É começando bem que a gente acaba bem na vida.”

“Seu pai era homem de coração de ouro, inteligente e muito estimado. Poderia ter ido longe. Mas desperdiçou a saúde e acabou morrendo aos 33 anos de idade. Nunca deixei de abrir-lhe os olhos para o perigo

daquelas viagens em noites de chuva e ventania, sem estar bem agasalhado. Mas ele não dava importância. Achava que tinha uma saúde de ferro e que poderia fazer o que quisesse.”

“O resultado foi deixar-me sozinha no mundo, com você e Naná, ainda pirralhos. Estude, meu filho, porque estudar ajuda a vencer na vida. Mas cuide também da saúde. E, quanto a sua situação depois do casamento, esforce-se por não fazer o papel do ‘patinho feio’, daquela história que eu costumava contar a você e a Naná, quando eram pequenos. Procure fazer tudo para ser querido por eles.”

“A pobreza não é motivo de vergonha, mas a ignorância é. Sua mãe está velha e pode parecer implicante. Mas tudo o que faço é pensando na felicidade dos meus filhos.”

O patinho feio! Lembrava-me bem daquela história. Era na sala de jantar da casa da Rua São Francisco. Lá fora, à noite. Às vezes chovia, com relâmpagos e trovões. Minha mãe sentava-se perto da janela; e Naná e eu estávamos estirados no chão. Ela contava histórias. Não apenas a do patinho feio, mas outras também. Eu gostava, porém, da do patinho feio. Sim... quando a família toda ia nadar, ele era deixado atrás... tinha vergonha dele...

De súbito, assaltou-me de novo aquela inquietação, da qual pensava já estar liberto. Naquela noite, havia planejado encontrar-me com uns amigos, depois do jantar na casa de Sarah. Iríamos comemorar da melhor maneira possível o meu aniversário. Seria o último da vida de solteiro. O encontro fora apazado para o bar Trianon, a Rua da Bahia. Quando cheguei, já estavam lá, reunidos, Odilon Behrens, Alkmin, Pedro Nava, Newton Fonseca, Mário Pires, Oscar Barbosa, Pedro Sales e outros.

As palavras de minha mãe, naquela carta, não me saíram da cabeça. Sentia-me como se levitasse no ar. Pela primeira vez não conseguia identificar-me com o ambiente. Todos estavam alegres, sucediam-se as rodadas de cerveja. Bebi um copo, para não ser indelicado. De repente, alegando dor de cabeça, retirei-me.

A noite era grande. Enorme. Noite de Belo Horizonte. Inteiramente vazia de barulhos. Onde estavam os barulhos do mundo? As buzinas. O ruído dos bondes. O apito dos guardas. O vozerio das ruas. Tudo morto. Na salinha do meu apartamento, no porão da casa de Naná,



sentei-me no escuro. Precisava pensar. Mas o silêncio era opressivo. Parecia uma chapa de chumbo que envolvesse a cidade.

Não. Não faria o papel de patinho feio. Nem no seio da família de Sarah nem na vida. Sempre acreditei que toda pessoa tem o destino marcado. Mas, para que o destino se realize, é necessário que a vontade humana intervenha, corrigindo os desvios de rota.

Nestas condições, é o homem, na realidade, quem engendra seu próprio destino – pensei. Ele mesmo – só ele traça o itinerário. Forças misteriosas poderão ajudá-lo ou retardá-lo. Mas o sentido da vida – humildade, grandeza, vitória, fracasso – depende, em grande parte, da luzinha que traz acesa na alma. Quando esta luz se apaga, ou não é bastante clara para indicar o rumo, surgem as frustrações. Os desajustamentos. Os complexos de culpa. As neuroses, enfim.

Lembro-me de uma noite, em 1955, quando recebi, no Palácio das Mangabeiras, a visita do jornalista José Aparecido. Eu era candidato à Presidência da República e, naquela quadra, tudo se mostrava sombrio para mim. Os ministros militares haviam lançado manifesto, impugnando minha candidatura. Café Filho estava no poder e agia perfeitamente identificado com a linha política da UDN, que me combatia.

A imprensa carioca – a mais importante do Brasil na época – era, igualmente, contrária à minha eleição. Falava-se em conspiração em diversos setores militares. As duas Casas do Congresso se agitavam, pregando a necessidade da minha desistência.

José Aparecido, que era meu amigo, procurava-me justamente para conversar sobre aquela hipótese – a desistência. Lembro-me das cores com que debuxou a atmosfera ameaçadora que me cercava, dentro da qual parecia não haver nenhuma chance. Expliquei-lhe as razões que me levaram a resistir. Ao despedir-se, levei-o até a porta. Lá fora, a noite era linda. Contemplei a abóbada iluminada, e o mesmo fez José Aparecido. Uma estrela, particularmente, atraiu-nos a atenção. Era enorme. Fulgurava como um diamante. Parecia a miniatura de um universo em chamas.

José Aparecido ainda insistia: “Está tudo contra você. Não vê que, mesmo que seja eleito, o que já acho difícilimo, você não tomará posse?”

Ouvi a advertência, com os olhos postos na estrela. E respondi, com a maior tranquilidade possível: “Cumpre-me lutar sem medo. Está vendo aquela estrela, Aparecido? Se nela estiver escrito que serei o próximo presidente da República, eu o serei, mesmo que o país venha abaixo.”

Crença no destino? Sim. O fatalismo, de certo modo, sempre participou de minha condição humana. Entretanto, muita coisa dependeria de mim, para que o meu itinerário fosse percorrido. Era com emoção que recordava os conselhos de minha mãe. Dentro de minha alma, já tinha a minha luzinha acesa. Agora não deixaria que ela se apagasse, por mais forte que fossem os embates da ventania.

Otacílio Negrão de Lima, primo em primeiro grau de Sarah, já era político em Belo Horizonte. Gabriel Passos, seu cunhado, iniciava a carreira política como secretário particular do presidente do estado. Geraldo Lemos, seu irmão, ia penetrando no mundo financeiro. Eugênio Gomes, outro irmão, era médico e clinicava no Rio. E Clóvis Pinto, seu cunhado, filho de Estêvão Pinto – um dos homens mais ricos e conceituados de Belo Horizonte –, exercia, com êxito, sua profissão de engenheiro.

Os marcos ali estavam. Eram pontos de referência. A arrancada havia começado, e eu já estava participando da disputa. Minha mãe poderia ficar descansada. A medicina me empolgava. Era um campo imenso, aberto à minha curiosidade e à minha vocação. Só num aspecto julgava que minha mãe tinha razão. Quando relembra a morte prematura de meu pai. Este era um ponto em que eu precisava de atentar.

A duração da vida dos filhos muito frequentemente está relacionada com a saúde dos pais. Perguntaram, certa vez, ao ex-presidente Truman, dos estados Unidos, que, apesar dos seus 80 anos, estava rijo e no pleno gozo das suas faculdades mentais, qual o segredo da longevidade. “Pais sadios” – respondeu, com senso prático.

Minha saúde, na realidade, não era satisfatória. Quando trabalhava nos Telégrafos, tive que pedir licença de seis meses, para repousar em Diamantina, a conselho do médico. Em Barbacena, sofri uma síncope quando me achava diante da banca examinadora, fazendo meus “preparatórios”.

Em face de tais antecedentes, achei que deveria procurar fazer tudo depressa. Ganhar a dianteira, para prevenir uma cilada do destino. E

assim procedi. Quem analisar a minha vida verificará a constância de um elemento necessário, indefectível, onipresente: a pressa.

Esta é, realmente, uma das minhas características. Outra: a capacidade de dormir quando desejo, pelo tempo que me convém e em qualquer lugar.

Quanto a estas duas particularidades, orgulho-me de estar em excelente companhia: Napoleão e Churchill.

Churchill sempre se identificou como um apressado. Tinha o senso divinatório da missão que lhe cumpria executar na vida, e temia morrer antes de realizá-la. Perseguia-o a lembrança do pai, Lord Randolph Churchill, primeiro-ministro da Inglaterra, que faleceu aos quarenta e cinco anos de idade.

Durante uma batalha, Napoleão observava a evolução das operações e, em dado momento, recolheu-se à sua barraca, dizendo para o ajudante de ordens: “Acordarei daqui a quarenta e cinco minutos, depois que o inimigo já estiver derrotado.”

O casamento já estava de data marcada: 30 de dezembro de 1931. Local: Rio de Janeiro. Os padrinhos haviam sido convidados. Dois dias antes, viajamos todos para o Rio, pelo noturno mineiro.

A cerimônia realizou-se na igreja da Paz, em Ipanema. Foi simples e a mais íntima possível. Sarah nem ao menos se vestiu de noiva, segundo a tradição, com véu e grinalda. Usou um vestido longo, muito elegante. Estando hospedada num hotel da praia do Flamengo, não desejava despertar a atenção dos transeuntes. Passamos a lua de mel no antigo Hotel Londres, na Avenida Atlântica, e que hoje já não existe.

1931 terminava. Comemoramos a passagem do ano no *grill* do Copacabana Palace Hotel, retornando em seguida a Belo Horizonte. Eu havia alugado uma casa na Avenida Paraúna, a poucos metros de distância da de Júlio Soares. Tratava-se de uma residência esplêndida, de dois pavimentos, com enorme jardim, dando para os fundos da Praça da Liberdade. Vizinho de meu cunhado, estaria sempre ao lado de Naná, a quem me prendia mais à medida que os anos passavam. Casa nova. Vida nova. E, conseqüentemente, mais amplos projetos para o futuro.

Belo Horizonte era então um oásis de tranquilidade, em referência ao que se observava no resto do país. A ditadura havia-se tornado insuportável à maioria dos brasileiros. Ninguém se sentia, entretanto, suficientemente forte para opor um “basta” ao regime discricionário que asfixiava o país. Embora Getúlio Vargas desse a impressão de que segurava, com mão firme, as rédeas do poder, havia sintomas de perigosa fermentação em São Paulo. No dia 15 de julho, o *Minas Gerais* – órgão oficial do estado – publicou, na sua primeira página, a seguinte proclamação:

“Aos mineiros:

Minas ainda uma vez cumprirá o seu dever. E o dever de Minas, neste momento, é aquele mesmo sagrado impulso que a compeliu, a 3 de outubro de 1930, para a Revolução. Minas será honrada e peremptória. E está pronta aos mais duros sacrifícios pelos grandes ideais que vivem na sua alma.

Minas não tem interesses locais. Minas vive pelo Brasil. Por isso está irmanada com todos os brasileiros, cuja harmonia, liberdade e segurança são os seus anseios veementes. Nesta hora de angústia, é com esse sentimento que Minas lutará. Minas lutará pela causa revolucionária, que não pode ser arruinada, isto é, lutará pela salvação econômica, pela coordenação política, pela garantia jurídica e pela ordem espiritual do Brasil.

A direção dessa causa a nação a confiou ao cidadão eleito por ela e, por ela, depois do grande esbulho, carregado ao poder. E é força dizer que, malgrado as amargas vicissitudes que todas as revoluções acarretam e as que, em nossos dias, estão a embaraçar a ação de todos os governos do mundo, malgrado isso, a obra revolucionária está sendo realizada com honradez e conduzida a bom termo com a próxima e necessária reconstitucionalização nacional, que regularmente se opera pelo chefe do governo provisório.

A esse governo, por ser a concretização da ordem revolucionária, Minas deu, até agora, invariavelmente, o seu apoio. Minas não lhe faltará na hora perigosa em que ele reclama a sua fidelidade.

Queira Deus – e aqui vai o mais ardente apelo do povo mineiro aos seus irmãos rebelados –, queira Deus que as armas sejam ensarilhadas, antes que o sangue dos brasileiros encha de novas e maiores amarguras a nossa pátria, já tão cheia de inquietações.

Se, porém, não for possível que a serenidade volte logo aos corações e a ordem aos espíritos, e se esta não é ainda a hora da paz, que os mineiros cumpram o seu dever.

Belo Horizonte, 14 de julho de 1932

Olegário Maciel.”

Era a Revolução Constitucionalista. A discriminação, desde muito levada a efeito contra São Paulo, havia resultado numa guerra entre irmãos. Todos os paulistas estavam de pé, para defender a honra do estado e impor ao governo central a cessação do estado de arbítrio e o restabelecimento da ordem constitucional. Era o desfecho natural e lógico de erros políticos acumulados durante dois longos e tormentosos anos.

.....

## *O movimento em Minas*

**E**NQUANTO EM MINAS a política ingressava em período de bonança, com todas as forças políticas participando do governo, em São Paulo a situação fora-se agravando dia a dia, com os sucessivos atos de hostilidade ao povo bandeirante. Os interventores eram de fora, sem afinidade com o sentimento popular, e sem respeito pelas tradições do estado. A reação dos paulistas, que a princípio havia sido de espanto, transformou-se gradualmente em ódio pela Revolução.

Por outro lado, na área governista estadual, prosseguiram as desavenças com os líderes revolucionários, responsáveis pelo esmagamento de São Paulo, mutuamente se acusando. Os partidários do general Miguel Costa afirmavam que o coronel João Alberto era comunista; e os adeptos deste diziam que o general era fascista. Conturbava-se o ambiente, pela confusão, os atritos, os choques sucessivos entre as facções que, ali, apoiavam a Revolução.

A Revolução debilitava-se também em outros setores da vida nacional. Borges de Medeiros, aliado aos Libertadores, rompera com Getúlio Vargas. Lindolfo Collor e Maurício Cardoso – duas figuras de maior relevo dos círculos revolucionários – afastaram-se do Ministério. Houve o empastelamento do *Diário Carioca*. E, para coroar aquela sucessão de fatos

negativos, o general Leite de Castro demitiu-se da pasta da Guerra, abrindo uma cisão no seio das Forças Armadas.

Getúlio Vargas, sentindo-se fraco, julgou que havia chegado o momento de reparar a humilhação que, desde muito, vinha impondo a São Paulo. Sondou as correntes políticas. Conversou com figuras representativas do estado. Dos entendimentos mantidos resultara uma fórmula para a reabilitação dos paulistas no seio da Federação, e sua integração no contexto revolucionário: um governador civil e paulista.

Organizou-se rapidamente uma frente única em torno do embaixador Pedro de Toledo, designado para a chefia do governo estadual. Entretanto, o governo provisório ainda desejava tutelá-lo, designando, de acordo com suas conveniências, os políticos para integrar-lhe o secretariado. Neste sentido, Osvaldo Aranha trasladou-se a São Paulo. O fato causou incontrolada indignação no estado bandeirante.

Assim que se soube que o emissário de Getúlio faria a viagem pela estrada de rodagem, o povo saiu às ruas, para manifestar seu protesto. Surgiram boletins que convocavam os paulistas à reação. Osvaldo Aranha chegou doente, recolhendo-se à Vila Quirial, residência do seu tio, o ex-senador Freitas Vale. Avolumava-se a agitação nas ruas, vendo-se o interventor Pedro de Toledo obrigado a mobilizar força policial para garantir-lhe a vida. O próprio Osvaldo Aranha, em telegrama enviado a Flores da Cunha, já no Rio, desabafou, cheio de amargura: “Em São Paulo fiz a tua vontade e a do Rio Grande, num ambiente em que o menos que se pedia era o meu linchamento.”

Neste ambiente de exaltação e hostilidade ao governo provisório organizou-se o secretariado. Mas prosseguiu a efervescência. Falava-se abertamente em revolução, com a adesão de Minas e do Rio Grande do Sul. Festejou-se, pouco depois, outra adesão ao pacto de luta contra a ditadura: Mato Grosso. A conspiração estava em marcha, tendo como chefes o general Bertoldo Klinger, ex-comandante da guarnição de Mato Grosso, e os coronéis Euclides de Figueiredo e Palimércio Resende. Dos revolucionários, apenas o general Isidoro Dias Lopes, então afastado da tropa, aderira ao movimento.

Para infelicidade de Getúlio Vargas, a crise militar, atrás referida, ocorreu simultaneamente com a crise política. Era um sintoma de

que a estrutura do regime começava a apodrecer. Para agravar ainda mais a situação, foi nomeado um general reformado – Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso – para o Ministério da Guerra.

A escolha não teve boa repercussão. O general Klinger, ao tomar conhecimento dela, escreveu carta insultuosa ao novo ministro: “O Exército desejava saber se o seu ministro resistirá a uma inspeção de saúde.” Era um grito de guerra. Um brado de desafio. E partido justamente de um dos defensores de São Paulo.

A contrarrevolução ia começar.

A situação era grave. Sucediavam-se os boatos alarmantes. No dia 9 de julho, o embaixador Pedro de Toledo demitiu-se da interventoria, com um telegrama redigido por Valdemar Ferreira, no qual declarava deixar o cargo “por não poder continuar ao revés dos sentimentos do seu povo”. Dizem que Getúlio Vargas, após haver tomado conhecimento da demissão, teria dito para os íntimos: “E eu ressuscitei essa múmia, para isto!”

A Revolução estava nas ruas. São Paulo encontrava-se em pé de guerra, reivindicando a ordem constitucional. No dia 10 de julho, Pedro de Toledo foi aclamado governador do estado, “numa apoteose cívica sem precedentes”, segundo uma descrição de Cassiano Ricardo.

Enquanto o general Klinger ultimava algumas providências em Mato Grosso a fim de seguir para a capital paulista, onde assumiria a chefia suprema do movimento, o coronel Euclides de Figueiredo, tendo como chefe do seu Estado-Maior o também coronel Palimércio de Resende, avançou, com suas tropas, ao longo dos trilhos da Central do Brasil, tentando isolar o Rio. Mas teve de estacionar em Cruzeiro, por ordem de Klinger, seu superior hierárquico. Essa parada eliminou o fator surpresa e acabou por constituir numa das causas principais do fracasso do movimento.

Durante três meses, São Paulo lutaria sozinho, enfrentando todo o peso do governo central. Flores da Cunha, interventor no Rio Grande do Sul, apesar das ameaças que vinha fazendo a Getúlio Vargas, acomodou-se e permaneceu neutro.

Em Minas, verificou-se, a princípio, certa hesitação. O coronel Cristóvão Barcelos, que chegara a Belo Horizonte para assumir o comando



unificado da Polícia Militar e de alguns regimentos do Exército, permanecera no hotel, juntamente com os oficiais que o acompanhavam, sem que as autoridades mineiras houvessem tomado conhecimento de sua presença.

Capanema, o secretário da Segurança, passava o dia ao telefone, entendendo-se com seus amigos no Rio. Enquanto tais entendimentos se realizavam, São Paulo invadia Minas pelo sul.

O sentimento do povo mineiro era pró-constitucionalização, e ninguém ocultava a simpatia pela causa de São Paulo. No dia 11 de julho, o próprio ex-presidente Venceslau Brás, apesar de afastado da política, escreveu, com a maior franqueza, ao seu amigo Olegário Maciel. Nessa carta, recordava afirmações anteriores do chefe do governo mineiro, feitas a ele, pessoalmente, e a Antônio Carlos e a Mário Brant, de que, na hipótese de estalar um movimento em São Paulo, Minas não atacaria o seu vizinho. No entanto, irrompida a rebelião, Minas agia de forma diferente, tomando atitude ao lado do governo provisório e mobilizando a Força Pública. Concluía o “solitário de Itajubá”: “Com grande e desagradável surpresa, portanto, fui informado de que o governo de Minas ia pôr à disposição do federal a brava força mineira, que, a meu ver, deve apenas defender a ordem no estado e guardar as suas fronteiras. Não posso crer nessa notícia por ser contrária às afirmações do amigo, aliás, como sempre, conformes com a sua boa razão e o bom senso. Para minha tranquilidade de espírito espero, pois, uma palavra sua nesse sentido. Não se iluda, meu caro Olegário, a nação quer a Constituinte no menor prazo e está cansada de ser ludibriada. Seu sentir e seu pensar estão com a revolução de São Paulo.”

Os “jovens turcos”, que cercavam o venerando presidente, dispunham de notável poder de persuasão e fizeram com que Olegário Maciel mudasse de opinião. O *front* político de Minas, que até então se mantinha íntegro, com os três líderes tradicionais apoiando o governo estadual, dera sinais de cisão. Venceslau, como era de seu temperamento, escrevera apenas uma carta a Olegário Maciel. Mas Artur Bernardes, homem de atitudes definidas, proclamara sua adesão à causa constitucionalista. “Quanto a mim” – declarara o ex-presidente num manifesto –, “fico com São Paulo, para onde se transportou a alma cívica da nação”. O velho leão rugia de novo no seu retiro de Viçosa. Rompera-se a aliança mineira, com os seus líderes outra vez em franca hostilidade.

O governo Olegário Maciel passou de 9 a 14 de julho consumindo-se em dúvidas, em hesitações, em avanços e recuos. Quando foi divulgada sua proclamação de 14 de julho, os dados já estavam lançados. Era a guerra civil. O desentendimento entre São Paulo e o resto da Federação. A luta armada entre irmãos.

Acompanhei a evolução dos acontecimentos como todo brasileiro que se interessa pelos destinos de sua pátria. No íntimo, porém, sentia que a boa causa estava com São Paulo. Dois anos já haviam passado desde que Washington Luís fora deposto, já era tempo para se reimplantar o regime democrático, com plenas franquias constitucionais para o povo.

Em Minas, apesar das hesitações do governo, algumas providências haviam sido tomadas, como precaução contra a anunciada ofensiva paulista. No dia 10 de julho, o 7<sup>o</sup> Batalhão, que se encontrava em Bom Despacho, sob o comando do coronel Leri Santos, recebeu ordem para se deslocar para Lavras, levando todo o seu equipamento.

No dia 13, duas brigadas haviam sido formadas – uma para o setor leste e outra para o setor sul, comandadas respectivamente pelos coronéis Campos do Amaral e Edmundo Leri Santos. No Boletim nº 1, expedido pelo gabinete do secretário do Interior, no qual era anunciada a constituição destas brigadas, havia uma advertência, que refletia a difícil situação em que se encontrava o governo mineiro: “Enquanto não se define plenamente a situação geral, e por conveniência da defesa do estado, nenhuma operação deverá ser iniciada sem que preceda ordem bem clara.”

O ambiente em Minas era agora de confusão. Entretanto, sendo capitão-médico da Polícia Militar, não me competia comentar qualquer atitude das autoridades estaduais. O fato era que, naqueles poucos dias, a situação se tornara grave no sul do território mineiro.

No dia 10 de julho, soldados da Força Pública de São Paulo haviam ocupado a estação do Túnel, distante nove quilômetros de Passa Quatro. Ali cavaram trincheiras e assentaram ninhos de metralhadoras nos contrafortes da serra da Mantiqueira, o que lhes assegurara uma posição de incontestável superioridade em relação às forças que pretendessem desalojá-los.

Em face da notícia da invasão, movimentaram-se as forças legalistas – estaduais e federais – na direção de Passa Quatro. Pouco depois,

ali já se encontravam o 4º Regimento de Cavalaria do Exército, deslocado de Três Corações, sob o comando do coronel Eurico Gaspar Dutra, e um regimento da Polícia Militar do estado, remetido de São João d'el-Rei. Seguira, também, para o denominado Setor do Túnel, o Grupo de Artilharia Montada de Juiz de Fora. Concentraram-se, por fim, na área poderosas forças da Polícia mineira, representadas pelo 7º Batalhão de Infantaria, sob o comando do tenente-coronel Fulgêncio de Sousa; pelo 11º Batalhão de Infantaria, sob o comando do major João Lemos da Silva; por um regimento de cavalaria, constituído de dois batalhões, sob o comando do tenente-coronel Anísio Fróis; e pelo Serviço Auxiliar de Engenharia, sob o comando do tenente-coronel Otacílio Negrão de Lima.

Estas forças, porém, foram apenas as primeiras chegadas ao denominado Setor do Túnel. Outras, que estavam sendo recrutadas, ali chegariam em seguida, de forma a transformar aquela área – a mais estratégica do ponto de vista dos paulistas – num verdadeiro teatro de guerra.

Tal como São Paulo, Minas estava em pé de guerra. A luta ainda não havia começado do lado mineiro, mas as posições já estavam tomadas. Esperei, com tranquilidade, a ordem de seguir para o *front*.

Eram 3 horas da madrugada de 16 de julho de 1932. Dormia profundamente, quando o telefone tocou. Já me habituara aos telefonemas em horas tardias. Levantei-me, já dando um balanço no estado de saúde de alguns clientes, tentando adivinhar quem poderia estar necessitando de minha assistência àquela hora. Ao colocar o fone ao ouvido, uma voz imperiosa logo se fez ouvir, no outro lado do fio: “A Força Pública está de prontidão. A ordem é para que o senhor embarque na estação do Horto, com o 1º Batalhão, às 4 da manhã.”

No dia anterior, em face da proclamação do presidente Olegário Maciel, eu havia sido alertado sobre a possibilidade daquele embarque. Estava, pois, mais ou menos prevenido. O que me preocupava era Sarah, que, desde que irrompera a contrarrevolução, vivia muito apreensiva. Temia que o conflito, alastrando-se, envolvesse todo o estado e chegasse a Belo Horizonte.

Era natural aquele estado de espírito. Além disso, estávamos casados havia apenas seis meses, e, caso eu fosse convocado, teríamos de nos separar – a primeira separação – por tempo que não se podia prever.

Tomei as providências necessárias. Tinha a mala pronta em meu consultório no Hospital Militar, e, assim que fosse chamado, embarcaria sem me despedir – o que nos seria profundamente penoso –, comunicando-lhe a partida por carta.

Após o telefonema, disse a Sarah que me chamavam da Casa de Saúde São Lucas, onde minha irmã estava internada, em convalescença de uma operação. Apesar da hora, ela insistiu em me acompanhar, receosa de que Naná não estivesse passando bem e necessitasse de alguém que lhe fizesse companhia. Vestimo-nos e saímos juntos.

Fomos até a Casa de Saúde São Lucas, onde deixei Sarah. Dali, pretextando que iria tentar obter certo medicamento na Santa Casa, situada ao lado, fui até o Hospital Militar, apanhei a mala e segui diretamente para a estação. No consultório, escrevi a Sarah um bilhete, explicando a situação, de forma a tranquilizá-la.

O 1º Batalhão, sob o comando do tenente-coronel Francisco de Campos Brandão, já se encontrava na plataforma e, pouco depois, engatados alguns carros sobressalentes, deixei Belo Horizonte, em companhia dos soldados rumo a Passa Quatro, quase na divisa com São Paulo.

A viagem prolongou-se por três dias, já que fora via Barra Mansa, num trem sem qualquer conforto e num vagão de segunda classe. A alimentação consistia apenas em carne-seca, o que nos dava uma sede insaciável, e, para dormir, dispúnhamos dos bancos de madeira do próprio vagão.

Em Passa Quatro, onde chegamos à tarde, a situação era de confusão. A cidade havia sido retomada pelo coronel Eurico Dutra, que lutava, então, em Manacá, distante cerca de três quilômetros, mas ainda a meio caminho da estação do Túnel.

Encontrava-me no Hotel Lourdes, onde tomava a primeira verdadeira refeição depois daqueles três dias de viagem, quando o major Herculano Assunção entrou no restaurante bradando: “Os paulistas vão voltar! Os paulistas vão voltar!”

O major Herculano Assunção havia recebido informações alarmantes de Manacá e, daí, sua reação. O coronel Brandão levantou-se imediatamente, interrompendo a refeição, e partiu com o batalhão, do qual eu fazia parte, para a frente de luta. A notícia era falsa. Dutra resistia galhardamente, não se justificando qualquer preocupação.

O coronel Eurico Gaspar Dutra havia desencadeado uma ofensiva contra os paulistas, fazendo avançar seu 4º R.I., reforçado pelo 2º Batalhão do 11º R.I. A luta foi encarniçada porque o terreno era acidentado e os paulistas dispunham de excelentes posições, situadas nos contrafortes da Mantiqueira. A estação do Túnel estava ocupada e a tropa inimiga encontrava-se bem equipada, com muitas armas automáticas e contando com três peças de artilharia e dezoito metralhadoras pesadas. Mesmo assim, o contingente, sob o comando do coronel, prosseguia em seu avanço.

Em face da pressão, os paulistas retrocederam um pouco, mas regressaram à noite, com numerosos reforços e intensificando o fogo de artilharia. No dia 18, houve o alarma, provocado pelo major Herculano Assunção, e que importou na remessa imediata do 1º Batalhão, do qual eu era capitão-médico, para a linha de frente.

O coronel Leri Santos, comandante da Brigada Sul, e que se encontrava em Passa Quatro, seguiu imediatamente para o local das operações, viajando no automóvel do prefeito da cidade, Dr. Manuel Alves de Castro. O 1º Batalhão seguiu de trem. Entretanto, a composição ferroviária, dado o número excessivo de carros, partiu-se ao meio a poucos quilômetros do teatro das operações. Resultou desse acidente que parte da tropa seguiu com a locomotiva e alguns carros, e o restante cobriu o percurso a pé. O contratempo não impediu, todavia, que o 1º Batalhão logo entrasse em ação, incorporando-se às tropas comandadas pelo coronel Eurico Dutra.

O combate prolongou-se por quatro dias. Dado o número de baixas, meu comandante, o coronel Brandão, deu-me instruções, no mesmo dia de minha chegada ao *front*, para retornar a Passa Quatro e instalar ali, imediatamente e com os recursos de que pudesse dispor, o que se denominava o “Hospital de Sangue”.

Apesar da designação convencional e pretenciosa, o “Hospital de Sangue” não passava da antiga e modesta Casa de Caridade local, composta de duas pequenas enfermarias e de um ambulatório, que transformei em “sala de operações”.

Ajudou-me nessa tarefa o major Pinto de Moura, médico da Polícia mineira, excelente amigo e homem de grande atividade.

Trabalhamos infatigavelmente – ele e eu – em perfeita harmonia e, talvez por isso, conseguimos realizar tanto em tão poucos dias. Infeliz-

mente, a amizade, nascida no tumulto e sob as apreensões próprias do teatro da guerra, não iria durar muito. Cinco anos depois, ele falecia, subitamente, em Belo Horizonte, com pouco mais de 30 anos.

O hospital não dispunha de instrumental cirúrgico nem de autoclave para esterilizar compressas e gazes. Também não havia ali um anestesista, nem enfermeira, nem outros colegas que me pudessem ajudar. Eu teria que improvisar tudo.

Mas não é de meu feitio cruzar os braços ante as dificuldades. O hospitalzinho era dirigido pela Irmã Maria, uma velhinha de nacionalidade francesa, cujas virtudes excepcionais supriam, em grande parte, a ausência de qualquer recurso.

Entramos em ação imediatamente. Mesas foram arrastadas, as paredes pintadas. Realizou-se uma faxina geral. Da luta na área do Túnel eu só tomava conhecimento através do canhoneio, que ecoava pelas quebradas, e do matraquear das metralhadoras, ininterrupto e enervante.

Instalei-me no próprio hospital, num quatinho dos fundos, preparado por Irmã Maria. Desde a chegada não havia descansado. À tarde, porém, já o “Hospital de Sangue” apresentava outro aspecto, com suas enfermarias em ordem, a “sala de operações” montada, e a cozinha sortida de painéis, obtidos por empréstimo na vizinhança, para as fervuras esterilizadoras.

Na frente de Manacá prosseguia o duelo entre as forças rivais. No quarto dia, promoveu-se a substituição do 4º R.C. e do 2º Batalhão do 11º R.I., já esgotados pelo esforço feito, pelo 7º Batalhão, comandado pelo tenente-coronel Fulgêncio de Sousa Santos. A troca foi levada a efeito pela manhã, apesar da discordância do capitão Ernesto Dorneles, que advertia: “Não se deve substituir a tropa durante o dia.”

Os soldados do 4º R.I., vendo a Força Pública subir, começaram a deixar as trincheiras e ficaram expostos à fuzilaria inimiga. Os paulistas não perderam a oportunidade. Intensificou-se o canhoneio, rugiram as metralhadoras pesadas, num fogo cruzado sobre as tropas sem proteção. Verificou-se, então, um princípio de pânico. Alguns recrutas, ainda sem treino de guerra, foram colhidos pelas rajadas de balas que vinham da Mantiqueira.

Não tardou que a imprudência, cometida na linha de frente, repercutisse em Passa Quatro. Às 10 horas da manhã ouvi o ruído carac-

terístico de um caminhão que parava à porta do hospital. Corri para ver o que era. Nunca pude me esquecer daquele espetáculo.

Do caminhão, começaram a descer feridos. Uns tinham a farda ensanguentada, mas ainda caminhavam. Outros, sustentados pelos padioleiros, gemiam, com a roupa estraçalhada, deixando ver ferimentos de estilhaços de granada nas partes expostas. Muitos deixavam-se levar, inertes, os braços caídos e a fisionomia contraída pela dor. Alguns já se encontravam em agonia.

Esta foi a minha primeira impressão da luta armada, tornada ainda mais pungente pelo cortejo dos sofrimentos que me competia ministrar. Embora dramática a cena, a noção do dever não permitiu que eu ficasse parado a observá-la. Ali estavam criaturas humanas reclamando pronta assistência. Eu e meu colega Pinto de Moura éramos os únicos médicos sobre cujos ombros recaía a responsabilidade de atendê-las. Não podíamos perder tempo discutindo o que fazer.

Ajudado pelo motorista do caminhão e por dois padioleiros, recolhemos os feridos e os colocamos nos leitos enfileirados nas duas pequenas enfermarias. Não tardou que chegassem novos caminhões, repletos de feridos. Enquanto o recolhimento das vítimas se processava, o zunido das balas que vinham dos morros ecoava demoradamente nas grotas e ia se perder ao longe, nas chapadas.

Apesar do trabalho intenso, não permitindo quase relaxar o espírito, mesmo assim aprendi, com o tempo, a identificar a fuzilaria. Havia o fogo de inquietação, destinado a alertar as tropas de ambos os lados. Existia o de barragem, quando uma escalada estava em cogitação. E, por fim, vinham os tiros isolados, sempre mais perigosos, porque pressupunham a existência de um alvo humano, enquadrado na mira do atirador, que se esmerava na pontaria.

Intermitentemente, faziam-se ouvir as peças de grosso calibre – canhões e morteiros. As granadas, explodindo a intervalos, davam-me impressão tão estranha quanto sinistra. Faziam-me pensar, estourando de um extremo a outro, que o anjo da morte distendia um imenso sudário, para amortilhar a Mantiqueira.

.....

*No hospital de sangue do Túnel*

O HOSPITAL, SOB A SUPERVISÃO DE IRMÃ MARIA, era como um prolongamento do meu próprio eu. Sentia-me como um navegante solitário num vasto mar de sofrimento, de angústia e desespero, que arfava à minha vista. Era um mar que refluía ou avançava mas, qualquer que fosse a situação, eu não conseguia esvaziar as duas enfermarias. Vencido, por vezes, pelo cansaço, estendia-me num velho sofá, existente na secretaria, e dormia até ser de novo chamado. Apesar da deficiência de tudo, conservei algumas recordações agradáveis daquele tempo. É que tinha a consciência de que estava sendo útil. Minorava os sofrimentos de inúmeros feridos e salvava muitas vidas. Só quem passou por uma experiência desta natureza pode avaliar o bem-estar espiritual que se experimenta quando, ao dar um balanço nas atividades do dia, se verificou que, independentemente do dever cumprido, alguma vida humana foi arrebatada à morte.

Eram 7 horas da noite. Naquele momento, como fazia diariamente ao encerrar o expediente do hospital, eu selecionava os feridos, de acordo com a gravidade de seu estado, para atendê-los de forma a que nenhum se sentisse esquecido.

Também na dor existe uma escala de prioridades. Daquela feita, o caso mais sério era o de um soldado, ordenança de um velho amigo meu,



o major Marino. Durante a luta, erguera-se inadvertidamente na trincheira e fora colhido por uma rajada de metralhadora no abdômen. Era indispensável uma laparotomia imediata, já que, nesse tipo de ferimento, os minutos são da maior importância.

Procurei agir com a presteza que as circunstâncias exigiam. Mandei colocar o soldado sob uma escada que dava para o corredor, e fui chamar Irmã Maria. Era a única pessoa em condições de me ajudar. Lembrou-me dela até hoje – baixinha, olhos cansados atrás das grossas lentes, a pele do rosto encarquilhada. Caminhava lentamente, mal suportando o peso dos anos. A imagem definia-lhe a personalidade: mansidão e bondade.

Quando a encontrei, perguntei com certa afoiteza que não deixou de a assustar: “Já ajudou nalguma operação, Irmã?” Respondeu, inclinando a cabeça: “Não, doutor.” Hesitei um momento, e voltei à carga: “Tem coragem de tentar, pela primeira vez?” Ergueu os olhos, como se procurasse força na inspiração divina, e afirmou com segurança: “Deus me dará coragem, doutor.”

Afastamo-nos, para as providências indispensáveis. Pedi-lhe que arranjasse um tacho e pusesse ao fogo, a fim de que dezenas de guardanapos pudessem ser fervidos. Abri o armário de instrumentos cirúrgicos, e verifiquei com o que podia contar. Só encontrei duas pinças de dente e uma meia dúzia de pinças hemostáticas. As agulhas de sutura existentes haviam sido substituídas por agulhas de costura. Encontrei, felizmente, alguns tubos de catagute, mas os bisturis eram rombudos. Em face da penúria do material, recorri à improvisação. Entretanto, um anestesista era indispensável. Onde encontrá-lo?

Disseram-me que, no hotel da cidade, estava hospedado um coronel-médico. Não o conhecia. Em face das circunstâncias, não hesitei em mandar-lhe um recado, solicitando – com as devidas excusas pela ousadia – o obséquio de sua presença urgente no hospital. O coronel-médico não se fez esperar. Recebi-o na secretaria.

Visivelmente irritado, perguntou-me por que o mandara chamar. Expliquei-lhe o caso do soldado. Falei da precariedade das condições do hospital, no qual eu era o único cirurgião. E, por fim, esclareci que só a gravidade do estado do internado impusera-me o recurso extremo de mandar chamá-lo.

O coronel olhou-me de cima a baixo, como quem examina um animal estranho. Na realidade, eu era então muito moço e, certamente, não lhe inspirava confiança. Apesar de sua atitude hostil, levei-o para ver o soldado. Ele examinou o ferido rapidamente. Constatou as perfurações do abdômen. E, olhando para mim, abanou a cabeça: “Nada se pode fazer, capitão. É uma questão de, no máximo, 24 horas.”

Ponderei-lhe que, apesar do prognóstico sombrio, iria tentar tudo para salvar o ferido. Esclareci que, ali, nem ao menos existia uma máscara de Ombredane, para éter. A solução seria o emprego do clorofórmio, utilizando-se uma pequena máscara de arame.

Enquanto falava, o coronel só fazia ouvir-me, fechado no seu silêncio. Entretanto, a situação logo se alterou quando, por natural espírito de solidariedade humana, pedi-lhe que atuasse como meu auxiliar. Recusou-se secamente e, despedindo-se com um simples aceno de cabeça, deixou o hospital.

Permaneci sem saber o que fazer. Tinha o cérebro confuso, senti-me ansioso e irritado. Era como se descesse do espírito de solidariedade humana. Mas o mundo nem sempre é tão estranho como supomos em determinados momentos. O acaso veio em meu socorro, restituindo-me o equilíbrio.

Com efeito, quase imediatamente chegava ao hospital um capitão-veterinário, que eu pedira para vir. Expus-lhe a situação. O capitão, embora alegando despreparo técnico, dispôs-se a cooperar. Enquanto preparava o material cirúrgico, dei-lhe as instruções necessárias e, pouco depois, já estávamos na “sala de operações”.

A Irmã Maria, trêmula e muito pálida, colocou-se do outro lado da mesa operatória. Estava incumbida de passar-me os instrumentos e ajudar no que fosse necessário. O capitão, muito emocionado, aplicou a máscara de clorofórmio e executou os atos complementares de acordo com as instruções que havia recebido.

Em seguida, iniciei a operação. O bisturi cortou a pele, as aponevroses, o peritônio. Aberta a cavidade abdominal, examinei as alças intestinais, que revelavam oito perfurações. Até ali, o paciente reagira bem. Pulso regular. Reflexos normais. estado geral satisfatório.

Entretanto, ao iniciar a sutura das perfurações, ocorreu uma síncope respiratória. O anestesista improvisado, como era normal, ignorava os recursos a empregar na emergência. Perdeu a calma, pondo-se a fazer perguntas sucessivas, sem esperar pelas respostas.

A Irmã Maria, apesar de seu esforço por dominar-se, estava lívida. Sem saber o que fazer, começou a rezar em voz alta. A situação era, de fato, crítica. Eu tinha que agir com presteza, pois, se não o fizesse, o soldado não se recuperaria do colapso.

Arranquei as luvas e, após vários minutos de esforços desesperados, reapareceram os movimentos torácicos. Respirei, aliviado. O capitão anestesista, tirando o lenço, enxugou a testa molhada. Calcei de novo as luvas e concluí a operação.

Oito dias mais tarde, o ordenança teve alta do hospital.

O fato alcançou larga repercussão em Passa Quatro, principalmente entre os escalões inferiores da tropa que servia no Setor do Túnel. O que se comentava, principalmente, era minha capacidade de decisão. Graças a ela, uma vida havia sido salva.

No Setor do Túnel eu me portava como verdadeiro combatente, se se pode chamar combatente a um oficial-médico. É que não me limitava às funções estritas do recinto do hospital. Com frequência, deixava meus doentes sob os cuidados de Irmã Maria, e ia percorrer a linha de frente.

Assim procedia por entender que a assistência devia ser prestada, onde e quando fosse necessária. Uma ou duas vezes por semana eu me confundia com os soldados no campo de fogo. Realizava curativos nas barracas. Medicava ao ar livre. E, em certas circunstâncias, dirigia, pessoalmente, a remoção de feridos.

Absorvido pelos meus deveres, eu não deixava, entretanto, de acompanhar o desenvolvimento das operações militares nos flancos da Mantiqueira. A princípio era a fase crucial de consolidação das posições. Para alcançar este objetivo, as forças em confronto – cada uma do seu lado – desencadeavam verdadeiros dilúvios de obuses.

Em consequência do acirramento da luta, as levas de feridos chegavam continuamente ao hospital. Embora me desdobrando no trabalho, e contando com a solicitude de Irmã Maria, acumulavam-se, nos corredores, os que aguardavam a vez de serem atendidos.

Mas a fase de consolidação das posições não foi prolongada. Manacá estava firmemente nas mãos das forças do governo. Os paulistas, após algumas investidas fracassadas, haviam recuado para a estação do Túnel, mas continuavam a ser acutilados pelo 7º Batalhão da Polícia mineira, sob o comando do coronel Fulgêncio de Sousa Santos.

O terreno, montanhoso, erizado de saliências rochosas, oferecia ótimas condições de proteção. Existiam abrigos e trincheiras naturais em quase todas as encostas. Ocupadas as posições iniciais, a luta como que se estabilizou. O volume das baixas reduziu-se naturalmente. Tive mais tempo para considerar a situação.

Eu me encontrava sob o comando do coronel Cristóvão Barcelos, pouco depois promovido a general, homem de sólida cultura e possuidor de excepcionais qualidades de caráter. O zelo com que exercia suas altas funções demonstrou-se num pequeno episódio. Apresentou-se, no hospital, o capitão Rui de Almeida, que me informou estar encarregado de apurar a ocorrência relacionada com a recusa do coronel-médico em participar do socorro cirúrgico ao soldado ferido. O fato chegara ao conhecimento do coronel Barcelos, por ter sido muito comentado em Passa Quatro; e fora o próprio comandante que mandara realizar o inquérito para punir o oficial faltoso.

Expliquei ao capitão Rui de Almeida que não pretendia contribuir, com meu depoimento, para a punição de quem quer que fosse. Para mim o importante era que o soldado fosse salvo, e, havendo este objetivo sido alcançado, eu considerava o assunto completamente resolvido. Este episódio, que aqui recorro em homenagem ao comandante enérgico, mas prudente, comunicativo e justo, fez com que me aproximasse, com muita simpatia, do coronel Cristóvão Barcelos, de quem me tornei pouco depois grande amigo.

O hospitalzinho prosseguia prestando relevantes serviços. Mas tudo lhe faltava, no tocante à aparelhagem técnica. O coronel Cristóvão Barcelos, após uma visita de inspeção, mostrou-se impressionado com a falta de recursos da antiga Casa de Caridade e providenciou, juntamente com o cel. Góis, chefe do Serviço de Saúde da Força Pública, a ida para Passa Quatro, de um trem-hospital sob o comando do capitão-médico Carlos Quadros. O comboio era integrado por um carro de transporte

de doentes, com instalação radiológica completa; um carro de alta cirurgia e sala de assepsia; um carro-dormitório, transformado em enfermaria, com vinte leitos; um carro de pequena cirurgia, com consultório médico, sala de curativos de pequena cirurgia, e gabinete dentário; e, finalmente, uma prancha para a condução da autoambulância. Dispunha de numeroso pessoal especializado, como cirurgiões, clínicos, radiologistas, dentistas, farmacêuticos e enfermeiros, estando em condições de atender a qualquer emergência. Em face da chegada do comboio, alguém julgou que se poderia dispensar o hospitalzinho de Irmã Maria. Neste sentido, aventou-se a hipótese da minha volta a Belo Horizonte. Mas o general Barcelos foi imperativo: “O doutor Kubitschek é indispensável aqui.”

O frio aumentava. A temperatura no morro do Batedor e na sera do Itaguapé conservava-se um pouco acima do ponto de congelamento. Quando começou, em fins de julho, a ofensiva geral para a retomada do Túnel, a revolução teve o seu primeiro herói. Tratava-se do coronel Fulgêncio de Sousa Santos.

A ofensiva contra os paulistas prosseguia. Sucediavam-se os combates sangrentos. Em fins de julho, fizeram-se os preparativos para um ataque frontal às posições inimigas no Setor do Túnel. A artilharia daria início à ofensiva, desencadeada, em seguida, por elementos de infantaria, os quais abririam nutrido fogo de metralhadoras sobre as posições dos adversários e, ao mesmo tempo, procurariam avançar e ocupar melhores posições, se não pudessem tomar as trincheiras inimigas de assalto.

Durante o fogo de artilharia, todos os elementos deveriam progredir, aproveitando-se da neutralização da artilharia. Os elementos da direita, chefiados pelo tenente Jaime Barbosa, logo que julgassem oportuno ocupar as trincheiras inimigas, deveriam lançar um foguete comum (fumaça branca), significando que os elementos do flanco esquerdo, chefiados pelo tenente Montalvão, deveriam ocupar as trincheiras que ficavam na encosta à sua frente. Os elementos do tenente Montalvão deveriam ser apoiados por fogo das elevações. Simultaneamente, a peça do Pico abriria fogo sobre as trincheiras e só cessaria de atirar quando o tenente Montalvão lançasse um foguete verde. As metralhadoras do flanco direito varreriam as posições inimigas e as vias de comunicação com a retaguarda dos paulistas, até à estação férrea, situada do lado direito.

Este foi o plano elaborado pelo Estado-Maior da Brigada do Sul, com execução prevista para 27 de julho. Entretanto, a operação, por qualquer motivo, foi adiada para o dia 30.

Nesta data, aconteceu o que não se esperava. O comando da força mineira supunha que iria surpreender o adversário e, quando se preparava para desfechar a ofensiva, sofreu um ataque arrasador e inesperado dos paulistas. “Foi o pior dia que tivemos no Setor do Túnel” – esclareceu o coronel Leri Santos no seu relatório ao secretário do Interior –, “quando a desgraça nos castigou de maneira bárbara, fazendo com que o inimigo nos causasse grandes baixas, com a sua fuzilaria mortífera e certos disparos de artilharia.”

Foi durante esse combate que tombou, mortalmente ferido, o bravo coronel Fulgêncio, comandante do 7<sup>a</sup> Batalhão. Recolhido e levado para a retaguarda, faleceu na própria mesa de operações, quando o Dr. Lucídio Avelar, auxiliado por três cirurgiões da unidade que comandava, tentava recompor-lhe o fio da vida, irremediavelmente roto pelos efeitos de uma rajada de metralhadora.

Olhar fixo, rugas vincadas na testa, tez bronzeada e fisionomia dura, que denunciavam a origem indígena – eis a figura do bravo comandante tombado no Setor do Túnel, que, hoje, tem o seu nome. Assisti aos seus derradeiros momentos. Gravemente ferido no cumprimento do dever, fora retirado da área de luta pelos braços possantes do padre Kopal e levado ao hospital, onde faleceu.

Sua morte teve grande repercussão em todo o estado, e, de Belo Horizonte, veio o secretário do Interior, Gustavo Capanema, para prestar-lhe a última homenagem, em nome do governo.

Capanema, estando no *front*, tomou diversas providências que se faziam indispensáveis para a manutenção da ordem na região. Algumas casas comerciais haviam sido saqueadas e malas de pessoas, que se retiravam da cidade, foram abertas por soldados e violadas. Tornava-se indispensável a organização de um serviço de polícia. O delegado especial designado foi Benedito Valadares, que ali já se encontrava no desempenho dessas funções, não em caráter oficial, mas por incumbência do coronel Barcelos.

Em Passa Quatro, tornamo-nos amigos. Com sua linguagem pitoresca e o sabor bem mineiro de sua pronúncia, ele nos divertia, contando

fatos ligados a suas atividades de mantenedor da ordem na retaguarda das tropas em operação. Certa vez, chegou ao Túnel, em visita de inspeção, o coronel Filinto Müller, então chefe de polícia do governo Vargas.

Benedito acompanhou o visitante até a frente, subindo ambos os contrafortes íngremes da Mantiqueira. Quando estavam bem no alto, Benedito apontando para um morro, situado no lado oposto, chamou a atenção de Filinto: “Há um trem ali, coronel!” Admirou-se o chefe de polícia do Rio: “Trem? Mas como, um trem nesta altura?” Benedito explicou, então, o significado da palavra “trem” em Minas, e Filinto deu uma boa gargalhada.

Em Passa Quatro fiz igualmente outra excelente amizade. Refiro-me ao então capitão-médico Bayard Lucas de Lima – que trabalhou comigo no Hospital de Sangue e que, mais tarde, como general, iria emprestar-me sua colaboração, lúcida e brilhante, em Brasília. Outro brasileiro ilustre, que tive a oportunidade de conhecer no Setor do Túnel, foi o então coronel Eurico Gaspar Dutra. Exercia suas funções com admirável bravura, embora arriscando a vida por se colocar, justamente, nos locais de maior perigo.

Ali travei conhecimento com outros brilhantes oficiais, quer do Exército, quer da Polícia Militar de Minas, como, por exemplo, o coronel Zacarias Assunção, e estreitei minhas relações pessoais com os também coronéis Francisco de Campos Brandão e Ernesto Dorneles, comandantes de destacamentos em ação naquela área.

Amizades feitas num teatro de operações de guerra, e que, por isso mesmo, eram sinceras, e se tornaram duradouras.

Desde o início da luta, nossas tropas mantinham um serviço de permanente vigilância sobre a estrada que, partindo da fazenda de São Bento, dava acesso ao morro do Cristal, e, em continuação, à serra do Itaguapé.

Com a ocupação, pelo inimigo, dos flancos direito e esquerdo da referente área e da do Túnel, ficou resolvido que seria da maior importância a conquista da serra do Itaguapé até as proximidades da fazenda do Batedouro, para desalojar um grande reduto de forças adversárias. Se esse objetivo fosse conseguido, nossas tropas poderiam estabelecer ali a base de

suas operações, já que a fazenda do Batedouro ficava a poucos quilômetros de Cruzeiro e dispunha de uma excelente estrada de rodagem.

Impunha-se, pois, a ocupação de Itaguaré, quer para a segurança das nossas tropas na área morro do Cristal – fazenda de São Bento, quer para o nosso QG em Manacá – Passa Quatro.

O tenente-coronel José Vargas foi incumbido da missão, tendo sob seu comando o 7º e o 3º batalhões e mais o Serviço Auxiliar de Engenharia. A luta foi dura e sangrenta, mas o objetivo em vista não deixou de ser alcançado.

Desde a ocupação do morro, à direita, pelas nossas tropas, no setor de Itaguaré, o inimigo passou a desfechar sucessivas ofensivas contra aquela posição, que era de suma importância para eles. No dia 14 de agosto, foi intensa a atividade naquela área. Quando mais mortífero era o fogo, eis que surge, na linha de frente, um emissário do comando das tropas, desejando parlamentar com o tenente-coronel José Vargas. Tratava-se do ex-aluno da Escola Militar Nélio de Cerqueira, comissionado como sargento no destacamento paulista, comandado pelo coronel Antônio de Paiva Sampaio.

O parlamentar, além de devolver às nossas tropas o cabo Jessé Moreira da Silva, que havia sido feito prisioneiro, era portador de uma carta do seu comandante, explicando o porquê da Revolução de São Paulo. A mensagem foi lida e respondida pelo tenente-coronel José Vargas, o qual esclareceu, por sua vez, o porquê da atitude de Minas.

Faço referência a esse fato por um motivo de ordem pessoal. O então sargento Nélio de Cerqueira, a quem conheci na ocasião, ingressou na Polícia Militar de Minas logo depois de terminada a Revolução, e realizou uma carreira rápida, chegando a coronel e exercendo as funções de chefe da minha Casa Militar, quando fui governador do estado. Quando deixei o governo para me candidatar à Presidência da República, ele assumiu o comando-geral da corporação, que exerceu até findar-se a administração Clóvis Salgado.

Apesar de estar sempre ocupado no hospitalzinho de Irmã Maria, nunca deixei de ler os jornais do Rio, a fim de me informar sobre os



acontecimentos políticos, cujo desfecho, naqueles meses, tornava-se, de fato, imprevisível.

São Paulo, não obstante as simpatias que sua causa havia despertado, ficara isolado. O apoio de Minas a Vargas havia fortalecido o governo provisório, que se tornava cada dia mais impopular no país. A nação desejava paz e regime constitucional, para poder trabalhar. Entretanto, os revolucionários insistiam em preservar a excepcionalidade dos poderes do governo, tendo em vista a realização dos ideais pelos quais desde 1922 vinham lutando.

Observando o que se passava no Setor do Túnel, sentia-me contristado com o radicalismo dos “tenentes” – o qual era tão sincero quanto maléfico à pacificação nacional –, o que comprovava a exatidão da frase de Nabuco: “Não se ganha uma revolução sem os exaltados, mas depois não se pode governar com eles.”

.....

*O cessar-fogo no Túnel*

**H**Á IMAGENS QUE SE NÃO APAGAM DE NOSSA MEMÓRIA. Desse tempo que, hoje, me parece tão distante, ainda guardo a recordação de um padre, uma extraordinária figura humana. Era alto, de rosto vermelho, e falava português com pronunciado acento germânico.

Certa noite, já bem tarde, quando terminava a inspeção nas enfermarias, disseram-me que alguém estava à minha espera na secretaria. Era ele. Fora ali apenas por um motivo: desejava ajudar-me em meu trabalho. Seu nome: Alfredo Kobal. Parecia mais um atleta do que um sacerdote. Ofereci-lhe uma cadeira e cinco minutos depois já éramos amigos.

Naquela época, eu necessitava, de fato, de alguém que me ajudasse. O capitão Bayard Lucas de Lima tinha os seus próprios doentes e não seria justo sobrecarregá-lo com as sobras do meu trabalho. A cooperação que me oferecia a Irmã Maria era preciosa, mas achava-se circunscrita ao âmbito do hospital. Entretanto, minha atividade cada dia se ampliava, indo já às próprias linhas de fogo.

Desde que começara a frequentar as trincheiras passei a sentir falta de um colaborador ao qual pudesse delegar parte das atribuições que me cabiam. Nesse período, ia aos abrigos lamacentos ou subia aos ninhos de metralhadoras, instaladas nos contrafortes da Mantiqueira. Assim, além

do serviço nas enfermarias, prestava assistência aos que, em razão da luta, não podiam se afastar de suas posições.

Em tais ocasiões, com a minha maleta de medicamentos, escalava as fraldas da montanha, escorregando aqui, agarrando-me a uma árvore ali, abrigando-me acolá, por vezes localizado e alvejado pelo inimigo – tentando levar o conforto da presença do médico onde menos era ela esperada. Era um trabalho necessário e exaustivo, mas que não devia prejudicar a assistência normal aos internados, muitos deles em estado grave.

O oferecimento do padre Kobal representou tudo quanto eu desejava naquele momento. A presença de um sacerdote sempre tem efeito quase balsâmico para os que se sentem ameaçados pela morte. Além disso, ele tinha muita prática de cuidar de doentes. No interior, os padres, além de seu ministério espiritual, exercem, com frequência, as funções de clínico geral, receitando, prescrevendo regimes e até preparando infusões.

Desde algum tempo era ele vigário em Virgínia, uma próspera cidade de Minas, não muito distante de Passa Quatro, cujas ruas tranquilas se espreguiçam ao longo das encostas da Mantiqueira. A história desse servo de Deus era simples, mas não despida de certo acento emocional.

Havia nascido na Áustria e fora oficial do Exército do imperador Francisco José. Seu pai comandara a Guarda Imperial, e ele, por dever de fidelidade à coroa, acompanhou o herdeiro Carlos, quando este, após a morte do velho monarca em 1916, no terceiro ano da Primeira Guerra Mundial, foi coroado imperador da Áustria-Hungria.

Dois anos depois, entrando o império em desagregação, o jovem soberano, antes de ser deposto, convocou os oficiais da Guarda que o viam servindo e restituiu-lhes o juramento, que os obrigava a acompanhá-lo até a morte.

O padre Kobal abraçou o sacerdócio, em consequência de uma promessa religiosa. Havendo sido acometido de uma gangrena no braço direito, decorrente da infecção de um ferimento, prometera, em prece, que, se se salvasse daquele processo de apodrecimento orgânico, dedicaria sua vida ao serviço divino.

O término da guerra ocasionou a dispersão de quase metade da população da Europa, sobretudo nos países vencidos, que tiveram de suportar o jugo dos vencedores. O padre Kobal, havendo fugido para a

Itália, atravessou o Atlântico e, após andanças pelo Novo Mundo, fora se fixar naquela humilde cidade mineira, onde, nos intervalos das obrigações da fé, recordava as glórias de um mundo que desaparecera.

Em Virgínia, teve notícia de meu trabalho em Passa Quatro e se apressou em oferecer-me sua colaboração. Daí em diante, tornamo-nos inseparáveis. Ao longo dos cumes da Mantiqueira, através de altiplanos, contornando os trilhos precários à beira das ravinas, lá íamos os dois, samaritanos de uma nova Sichar, onde, em vez da água do poço de Jacó, distribuíamos medicamentos anti-hemorrágicos ou aplicávamos injeções para neutralizar as dores.

O frio vergastava os soldados, provocando gripes e pneumonias em massa. Nessas excursões, íamos recolhendo os que, tiritando de febre, mal se mantinham de pé nas trincheiras úmidas e geladas. O padre Kobal, afeito à rusticidade da vida naquelas montanhas, arranjava burros e, carregando-os com barris de cachaça, ia distribuir a aguardente aos soldados, a exemplo do que se fazia na Europa, nas longas guerras de trincheira.

O padre Kobal tinha uma maneira curiosa de exercer o sacerdócio. Era padre, mas não olvidava o soldado que existia na sua alma. Nas trincheiras, depois de atender aos combatentes que recorriam ao seu auxílio, não esquecia de recomendar: “Caprichem na pontaria, meus filhos. Acertem, mas sem ódio no coração.”

A ofensiva do tenente-coronel José Vargas, tendo como finalidade a conquista da serra do Itaguaré, constituiu-se num êxito militar. Mas, como sempre acontece nessas ocasiões, o número de baixas foi muito elevado. E estas logo se refletiram no hospitalzinho de Irmã Maria, com a chegada de numerosos caminhões de feridos.

Lembro-me de um dos soldados, do qual tive então que cuidar. Tratava-se de um preto forte e luzidio, sendo impressionante o aspecto que apresentava. Um estilhaço de granada lhe arrancara parte do parietal e do frontal, abrindo-lhe um buraco na cabeça que deixava à vista a massa cerebral. Após examiná-lo, verifiquei que seu estado era bem mais grave do que, à primeira vista, pude depreender. Tratava-se de um caso de gangrena gasosa, tipo de infecção frequente nos campos de batalha, produzida pelo contato das partes feridas com a terra e a lama das trincheiras.

Em tais casos ocorre uma conjunção de vários elementos altamente perigosos – o vibrião séptico; os perfringens, o estreptococo, o estafilococo e o colibacilo, que se reúnem e dão origem à mais macabra associação, cuja atividade é dirigida contra a vítima. Surge, então, a gangrena gasosa, que se caracteriza pela emissão de bolhas de gás nas partes lesadas e pela presença de uma serosidade, fétida e sanguinolenta. O mau cheiro é insuportável e só os que estão habituados à luta contra as úlceras e certas lesões conseguem vencer a repugnância que ela provoca.

Nesta situação não era possível conservar o soldado no interior do hospital. Havia o perigo da contaminação, pondo em risco a vida dos outros internados. Além do mais, e pelo mesmo motivo, não poderia me servir do material utilizado para tratamento dos que se encontravam sob os meus cuidados.

Recomendei que não retirassem o soldado do caminhão. Chamei o oficial encarregado das providências urgentes sempre comuns num teatro de guerra, e levei-o a ver o ferido. Não suportou o mau cheiro por um minuto e, levando o lenço ao nariz, afastou-se precipitadamente. Pedi-lhe que conseguisse uma casa isolada, para confinar nela o soldado de quem iria tratar. O oficial saiu e, enquanto esperávamos por ele, tive de enfrentar outra batalha. O ferido começou a agitar-se em convulsões, sendo necessário que outros soldados o contivessem.

O oficial conseguiu, por fim, uma casinha isolada – um barraco de madeira –, e para lá foi o doente transportado. Ficara sozinho, com Deus, sua gangrena e aquele terrível mau cheiro. Eu ia vê-lo duas vezes por dia, a fim de fazer-lhe os necessários curativos. Levei para o barraco aventais especiais, luvas de borracha e máscaras. E ali, no silêncio daquela casa humilde, com dois enfermeiros me ajudando para dominar as convulsões do soldado, cumpria, com absoluto rigor, meus deveres de médico. Injetava-lhe soro antigangrenoso nos tecidos circunvizinhos e lhe aplicava, em seguida, uma injeção de 30 cm.

Quem observasse o que ocorria no barraco verificava que alguém estava ali confinado, vítima de uma doença grave. Houve quem dissesse que eu havia afastado aquele doente porque, sendo o seu mal sem cura, seria melhor deixá-lo morrer aos poucos, longe de todos.

A falsa impressão não perdurou senão nos primeiros dias, quando ninguém sabia ao certo o que se passava no barraco. A versão dos maldizentes não chegou a prosperar. Os comentários transformaram-se em louvor ao modesto e obscuro médico da Força Pública, que, apesar de assoberbado de trabalho, não se esquecia do pobre doente, nem o abandonava. E, de fato, quando eu chegava ao casebre, já havia numerosas pessoas nas imediações, desejando saber se o soldado estava melhor. Alguns mais afoitos chegavam mesmo a se oferecer para auxiliar-me.

A luta prolongou-se por seis dias, ao término dos quais, apesar de meus esforços, ocorreu o óbito do paciente, como esperado. Mandeí proceder a uma limpeza em regra na casa e depois caía-la, a fim de evitar que, em face dos boatos circulantes, ninguém mais quisesse morar ali.

No setor de Itaguapé prosseguia a ofensiva, desencadeada pelo tenente-coronel José Vargas. Forçadas as posições da Gomeira, no flanco esquerdo, e de Garupa, no direito, e à frente do Túnel, as tropas passaram a conquistar terreno, palmo a palmo, apesar da tenaz resistência dos paulistas. Entre os dias 9 e 10 de setembro, deu-se o assalto final, rematado por uma carga de baionetas, que levou de vencida o inimigo, com a consequente ocupação, pelas nossas forças, dos objetivos em vista.

Logo, e outra vez, o recrudescimento da luta no Túnel fez aumentar a atividade no hospitalzinho da Irmã Maria. Caminhões chegando e despejando feridos, e as intervenções cirúrgicas se sucedendo até alta madrugada. Lembro-me de outro caso, sucedido na mesma ocasião. Já tinha ido deitar-me quando ouvi um ruído de caminhão à porta do hospital. Levantei-me e, em dois minutos, já estava recebendo os feridos que iam sendo desembarcados. Um deles era um oficial. Mandeí colocá-los na enfermaria especial e, assim que concluí a distribuição dos recém-chegados, fui atendê-lo.

Havia levado um tiro na cabeça. A bala entrara na região parietal direita e saíra pela parietal esquerda. Não havia hemorragia evidente. Verificava-se apenas ligeiro corrimento sanguíneo nos orifícios de entrada e saída do projétil.

Ajeitei o ferido na mesa de curativos, e examinei-lhe a cabeça com o maior cuidado. O rosto me impressionou, em face da fixidez dos olhos. Olhos parados. Sem vida, como se fossem de vidro. Apanhei uma

lâmpada acesa e a aproximei do seu rosto. Não percebi qualquer reação. Os olhos parados, parados permaneceram. Não havia qualquer dúvida sobre o diagnóstico. Tratava-se de um desses casos raros em que uma bala, atravessando de um lado ao outro o cérebro, fere o quiasma ótico e provoca uma cegueira completa e incurável.

Em face da situação, nada disse ao oficial sobre o que lhe acontecera. Disse-lhe apenas que ele precisaria de um tratamento especial da vista, o que era impossível em Passa Quatro, dada a precariedade dos serviços médicos locais, e que iria providenciar, imediatamente, sua remoção para Belo Horizonte, o que, de fato, fiz.

Mais tarde, via-o por vezes nas ruas de Belo Horizonte, com a sua bengala branca, tateando o meio-fio da calçada. Era moço, e tinha uma existência inteira pela frente. Entretanto, uma bala perdida, numa luta entre irmãos, condenara-o a se isolar num universo de trevas, do qual jamais se libertaria.

A 13 de setembro – dia seguinte ao do meu aniversário – acordei muito cedo. Enquanto me preparava, no quatinho dos fundos do hospital, para descer e iniciar a visita matinal às enfermarias, pareceu-me surpreender algo de novo, de diferente, como suspenso no ar.

Na verdade, não saberia dizer do que se tratava. Quem sabe se eu mesmo é que estava mudado? Não estaria sofrendo alguma alucinação, consequência, talvez, do excesso de trabalho? Mas sentia-me admiravelmente bem, e havia dormido profundamente. A sensação de novidade, que eu experimentara, deveria ser, então, necessariamente, um reflexo de alguma alteração operada no ambiente da cidade. Observei que um silêncio enorme, quase aterrador, pesava na atmosfera. Silêncio de estrela, profundo, mas dinâmico, em cujo bojo têm lugar os inaudíveis cataclismas siderais. “Por que tudo está tão quieto assim?” – indaguei, instintivamente, como se me dirigisse a alguém.

Vesti-me rapidamente e deixei o quarto. Ao alcançar o saguão, cheguei a uma das janelas para observar o que se passava na rua. Tudo estava tranquilo lá fora. Parado. Imóvel. Como que petrificado. Aqui e ali, algumas janelas abertas faziam supor a presença de vagos madrugadores. Até as árvores se conservavam quietas. Estranhamente imobilizadas, sem que

uma brisa lhes agitasse as folhas. Depois de tantas semanas de incessantes canhoneios e de ininterrupto matraquear de metralhadoras, aquele súbito silêncio causava-me um impacto nos nervos.

Pouco depois tudo se explicava. As forças paulistas haviam abandonado suas posições, preparando-se para uma retirada geral. O ímpeto revolucionário, após semanas de ataques sucessivos, perdera a força e ameaçava refluir.

Já se esperava isso desde alguns dias. A pressão crescente das forças legais tornava, cada dia, mais difícil a situação dos paulistas no setor. Com a queda de Itaguaré, eles se viram envolvidos e sem comunicações com Cruzeiro. Em seguida, ocorreu o avanço da 4ª D.I., dificultando-lhes ainda mais a manutenção das posições ocupadas.

Na noite de 12 para 13 de setembro, nossos observadores nos flancos informaram que, na retaguarda do Túnel, se verificava grande movimentação de tropas e de composições. Enquanto isto acontecia, as tropas inimigas, naturalmente para camuflar suas intenções, intensificaram, durante a noite, o fogo de sua artilharia. Mas a reação era apenas um disfarce, porque já se processava, realmente, abandono geral de suas posições, pelos paulistas.

Os rebeldes deixaram o campo da luta durante a noite, utilizando caminhões e composições ferroviárias. Foram ocupadas as trincheiras inimigas e cessou a luta no setor. Os últimos elementos – os que haviam sido encarregados de manter o fogo, enquanto o grosso da tropa se retirava – abandonaram, por fim, suas posições, empreendendo uma precipitada retirada, no desenvolvimento da qual foram abandonando, pelas estradas, veículos, munição, granadas e grande quantidade de objetos de uso pessoal. O general Cristóvão Barcelos havia chegado, pouco depois, ao Setor do Túnel, e verificou, pessoalmente, a retirada do inimigo.

Sozinho e isolado do resto do país, São Paulo sustentara a luta, com a sua indústria convertida em parque de produção e com todos os seus homens válidos dos grandes centros urbanos – principalmente a mocidade – mobilizados e encaminhados para o teatro das operações.

Mas o ideal político, pelo qual o estado lutava, não fora suficientemente propagado ou difundido no seio do povo. Não criara a indispensável motivação nos círculos de duas grandes classes. O operariado e os



camponeses haviam desde o início encarado com indiferença a revolução. Ela nada lhes prometia. Era um movimento, tendo por base a ordem legal e por objetivo a vigência de uma Constituição. Ordem legal e Constituição eram valores cujo significado escapava à compreensão, quer dos que trabalhavam nas fábricas, quer dos que se dedicavam ao cultivo dos campos, ambas as categorias, naquela época, inteiramente alheias às competições político-partidárias.

Após três meses de luta, o ímpeto contrarrevolucionário declinava. Extinguia-se, aos poucos, o *élan* de recolocar o estado na sua posição de líder da Federação. E, como resultado do enfraquecimento da retaguarda, fragmentaram-se as linhas de combate e surgiu um recuo geral para dentro das próprias fronteiras. No Setor do Túnel, a retirada era no rumo da cidade de Cruzeiro.

O silêncio daquela manhã de 13 de setembro tinha, pois, um grande significado. Anunciava a desocupação do Túnel e das áreas adjacentes. Isto, para nós, era fundamental. Representava o cessar-fogo na Mantiqueira. O retorno da paz à outrora pacífica Passa Quatro. E, sobretudo, a extinção do Hospital de Sangue, que eu havia organizado.

No corredor, que dava para as enfermarias, encontrei a Irmã Maria. Estava emocionada. Disse-me apenas, quase num grito: “A guerra acabou, doutor!” Abraçamo-nos, comovidos. E, pouco depois, os feridos e doentes, deixando seus leitos, juntaram-se, também, no corredor, todos desejando abraçar-me.

O padre Kobal não tardou em aparecer. Estava eufórico. Transbordante de alegria. Segurando-me pelo braço, levou-me para vermos juntos o que, realmente, tinha acontecido. A poucos quilômetros de Passa Quatro, iniciava-se a área, antes considerada “perigosa”. Era representada pela região, onde se erguia a pequena estação da Rede Mineira de Viação, denominada Manacá. Ali, a menos de quinhentos metros da estação, abria-se uma das bocas do famoso Túnel, em cuja área soprara, durante três meses, o hálito da morte.

Quando chegamos a Manacá, a estaçãozinha estava envolta em silêncio. Mudos os canhões, as metralhadoras e os fuzis. O espetáculo que nos oferecia aos olhos era de ansiedade e expectativa. Os milhares de sol-

dados, abrigados em buracos nas encostas da Mantiqueira, começaram a erguer as cabeças. Conservavam-se em silêncio, entreolhando-se desconfiados. Pouco depois alguns, mais ousados, eram vistos fora das trincheiras. Tiveram início, então, as cenas de confraternização. Destacamentos inteiros se desintegravam, com seus componentes abraçando-se, dando vivas, atirando longe seus quepes de campanha.

Como acontece nos lances de exaltação coletiva, logo circularam notícias contraditórias. Uns diziam não ser verdade que os paulistas houvessem se retirado. Apenas haviam abandonado algumas posições muito expostas, trocando-as por outras, mais protegidas. Existiam os que afirmavam que, inconformados com a derrota, haviam deixado armadilhas em suas antigas trincheiras, minando, ainda, o Túnel. A situação era de confusão, de aturdimento, de perplexidade.

Enquanto os soldados discutiam e os oficiais, passada a fase de euforia, procuravam restabelecer a disciplina no *front*, eu e o padre Kobal, levados por insopitável curiosidade, aproximamo-nos da boca do Túnel. O sol, que mal havia nascido, projetava obliquamente seus raios, iluminando os primeiros metros da cratera que se abria à nossa frente.

Observamos a cavidade com interesse e calculamos, mentalmente, a extensão daquele funil que, cavado na terra, ligava dois estados. O padre Kobal, que já me conhecia bem, adivinhara o que eu tinha em mente. Pondo-se à minha frente, advertiu-me: “É uma imprudência atravessá-lo, doutor. A informação de que os paulistas minaram o Túnel pode ser falsa, mas, também, não há motivo para que se corra este risco, sem necessidade. Além do mais, quando estive em Belo Horizonte, sua mãe, D. Júlia, pediu-me que tomasse conta de você e não permitisse que cometesse alguma imprudência.”

O padre Kobal, que era europeu, e habituado à brutalidade das guerras, nas quais tomara parte, acabara por tornar-se cauteloso. Contou-me casos em que vinganças idênticas haviam sido levadas a efeito e que tinham custado vidas. Contudo, enquanto ele falava, fomos caminhando. Atingimos a entrada do Túnel.

Fizemos uma parada, para acostumar os olhos à escuridão que nos barrava o caminho, como uma cortina preta. Pouco depois, já conse-

guíamos ver alguma coisa. Penetramos na cratera. A falta de visibilidade era apenas uma consequência da claridade exterior.

Vencidos os primeiros metros, a luz gradualmente foi desaparecendo. Estava frio no interior. Cada passo dado representava um novo mergulho nas trevas. O padre advertia-me falando nos dormentes soltos, que eram verdadeiros alçapões. Eu o ouvia, mas continuava avançando. E o padre, a seu turno apesar de resmungar suas recriminações, prosseguia caminhando também.

Depois de certo tempo, a escuridão tornou-se completa. Estendemos então os braços – eu, o braço direito, e o padre Kobal, o braço esquerdo – e passamos a caminhar tocando, com a ponta dos dedos, as paredes do Túnel. Tal recurso nos permitiu avançar na direção conveniente, entre um dos trilhos e as valetas laterais do leito, pelos quais se fazia o esgotamento das águas que porejavam na superfície côncava da pedra.

Depois de meia hora, percebemos, de súbito, que a treva se adelgava. Tornara-se tênue, com laivos fugidios de claridade. Aos poucos, a visibilidade foi sendo restabelecida e, por fim, com um suspiro de alívio, avistamos, a distância, a saída do Túnel.

Havíamos feito a travessia por simples espírito de aventura ou, talvez, por mera curiosidade – aquela curiosidade que, segundo Eça de Queirós, tanto faz o homem descobrir a América como olhar através do buraco de uma fechadura...

Minha missão no Setor do Túnel terminara. Estava feliz. Sentia-me bem, pelo muito que havia feito pelos doentes e feridos. No Hospital de Sangue haviam trabalhado outros médicos. Mas eram clínicos. Cuidavam dos doentes de Passa Quatro – os habituais desprotegidos que, nas cidades do interior, recorrem às casas de caridade. Quanto a mim, o meu trabalho era dedicado aos soldados trazidos das linhas de frente. Eram feridos em combate ou vítimas de pneumonia e de outras enfermidades, provocadas pela longa permanência na lama gelada das trincheiras. O capitão-médico do Exército, Bayard Lucas de Lima, era o único e valioso colaborador de que eu dispunha, pois o major Pinto de Moura, que me auxiliara a princípio, havia retornado quase imediatamente a Belo Horizonte.

Não fiz o registro dos casos atendidos. Mas o provedor da Casa de Caridade, Basílio Borges, encarregou-se desta tarefa. De acordo com suas anotações, baixaram àquele hospital, durante a Revolução de São Paulo, 1.037 pessoas, entre feridos, mortos e enfermos, o que não deixa de ser, levando-se em conta o tempo decorrido – 20 de julho a 13 de setembro –, uma cifra impressionante. Quanto à minha atuação no Hospital de Sangue de Passa Quatro, o chefe do Serviço de Saúde do Setor do Túnel, Dr. J. Santa Cecília, assim se referiu, em relatório apresentado ao tenente-coronel Dr. Magalhães Góis, chefe do Serviço de Saúde da Polícia Militar do estado:

“Dr. Juscelino Kubitschek – cirurgião do hospital de Passa Quatro –, temperamento de eslavo, calmo, modestíssimo, em extremo disciplinado, resistência de aço, para num só dia socorrer a mais de 40 feridos, sem se esfaltar, foi a grande revelação do Serviço de Saúde. Mostrou-se um ótimo cirurgião, um improvisador de meios para uma boa assistência aos grandes feridos de guerra, com impecável educação, inteligência e maneira discreta. O seu elogio pode ser resumido, transportando-se para aqui o pedido dos oficiais do Exército que, ao partirem para a frente, solicitavam terem-no como cirurgião, no caso de ferimento em combate.”

É curioso notar como pequenos fatos às vezes têm consequências profundas e chegam mesmo a modificar, de forma surpreendente, uma existência humana. No meu caso, a ida para o Setor do Túnel representou um desses “pequenos fatos”.

Fui para Passa Quatro apenas por ser médico. Entretanto, ali o sucesso me sorriu. Conquistei amigos. Salvei vidas humanas. Enfrentei situações difíceis e, para vencê-las, fui obrigado a lançar mão de forças que existiam em mim, em estado latente e que eu, na verdade, desconhecia.

No dia do meu aniversário, sob o pretexto de comemoração da data, ofereceram-me um banquete. A espontaneidade da homenagem tanto me sensibilizou quanto me honrou. É que, ao chegar ao salão, onde se realizaria o jantar, uma surpresa me aguardava. Sendo apenas um capitão-médico da Força Pública de Minas vi-me, de súbito, sentado a uma mesa, presidida pelo general Cristóvão Barcelos, que se fazia acompanhar de todo o seu Estado-Maior, e com os demais lugares ocupados pela oficialidade que servira no Setor do Túnel. Era uma manifestação pública de apreço dos

comandantes das forças que atuaram naquele teatro de guerra ao modesto médico que, sem haver feito nada de extraordinário, procurara compensar, com dedicação e o entusiasmo de moço, as naturais deficiências de um “Hospital de Sangue” improvisado.

O Setor do Túnel – não sei por que estranha fatalidade – acabou sendo a sementeira de uma nova geração de políticos. Naquela área, verificava-se, de fato, intensa fermentação política. O prestígio, que algumas pessoas ali adquiriram, levou-as mais tarde às mais elevadas posições no país.

Um coronel do Exército – Eurico Gaspar Dutra – seria ministro da Guerra e presidente da República. Três governadores de estado emergiram das trincheiras da Mantiqueira: o capitão Ernesto Dorneles, do Rio Grande do Sul; o capitão Zacarias Assunção, do Pará; e o chefe de Polícia do Setor, Benedito Valadares, de Minas Gerais.

E, por fim, um capitão-médico da Força Pública de Minas foi governador de seu estado e presidente da República.

.....

## *Iniciação política*

“P

OLÍTICA É DESTINO!” Eis uma frase que ouvi certa vez e jamais esqueci. Esta fixação talvez se explicasse por suas implicações em meu caso pessoal. Na realidade, a política surgiu em minha existência como imposição de fatores externos. Veio. Envolveu-me. Quando dei fé do que estava ocorrendo, já me sentia disposto a aceitá-la, em substituição à medicina.

O desvio brusco no rumo do destino teve, como tudo na vida, uma origem remota, quase sem importância. Minha experiência em Passa Quatro significou como que um marco. Foi, de fato, o segundo passo numa escalada longa, mas, na época, absolutamente imprevisível. O primeiro havia sido minha nomeação para médico do Hospital Militar da Força Pública de Minas. A designação para servir no Setor do Túnel fora o segundo. Ali ultrapassei, sem o querer, as fronteiras do limitado mundo em que vivia, e pude contemplar cenários diferentes, horizontes mais amplos. Cenários e horizontes humanos, bem entendido, e não paisagens. Estas, eu as tinha visto, dos mais variados gêneros durante minha excursão pela Europa e o Oriente Médio.

O que vi em Passa Quatro pareceu-me inteiramente novo. Era a primeira vez que exercia minha atividade num verdadeiro teatro de guerra.

Por outro lado, o Setor do Túnel, frequentado por figuras de relevo da cúpula revolucionária, tornou-se palco de intensa movimentação política. Há outra circunstância a ser ressaltada para se compor, com fidelidade, a atmosfera de contradições então reinante na área: os frequentes conflitos de competência, já que trabalhavam, lado a lado, autoridades federais e estaduais.

Enquanto me encontrava no Hospital de Sangue não dispunha de tempo para refletir sobre os fatos de que era testemunha. Ouvia e presenciava muita coisa, mas, atarefado em cuidar dos doentes e feridos, não me detinha para analisar a situação e tirar conclusões. Quando dispunha de uma folga, procurava Benedito Valadares e, juntos, fazíamos longas caminhadas pela cidade. Nessas ocasiões comentávamos, sem qualquer intuito depreciativo, o que vinha ocorrendo no Setor.

Alguns dentre os que se encontravam em Passa Quatro eram da intimidade de Getúlio Vargas e dispunham, por essa razão, de largo prestígio nas altas esferas administrativas. Apesar disso, e defendendo ali a causa do governo, empenhavam-se num verdadeiro corpo a corpo político. Na realidade, sentíamos ali em face de um fascinante campo para o estudo da alma humana. O que se presenciava em Passa Quatro oferecia a um jovem médico, como eu, uma perspectiva – rara de ser encontrada – para a análise dos níveis de relacionamento entre indivíduos de diferentes personalidades. Homens da maior responsabilidade porfiavam em rivalidades, tentando sobressair e projetar-se, em detrimento, às vezes, de seus companheiros de luta.

É verdade que a hora era de renovação de valores e a evolução dos acontecimentos não se processava segundo um ritmo normal e previsto. Daí a natural ocorrência de desinteligências, desacordos, atritos e, mesmo, de choques de opinião. Como a causa em pauta era de todos, não se justificava que os chefes se antagonizassem. E pior: que os antagônicos se orientassem, muitas vezes, para rumos nitidamente personalistas, transformando uma natural discordância de pontos de vista numa autêntica porfia por maior projeção política.

Benedito Valadares, por ser o chefe de polícia da área, encontrava-se com frequência no centro dos acontecimentos. Agia, pois, com a maior prudência, esforçando-se por pautar seus atos rigorosamente de

acordo com as determinações do general Cristóvão Barcelos, comandante supremo das forças em operação naquela frente.

Mesmo assim, nem sempre conseguiu escapar às consequências das rivalidades acesas. Certo dia, recebeu a incumbência de um grupo de oficiais de ir a Belo Horizonte para obter do presidente Olegário Maciel a remoção de algumas altas patentes da Força Pública do estado, cuja atuação na área vinha desagradando certos círculos do alto comando. Como capitão-médico da corporação, eu tinha conhecimento da exaltação de ânimos no seio da oficialidade estadual e não ignorava que qualquer remoção, determinada pelas autoridades de Belo Horizonte, só serviria para agravar o clima de tensão ali reinante.

Ao saber da missão de que Valadares havia sido incumbido, procurei-o no hotel e adverti-o sobre os perigos daquela tarefa. Tratava-se de uma atitude antipática e de consequências imprevisíveis, principalmente para ele, não integrante da corporação. Podia acabar sendo vítima de um ato de represália. Com a sua argúcia característica, Benedito já havia percebido a dificuldade da missão. Ouviu-me com a maior atenção e explicou: “Já tinha pensado nisso, Juscelino. O que vou fazer é o seguinte: em vez de ir a Belo Horizonte, sigo para o Rio e ficarei por lá alguns dias até que se dissipe esta exaltação de ânimo.”

E foi o que fez. Quando retornou a Passa Quatro, a crise do comando havia sido resolvida através de entendimentos entre as autoridades militares do Setor, sem necessidade de qualquer intervenção do governo estadual. Este episódio estreitou ainda mais as relações de amizade que já nos ligavam.

A presença de Benedito Valadares no Setor do Túnel poderá parecer a muitos incompreensível. Não era militar. Não exercia qualquer atividade política na região. E nem ao menos suas relações com os integrantes do governo mineiro da época eram de natureza a justificar-lhe a escolha para o posto. Todavia, tudo pode ser explicado com facilidade: sua presença ali fora o resultado de um parentesco.

O capitão Ernesto Dorneles, do Estado-Maior do general Cristóvão Barcelos, era concunhado de Valadares. Residindo ambos no Rio, quando estudantes, casaram-se com duas irmãs. O capitão Dorneles – mais



tarde, meu primeiro ministro da Agricultura – prosseguiu na carreira das armas; e Benedito Valadares, após se haver formado em Direito, regressou a Minas. Fixou-se em Pará de Minas, sua terra natal, advogando ali. Pertencia a uma família de ilustres políticos e, por influência talvez da tradição do clã, viu-se atraído pelas lides públicas.

Em Minas, citam-se, com frequência, as dez famílias que, nos últimos duzentos anos, dominaram o cenário político estadual e, entre elas, encontram-se a do visconde de Caeté, senador no Império; a do barão do Rio Verde; e a de dona Joaquina de Campos Castelo Branco – a famosa Joaquina do Pompeu –, da qual descendem Gustavo Capanema, Afonso Arinos de Melo Franco, Francisco Campos e Benedito Valadares. É curioso ressaltar que Benedito e Sarah incluem-se, pela linhagem do sangue, entre os atuais representantes desses dez troncos tradicionais: Sarah, bisneta do barão do Rio Verde e descendente colateral do visconde de Caeté; e Benedito, sobrinho-neto do conselheiro Martinho Campos.

A Revolução de 1932 encontrou Benedito Valadares como prefeito de Pará de Minas. Depois, houve a chegada do então coronel Barcelos a Belo Horizonte. Benedito, que se achava na capital mineira, serviu de intermediário entre Barcelos e o presidente Olegário, resultando dos entendimentos havidos a ida do coronel para Passa Quatro, como comandante em chefe das forças federais e estaduais combinadas.

O convite feito a Valadares para chefe de polícia no Setor do Túnel teve, pois, dupla origem: o agradecimento do próprio Barcelos, pelo serviço que ele lhe havia prestado, e o fato de ser concunhado de Ernesto Dorneles, pessoa de confiança do coronel e integrante de seu Estado-Maior.

Muita gente estranha que, com meu temperamento extrovertido, seduzido pela ação e agitado por uma atividade incessante, eu pudesse ser amigo inseparável de Benedito Valadares, natureza tão diferente da minha. Na realidade, éramos, a esse respeito, como o verso e o averso de uma medalha, sabido que os opostos se atraem. Benedito sempre foi calado e, sobretudo, amante das palestras tranquilas. Todavia, sob a capa do seu aparente desinteresse por tudo, disfarçava-se uma surpreendente malícia política, à qual não era estranha uma forte dose do tradicional bom senso mineiro. Não preciso recordar, agora, tudo que ocorreu no Setor do

Túnel, após a retirada; cenas de desespero, que se desfaziam em lágrimas ou se cristalizavam em medo, numa paisagem de desolação; plantações arruinadas; pontes caídas; veículos em pedaços; composições ferroviárias largadas nos desvios; casas destelhadas por obuses; populações inteiras ao desabrigo. Era o êxodo da fronteira para o interior do estado, com a massa humana em pânico, deslocando-se de cidade para cidade, em antecipação ao aparecimento da vanguarda das tropas legalistas.

Interrompidas as hostilidades, incumbiram-me de fazer a transferência dos feridos, internados em Passa Quatro, para Guaxupé e Varginha, cidades que dispunham de maiores recursos médicos. Executei, com desafio, esta missão. Era como um derivativo – uma espécie de *relax* – após três meses de tensão e atividade ininterrupta.

A remoção fazia-se em carros especiais, ligados aos trens comuns de passageiros, e nos quais, em vez de bancos e poltronas, colocavam-se macas. O capitão Bayard Lucas de Lima, médico do Exército, era meu companheiro habitual nessas viagens. Íamos aos trancos e barrancos, já que as ferrovias estavam congestionadas por comboios militares. As paradas sucediam-se, com pernoites imprevistos, muitas vezes em lugares desertos, entre duas estações.

Trabalhei, por fim, em Campinas, onde se instalara o quartel-general do comandante Cristóvão Barcelos. Quando ali cheguei, São Paulo já estava vencido. Esmagado pelo poderio de forças federais e estaduais conjugadas, o grande estado capitulara no dia 1º de outubro.

Ao andar pelas ruas, pude observar a revolta do povo. “Mineiros leprosos” – assim muitas pessoas referiam-se a nós, que representávamos os contingentes de ocupação. O inconformismo e a hostilidade manifestavam-se de maneira ostensiva, principalmente entre as mulheres. Aquele ódio coletivo constrangia-me. No íntimo, nutria consideração pela causa de São Paulo e via, com angústia, o sofrimento do povo que havia lutado sozinho por uma Constituição e que, em face da derrota, voltaria a ser mais uma vez humilhado.

Liberado da convocação, retornei, por fim, a Belo Horizonte. Foi um dia de alegria em minha casa na Avenida Paraúna, após quase quatro meses de ausência. Minha mãe deixara Diamantina e aguardava em

Belo Horizonte o meu regresso. Naná e Júlio Soares ajudavam Sarah a receber as visitas. A noite transcorreu agradavelmente, com jantar e música e – por que não dizê-lo, já que se tratava de uma homenagem ao filho de João César de Oliveira? – dançou-se até de madrugada.

Quando a festa chegava ao auge, o telefone tocou. Era do Palácio da Liberdade. Avisavam que o presidente Olegário Maciel queria ver-me no dia seguinte, às 10 horas da manhã. Estranhei o telefonema. Não conhecia o chefe do governo e supunha que ele nem sequer soubesse da minha existência.

No dia seguinte, dirigi-me ao palácio. O presidente recebeu-me no salão nobre. Quando entrei, ele se achava numa poltrona, perto da janela, e, dada a idade avançada, levantou-se com dificuldade. Cumprimentou-me e convidou-me a sentar, ao seu lado, num grande sofá ali existente. Disse haver mandado chamar-me para agradecer, em nome do estado, o que eu havia feito pelos feridos no Setor do Túnel.

Senti-me aturdido. Até então, não dera a menor importância ao meu trabalho no hospitalzinho de Irmã Maria. Agira ali, como o fazia no Hospital Militar e na Santa Casa em Belo Horizonte. No entanto, minha dedicação ao serviço havia tido inesperada repercussão.

Ainda em Passa Quatro, o general Barcelos, saudando-me no banquete que a oficialidade me ofereceu por ocasião do meu aniversário, chamara-me “o bisturi de ouro da Polícia mineira”. Eu havia interpretado a frase como uma gentileza. Contudo, o fato se repetia em Belo Horizonte. E daquela vez quem me felicitava era o próprio chefe do governo mineiro – homem austero e reconhecidamente incapaz de qualquer atitude demagógica. Além do mais, era a primeira vez que eu falava com um presidente de Minas, e o fazia a chamado dele, para me agradecer serviços prestados. Tão comovido fiquei que me ergui quase imediatamente. Olegário Maciel acompanhou-me até a porta do salão, manifestando, ao despedir-se, o desejo de nos encontrarmos de novo.

Um mês mais tarde, tive outra surpresa. Alguns integrantes do Estado-Maior do general Cristóvão Barcelos resolveram dar-lhe um relógio de ouro, como lembrança da campanha, e telefonaram-me, avisando-me que eu devia fazer o discurso. Caí das nuvens. Embora se tratasse de uma cerimônia absolutamente íntima, julgava que outro deveria ser o porta-

-voz. No entanto, o escolhido fora eu – eu, um modesto capitão-médico da Força Pública de Minas, designado para falar em nome de oficiais do Exército, e numa homenagem prestada justamente ao nosso ex-comandante supremo no Setor do Túnel, o já então general Barcelos!

No “noturno mineiro”, durante a viagem de volta a Belo Horizonte, pus-me a pensar em tudo que me havia acontecido nos últimos meses. Era a primeira vez que me detinha a observar o caminho percorrido. A conclusão foi a de haver escolhido a carreira certa: a medicina. Até então, havia trabalhado sem outra preocupação a não ser a de cumprir o que julgava meu dever. Fazia-o naturalmente, sensível às exigências de meu temperamento. Talvez por isso mesmo exagerasse um pouco, fazendo mais do que geralmente se podia esperar de um médico recém-formado.

Meu caminho não poderia ser outro. Já estava traçado. O que me competia, então, era estabelecer-me em bases firmes, em Belo Horizonte. O primeiro passo deveria ser a aquisição da casa própria. Uma casa que fosse meu lar definitivo – coisa que desconhecia por ter sempre vivido em residências alugadas. Depois de muito pensar, achamos preferível – Sarah e eu – mandar construir uma que se ajustasse aos requisitos de um casal novo, de bons amigos que recebia com frequência.

Levei todo o ano de 1933 empenhado na realização deste projeto. Antes do Natal, a casa estava concluída, no centro de um grande terreno na Rua Gonçalves Dias, e foi a primeira com piscina construída em Belo Horizonte.

Tudo corria como havia planejado. Vinha cobrindo, com segurança, o roteiro traçado pela vocação. Estava casado. Era feliz no casamento. Possuía a minha casa. Além disso, havia realizado um curso de especialização na Europa e, aproveitando a oportunidade, conhecera o Oriente Médio e a Europa Oriental. E tudo isto fora obtido sendo eu médico, exclusivamente médico.

A luzinha que se acendera dentro de mim, por influência da admiração que minha mãe votava ao Dr. José Eulálio de Sousa, médico da nossa família, tornara-se vívida e forte. Naquela época, eu não pretendia ser mais nada, além de médico.

.....

*A tragicomédia da sucessão de Olegário*

“M

ESMO DERROTADO, São Paulo acabou por me vencer!”  
– eis o que teria dito Getúlio Vargas, dando um balanço nas consequências da capitulação de 1º de outubro.

São Paulo fora vencido militarmente, mas saíra vencedor do ponto de vista moral e político. E sua vitória seria ainda maior se não tivessem ocorrido tantas divergências entre os chefes do movimento armado.

Desde o início tornou-se patente o conflito de opiniões. A primeira divergência ocorreu na deflagração do movimento. Em meados de 1932, Getúlio Vargas esforçava-se por reparar, através de atitudes de compreensão, os erros cometidos durante os dois últimos anos. Em julho, havia atendido à solicitação do interventor Pedro de Toledo, nomeando o general Pereira de Vasconcelos para comandante da II Região Militar.

A nomeação fora uma transigência – uma demonstração de boa vontade. Com ela, entrosavam-se, pela primeira vez no grande estado, o poder civil e o militar, dando a impressão de que se iniciaria uma nova fase nas relações do governo provisório com o povo paulista. O interventor, sensibilizado e reconhecido, enviou caloroso telegrama de agradecimento a Getúlio Vargas.

Entretanto, os ressentimentos, gerados pelas injustiças anteriores, estavam vivos. Pouco depois, Salgado Filho esteve em São Paulo como emissário de Getúlio, e grandes homenagens lhe foram prestadas pelo novo governo bandeirante. Mal Salgado Filho havia embarcado na estação do Norte de regresso ao Rio, realizava-se uma reunião do secretariado paulista no Palácio dos Campos Elíseos.

Motivo da reunião: o levante do estado contra o governo federal. Valdemar Ferreira, secretário da Justiça, expôs ao interventor tudo o que havia sido combinado. O telegrama do general Klinger ao ministro da Guerra havia precipitado os acontecimentos. A Força Pública já estava mobilizada.

O embaixador Pedro de Toledo, colhido de surpresa – pois ignorava que São Paulo se vinha preparando para a contrarrevolução –, protestou energicamente. Mencionou o telegrama que enviara a Getúlio Vargas agradecendo a nomeação do comandante da II Região Militar. Acrescentou que, levando em conta os desejos de cooperação do governo federal, reafirmara a Salgado Filho, momentos antes na estação do Norte, sua solidariedade a Getúlio Vargas. Como assumir, então, uma atitude de rebeldia, como o secretário da Justiça solicitava?

Estabeleceu-se uma acalorada discussão entre o interventor e o secretário Valdemar Ferreira, pontilhada, às vezes, de lances dramáticos. Mas o interventor estava em minoria. Ou melhor, encontrava-se só, pois o secretário do Interior e o comandante da Força, coronel Marcondes Machado, já haviam tomado as primeiras providências para o início das hostilidades. A hora era grave, não comportava recuos.

Descobriu-se a fórmula capaz de “salvar a face” do embaixador Pedro de Toledo: sua renúncia ao cargo de interventor, para que fora nomeado por Getúlio Vargas, e as providências imediatas para que fosse aclamado governador pelo povo. Quanto à mobilização popular, para o maior relevo possível do ato, não havia qualquer dificuldade. Ibrahim Nobre, o Desmoulins da contrarrevolução, encarregou-se da tarefa.

À noite e na presença de incalculável multidão, Valdemar Ferreira fez a proclamação da sacada do antigo palácio do governo, no Pátio do Colégio: “Atendendo às aspirações do povo, do Exército e da Força Pública, o Dr. Pedro de Toledo é aclamado, neste momento, governador do estado de São Paulo.”

Iniciava-se a contrarrevolução. O coronel Euclides de Figueiredo, assumindo as funções de comandante da II Região Militar, incorporou as guarnições federais à Força Pública do estado e despachou os primeiros contingentes, ao longo dos trilhos da Central do Brasil, na direção do Rio. No dia 12 de julho, o general Klinger chegava à capital paulista, declarando ao desembarcar: “Desembainho a espada em continência à lei.”

O movimento ganhara amplitude, empolgando todo o estado. E não arrebatou somente a São Paulo, mas também a boa parte da opinião pública do país. O próprio Getúlio Vargas, em telegrama a Flores da Cunha, datado de 14 de julho, queixava-se da resistência passiva às suas ordens: “Infelizmente, aqui os homens e as coisas movem-se com lentidão. Só depois que investi Góis no comando da expedição consegui arrancar as forças da capital.”

Contudo, não era diferente o que acontecia no interior de São Paulo. Ali também as coisas não corriam como era de esperar. Após a chegada de Klinger, Euclides de Figueiredo passou-lhe o comando da II Região Militar e seguiu para a linha de frente, estabelecendo seu QG em Lorena. O bravo militar passou a lutar com extraordinária impetuosidade. Seu intuito era avançar no rumo do Rio. Viu-se tolhido de súbito, em sua ação, enquanto o chamado Supremo Comando confabulava na retaguarda à espera das hipotéticas adesões de Minas e do Rio Grande do Sul. Benjamim Vargas, irmão de Getúlio, iria declarar mais tarde: “Se Euclides de Figueiredo houvesse prosseguido rumo ao Rio, seria recebido com flores pelos cariocas.”

Muitos atribuem às divergências entre os líderes a derrota de São Paulo. Mas as opiniões até hoje variam. Cassiano Ricardo, secretário do governador Pedro de Toledo, deu esta explicação: “Deviam aderir aos paulistas outros estados, como o Rio Grande, Mato Grosso e Minas, mas só cumpriu o prometido Mato Grosso, com as tropas de Klinger, que, por erro tático, pediu que o esperassem as de Euclides de Figueiredo, já a caminho do Rio, à entrada do Túnel.”

Este, segundo Cassiano Ricardo, fora o erro militar. Mas houve, também, o erro político, que o mesmo Cassiano assinalou: “Ter-se repellido uma Constituição provisória, que não podia ser senão provisória”, para

se aceitar, mais tarde, a capitulação – “o pacto em separado da milícia do estado com a ditadura.”

Houve, de fato, uma tentativa de pacificação, promovida por Flores da Cunha, com o assentimento de Getúlio Vargas. Tratava-se da denominada “Missão Maurício Cardoso”. Se São Paulo depusesse as armas, o governo revolucionário promoveria a adoção de uma Constituição provisória até que o assunto fosse resolvido, em caráter definitivo, por uma assembleia constituinte.

Os radicais do governo paulista repeliram, com desprezo, a proposta. Euclides de Figueiredo, o primeiro comandante das forças constitucionistas e o último a aceitar a derrota, viu, com simpatia, aquela abertura do governo federal: “Seria uma solução intermediária: meia vitória. Erro era prosseguir na luta armada, quando por todos os lados o adversário dava mostras de sua superioridade numérica e de recursos crescentes.”

Rejeitava-se um cessar-fogo honroso, para se assinar depois uma capitulação, e a iniciativa desta atitude coube ao comandante da Polícia paulista, o coronel Herculano de Carvalho, e ao general Klinger. Euclides de Figueiredo, ao saber do que se tramava na retaguarda, seguiu para São Paulo, tentando evitar o que já era, entretanto, inevitável, pois o coronel Herculano havia assinado o armistício.

Inconformado, Euclides de Figueiredo voltou para o seu QG, em Aparecida, decidido a prosseguir na luta. Mas as tropas sob o seu comando começaram a abandonar as trincheiras, dirigindo-se para a retaguarda.

Era a capitulação em massa. A rendição incondicional. São Paulo estava vencido. A derrota militar fora provocada pela derrota política. No dia 2 de outubro, Pedro de Toledo lançou um manifesto, explicando as razões da cessação da “vida do governo constitucionalista, aclamado pelos paulistas, pelo Exército e pela Força Pública e, hoje, por esta deposição”. O coronel Herculano de Carvalho assumira o governo do estado, transformando-se no sucessor do embaixador Pedro de Toledo.

Assim terminou a Revolução de 32.

Dominada a rebelião, em consequência da capitulação de 1º de outubro, chegou a hora do ajuste de contas. Os outubristas eram pela



radicalização política. Preconizavam punições severas para os que haviam ousado contestar a autoridade do governo. E, nesse sentido, pressionavam as lideranças militares.

Getúlio Vargas, porém, pensava de maneira diferente. Dois anos haviam sido consumidos no acirramento de ódios e na articulação de perseguições, sem benefício algum para o país. O levante de São Paulo fora, no fundo, uma advertência.

Grandes forças políticas haviam-se entrosado, com a finalidade de dar apoio ao movimento. Em Minas, erguera-se Artur Bernardes. E no Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros. Eram dois líderes autênticos. Duas vozes que haviam sido decisivas, ao se organizar a reação contra o esbulho de Vargas em 1930. No Rio, igualmente, a opinião pública mostrava-se simpática à causa da reconstitucionalização do país.

Mas a tragédia de São Paulo, após a deposição das armas, exigia mais do que simples punição. Impunha compreensão. Benignidade. E, sobretudo, visão de estadista. Não seria possível reconstruir a nação sobre a desgraça da mais rica e evoluída unidade da Federação. O que os paulistas queriam? A legalidade organizada. Um sistema democrático em funcionamento. Enfim, um estado de direito.

E foi o que Getúlio Vargas fez. Pressionado, ou não, soube ouvir, no momento exato, o clamor da opinião pública. Providenciada a limpeza da área conflagrada e retomado o poder em São Paulo, estendeu a mão aos vencidos. Agiu com a benignidade dos fortes, num expressivo gesto de pacificação. Procurando socorrer a economia paulista, que se encontrava à beira do colapso, ordenou ao Banco do Brasil que encampasse a dívida referente aos bônus de guerra, emitidos para financiar o levante. Em seguida, rematando a política de desarmamento dos espíritos, anunciou, para breve, a realização de eleições, tendo em vista a elaboração de uma nova Constituição.

Naquele momento, o Brasil encontrava-se numa encruzilhada. Getúlio Vargas, porém, sabia o que queria. Sentira que o país exigia a extinção dos poderes discricionários, e não iria contrariá-lo. Assim, como diria mais tarde o historiador Pedro Calmon, “o malogro da rebelião ajudara o Brasil a prosseguir”.

De fato, a ordem foi restabelecida. Não se verificou qualquer triplúdio sobre os vencidos. Socorreu-se a população sacrificada. Preservaram-se os ideais que haviam dado origem ao movimento. E, como resultado de tudo isso, constitucionalizou-se o país.

Em Minas, entretanto, a situação não se modificara. Se o desfecho da cruzada constitucionalista fortalecera Getúlio Vargas politicamente, não deixara também de consolidar a situação de Olegário Maciel, já que a atuação da Polícia Militar do estado havia sido decisiva para a vitória das denominadas forças legalistas. Com efeito, desde a vitória da Revolução de 30, Minas passara a ser uma ilha no mar revolto das pretensões revolucionárias. São Paulo, a mais rica unidade da Federação, havia sido transformado numa praça ocupada. Os demais estados, inclusive o Rio Grande do Sul, estavam submetidos, desde muito, à tutela dos poderes discricionários que Getúlio Vargas enfeixava nas mãos. Minas, porém, permanecia como uma terra estranha, na qual a Revolução ainda não penetrara.

Olegário Maciel não só conservava o título de presidente – já que os governadores dos demais estados eram interventores –, mas, igualmente, preservara a soberania estadual, repelindo todas as tentativas de interferência federal nos assuntos internos mineiros. Esta situação de independência, como era de se esperar, chocava-se com os planos políticos de Getúlio Vargas, orientados no sentido de um mando prolongado. Todas as tentativas até então levadas a efeito para afastar Olegário Maciel haviam fracassado. Houve o chamado *putsch* de 18 de agosto de 1931 e nada acontecera. Veio, depois, o “acordo da política mineira”, e Olegário permanecera incólume. Ocorreu a Revolução de São Paulo, e o presidente saíra fortalecido do conflito.

Todavia, o que não pôde ser feito pela força ou através de insidiosas manobras políticas acabou sendo realizado pelo acaso. No dia 5 de setembro de 1933, Olegário Maciel faleceu e, com o seu desaparecimento, Getúlio Vargas teve a oportunidade de desfechar um golpe de morte no liberalismo conservador mineiro, no qual, segundo pensava, situava-se o mais poderoso foco de resistência às reformas políticas e sociais que vinha planejando executar.

Na ocasião eu estava em Poços de Caldas. Havia ido ali, com uma turma de estudantes de medicina. Como Poços de Caldas era uma cidade muito agradável, levei comigo Sarah e minha irmã Naná. Gabriel Passos ali já se encontrava, em gozo de férias, em companhia de sua esposa Amélia, irmã de Sarah.

Gabriel Passos era, então, o secretário particular de Olegário Maciel e recebera, já noite alta, um telegrama de Belo Horizonte, comunicando-lhe que o presidente, cujo estado de saúde vinha se deteriorando desde algum tempo, falecera de uma síncope cardíaca.

Naquele tempo, uma viagem de Poços de Caldas a Belo Horizonte constituía verdadeira aventura. O percurso era coberto por trem, via São Paulo e Barra do Piraí, levando-se dois dias no trajeto. Gabriel tinha necessidade de estar em Belo Horizonte com urgência, e decidiu viajar de automóvel. Convidou-me para ir com ele. Preparamo-nos e, pouco depois, já estávamos a caminho, levados por um velho Chevrolet, de aluguel, através de estradas “nunca dantes percorridas”. Passamos por Machado, seguindo no rumo de Oliveira, e batemos um recorde, cobrindo o trajeto em onze horas. Em Oliveira, soubemos que Noraldino Lima, secretário da Educação, estava vindo do sul de Minas, num trem especial, a fim de assistir, também, ao enterro do chefe do governo.

Gabriel providenciou, através de um funcionário da estrada, um aviso a Noraldino, comunicando-lhe nossa presença em Oliveira e solicitando que fizesse parar o comboio, a fim de que pudéssemos embarcar. E o certo é que chegamos a Belo Horizonte ainda a tempo de assistir aos funerais. Fui ao palácio para prestar minha sincera homenagem ao presidente morto. O corpo estava exposto no salão nobre e, em torno do ataúde, desfilava o povo em silêncio. Pude contemplá-lo demoradamente, e o fiz com um misto de respeito e admiração: a fisionomia serena, flores cobriam-lhe o peito e lhe emolduravam a cabeça.

Aquela foi a segunda vez que vi o presidente Olegário.

Vaga a chefia do governo, Getúlio Vargas preparou-se para integrar Minas no contexto revolucionário. O que ele tinha em mente não era ainda a ditadura que mais tarde iria impor ao país, mas a instituição de um estado cooperativista que eliminasse, através de um sistema represen-

tativo classista, a influência dos liberais que até então haviam dominado o cenário político nacional. Neste sentido, seria de suma importância para o êxito de seus planos que se encontrasse à frente do Executivo mineiro um homem sem filiações partidárias, uma “criação sua” – como então se dizia –, obediente apenas à voz de seu criador.

À falta de um titular efetivo, Gustavo Capanema, como secretário de Segurança, assumiu interinamente a direção do estado. E teve início, então, a grande e dramática disputa pela sucessão de Olegário Maciel. Os candidatos eram numerosos, apoiados mais ou menos discretamente por todos os grandes líderes revolucionários.

Passado o tumulto da primeira hora, duas candidaturas se firmaram, cada uma dispendo do apoio de grandes forças políticas. Era a decantação da efervescência, provocada pelo entrechoque das primeiras e inconfessadas ambições. Os dois candidatos eram: Gustavo Capanema, apoiado por Flores da Cunha, e Virgílio de Melo Franco, recomendado por Osvaldo Aranha e pelos “tenentes”.

Ambos os pretendentes eram fortes. Se Capanema parecia levar alguma vantagem, por já se encontrar no exercício interino do cargo, Virgílio dispunha, por seu lado, do prestígio incontestável de Osvaldo Aranha, amigo fraternal de Getúlio Vargas, e da sem-cerimônia dos outubristas, habituados, desde 1930, a impor suas preferências.

Getúlio, como era do seu feitio, nada dizia. Deixava que o problema evoluísse naturalmente, à espera de uma oportunidade para decidir segundo suas próprias conveniências. Nesta época, Benedito Valadares, já eleito deputado pelo Partido Progressista nas eleições de 3 de maio, estivera com o chefe do governo e, durante a conversa, surgira o caso da nomeação do interventor em Minas. Getúlio lhe perguntara: “Quem o senhor acha que devo nomear, Capanema ou Virgílio?” Benedito pensou um pouco e respondeu: “Acho que o senhor deve nomear o Capanema, por ter sido secretário do presidente Olegário. O senhor precisa da bancada federal mineira, e ela é quase toda da política do finado presidente.”

Getúlio pensou um instante e acrescentou: “Pois bem, quer-me fazer um obséquio? Vá a Belo Horizonte e diga ao Capanema para continuar a governar o estado, pois estou em dificuldades para fazer sua nomeação. Quanto ao fato de estar no cargo interinamente, isto não tem a menor

importância. Juridicamente todos os interventores são interinos, já que podem ser demitidos a qualquer momento.”

Benedito seguiu, à noite, para Belo Horizonte e, ao chegar, solicitou uma audiência a Capanema. Sentiu que havia dificuldades. Do palácio, nada lhe diziam. Esclareciam que o interventor já estava ciente do pedido e que a qualquer momento a audiência seria marcada. Ambiente de reticência, senão mesmo de ambiguidade e desconsideração. O que acontecia era que Capanema não desejava receber Benedito. Tanto ele como os demais intelectuais da política mineira tratavam-no com mal dissimulado desprezo.

Irritado, Benedito procurou Carlos Luz, secretário de Agricultura, e falou com franqueza. Havia ido a Belo Horizonte em missão de Getúlio Vargas. Se Capanema insistisse em ignorar seu pedido de audiência, regressaria, à noite, para o Rio e diria ao chefe do governo o que havia acontecido. Carlos Luz agiu com presteza e, minutos depois, telefonavam a Benedito do Palácio da Liberdade, comunicando-lhe que o interventor estava à sua espera. Quando se encontraram, Benedito transmitiu a Capanema o recado de Getúlio, e este replicou, com exaltação: “Absolutamente, não governo! Quero que o presidente faça a minha nomeação para poder organizar o meu governo como entendo que deve ser organizado. Vou nomear técnicos para as secretarias. Nas Finanças, por exemplo, colocarei Milton Campos.”

Benedito procurou convencer Capanema de que o presidente desejava nomeá-lo, mas estava encontrando algumas dificuldades que, quem sabe, poderiam ser removidas mais cedo do que se esperava. Capanema, porém, mostrou-se intransigente: “De forma alguma. Tenho meus planos de governo e preciso executá-los. Rogo dizer ao presidente que não me é possível atender ao seu apelo e que será favor abreviar a minha nomeação.”

Chegando ao Rio, Benedito esteve com Getúlio Vargas e transmitiu o recado de Capanema. O presidente ouviu. Sorriu. E nada disse.

Eu estava a par do que vinha acontecendo, pois dispunha de fontes de informação em ambas as facções. De um lado, tinha Benedito Valadares, de quem era amigo íntimo e que tudo me contava sem qualquer

reserva; do outro, encontrava-se Gabriel Passos, representante de Capanema no Rio, e meu concunhado.

Ouvia as duas versões. Muitos julgavam que, entre Virgílio e Capanema, este último parecia mais ajustado à realidade mineira. Fora colaborador de Olegário Maciel e exercera, com eficiência, o cargo de secretário do Interior num dos períodos mais difíceis daquela secretaria, durante a Revolução de São Paulo.

Entretanto, a disputa prosseguia. Virgílio, morando no Rio e havendo sido eleito líder da bancada, encontrava-se numa posição estratégica privilegiada para promover sua própria causa. Capanema, percebendo a desvantagem em que se encontrava por residir em Belo Horizonte, transferiu-se para o Rio, tomando aposentos no Hotel Glória. Logo no dia seguinte ao da sua chegada à Guanabara, Antônio Carlos, talvez por ele próprio influenciado, tomou a deliberação de fazer um apelo, por escrito, a Getúlio Vargas, solicitando a efetivação do interventor interino. Além da assinatura de Antônio Carlos, esse apelo fora subscrito por quase todos os deputados da bancada mineira, com exclusão, naturalmente, de Virgílio de Melo Franco.

Nessa mesma noite, ao chegar em casa, muito tarde, Benedito Valadares foi surpreendido por uma notícia que lhe dera sua esposa, D. Odete. Desde as 7 horas, estavam telefonando do Palácio Guanabara: o presidente desejava falar-lhe com urgência.

Benedito sentiu-se atordoado. Que teria havido? Seria por causa daquela carta, que ele e os demais deputados haviam assinado, à tarde, pedindo a nomeação de Capanema? Ou – quem sabe? – teria sido vítima de alguma intriga que houvesse irritado o chefe do governo?

Curioso, mas assaltado por preocupações de todo gênero, Benedito decidiu apurar, desde logo, o que se passava. Tomou um carro e seguiu para o Guanabara. Ao se anunciar na recepção, um dos ajudantes de ordem recebeu-o imediatamente. Disse-lhe que o presidente havia esperado por ele até um pouco antes, mas que, estando cansado, fora deitar-se. Deixara, contudo, um recado: que ele, Benedito, o procurasse no dia seguinte, às 15 horas.

O encontro do dia seguinte foi típico da maneira de agir de Getúlio Vargas. Quando Benedito entrou na sala, o presidente disse-lhe sem

qualquer rodeio: “Deputado Valadares, tenho gostado de conversar com o senhor sobre política. Hoje, vou lhe dizer uma coisa, em caráter reservado. Não posso nomear o Capanema nem o Virgílio para o cargo de interventor em Minas. Se nomeio o Capanema, descontento o Osvaldo, e o Afrânio pode se exonerar do Ministério; se nomeio o Virgílio, desagrado o Flores. Assim, resolvi nomear outro interventor e desejava que o senhor me desse algumas informações sobre alguns políticos mineiros, de modo a facilitar minha tarefa.”

Passaram em revista, então, os constituintes a começar por Antônio Carlos, presidente da Câmara, examinando os deputados, um por um, e avaliando suas qualidades e fraquezas. Ao terminar, Getúlio Vargas acrescentou: “Muito bem, seu Valadares. Agora, só falta um, e sobre este ninguém melhor para falar do que o senhor mesmo.”

Surpreso, Benedito perguntou ao presidente de quem ele estava falando. Getúlio respondeu, com bom humor: “O que falta é o senhor mesmo, deputado. Desejo saber sua opinião sobre o deputado Valadares.” Benedito encabulou. Esperava tudo, menos aquela pergunta. Ajeitou-se na cadeira e explicou: “A meu respeito, presidente, pouco posso falar. Sou um principiante em política. Fui prefeito do meu município e, agora, sou deputado por Minas. Quanto à filiação partidária, era olegarista, mas, com a morte do ex-presidente, sou órfão político. Estou em busca de um pai adotivo.”

Getúlio deu uma gargalhada.

Despediram-se em seguida. O que faltava em Capanema, com a sua brilhante inteligência e toda a sua cultura, sobrava em Benedito Valadares. O tato. A malícia. A capacidade de envolvimento. Enfim, a habilidade política. Sua afirmação de que estava em busca de um pai adotivo acertou em cheio no alvo. Era justamente uma pessoa naquelas condições que Getúlio estava procurando. A partir daquele momento, Benedito Valadares deixou de ser um órfão político.

.....  
*Na Casa Civil da interventoria*

**N**ÃO ESCAPOU A VALADARES o significado da gargalhada de Getúlio Vargas. Sentira que ela fora expressiva. Que refletira um pensamento oculto, que poderia ser-lhe favorável. E a mosca azul passou a zumbir-lhe no ouvido, impedindo-lhe que dormisse. Nos dias que se seguiram, foi preso de constante agitação. Contudo, não lhe era permitido revelar o que lhe ia na alma. Começou, então, a procurar os amigos, a fim de se distrair. Ia ao bar do Copacabana e tomava seus uísques. Por fim, abriu-se com o concunhado, o capitão Dorneles, rogando-lhe que fosse ao palácio, em visita ao presidente, a fim de ver se apurava alguma coisa. Dorneles jantou com Getúlio, mas este nada dissera.

E a mosca azul sempre zumbindo! Certa tarde, caminhando pela Avenida Rio Branco, Benedito encontrou-se com os deputados José Maria Alkmin e João Beraldo à porta do antigo Café Belas Artes. Falaram no assunto que estava na ordem do dia: a nomeação do interventor. Benedito, não se contendo, propôs: “Alkmin, vamos fazer um acordo. Se você for nomeado interventor, far-me-á secretário; e se eu for o nomeado, dar-lhe-ei uma secretaria.” Apesar de sua vivacidade, Alkmin não captou o que se dissimulava sob aquela proposta. Sorriu, e respondeu: “Que é isto, Be-



nedito? Só faço acordo baseado num raciocínio lógico. O que você propõe não tem sentido.”

“Quer fazer o acordo, Beraldo?” – emendou Benedito. “Topo” – aquiesceu o segundo deputado. Mais tarde, já interventor, Benedito iria cumprir o “acordo”, feito à porta do Belas Artes, dando uma secretaria de estado a João Beraldo. Após a conversa de Benedito com Getúlio Vargas, o problema da interventoria evoluiu com rapidez. Numerosas pressões passaram a se fazer sentir, para que a solução do problema não fosse retardada. Três ou quatro dias depois, Getúlio chamou Antônio Carlos ao palácio e disse-lhe mais ou menos o que havia confidenciado a Benedito Valadares, isto é, que não poderia nomear nem Virgílio e nem Capanema, mas que desejava escolher o interventor entre os integrantes da bancada mineira. Resultou desse encontro que Antônio Carlos organizaria uma lista de nomes que refletissem todas as tendências ou correntes políticas do estado.

Voltando à Câmara dos Deputados, Antônio Carlos fez o que Getúlio lhe pedira. Da lista, constavam os nomes de Odilon Braga, Licurgo Leite, Pedro Aleixo, Augusto Viegas, Raul de Sá e Noraldino Lima. O velho Andrada foi, em seguida, ao palácio e submeteu a lista à consideração do chefe do governo. Este leu-a em silêncio, conservando no canto da boca o tradicional charuto. Concluída a leitura, olhou para o teto com displicência e, virando-se para Antônio Carlos, disse-lhe naquela sua maneira impessoal de revelar o que tinha em mente: “Os nomes são bons, mas infelizmente são poucos. Talvez fosse conveniente o acréscimo de alguns outros, a fim de me permitir maior liberdade de ação.”

Surpreendido, Antônio Carlos perguntou: “E que nomes Vossa Excelência sugere que devam ser acrescentados?” Getúlio rodou o charuto nos dedos, olhou outra vez para o teto e respondeu: “É difícil sugerir outros. Todos são bons. Mas... o senhor poderia acrescentar, por exemplo... esse Benedito Valadares, para maior de espada.”

Antônio Carlos ficou atônito. Poderia esperar tudo, menos aquilo. Entretanto, ele era, igualmente, um malabarista da política e deu a resposta que a situação exigia: “Perfeitamente, presidente. A sugestão também me parece excelente. Quanto maior o número de nomes, melhor. Assim, os que figurarem na lista, mesmo que não sejam escolhidos, sentir-se-ão honrados.”

Despediu-se e saiu. Ao chegar em casa, telefonou a Benedito Valadares. Este não demorou em aparecer. Ao chegar, o velho Andrada, com aquele timbre rouco de voz, que lhe era característico, disse-lhe, abrindo os braços: “Desejo ser o primeiro a abraçar o interventor em Minas.”

As relações de amizade entre Benedito Valadares e Getúlio Vargas eram recentes e haviam tido por base um motivo de natureza pessoal. Benedito solicitara ao seu concunhado, o capitão Ernesto Dorneles, que intercedesse junto a Getúlio, de quem era primo, no sentido de que lhe fosse conseguida uma colocação no Rio. A chefia política de Pará de Minas era onerosa, e o que percebia como prefeito do município mal dava para as próprias despesas.

Quando, de regresso a Pará de Minas, Benedito passou por Belo Horizonte e fez uma visita ao presidente Olegário, de quem era amigo. Nesse encontro, disse ao chefe do governo mineiro que havia estado com Getúlio e que este, atendendo a um pedido do capitão Dorneles, prometera dar-lhe um emprego no Rio. Olegário procurou dissuadi-lo da ideia: “Não aceite, Benedito. Vou incluí-lo na chapa de deputados federais para as próximas eleições.” Naquela época, uma indicação do Palácio da Liberdade significava eleição certa. Na data oportuna, Olegário cumpriu a promessa e, assim, Benedito, havendo sido incluído na chapa situacionista – na qual figuravam diversos amigos íntimos meus, como Alkmin, Pedro Aleixo, Francisco Negrão de Lima e Gabriel Passos –, foi eleito.

O pleito teve lugar no dia 3 de maio de 1933 e, por volta do fim do ano, Benedito Valadares já ocupava uma poltrona no Palácio Tiradentes. Sentia-se perfeitamente realizado. Entretanto, em dezembro, como um presente de Natal, ele recebeu, não uma diretoria de banco e nem uma nomeação para o cargo de advogado de uma das empresas que dependiam do governo – como havia pleiteado –, mas a interventoria em Minas...

Getúlio Vargas, ao escolher Benedito Valadares, pensaria estar aliciando um homem de aspirações limitadas e que se mostraria disposto a executar, sem hesitação, suas ordens. Os fatos posteriores iriam provar, contudo, que ele, apesar de toda sua experiência, não fora realista no seu julgamento. A verdade é que Benedito Valadares possuía, além da malícia política, a habilidade. Amava o poder. Mais pelo gosto da política do que

pelo prazer de realizar uma obra administrativa. No dia da sua posse, quando o público já se havia retirado, ele se deixou cair numa poltrona no salão nobre do Palácio da Liberdade e respirou, aliviado. Em seguida, olhou longamente o teto apainelado do salão. Examinou as portas de madeira lavrada e envernizada. Percorreu, com o olhar, os quadros pendurados nas paredes. Observou o fofo tapete oriental, que se estendia ao longo do assoalho. E desabafou, por fim, dirigindo-se a Mário Matos, que se encontrava ao lado: “Daqui não sairei mais.”

Era o poder que o empolgava. Sentia-se dono do estado. Nunca sonhara com aquele posto e, obtendo-o como um presente, tudo iria fazer para conservá-lo.

Assim, através de concessões, sem maior repercussão na vida do estado, Benedito iria conseguir preservar a soberania mineira e isolar Minas, pelo período de doze anos, das crises políticas que, de tempos em tempos, avassalavam outras unidades da Federação. E, ainda mais: gozando da inteira confiança de Getúlio Vargas, pôde exercer, no cenário nacional, uma liderança política mais firme e mais prolongada do que a desempenhada, até então, por qualquer dos grandes homens públicos de Minas.

Quando a notícia da nomeação de Benedito Valadares chegou a Belo Horizonte, nós – seus amigos mais íntimos – decidimos prestar-lhe uma homenagem. Seria uma manifestação à parte. Pessoal. Sem qualquer vínculo com a programação oficial que teria lugar por ocasião do seu desembarque. Iríamos até a estação do Barreiro, a última da Central do Brasil antes da capital mineira, e faríamos aquele pequeno percurso em sua companhia.

Quando entramos no trem especial, vimos a balbúrdia que ali reinava. Os oportunistas – infalíveis em situações como aquela – haviam estabelecido uma verdadeira muralha em torno do novo interventor. Foi com dificuldade que nos aproximamos, para abraçá-lo. O próprio Benedito, percebendo nossa situação de embaraço, teve de abrir caminho e vir ao nosso encontro. Quando o cumprimentei, por fim, ele me disse ao ouvido: “Preciso muito falar-lhe, Juscelino. Procure-me, amanhã, no palácio.” Não o procurei, porém. Tomei a frase como uma simples gentileza.

No dia seguinte, almoçava com minha mãe quando me chamaram do Palácio da Liberdade. Dirigi-me para lá. Benedito estava visivelmente feliz. Falou-me da dificuldade em que se encontrava para organizar, de imediato, o seu governo. A nomeação chegara-lhe de imprevisito, e não dispunha da indispensável equipe de auxiliares. Havia conversado com Antônio Carlos e telegrafara a Venceslau Brás, solicitando que lhe indicassem nomes para o secretariado. Mas existiam alguns cargos que ele próprio teria de preencher. E soltou a bomba, que me deixou perplexo: “Você, por exemplo, será o chefe da minha Casa Civil.”

Quando, a caminho do palácio, eu havia conjecturado sobre o que Benedito desejava falar-me, calculei que ele iria solicitar minha colaboração, em face da amizade que nos ligava, e não me negaria a prestá-la, desde que pudesse conciliá-la com as exigências da minha clínica. Entretanto, a chefia da Casa Civil era justamente um dos poucos cargos que, efetivamente, não poderia exercer. Tratava-se de uma função que exigia tempo integral, dedicação exclusiva, o que se chocava com a minha atividade profissional. Colaboraria com ele em qualquer outro setor, inclusive fazendo certo sacrifício, mas não como chefe da Casa Civil. Além do ônus, inerente à própria função, existiam as frequentes viagens e os entendimentos políticos que se prolongavam, às vezes, pela noite adentro, já que na época – em face da centralização característica da situação de anormalidade que o país atravessava – quase todos os assuntos eram tratados no Rio.

Meus argumentos não tiveram força para fazer com que Benedito compreendesse minha posição. Aliás, ele não era homem que se rendesse a razões alheias, quando estivessem em jogo seus próprios interesses. E, no caso da minha nomeação, não deixavam de prevalecer motivos pessoais da maior relevância. Em primeiro lugar, havia o lado afetivo, já que, de fato, éramos grandes amigos. E existiam, em segundo lugar, as imposições da conveniência política. Benedito estava convencido de que ninguém, melhor do que eu, poderia estabelecer uma aproximação, em bases sólidas, do governo de Minas com os nossos antigos companheiros no Setor do Túnel, especialmente com os “tenentes”.

Assim, mesmo em face da minha relutância, Benedito não desistiu. Lançaria mão de outros processos. Colocaria a serviço da consecução daquele objetivo a pertinácia, a determinação e toda a habilidade de

que era capaz. Já, no dia seguinte, enviava à minha casa o coronel Quintiliano de Campos Valadares, seu assistente-militar, com ordem de só se retirar dali depois de haver obtido minha aquiescência. O coronel fez o que pôde. Mas acabou por se render ao peso da minha argumentação, dando por fracassada sua tarefa.

Benedito, porém, não desanimou. Dois dias mais tarde, inaugurava-se, no Hospital Militar da Força Pública do estado, um retrato do falecido presidente Olegário Maciel. Estava presente todo o alto mundo político estadual. Capanema, que havia deixado o exercício interino da chefia do Executivo, foi o orador da solenidade, pronunciando um magnífico discurso. Em seguida, falou Benedito Valadares, abordando o mesmo tema – os serviços prestados a Minas pelo presidente morto. Depois de se referir à atuação da Força Pública durante a Revolução de São Paulo, enalteceu a obra realizada pelo Hospital Militar. E, ao fazê-lo, esclareceu que, numa demonstração de apreço pelo estabelecimento, havia recrutado, entre o seu corpo médico, o chefe da sua Casa Civil. E citou o meu nome.

Em face daquele gesto, que era uma verdadeira convocação pública, já não me competia mais optar. Aceitei, pois, o cargo. Iria atender ao amigo. Mas com uma condição: ficaria no posto pelo período de um ou dois meses no máximo, até que fosse escolhido o titular efetivo. Isto queria dizer o abandono temporário da clínica, muito embora o interventor, sabendo que a profissão tinha sido a causa daquela minha longa relutância, houvesse ressaltado que eu poderia continuar operando e atendendo aos clientes no consultório do Parc Royal.

Entretanto, só os que desconhecem o poder de envolvimento da política – como, aliás, acontecia a Benedito Valadares naquela época – poderiam julgar possível aquela acumulação.

.....  
*Diamantina e a política nacional*

**U**MA GRANDE PORTA HAVIA SIDO ABERTA. E, através dela, eu tinha sido quase empurrado. O que encontrei do outro lado não deixou de me surpreender. Até então, estava habituado ao anonimato das salas cirúrgicas. Naquele ambiente, amputava membros humanos, corrigia órgãos defeituosos, salvava vidas. Entretanto, nunca um só jornalista procurou revelar o que ali era feito. E que dizer, então, dos dramas clínicos que tinham lugar nas enfermarias? Noites após noites, debruçado sobre o leito de um agonizante, à espera de um milagre que arrebatasse à morte a existência de um mendigo!

Muita gente me perguntava, avaliando os resultados daquele esforço: “Valerá a pena tanto sacrifício?” A pergunta tinha razão de ser: salvo pelo médico, era comum o doente morrer pouco depois, vítima das privações. Mas minha obrigação, enquanto o paciente estava sob os meus cuidados, era salvá-lo, e eu o tentava. No entanto, durante o tempo em que estive no Setor do Túnel, nem durante os anos da minha atividade como cirurgião no Hospital Militar, a luta incessante contra a morte não havia suscitado qualquer interesse ou curiosidade alheia.

Senti, de repente, ao ingressar na vida política, uma profunda modificação. O que fazia e o que deixava de fazer alcançavam ressonância. Deveria eu transformar-me, igualmente, para me adaptar àquele universo?

No remoto ano de 1933 tudo ainda era um tênue começo. O horizonte estava ainda muito baixo e as perspectivas bem reduzidas. O cargo que eu ocupava era de natureza política, sem que a política me atraísse. Aos poucos observei que minhas atribuições se ampliavam, abrangendo funções que oscilavam entre as de secretário particular e chefe de gabinete até às de secretário sem pasta do governo.

E à medida que me deixava absorver pelos assuntos submetidos à minha atenção via diluírem-se, dentro de mim, os antigos valores que me absorveram: a medicina, o trabalho no Hospital Militar, os doentes na Santa Casa, a atividade no consultório. Era um universo – minúsculo, sem dúvida, mas construído com as próprias mãos – que começava a se esboroar. Mesmo a tese que, secretamente, e com tanto carinho, estava elaborando para concorrer a uma cátedra na faculdade, acabou deixada numa gaveta, e dali não saíria mais.

O esforço que tive de fazer para corresponder à confiança de Benedito Valadares tornou-se, portanto, enorme. Mas o certo é que o trabalho me agradava. Era um campo novo que passava a explorar e, com minha insaciável curiosidade, logo descobri filões que me pareceram fascinantes.

Benedito não adotava qualquer horário de trabalho, o que, aliás, estava de acordo com o meu estilo. Às vezes eu almoçava às 4 horas da tarde, ou jantava à meia-noite. E era comum que, estando já deitado, ou dormindo, o telefone tocasse, transmitindo-me o aviso de que o interventor me chamava.

Com frequência, sem qualquer conhecimento prévio de minha parte, deixávamos o palácio e seguíamos para o Rio. Não havia ainda o avião e a viagem era feita de automóvel pela Rio-Belo Horizonte, estrada quase intransitável. Muito mais tarde iria caber a mim, como presidente da República, retificá-la e pavimentá-la. A viagem consumia 12 horas, realizando-se através de uma nuvem de poeira, na seca, e num verdadeiro mar de lama, durante as chuvas. Dormia-se em Juiz de Fora ou em Petrópolis, conforme o rendimento da marcha. Ao chegar-se ao Rio, o corpo estava moído pelos solavancos do percurso.

Numa dessas viagens conheci Getúlio Vargas pessoalmente. Logo após a vitória da Revolução de 30, ele havia estado, em visita oficial,

a Belo Horizonte. Eu o vira, nessa oportunidade, mas a distância, perdido no mar dos manifestantes, que haviam ocorrido à Praça da Liberdade para saudá-lo.

No verão de 1934 ele se encontrava no Palácio Rio Negro, em Petrópolis. Benedito Valadares decidiu visitá-lo e me levou em sua companhia. Ao chegarmos à cidade serrana, telefonou para o Rio Negro, solicitando uma audiência. Nessa época, Benedito não tinha ainda qualquer intimidade com o presidente, pois só o vira pouquíssimas vezes. Por isto, mostrava-se apreensivo quanto à maneira como seria recebido. Após o telefonema, a resposta não se fez esperar. Getúlio – que nunca falava ao telefone – mandou avisar que o esperaria para o jantar. Benedito transformou-se. Estava eufórico. Sentiu-se prestigiado. À noite, quando saiu para o Rio Negro, recomendou-nos – a mim e a Mário Matos, que era o diretor da Imprensa Oficial de Minas e se achava em nossa companhia – que fôssemos ao palácio mais ou menos às 9 horas. Assim fizemos. Ao chegar, fomos levados ao salão nobre.

Embora atencioso e simpático, Getúlio não se abria à primeira vista. Era polido, mas distante. Este comportamento só se alterava em relação a duas únicas pessoas, Osvaldo Aranha e João Neves da Fontoura – que o tratavam por tu, à feição gaúcha. Quando atingi àquela altura em que o vira, recordava-me, com frequência, da timidez e constrangimento com que me aproximei, pela primeira vez, de um presidente da República. Para poupar aos outros a mesma incômoda situação em que me encontrara, eu me esforçava por deixar, à vontade, logo no primeiro contato, todos os que então me procuravam.

Durante todo o tempo em que Mário Matos e eu nos defrontamos com Getúlio, ele não demorou a olhar sobre nós. Olhava para o teto, soltando, com lentidão, baforadas do seu charuto. Mário Matos, dotado de admirável *sense of humour*, encarregou-se de emprestar vivacidade à palestra. Falamos da Revolução de São Paulo e, pouco depois, Benedito, aproveitando a oportunidade, contou ao presidente o trabalho que eu havia realizado no Setor do Túnel.

À medida em que a noite avançava, Getúlio, perdendo a frieza inicial, tornou-se alegre, comunicativo. Conversamos longamente sobre a Revolução de 30 e, em dado momento, ele contou um episódio que,



embora sem relevância, nunca pude esquecer. Seu quartel-general estava localizado em Ponta Grossa, no Paraná. Ele havia deixado o Rio Grande do Sul, à frente das forças revolucionárias, e avançava na direção do Rio. Em Ponta Grossa, detivera-se, a fim de preparar a ofensiva que lançaria contra as tropas federais, já que se esperava uma forte resistência em São Paulo. Ali, encontrava-se num baile, que a sociedade local lhe oferecera, quando recebeu a notícia da inesperada deposição de Washington Luís. E concluiu: – “Interrompi a valsa que estava dançando. Essa foi a última vez que dancei. De agora em diante, já não poderia frequentar reuniões desse gênero.”

Lembrei-me muito dessas palavras mais tarde. Como presidente, também só dancei uma vez. Foi na ocasião da recepção que a princesa Marina da Grécia, então duquesa de Kent, me ofereceu na embaixada da Grã-Bretanha. Assim como aconteceu com Getúlio, eu, igualmente, tive de renunciar ao prazer da dança – pela qual sempre manifestei grande interesse desde meus tempos de jovem em Diamantina – a fim de preservar a dignidade do cargo de chefe da nação.

Passava da meia-noite quando deixamos o Rio Negro. Este encontro constituiu o início de uma amizade que iria prolongar-se até o dia do seu suicídio.

O rápido período em que trabalhei na chefia da Casa Civil de Benedito Valadares representou, na realidade, uma tomada de posição, no que dizia respeito ao meu futuro. Até então, não havia resolvido abandonar a clínica. Todas as manhãs ia ao Hospital Militar, pois não queria deixar de operar um dia sequer. O cirurgião é como o pianista: a prática diária é indispensável, a menos que se conforme em perder em destreza. Encontrava-me numa situação transitória – sobre isto não tinha qualquer dúvida sobre a natureza política do cargo que ocupava. Tudo era questão de tempo. Mais dia, menos dia, e todo aquele alvoroço palaciano se extinguiria. E o que iria fazer então? Daí a razão por que conservava meu consultório no edifício do Parc Royal e insistia em manter-me atualizado com a melhor técnica cirúrgica. Esforço vão. Em Diamantina – a minha velha e amada Diamantina – contudo o destino já começara a tecer, com seus dedos invisíveis, a teia na qual em breve iria me enredar.

Tudo começou como por acaso. O senador Olímpio Mourão, após 40 anos ininterruptos de chefia política do município, perdeu o mandato com a Revolução de 30, e, pouco depois, falecia, roído pelos desgostos e pelas desilusões que a política lhe proporcionara. Assim, ficara acéfala a situação municipal. Os vários subchefes locais, forçados a entendimentos maiores com a administração estadual – já que esta era a propiciadora das nomeações e das obras de melhoria das condições municipais –, sentiram-se desarvorados. Tinham necessidade de alguém, de um elemento aglutinador que desse expressão e ímpeto às suas pretensões. Encontrando-me junto do interventor, nada mais natural que os seus olhos se voltassem para mim.

No princípio, eram os amigos de infância ou pessoas ligadas à minha família. Depois, surgiram os que pleiteavam melhoramentos para a cidade. Apareceram, mais tarde, os subchefes distritais, que solicitavam nomeações de professoras, e de fiscais do estado e, em alguns casos, minha interferência junto às autoridades federais para a construção de estradas ou para a criação de coletorias. E, por fim, a própria prefeitura acabara por apelar para os meus sentimentos de diamantinense, no sentido de que facilitasse uma operação bancária ou obtivesse a liberação de uma verba para a realização de obras reclamadas pela população.

A todos atendia, com presteza e a maior boa vontade. Fazia-o, porém, sem qualquer interesse político, levado apenas pela velha ternura que me ligava à cidade. Entretanto, essa preocupação de ajudar Diamantina acabou por me envolver, tornando-me uma espécie de cônsul, de procurador, ou melhor, de advogado das causas do município.

Desde a morte do meu avô paterno que eu não havia voltado a Diamantina. O que sabia da cidade era-me contado por amigos que iam a Belo Horizonte. E essas informações eram alarmantes e inquietadoras. Ruas esburacadas. Falta de escolas e de ginásios. Estradas que não passavam de trilhos, abertos pelos cascos das mulas. Casas em ruínas. Enfim, pobreza e desolação por toda parte. Lembro-me de uma expressão do meu primo João Kubitschek, após uma visita de alguns dias ao velho burgo, que muito me preocupou: “Diamantina está apodrecendo, Juscelino.” A advertência fez com que redobrasse meus esforços, no sentido de tentar salvar a cidade.

Desde a Revolução de 30, a administração local estava entregue a interventores, nomeados através de interferências políticas. Esses inter-

ventores exerciam suas funções como se ocupassem uma sinecura. Sabendo que poderiam ser demitidos a qualquer momento, limitavam-se a assinar o expediente, desinteressados de qualquer plano administrativo. O pouco – ou o quase nada – que se fazia em Diamantina, naquele período, era resultado de esforços pessoais, realizados em Belo Horizonte, com minha ajuda junto aos secretários do governo.

Foi nessa época que construí a minha primeira obra pública. Tratava-se de uma ponte sobre o ribeirão do Inferno, que permitiu a ligação da cidade de Rio Vermelho, fonte fornecedora de gêneros de toda espécie a Diamantina, mercado exclusivamente consumidor. Tudo teve início da maneira mais simples possível. Lendo os jornais da manhã, vi um telegrama que chamou minha atenção. Era de Diamantina, e anunciava que a cidade estava ilhada, em face das chuvas, sucessivas e torrenciais, que haviam interrompido o tráfego em todas as estradas. Um quadro de tragédia desenhou-se imediatamente no meu espírito. Conhecia bem o que se ocultava sob a linguagem seca daquele telegrama. Era um flagelo periódico que remontava aos tempos distantes da minha infância.

No município não existiam pontes. Nos períodos normais, a ligação da cidade com os distritos e com os municípios vizinhos era feita através de tropas. Os tropeiros tangiam seus burros ao longo dos trilhos abertos nas montanhas, levando e trazendo as mercadorias de que os diamantinenses tinham necessidade. Quando encontravam um rio, a travessia era feita a vau, com os animais cruzando o leito em linha diagonal, para evitar o empuxo da corrente. Entretanto, tudo mudava durante a estação das águas. Os rios cresciam e transbordavam, inundando as terras vizinhas. De simples córregos ou ribeirões que eram antes dos aguaceiros, transformavam-se, de súbito, em torrentes ameaçadoras. Ante as enchentes, as tropas ficavam retidas, dias seguidos, nas margens alagadas, à espera de que baixasse a água e o leito desse passagem de novo. Nessas ocasiões, Diamantina via-se privada de tudo. Como o município era de mineração, as roças que ali existiam eram poucas e destinadas apenas às necessidades dos que as plantavam. O comércio urbano entrava em crise. Faltavam gêneros alimentícios. As cozinhas se ressentiam de artigos essenciais. E a população sofria, com as refeições reduzidas e as despensas vazias.

Ao ler o telegrama, procurei Israel Pinheiro, que era o secretário de Viação, e estudamos uma maneira de obter uma verba extra para Diamantina. Resolveu-se o problema com facilidade, pois o próprio interventor estava interessado no assunto. Destacada a verba, instruí a prefeitura a abrir uma concorrência imediata. E, temendo que o prefeito pudesse ser influenciado pela estreiteza das próprias aspirações da administração municipal, redigi, eu próprio, as instruções que acompanhariam o edital. Assim, a ponte sobre o ribeirão do Inferno pôde ser inaugurada em tempo recorde. Era uma obra de concreto armado, com pontões reforçados por vergalhões de ferro, e feita para durar. Desse modo, Diamantina ficou ligada às zonas produtoras e as tropas, que se encarregavam do abastecimento da cidade, já não teriam que se postar às margens dos rios, à espera de que as enchentes declinassem.

Esta obra pública constituiu, na minha vida de homem público, o primeiro passo da escalada de realizações que, partindo de Diamantina em 1933, iria espalhar-se pelo estado inteiro e, mais tarde, cobrir o país de ponta a ponta. Tratava-se de uma ponte modesta sobre um ribeirão. Entretanto, como nos ensina a sentença de Confúcio, “a jornada de mil milhas começa por um passo”.

.....

*Primeiros passos na política*

**E**RA UMA PONTE APENAS. E uma ponte com uma finalidade específica: a ligação de Diamantina com Rio Vermelho. Entretanto, apesar de sua limitada importância, ela iria ter consequências, na época, imprevisíveis.

Benedito achou graça no meu interesse pela obra. Informou-se de tudo e, quando a construção estava em andamento, disse-me à guisa de advertência: “Se você não assumir a chefia política de Diamantina, sua cidade vai desaparecer.” Era um apelo para que eu entrasse na política. Valeria a pena? O que estava em jogo era o futuro da minha terra. Quando deixei Diamantina, ainda era menino. Se aceitasse a sugestão de Valadares, teria de voltar para disputar, nas urnas, a chefia política do município. Seria a longa viagem de volta do filho pródigo. Deixaria de contemplar outros céus, de extasiar-me em face de novos horizontes, para rever a paisagem que emoldurara a minha infância.

Dali havia partido com a intenção de construir minha vida numa grande cidade. Lutara, vencera resistências, mas estabelecera, por fim, a base, na qual me abasteceria de ânimo e coragem para a grande travessia. De repente, sentia que todos aqueles planos estavam ameaçados de se tornar sem efeito.

Benedito, contudo, insistia no apelo. Para atendê-lo, teria de me preparar com a devida antecedência. Não se conquista uma cidade, da qual

se foi tanguido pela pobreza, apenas com boas intenções. Deveria retribuir o pouco que ela me dera com o que já estivesse em condições de lhe oferecer. Decidi, pois, preparar-me para o retorno. Vivendo no palácio do governo e desfrutando da intimidade dos líderes estaduais, havia aprendido uma lição que nunca mais deveria esquecer: para se fazer política, é indispensável tornar-se conhecido.

Mais tarde, iria ter a confirmação desta verdade. Foi quando assisti ao que aconteceu a Cristiano Machado em 1950. Ao ser indicado candidato à Presidência da República, inúmeros colegas seus, na Câmara dos Deputados, logo se apressaram em procurar conhecê-lo. É que Cristiano sempre fora um homem de bastidores – hábil articulador político, mas sempre agindo na sombra. Quando comparecia às sessões da Câmara, deixava-se ficar pelos cantos, em intermináveis conversas ao pé do ouvido. Limitava, assim, sua própria atividade parlamentar em benefício de composições políticas que, embora importantes, nunca chegavam ao conhecimento do público. O resultado dessa atitude foi o que se viu. Tão esmagadora fora sua derrota que até um neologismo se criou, para definir a indiferença do eleitorado em relação à sua candidatura: “cristianização”.

Ao decidir fazer-me conhecido, dei início aos meus contatos pela cúpula política. Em seguida, procurei alargá-los, no sentido de me promover em direção às bases eleitorais, isto é, o povo.

Benedito Valadares era impaciente e não tinha temperamento para suportar as sucessivas audiências com os chefes municipais. Solicitava-me, então, que os atendesse. Nessas entrevistas, que não deixavam de ser exaustivas, consegui, aos poucos, penetrar os segredos das competições de campanário. No decorrer de alguns meses, já conhecia todas as situações municipais do estado e poderia, sem revelar qualquer hesitação, propor alternativas realísticas, tendo em vista uma pacificação regional.

Nessa ocasião, a grande figura da política mineira era Antônio Carlos. Pairava muito acima das demais lideranças estaduais, refletindo a imagem de um autêntico estadista, dono de luz própria e com projeção para pleitear os mais elevados cargos da República. Magro, elegante, orador primoroso, era uma personalidade que seduzia e empolgava. A alta linhagem, que remontava ao Patriarca da Independência, e a elevação de suas atividades faziam dele um émulo dos grandes políticos britânicos.

Via-o como um Anthony Eden, de cabelos brancos e lábios descorados, que se houvesse transportado à verdadeira selva que era a política brasileira daquele tempo. Aproximei-me do ilustre Andrada e procurei conhecer sua técnica política. Simultaneamente, fiz relações com todos os integrantes da vanguarda intelectual de Minas, a fim de me familiarizar com as teses que defendiam. Capanema era um dos líderes da nova geração mineira. Outro era Mário Casassanta. Ambos, porém, influenciados por Francisco Campos, pretendiam englobar os problemas políticos numa síntese educacional. Acreditavam que, dando-se educação ao povo, automaticamente estariam resolvidos todos os demais problemas do país.

Lembro-me de um incidente, ocorrido entre Capanema e Benedito Valadares, logo nos primeiros dias da interventoria. Foi por ocasião da inauguração do retrato de Olegário Maciel no salão nobre do Hospital Militar. Terminada a cerimônia, seguimos para o palácio – Benedito, Capanema e eu – no mesmo carro. Capanema, virando-se para Benedito, disse-lhe, à guisa de advertência: “Governo é obra de cultura, meu caro. O que você precisa fazer agora é estudar, cercar-se de intelectuais, nunca deixar de ouvir os que varam as noites, debruçados sobre os livros. Só assim poderá corresponder à prova de confiança que lhe deu o presidente da República.”

Benedito irritou-se e respondeu, com a voz alterada. “Não penso da mesma maneira, Capanema. Governo é ação. É dinamismo. Quanto a livros, tenho lá em casa uns três ou quatro e, mesmo estes, vou jogá-los fora.”

Obra de cultura. Obra de ação. Dois caminhos distintos que poderiam encontrar um denominador comum numa terceira solução: desenvolvimento. Esta era a minha ideia – ainda vaga, difusa, indeterminada –, mas tendo por base uma realidade: o atraso que se observava por toda parte no Brasil.

Naquele tempo, a palavra “desenvolvimento” não era de uso corrente. A denominação mais empregada era prosaica: progresso. Era nele que acreditava, com os pés no chão e os olhos nas estrelas. Realidade e sonho. E essa atitude, quando decidi ingressar na atividade política, não me foi imposta de chofre. Surgiu, naturalmente, como a sedimentação de uma confusa situação pessoal, à qual não era estranha a predominância de uma espécie de sentimento de frustração.

Durante a infância, Diamantina afigurava-se-me o ideal, quanto à ideia do que deveria ser uma cidade do interior. Presente e passado. O século XIX intacto, mas vivido por uma geração do século XX. Igrejas monumentais, palácios barrocos, muros de pedra, que lembravam a abundância dos braços escravos, tudo ainda ali estava intacto, como que cristalizado no tempo. E havia ainda a história, que se mostrava viva e palpitante naqueles casarões solarengos. Cada rua guardava um segredo do passado, e os túneis – herança dos tempos da mineração –, as vielas íngremes e tortuosas, os becos sombrios, os pátios empedrados, enfim, o caráter da cidade, tudo estava impregnado de uma aura de mistério que afetava os nervos e excitava a imaginação.

Com a inauguração da ferrovia em 1914, aquela presença histórica se foi transformando aos poucos sob a pressão do mercantilismo dos que buscavam coisas do passado. Desapareceram as cômodas de jacarandá, os lustres monumentais das igrejas, os móveis franceses importados. A rapina aliava-se ao interesse histórico, numa vandálica obra de dilapidação dos tesouros urbanos. E, como a população era pobre, não lhe fora possível resistir às ofertas dos caçadores de antiguidades.

Durante certo período, a cidade pareceu renascer. Tinha-se a impressão de que os tempos áureos iriam voltar. Entretanto, aquela onda de prosperidade era fictícia. Duraria apenas o tempo necessário para que se completasse o saque das mansões senhoriais.

Despojados os moradores de suas alfaiais e de seus móveis; despidas as igrejas dos seus preciosos ornamentos; vendidas as arcas, os oratórios lavrados e as luminárias de prata, Diamantina mergulharia de novo na pasmaceira que assinalara o fim da mineração.

Enquanto se processava essa obra de devastação das riquezas urbanas, eu me encontrava ausente – a princípio, como estudante; e depois, como médico em Belo Horizonte. Não assisti, pois, ao crime. Não testemunhei o saque. Em face disso, Diamantina continuou sendo, para mim, a mesma cidade lírica e envolvente que eu havia conhecido na infância.

Daí o choque que experimentei quando, ao iniciar meu trabalho no Palácio da Liberdade, recebi os primeiros pedidos, chegados de Diamantina. Refletiam, com um realismo cru, um estado de coisas que me entristecia e revoltava. As pontes de madeira, corroídas pelo tempo, haviam ruído, deixando a cidade isolada. O abastecimento, antes ativo e levado a



efeito pelos tropeiros, era frequentemente interrompido pelas enchentes dos rios. Em 1907, João Pinheiro criara o Grupo Escolar, do qual minha mãe fora a primeira professora, e designara, igualmente, as mestras que iriam lecionar nas sete escolas rurais do município. No que dizia à instrução, a cidade parara aí. Em 1934, o Grupo Escolar estava em ruína e, durante a estação das águas, chovia no interior das salas de aula.

Os quinze distritos do município ainda permaneciam isolados, sem estradas, sem correios, sem telégrafos. As comunicações eram feitas através dos “meninos de recado” e dos caixeiros-viajantes que ainda existiam, como no tempo do meu pai. E quanto à Diamantina, propriamente dita, o antigo relicário arquitetônico estava sendo desfeito com o tempo, com as tradicionais gelosias comidas pela chuva; os telhados, arrancados pelo vento; e a capistrana – tão característica da cidade e única no mundo – frequentemente desfalcada, já que muitas de suas pedras eram retiradas e aproveitadas em construções novas.

No centro urbano, o espetáculo era, igualmente, de abandono e desolação. O seminário e o colégio das irmãs, duas obras do século XIX, estavam em ruína e o mesmo acontecia à prefeitura, que havia sido uma dependência da antiga Casa do Contrato. O palacete de Chica da Silva ameaçava desmoronar, largado ao tempo sem qualquer serviço de conservação. As igrejas tradicionais – como a de Nossa Senhora do Amparo, a do Rosário, a de Nossa Senhora das Mercês, e de Bambães –, já despojadas de grande parte dos velhos tesouros, apresentavam fendas nas paredes e exigiam obras de reparação.

E ainda havia mais: a curiosa torre da igreja do Carmo também ameaçava desabar. Tratava-se de uma torre original e única no mundo, construída no fundo da igreja e não na frente, como era convencional. A razão dessa peculiaridade, ao que se dizia, era que fora erguida perto da casa de Chica da Silva e o contratador João Fernandes de Oliveira, seu amante e financiador da construção, julgara prudente colocar a torre no fundo, a fim de evitar que o bimbalar dos sinos pudesse perturbar o sossego da famosa mulata.

Outra joia de arquitetura que estava em decomposição era o Mercado Municipal, o antigo e histórico “Barracão” da época da mineração. Era ali que as tropas se reuniam, vindas de todos os municípios vizinhos, para a entrega das mercadorias e o recebimento dos respectivos pagamentos. Em certas épocas do ano, cerca de setecentos tropeiros pernoitavam sob aquele telhado, concentrados em torno de braseiros que

acendiam, não só para o cozimento das refeições, mas, igualmente, para se protegerem contra o frio que soprava da serra.

Este fora o resultado de quarenta anos de domínio político do senador Olímpio Mourão. Modesto funcionário postal, conseguiu ele eleger-se senador estadual, sem deixar de exercer cumulativamente as funções de agente executivo municipal. Tratava-se de um bom homem, afável, amigo dos seus amigos, honrado, e modelo de chefe de família. Infelizmente a política que executava, emanada do Palácio da Liberdade, era aquela, e ele a interpretava como um feudo, do qual não poderia abrir mão. Aliás pouco divergiam, quanto a estes aspectos, os outros municípios do estado.

A época era propícia para uma tomada de atitude, já que o país atravessava um período de renovação. Arejaram-se os quadros políticos e alteravam-se, simultaneamente, os processos eleitorais. As eleições de 3 de maio de 1933 haviam assinalado o início de uma nova época na nossa evolução política. Realizado num ambiente de perfeita ordem, o pleito tinha refletido, de maneira nítida, as tendências do eleitorado.

Depois de dois anos de governo provisório, com suspensão de todos os direitos constitucionais, a Revolução de São Paulo havia tido o efeito de um impacto na consciência da nacionalidade. O povo, anestesiado pela mística revolucionária, acordara de súbito. E, através das eleições, convocadas para a Assembleia Constituinte, escolhera livremente seus representantes.

Mesmo os “tenentes”, que haviam criado sérios problemas para o governo, tinham sido marginalizados. Ainda desfrutavam de algum prestígio. Faziam reuniões, onde se discutiam teses renovadoras. Mas o radicalismo de que vinham impregnados alarmava os conservadores e violentava a consciência jurídica da nação. Quando esse grupo de jovens oficiais idealistas estava no auge do poder, perguntaram, um dia, a Getúlio Vargas, o que iria fazer para se ver livre deles. Sorrindo, Getúlio respondera: “Promovo-os a capitães.”

A Constituinte de 1933 realizara seu trabalho legislativo, elaborando nova Carta Magna, que havia reestruturado o regime. Getúlio Vargas, como era de seu feitio, tinha procurado influir na orientação da comissão especial, presidida por Afrânio de Melo Franco e encarregada de redigir o anteprojeto da nova Constituição. O que pretendia fora imprimir-lhe o cunho forte, que era do seu agrado, e, de certo modo, obtivera êxito naquele trabalho de persuasão. Dispondo de uma maioria maciça no seio do Congresso – já que parte era sinceramente revolucionária e parte tudo fazia para

agradar o governo —, estava certo de que o novo regime seria moldado no figurino, então em moda na Europa, dos chamados “governos fortes”.

Entretanto, ao ser votada a Constituição, ao lastro do conservadorismo, que prevalecia no espírito de grande número de deputados, repugnara aquela tentativa de implantação de um regime totalitário, e o anteprojeto sofrera profundas e radicais alterações. Assim é que, apesar da maioria de que o governo dispunha no Congresso, não se poderia dizer que a nova Constituição — promulgada no dia 16 de julho de 1934 — refletisse, em grande extensão, o pensamento prevalecente na cúpula governamental. Na realidade, ela espelhará, em extensa parte do seu texto, as tendências liberais vividas no país, e, nessas condições, deixou de acolher muito do conteúdo, dito revolucionário, do anteprojeto.

Este havia recomendado o unicameralismo. Em vez de Senado e Câmara, uma Assembleia Nacional. Estabelecia que a eleição seria indireta, cabendo à Assembleia Nacional a missão de escolher o presidente da República. Instituíu um conselho de 35 membros, que seria a peça dominante de todo o sistema político. Preceituava a unidade do processo judiciário, e, em parte, da magistratura. E apregoava a necessidade de que fossem asseguradas amplas garantias sociais. O anteprojeto enumerava, por outro lado, os casos de “socialização” de empresas; a adjudicação aos posseiros da terra, após cinco anos de ocupação incontestada; a restrição da herança à “linha direta ou entre cônjuges”; a liberdade sindical; a expropriação do latifúndio; e instituíu o salário mínimo.

Como se vê, a orientação política, evidente no anteprojeto, só poderia alarmar a consciência conservadora das nossas elites políticas. O governo que se havia pretendido para o Brasil caracterizava-se por um unitarismo exagerado, pelo desconhecimento da garantia do direito adquirido e pela subversão da propriedade privada.

De qualquer forma, porém, a Constituição havia sido votada e promulgada, representando uma acomodação entre os desejos de Getúlio Vargas e as suspeitas dos legisladores, temerosos de experiências revolucionárias. Para se coroar a obra e aplacar a insatisfação do chefe do governo, que tivera seus poderes limitados, o Congresso o elegera, no mês seguinte, para o primeiro quadriênio presidencial. Assim, o Brasil, após um interregno de quatro anos, havia retornado mais uma vez, e a duras penas, ao regime constitucional.

.....  
*Eleição para a Câmara dos Deputados*

**A**S MUDANÇAS, OPERADAS NO CENÁRIO FEDERAL, iriam refletir-se, em breve, na política estadual. Vargas, apoiado em forte esquema militar, fora eleito, tendo-se em vista a necessidade de preservar a ordem no país. Ele personificava a Revolução de 30, e o governo constitucional, que se instalara em julho de 1934, deveria constituir, pelo menos teoricamente, uma cristalização dos ideais da Aliança Liberal.

Entretanto, para que esse objetivo pudesse ser alcançado, num plano amplo e nacional, seria necessário que o mesmo esquema, em funcionamento na cúpula do governo, fosse mantido na administração dos estados. E foi o que se fez pouco depois, de forma suave e conciliadora, através da confirmação dos antigos interventores nas recém-instituídas governadorias. Uma troca de designação apenas, e a ordem legal estava salva. Foi uma transição sem atritos e isenta de sobressaltos e, como muito bem disse um historiador, “com outra vestimenta, as mesmas figuras; e o que havia de substancial nessa cautelosa arrumação, o apoio à legalidade personificada no presidente constitucionalmente proclamado”.

Exerci as funções de chefe da Casa Civil durante todo o período da interventoria de Benedito Valadares. A amizade nascida no Setor do Túnel aprofundou-se e criou raízes no trabalho, realizado em comum, no Palácio da

Liberdade. Benedito era um homem de temperamento difícil – voluntarioso e, às vezes, áspero no tratar seus auxiliares. Sucediavam-se, pois, os incidentes seus com os secretários do governo e com altas autoridades do estado.

Quanto a mim, nossas relações sempre transcorreram num clima de perfeita harmonia. Durante esse período, apenas um fato – e não incidente – toldou, pelo espaço de algumas horas, o perfeito entendimento que sempre existiu entre nós. Tratava-se de uma questão de política municipal, e minha reação foi mais no sentido da defesa de um amigo do que de divergência com o interventor.

Certa manhã chamaram-me ao gabinete de Benedito Valadares e, quando ali cheguei, encontrei diversas pessoas discutindo com ele a situação política do município de Guanhães e, entre os presentes, tive o prazer de ver o padre José Coelho, que havia sido meu professor no seminário de Diamantina. Benedito voltou-se para mim e disse: “Juscelino, quero que você tome conhecimento do que o *seu* amigo Odilon Behrens está fazendo em Guanhães.” E frisou o *seu*, o que não deixou de me desagradar.

Há homens que nasceram para a oposição e existem aqueles que só compreendem a política quando feita sob o bafejo oficial. Odilon Behrens era um opositor nato. Sempre combatera a situação em Guanhães, muito embora fosse meu íntimo amigo e, quando ia a Belo Horizonte, passava os dias praticamente no meu gabinete, no Palácio da Liberdade.

Ouvi o que os representantes de Guanhães tinham a dizer, sem fazer o menor comentário. Após a exposição, Benedito virou-se para mim: “Será bom você avisar o Odilon que dou todo meu apoio a estes senhores aqui, e que ele nada espere do governo do estado.”

Levantei-me, visivelmente irritado, e respondi: “O Odilon é opositor nato, e o é por convicção. Nunca esperou nem desejou o seu apoio para combater a situação em Guanhães. Não irei avisá-lo sobre suas intenções. Pois é meu amigo e, em qualquer situação, ficarei com ele.”

Despedi-me do padre José Coelho, por quem tinha o maior respeito, e deixei a sala. Ao chegar ao meu gabinete, arrumei as gavetas, empacotei o que era meu e deixei o palácio. À noite, após o jantar, fui para o escritório e comecei a redigir uma carta, solicitando demissão da chefia da Casa Civil. Mal havia começado, e a campanha tiniu. Era Benedito que vinha me visitar em companhia de Mário Matos, diretor da Imprensa Oficial.

Ao chegar, foi logo dizendo: “Estamos aqui para tomar um uísque com você. O dia hoje foi pesado no palácio. E nada como um uísque para relaxar os nervos.”

Sentaram-se. Beberam uísque. Conversaram até tarde, como se nada houvesse acontecido. À saída, ao abraçar-me, disse-me, pondo um ponto final naquela rusga: “Bem, Juscelino, então até às 8, amanhã, no palácio.”

Em abril de 1934, Benedito Valadares fez-me uma comunicação importante: “Decidi incluir seu nome na chapa para deputados federais. Esta inclusão representará eleição certa. Agora, quer você queira, quer não queira, vai ser político.”

De fato, estava em face de uma imposição do destino. Durante muito tempo, havia hesitado. Rejeitara. Tergiversara. Avançara e recuara. Mas o caminho permaneceu sempre aberto, à espera dos meus passos. E eu ouvia, então, uma palavra peremptória, definitiva. E justamente da parte de quem poderia proferi-la: o interventor no estado. As eleições iam realizar-se em outubro daquele ano.

Lembrei-me das velhas perguntas que se faziam nas aulas de História Universal sobre os imponderáveis que poderiam ter alterado o curso dos acontecimentos no mundo: se o nariz de Cleópatra fosse menor; se Carlos Martel não houvesse vencido o califa em Poitiers; se Napoleão tivesse uma estatura física maior e não houvesse sido vítima de um invencível complexo de inferioridade? As alterações nesses fatos e dados teriam contribuído, certamente, para que a História fosse escrita de outra maneira. Augusto talvez houvesse se apaixonado pela rainha egípcia, como aconteceu a César e a Marco Antônio, e, então, seria outra a crônica do Império Romano. Em vez de Martel, o vencedor em Poitiers poderia ter sido o califa e, hoje, o Ocidente seria muçulmano. Napoleão poderia ter sido um homem de estatura normal e, nessas condições, provavelmente se contentaria em ser apenas um oficial provinciano e não se teria convertido no grande general que foi, procurando compensar, com o domínio da Europa, os 15 centímetros que lhe faltavam na altura.

A História nem sempre é feita pelo que aconteceu. Mas, algumas vezes, pelo que deixou de ser – por seus vazios e omissões. E, para se compreender bem a evolução humana, nada como armar estas hipóteses

reversivas, através das quais os acontecimentos ficam mais claros e as destinações se explicam por si mesmas.

Na verdade, somos instrumentos de uma conspiração de fatores. E fatores dos mais conflitantes gêneros – econômicos, raciais, políticos, pessoais e até familiares e afetivos. Todos eles agem. Fazem-se presentes, movem os acontecimentos, criam as oportunidades. Cada um de nós, sem o saber, vai-se ajustando a essa roda dentada e, através do movimento contínuo da peça, forçando, entre muitas, sua própria alternativa.

No meu caso, eu sentia que já era parte de uma engrenagem. A expressão – “quer você queira, quer não queira” – definia, com clareza, uma real situação de engajamento. Na verdade, eu já não me pertencia. Passara a integrar um sistema, um conjunto de interesses; enfim, um processo político em evolução.

O cenário político mineiro estava tranquilo. Existiam quatro partidos no estado – o PP, o PRM, a AIB e o PTM – que coexistiam, sem se guerrearem. A única agremiação realmente dissidente era o PRM, chefiado pelo ex-presidente Bernardes. Esta não abria mão dos princípios que norteavam sua ação política, consubstanciados num combate sem trégua ao oficialismo, quer o estadual, quer o federal. Os outros, além de pouco expressivos eleitoralmente, existiam como apêndices de suas respectivas matrizes partidárias, sediadas no Rio e em São Paulo.

Eu fazia parte do Partido Progressista – PP, que era chefiado por Antônio Carlos. Minha filiação partidária não havia sido uma decorrência de qualquer convicção doutrinária; fora imposta por vínculos de amizade. Aliás, nenhum daqueles partidos tinha programa autêntico ou defendia qualquer causa específica. Todos haviam nascido sob a pressão de interesses imediatistas, tendo por objetivo captar as simpatias de determinadas classes. A única exceção era a Ação Integralista Brasileira – AIB, organização totalitária, encarada com a maior reserva pelos mineiros, tradicionalmente liberais e conservadores.

O PP, fundado em fevereiro de 1933, era uma organização situacionista, surgida para polarizar a força eleitoral do estado, tendo em vista o pleito a ser realizado três meses mais tarde, ou seja, no dia 3 de maio do mesmo ano. Congregava, por isso, elementos dos mais variados matizes partidários: Venceslau Brás, Gustavo Capanema, Washington Pires, No-

raldino Lima, Pedro Aleixo, Ribeiro Junqueira, Bias Fortes, Virgílio de Melo Franco, Adélio Maciel e João Beraldo. Tratava-se de um verdadeiro “saco de gatos” político, organizado para disputar as próximas eleições sob o bafejo do Palácio da Liberdade. Antônio Carlos, como presidente, pouca assistência dava aos seus comandados. Preocupava-se com a sucessão de Getúlio Vargas, e agia em função exclusiva da realização desse objetivo.

Assim, os orientadores do partido haviam sido dois até então: Olegário Maciel, enquanto vivo, e, em seguida, Benedito Valadares, depois de nomeado interventor. Quando o partido se organizara, eu estava entregue exclusivamente à medicina e não tomei conhecimento daquela providência das lideranças estaduais. Mas, após entrar para a Casa Civil, passei a me interessar pelo que ocorria no seio do PP, já que muitos problemas do partido nos municípios, por delegação de Benedito, eram resolvidos por mim.

Em abril de 1934, quando Benedito me comunicou que iria incluir meu nome na chapa para deputados federais, Antônio Carlos, em setembro daquele ano, me indicou para as funções de diretor da secretaria do partido. Tratava-se de um cargo de grande importância estratégica para qualquer político militante, pois permitia um contato permanente e efetivo com todos os diretórios municipais.

Não era essa, porém, a situação que se configurava no meu caso. Fora designado para aquele cargo porque Benedito desejava ter uma pessoa de sua confiança na orientação da campanha e ninguém melhor, para isso, do que o chefe de sua Casa Civil. Além do mais, minha designação se dera um mês antes das eleições, o que não me iria proporcionar tempo suficiente para trabalhar, no sentido de assegurar, através de providências na cúpula, a vitória da minha candidatura.

As eleições federais coincidiam com os pleitos estaduais para as assembleias constituintes dos estados, as quais, após a instalação, elegeriam os senadores e os governadores das unidades federativas. Antônio Carlos, com os olhos fixos na Presidência da República, fora o primeiro a se movimentar. Desejava escolher para governador um elemento que, na época oportuna, lhe sustentasse a candidatura. Nesse sentido, tinha procurado Benedito e insinuara, como quem nada queria, que talvez lhe fosse mais conveniente voltar à Câmara dos Deputados. Benedito desconversou, eximindo-se a qualquer pronunciamento categórico, o que não deixava de ser



arriscado, dada a habilidade política do velho Andrada. Mas a insinuação serviu para que ele se mantivesse de sobreaviso.

Pouco depois, Benedito teve conhecimento das reuniões que se realizavam, com o mesmo objetivo, ora na residência de Antônio Carlos, ora na de Venceslau Brás, já aliciado para aquela manobra. Apesar de tudo, ele se conservava tranquilo. Tinha o apoio de Getúlio Vargas – justamente o autor da ideia de sua permanência à frente do governo mineiro. Alguns dias mais tarde, estando Benedito no Rio, Capanema foi visitá-lo no Hotel Glória. Discutiram o assunto da governadoria do estado, e Capanema saiu-se com esta: “Benedito, se fosse você, desistiria de sua candidatura ao governo de Minas. Ninguém na Comissão Executiva o quer. Eu mesmo, se o Getúlio não fizer questão, votarei no Valdomiro.”

Benedito ouviu tudo, calado, e respondeu apenas: “Não importa, Capanema. Na realidade, não precisarei do seu voto. Mas fique sabendo: vou ser o governador.”

Realizadas as eleições de 4 de outubro, verifiquei, com surpresa, ter obtido excelente votação. Apesar de ser a primeira vez em que figurava na chapa, fui o deputado mais votado, ultrapassando, em número de votos, todos os principais líderes políticos do estado. Elegeram-se comigo na mesma época, e pelo mesmo partido, diversos amigos íntimos como Alkmin, Pedro Aleixo, Gabriel Passos, Luís Martins Soares, Celso Machado e Negrão de Lima.

A representação de Minas, no Legislativo federal, era de primeira ordem naquele tempo, reunindo homens públicos de projeção, devendo-se citar, entre outros – quer do PRM, quer do PP –, o ex-presidente Artur Bernardes, Virgílio de Melo Franco, Antônio Carlos, Bias Fortes, Daniel de Carvalho e Odilon Braga.

A engrenagem política colhera-me por fim. Percebi desde logo que já não conseguiria fugir mais ao seu processo de trituração. Tudo havia acontecido por acaso, sem que eu houvesse feito o menor esforço para orientar, naquela direção, o rumo de minha vida.

Após as eleições, o próprio Benedito Valadares, numa das nossas habituais conversas depois do expediente no palácio, aludiu a esta circunstância: “Você foi o único dos candidatos que não me fez um só pedido, para reforçar sua posição junto aos diretórios municipais.”

Enfim, estava eleito. Deveria tomar posse na minha poltrona do Palácio Tiradentes, em março de 1935. Apesar da advertência pessimista de Capanema, Benedito havia sido indicado por unanimidade – inclusive com o voto do próprio Capanema – pela comissão executiva do PP e, instalada pouco depois a Assembleia Constituinte, fora eleito, também, governador constitucional do estado.

De qualquer forma, uma profunda modificação se operava em minha vida: o médico já começava a deixar a cena, sendo substituído, aos poucos, pelo político.

.....

*No mar alto da política nacional*

**S**UBSTITUIÇÃO DE PERSONAGENS NA CENA: eis o que, na realidade, estava acontecendo. O processo havia sido desencadeado e, nesse sentido, a eleição para a Câmara dos Deputados fora decisiva. Contudo, a transformação não se faria abruptamente.

Ante a necessidade de permanecer muito tempo no Rio, afastei-me do Serviço de Urologia do Hospital Militar e deixei a 3ª Enfermaria da Santa Casa. Quanto ao consultório, fechei-o, por tempo indeterminado. Meus amigos eram de opinião que deveria extingui-lo. Resisti. Era médico, e pretendia continuar a sê-lo. Não me parecia razoável que, para obter a economia do aluguel, eu cortasse os últimos elos que me prendiam à profissão tão seguramente iniciada. A política é, por natureza, instável. Naquele momento, eu estava sendo solicitado. A fase poderia passar. O melhor era deixar como estava, até ver, mais tarde, o que poderia sobrevir. E foi o que fiz.

Ao ser eleito deputado, tornou-se naturalmente maior e mais profunda minha vinculação com a política. Novos laços se estabeleceram e se ampliou a minha esfera de interesses. A atividade absorvente, opressiva e catalisadora não deixou de repercutir um pouco em minha vida de casado. Sarah havia deixado a chácara de seu pai, no bairro da Floresta, que era um remanso familiar, transferindo-se ao redemoinho, que é o ambiente pecu-

liar dos políticos. A mudança, de fato, tinha sido grande – tanto para ela quanto para mim. Em nossa residência da Rua Gonçalves Dias, as visitas já não eram as mesmas dos primeiros meses da vida conjugal. Ao invés de parentes e amigos íntimos, predominavam, então, os colegas de partido e os correligionários políticos.

A fim de proporcionar a Sarah alguma distração, promovia reuniões frequentes, a propósito de tudo e mesmo sem qualquer propósito. Havia uma data que nos era particularmente cara: 30 de dezembro – dia do nosso casamento. Todos os casais comemoram cada aniversário da vida conjugal; eu fazia mais: festejava o dia 30 de todos os meses do ano. Reunia numerosos amigos. Havia jantar. Além dos parentes, meus e de Sarah, compareciam diversos médicos – colegas na Santa Casa e no Hospital Militar – e, nos últimos tempos, todos os integrantes da “roda” palaciana e grande número de políticos.

Além da comemoração mensal, promovíamos reuniões frequentes, ou saíamos para festas da sociedade de Belo Horizonte. Onde estávamos, éramos os mais animados. Na Rua Gonçalves Dias, os vizinhos diziam que nunca haviam visto um casal tão alegre.

Quando fui para o Hospital Militar, meu primo Tales da Rocha Viana pediu-me que conseguisse um emprego para um preto que ele conhecia, e que estava necessitado. Falei com o coronel Vargas, comandante da Polícia mineira, e tudo se arranjou. O preto assentou praça na corporação, e em seguida foi posto à minha disposição. Chamava-se Juscelino Felício dos Santos. Era de Diamantina, como eu, e o sobrenome ilustre explica-se por uma circunstância: fora criado pelos Felício dos Santos e, afeiçoando-se aos protetores, acabara por adotar o nome da família.

Era um preto feio, de pernas tortas, mas de uma grandeza de alma como raramente pode ser encontrada numa criatura humana. Ao vê-lo pela primeira vez, fiquei indeciso sobre o que fazer com aquele humilde soldado. Entretanto, conhecendo-o aos poucos, fui descobrindo o universo de nobreza que nele se ocultava. Bondade. Dedicção. Desinteresse. E, sobretudo, capacidade de querer bem e de se fazer querido. Nunca o tratei como um ordenança. Era um amigo. Ou melhor, um membro de nossa família.

No período a que me referi, quando estava ausente, era Juscelino quem tomava conta da casa. Além do mais, zelava pelo jardim, controlava os empregados domésticos e se incumbia das compras.

Todavia, a função mais importante desempenhada por Juscelino, na casa, era a de amigo da família. Nesse terreno, sua dedicação e fidelidade não tinham limites. Tratava Sarah com desvelo de um pai e, quando mais tarde passamos a morar na Pampulha – na época, uma área ainda deserta da cidade –, sua vigilância chegava a extremos que nos comovia. Assim que Sarah se recolhia, apanhava seu colchão e o estendia na sala e ali dormia.

Como se poderá imaginar, preocupava-me a situação em que se encontrava Sarah e compungia-me o isolamento a que, com frequência, a submetia. Apesar desta preocupação, as exigências da política se faziam cada vez mais absorventes. Muitas vezes, fiz planos de passar uma semana inteira em casa: a tranquilidade dos serões domésticos; os livros que desejava ler; os discos, com minhas músicas prediletas; enfim, a doçura e a suavidade que só se encontram sob o teto que sabemos ser o nosso.

Mas, de súbito, o telefone batia. Era um tinido sem lógica e quase sempre a desoras. Num segundo, todos os planos se dissipavam. Era a convocação da política, com todas as suas inevitáveis e desagradáveis implicações – malas arrumadas às pressas; telefonemas de última hora, para deixar mensagens; o carro à porta já com o motor funcionando; e, por fim, as sempre angustiosas despedidas.

Assim, vivia eu na expectativa de que tudo aquilo fosse temporário. Que se tratava de uma fase, que havia vindo, mas que passaria. Contudo, à medida em que transcorria o tempo, percebia que o temporário ia se convertendo em definitivo, com toda minha existência – aspirações, trabalho, preocupações intelectuais, vida conjugal – condicionada aos caprichos da atividade pública.

Se na esfera federal era um deputado recém-eleito, outros interesses mais próximos e imediatos exigiam minha presença num terreno político bem mais restrito. Restrito, mas de grande significação para mim: a chefia política de Diamantina.

Naquele momento – abril e maio de 1936 – tinha todos os sentidos concentrados em Diamantina. Era a minha meta mais próxima – o alvo que sentia ao alcance das mãos. Enquanto me deixava envolver pela teia dos interesses daquele mundo liliputiano, o Brasil, como um todo, respirava o clima da fase nova que se abria na sua evolução política. Após dois anos de poderes discricionários, encontrava-se, de novo, sob o regime legal.

A Constituição, promulgada no dia 16 de julho de 1934, acabara por ser bem mais liberal do que o havia desejado Getúlio Vargas. Naquela época – talvez em consequência dos desajustamentos sociais provocados pela recessão, decorrentes do *crack* da Bolsa de Nova Iorque em 1929 – a democracia liberal havia entrado em crise, sendo substituída aos poucos pelos denominados “governos fortes”.

O mal era do mundo, e não exclusivo do Brasil. Daí a razão por que a Assembleia Constituinte, em face das tendências que prevaleciam no cenário político, se viu forçada a agir com a maior cautela. Desde a Revolução de 30, o radicalismo passara a ser a mais acentuada característica da vida pública nacional. Quando foi publicado o anteprojeto da Comissão dos 26, o Clube 3 de Outubro lançou um manifesto, opondo-se às anunciadas eleições, estarrecendo, com essa sua atitude, os círculos conservadores. O clamor, levantado na ocasião, fez temer pelos destinos da própria Assembleia.

Durante a votação da Constituição, tornou-se evidente que as divergências entre as diversas correntes políticas, representadas na Assembleia, eram bem mais profundas do que se esperava. O martírio de São Paulo estava presente no espírito de todos. Se, por um lado, ele servia de inspiração para os que acreditavam na viabilidade do regime democrático, não deixava de ser, por outro lado, uma brasa ainda incandescente a lembrar aos adeptos dos poderes discricionários a necessidade de um maior fortalecimento da Revolução, de forma a torná-la apta a fazer frente a contestações daquele tipo.

Entre os conservadores e os radicais, estendia-se uma faixa neutra – neutra do ponto de vista ideológico, já que suas atitudes eram ditadas pelo mais intransigente personalismo –, a da representação classista. Tratava-se de uma inovação no mecanismo da representação parlamentar e que havia sido articulada, por outubristas exaltados, com nítido propósito político: o de assegurar, de antemão, uma sólida maioria para o governo no recinto.

Entretanto, a própria dinâmica dos acontecimentos acabou por sobrepujar as conveniências revolucionárias. Em primeiro lugar, o tenentismo fragmentou-se, o que lhe tirou a forma resultante da unidade inicial. Em seguida, aglutinaram-se as correntes conservadoras, suspeitosas das intenções de Getúlio Vargas. E, por fim, a ressonância da causa paulista influenciava os espíritos indecisos, fazendo com que se decidissem a fortalecer a ala dos que pretendiam uma Constituição liberal. Desse conúbio

de forças antagônicas resultou, então, o diploma de 16 de julho. Era, sem dúvida, um produto híbrido – um misto de ideias reformistas e irrupções de reincidências conservadoras.

Como escreveu Levi Carneiro, “a Assembleia realizou contra tudo isso” – isto é, influências e tendências conflitantes – “uma reação bem caracterizada, ainda que moderada, revelando sempre, até na profusão das emendas que as críticas fáceis comentavam com malícia, até pelo número e abundância de seus oradores, um empenho e um esforço altamente meritórios. Talvez por isso, tudo está na Constituição – quase todas as nossas questões, quase todos os nossos anseios...”

.....

*O levante comunista de 1935*

**D**OIS DEGRAUS GALGADOS, e num reduzido espaço de tempo: chefe político de Diamantina, em perspectiva, e deputado federal. Além dessas duas conquistas, era o secretário do Partido Progressista – a agremiação partidária pela qual me elegera, e que representava o situacionismo mineiro.

Os deveres decorrentes dessa posição me impediram de exercer atuação mais destacada na Câmara dos Deputados. Não pude ser mais assíduo às sessões, porque estava sempre em Belo Horizonte, onde minha presença era necessária para os entendimentos com os chefes dos diretórios municipais. No Palácio Tiradentes, o líder falava pelo partido e somente nas votações importantes se exigia o comparecimento em massa da bancada. Além do mais, apesar da minha antiga estreia em Diamantina, continuava a me sentir de alguma forma inibido de ocupar a tribuna.

Com o tempo, porém, fui-me libertando desse complexo. Após alguns meses de atividade política, sempre recebendo delegações do interior e sendo alvo de homenagens de correligionários, consegui desatar a língua, perdendo, por fim, o temor de falar em público.

Contudo, mesmo depois de haver vencido essa barreira, sentia-me, por inclinação, mais atraído para as ações executivas do que para os



debates no plenário. Desses, preferia o trabalho nas reuniões das comissões, durante as quais se discutiam assuntos administrativos. Nessas condições, minha passagem pelo Congresso diluiu-se num trabalho silencioso, mas eficiente. Se quisesse definir minha atitude, naquela época, poderia dizer que era de sincera desambição política.

Na realidade, entre 1934 e 1937, a despeito de ocupar uma poltrona no Palácio Tiradentes, nunca deixei de considerar minha presença no cenário político como circunstancial. Esforçava-me por retribuir as atenções de que era alvo, sem alimentar ilusões sobre a duração da atividade parlamentar. O que realmente julgava era que não tardaria a voltar para a medicina, campo de ação da minha preferência e no qual me sentia perfeitamente à vontade.

Mesmo assim – já que era membro do Parlamento –, preocupei-me com o aperfeiçoamento dos serviços postais e telegráficos e com a melhoria das condições de trabalho de seus funcionários. Nesse sentido, apresentei e fiz encaminhar diversas indicações úteis, sem esquecer, contudo, de defender com ardor os interesses econômicos do meu estado e da região eleitoral, pela qual me elegera.

Durante os três anos de duração do mandato, realizei algumas viagens. Estive na Argentina e no Uruguai, por ocasião da visita de Getúlio Vargas a esses países. Aproveitei a oportunidade para estudar nessas nações alguns de seus problemas internos, de forma a tentar encontrar, através da observação das providências tomadas por seus respectivos governos, um roteiro seguro para a solução dos nossos próprios problemas. Em ambos, a criação de gado já havia atingido elevados níveis técnicos, enquanto o que se observava no Brasil era uma pecuária antieconômica, baseada em processos ainda do tempo do Império.

Interessei-me, também – principalmente na Argentina –, pelo seu nascente programa de industrialização. Capitais estrangeiros, notadamente ingleses, afluíam em volume crescente no país, tornando possível a transição rápida da situação de uma economia agrária, tipicamente semi-feudal, para outra de exploração técnica das riquezas nacionais.

O que vi na Argentina e no Uruguai serviu, de alguma forma, para fortalecer a ideia da necessidade de uma política desenvolvimentista no Brasil, no mesmo sentido das conclusões a que chegara ao comparar o

quadro de miséria, que observara no norte da África e no Oriente Médio, com a situação de prosperidade e bem-estar das grandes nações da Europa.

Naquela época, os políticos brasileiros viajavam muito pouco. Getúlio Vargas, por exemplo, embora tivesse exercido o poder por quase vinte e cinco anos, morreu sem haver atravessado o Atlântico. A experiência pessoal de que dispunha sobre a realidade além de nossas fronteiras estava limitada ao que havia observado em duas ou três nações e, mesmo essas, limítrofes, enquadradas, portanto, em idêntico e desolador contexto socioeconômico.

Pondo em destaque a legislação trabalhista, que, de fato, rasgou novos horizontes para o Brasil, e a criação da siderurgia, que representou um empreendimento de enorme alcance para a época, Getúlio Vargas, dispondo de uma liberdade de ação que nunca usufruiu antes outro governante nacional, orientava-se de preferência na direção de um estatismo rígido, em detrimento da expansão das atividades da iniciativa privada.

O que assinalou seu governo foi o cunho social que imprimiu à ação administrativa. Ao realizá-la, despertou a consciência política da massa trabalhadora, criando a oportunidade para sua integração em nosso processo evolutivo e, com isso, contribuiu para que fosse profundamente modificada a fisionomia social do país.

Um ano após a promulgação da Constituição de 1934, a situação política do país já se havia deteriorado de novo, e o fator que mais contribuiu para essa sombria realidade foi o reflexo, no cenário político, das ideologias extremistas que na época polarizavam as atenções do mundo. Mal a nova Carta Magna entrou em vigor, Getúlio Vargas teria ficado inconformado com as limitações impostas ao seu poder. E passara a agir no sentido de tornar sem efeito aquelas limitações, realizando um jogo perigoso ao atender e repelir as reivindicações das duas novas e conflitantes lideranças extremistas.

O que, na realidade, Getúlio tinha em vista com essa atitude pendular era valer-se do estímulo das novas forças ideológicas para fazer frente ao conservadorismo das elites, cuja voz prevalecia no Congresso e nos círculos políticos e que, sem qualquer dúvida, espelhava o que se poderia denominar “o sentimento nacional do Brasil”.

Tudo começou após a derrota de São Paulo. Até então, o governo estava integrado no esquema revolucionário e sua linha de conduta, embora liberta das peias jurídicas, poderia ser justificada pela excepcionalidade do momento que a nação vivia. O Brasil havia extravasado a área de legalidade. Mas o fizera em caráter temporário, com o objetivo de criar condições internas propícias ao pleno funcionamento de um novo regime constitucional a ser oportunamente implantado.

Era assim que a liderança revolucionária tinha explicado os poderes discricionários concedidos a Getúlio Vargas. Entretanto, o denominado governo provisório tendia a se fazer definitivo, e daí o 9 de julho de 1932. Como resultado da reação paulista, constitucionalizou-se o país.

Até então o governo havia feito seu jogo apenas com os elementos ditos revolucionários, que eram os egressos da extinta Aliança Liberal. Entretanto, a própria Aliança Liberal havia constituído um largo estuário. Correntes de todos os matizes nela se encontraram e se fundiram, convertendo-a num verdadeiro caldeirão de antagonismos políticos. Na aparente placidez observada na superfície daquelas águas, das mais diversas procedências, latejavam os primeiros remuos das divergências ideológicas.

Era o dissídio dos princípios.

Os extremistas de Luís Carlos Prestes apartaram-se para formar, contra a situação dominante, o Partido Comunista. Depois, surgiram os integralistas, chefiados por Plínio Salgado, os quais iriam compor o verso da medalha, no que dizia respeito ao totalitarismo. Outra organização – a Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade – surgira no dia 22 de agosto.

Situado no centro daquele conflito de ideias, o governo de Getúlio Vargas só apresentava características próprias no terreno das reivindicações trabalhistas.

A princípio, as esquerdas combatiam os integralistas, à semelhança do que fazia na Europa o comunismo com o fascismo e o nazismo. Pouco depois, a esquerda se dividiu: a ala “legalista” organizou a Aliança Nacional Libertadora, congregando grande número de elementos da classe média, que preconizava a realização de uma política “progressista” para o Brasil. Prestes, embora sendo o chefe dos comunistas, foi eleito presidente honorário da ANL. O movimento espalhou-se rapidamente e, pouco depois, já dispunha de cerca de 1.600 diretórios organizados no Rio e em

diversas unidades da Federação. Seu programa era radical: cancelamento das dívidas externas, nacionalização das empresas estrangeiras e extinção do latifúndio, através de uma drástica reforma agrária.

Enquanto a ANL se fortalecia, por um lado, o mesmo acontecia, por outro, ao integralismo, aumentado pela mentalidade dominante em diversos escalões do próprio governo. A diferença na argumentação era mais de causa que de processo. Na Europa, o extremismo da direita era explicado como uma imposição dos desajustamentos do após-guerra; no Brasil, como o único instrumento para a solução dos problemas políticos e econômicos decorrentes da grande depressão.

Assim, a política nacional entrara em grande atividade no final do ano de 1934 e no primeiro semestre de 1935. Atividade, porém, concentrada nos extremos, já que os polos da ação partidária haviam derivado para as organizações mais disciplinadas, mais ambiciosas e que dispunham de sua própria ideologia. E esses eram justamente os dois partidos extremistas, os quais, desde suas origens, mantinham entre si guerra permanente.

Os conservadores – que representavam a maioria esmagadora da população – viviam então no melhor dos mundos. Havia obtido a constitucionalização e sentiam-se plenamente realizados.

Getúlio Vargas, como um político hábil, comprazia-se na realização daquele jogo arriscado. Ora estendia a mão à esquerda, ora manifestava simpatia em relação à direita. Talvez seu grande erro tivesse sido julgar que, através desse jogo, acabaria por absorver as duas correntes. O que pretendia era fundi-las e, portanto, neutralizá-las, no caudal de sua crescente popularidade, determinada por sua política trabalhista, que, na realidade, já obtinha apreciável êxito.

Entretanto, o aliciamento do operariado era observado com o maior interesse pelos comunistas. O que Getúlio Vargas estava fazendo era semear um terreno que lhes era específico. Tratava-se de uma infiltração sistemática, calculada, o que não podia deixar de lhes causar apreensão.

E resultou, dessa apreensão, o levante de 27 de novembro de 1935.

Eram 4 horas da manhã quando o telefone tocou no meu quarto, no Hotel Regina, no Rio de Janeiro.

O chamado era de Benedito Valadares. Pedia-me que falasse ao general Mendonça Lima, diretor da Central do Brasil, para reter o “expresso” que deveria partir de Belo Horizonte às 6 horas da manhã com destino ao Rio.

Naquela noite havia irrompido a rebelião comunista. O movimento, que deveria ter amplitude nacional, limitara-se, em face de alguns desentendimentos entre os seus chefes, a Natal, ao Recife e ao Rio e, mesmo assim, circunscrito no âmbito de alguns quartéis, sem qualquer participação do povo. Além disso, em decorrência de um erro de comunicação, a rebelião, marcada para o dia 27 de novembro, fora antecipada para o dia 23, no Rio Grande do Norte. No Rio, ela teve início na noite de 26 para 27 de novembro no 3º Regimento de Infantaria, na praia Vermelha, onde os capitães Agildo Barata e Álvaro Francisco de Sousa conseguiram, de surpresa, dominar a oficialidade e assumir o comando da unidade.

O que Benedito Valadares pretendia, com a sustação da partida do trem, era aproveitar o comboio, já com as caldeiras acesas, para enviar tropas mineiras à capital da República, a fim de reforçar a guarnição federal e colaborar na repressão do movimento. Deixei o hotel imediatamente e, para melhor me orientar, passei pela casa de Jurandir Pires Ferreira, de quem era amigo e que exercia na ocasião as funções de chefe de um dos departamentos daquela ferrovia. Graças a essa providência, consegui avistar-me com o diretor da Central antes das 5 horas da manhã. A partida do “expresso” foi sustada, o que permitiu a Benedito colaborar, através da remessa de contingentes estaduais, na repressão do levante.

Deixando o gabinete do general Mendonça Lima, fomos – eu e Jurandir Pires Ferreira – ao Hotel América, situado na Rua do Catete, onde residia o deputado Pedro Aleixo. O parlamentar mineiro exercia, então, as funções de líder da maioria. Do Hotel América, dirigimo-nos para a praia Vermelha, onde procuramos abrigo num posto de gasolina, ali existente, e, daquele excelente ponto de observação, situado a poucos metros do quartel sublevado, pudemos assistir ao desenvolvimento da luta.

O comando das forças legalistas havia instalado naquele ponto seu quartel-general. Achando-me entre os responsáveis pela repressão do movimento, tive a oportunidade de verificar as excepcionais qualidades de bravura dos generais João Gomes e José Pessoa, os quais, expondo a vida,

enfrentavam, de peito descoberto, as balas que, vindo do interior do 3º Regimento, cruzavam sobre a amurada do posto, assobiando e ricocheteando ao longo do asfalto da Avenida Pasteur.

Até então, eu não havia tido conhecimento das reais proporções da insurreição. Foi naquele posto de gasolina que obtive as informações de que necessitava. Em Natal, a situação havia estado séria. Na noite de 23 de novembro, soldados do 21º Batalhão de Caçadores, membros da Guarda Civil demitidos e populares filiados ao Partido Comunista haviam realizado um levante armado. O Corpo Policial Militar, defendendo a ordem pública, resistira por 19 horas. Em face da omissão das autoridades e do pânico que se apossou da população, os rebeldes não tiveram dificuldades em conquistar a capital. Feito esse, instalaram ali o Comitê Popular Revolucionário, que foi o primeiro governo comunista a funcionar no Brasil. Este governo, dito popular, durou apenas um dia. À notícia da aproximação das tropas da Paraíba e de Pernambuco, dissolveu-se, e seus integrantes fugiram. Fracassou, igualmente, o movimento no Recife, graças à intervenção pronta do 2º Batalhão de Caçadores.

No Rio, o movimento explodiu na noite de 26 para 27 de novembro. Começou no 3º Regimento de Infantaria, na praia Vermelha, mas teve outro foco de agitação no Campo dos Afonsos. A prisão, no próprio quartel-general, do tenente Álvaro Pais Barreto – do 2º Regimento de Infantaria, da Vila Militar –, quando procurava aliciar o Batalhão de Guardas, fez com que as autoridades tivessem uma ideia da gravidade da situação.

O coronel José Joaquim de Andrade, por ordem do comandante da região, deslocava-se com a sua brigada da Vila Militar para Campinho, a fim de combater os insurretos da praia Vermelha, quando recebeu ordem para se dirigir à Escola de Aviação Militar, onde irrompera uma sedição. Ali, alguns elementos da Aeronáutica se tinham levantado, mas não conseguiram apossar-se das instalações, dada a reação imediata do então coronel Eduardo Gomes, que foi ferido.

No Campo dos Afonsos haviam sido feitos 294 prisioneiros. Realizava-se, então, o assédio ao quartel do 3º Regimento, o qual iria prolongar-se das três e meia da manhã – quando ali chegou o Batalhão de Guardas – até uma e meia da tarde, hora em que se deu a rendição.

Ficamos ali durante alguns tempo e, em seguida, decidimos ir ao Palácio Guanabara, a fim de apresentar solidariedade ao presidente da República.

Ao chegarmos ao Guanabara, verificamos com surpresa que nenhuma medida especial de segurança ali havia sido tomada. Tudo funcionava como nos dias normais. Na recepção, disseram-nos que Getúlio Vargas se encontrava no “mirante”, que era um pequeno pavilhão situado no topo da montanha, nos fundos do palácio. Orientaram-nos sobre o caminho a tomar e, pouco depois, já seguíamos pela ziguezagueante estrada até o local, onde se achava o presidente.

Getúlio Vargas estava no interior do “mirante” em companhia do embaixador José Carlos de Macedo Soares, seu ministro das Relações Exteriores. Utilizava-se de um binóculo para observar o que se passava no quartel do 3º Regimento. Cumprimentou-nos com amabilidade, mas com a fisionomia sombria. Como o momento era de tensão para ele, julgamos melhor deixá-lo à vontade. Jurandir Pires Ferreira, Pedro Aleixo e eu passamos a conversar com o chanceler Macedo Soares – o qual iria ser o titular da mesma pasta durante o meu governo –, e o presidente, ajustando de novo o binóculo, assestou-o na direção da praia Vermelha.

De vez em quando interrompia a observação e dirigia-se a um de nós, para um comentário. Aparentava tranquilidade, embora, no decorrer da conversa, revelasse certa preocupação em relação à profundidade que pudesse ter o movimento. Pouco depois, o telhado do quartel desabou e as labaredas, livres do cerceamento a que estavam sujeitas, elevaram-se a grande altitude.

Nesse momento, Getúlio Vargas manifestou desejo de assistir à rendição dos rebelados. Deixando o “mirante”, encaminhou-se para o palácio e, pouco depois, acompanhado por numerosos militares e políticos, tomava o carro, rumando para a praia Vermelha. O percurso foi coberto com rapidez. Quando chegamos ao posto de gasolina, ainda pudemos assistir à saída dos oficiais rebeldes, tendo à frente Agildo Barata, os quais emergiam dos escombros do edifício para serem recolhidos à prisão.

O fracasso do movimento comunista de 35 teve repercussões profundas na evolução dos acontecimentos políticos. Em face da reação que se verificou no seio da opinião pública contra a atitude dos comunis-

.....

tas, Getúlio Vargas, fortemente apoiado pelas Forças Armadas, começou a articular o golpe que iria determinar, pouco depois, por longo tempo, um eclipse total da democracia no país.

### *A chefia política de Diamantina*

**A** PRIMEIRA IMPRESSÃO DE VITÓRIA POLÍTICA de que tenho a mais longínqua lembrança foi quando Juscelino Demerval da Fonseca, meu primo e quase irmão, elegeu-se prefeito de Diamantina. Os foguetes, a banda de música, os palanques e os discursos inflamados compuseram no meu espírito o cenário que julguei ser representativo do triunfo eleitoral.

Eis que, de súbito, eu me via envolvido de corpo e alma na política de Diamantina; e o pior, sendo eu próprio o interessado direto no resultado de um pleito.

Tudo aconteceu sem que eu o previsse. A Assembleia Constituinte do Estado, eleita em outubro de 1934, tinha fixado as normas para que o regime constitucional fosse estendido, igualmente, aos municípios. Em consequência, iriam realizar-se eleições para a formação do corpo de vereadores das prefeituras do interior, até então sob intervenção.

Diamantina era uma delas, e o pleito havia sido marcado para junho de 1936. Benedito desejava evitar que Diamantina caísse nas mãos



dos adversários. O que iria se verificar ali seria a reprodução de mais um episódio da tradicional luta do PRM, o partido do ex-presidente Bernardes, com o PP, que congregava os políticos locais favoráveis ao governo estadual. A coligação oposicionista mostrava-se forte no município, composta de homens como o Dr. Soter e Lomelino Ramos Couto, José Rosa de Matos e José Machado Freire, pessoas de conceito e projeção na cidade: médicos, advogados, comerciantes e industriais.

Aceitei o desafio, e preparei-me para a luta. Iria ser a minha estreia: o teste inicial, decisivo, para o meu futuro naquele novo campo de atividades. Entretanto, desde o primeiro momento, uma preocupação avassalava-me o espírito. Era a ideia de ter de falar em público. Apavorava-me a perspectiva, e aquele temor datava dos recuados tempos de escola primária, quando tive de decorar um discurso e de o declamar na solenidade do encerramento do curso. A experiência fora desagradável e resolvi encerrar, com ela, minha carreira de orador. Passando a ser político, não poderia fugir àquele imperativo. Como enfrentá-lo? Discursos escritos? Poderiam ser a solução. Mas nem sempre conseguiria tê-los prontos, no bolso, em antecipação a qualquer emergência.

O que me competia era preparar-me para a prova. A viagem a Diamantina iria proporcionar-me a oportunidade de que necessitava. Era certo que a cidade inteira teria curiosidade de me rever. E havia razão para o interesse despertado pelo meu retorno. Todos se lembravam – ou pelo menos os antigos moradores da cidade – do menino que havia morado na Palha e que se incumbia de dar recados e levar embrulhos, que fora coroinha da igreja de Nossa Senhora da Luz, aluno do Seminário, e tinha saído de Diamantina para fazer um concurso em Belo Horizonte, a fim de poder estudar. Para todos eles, eu não passava do Nonô, filho da mestra Júlia.

Passaram-se anos. E eis que aquele menino, então homem, iria voltar já formado em Medicina, eleito deputado federal e se transformado em candidato à chefia política do município. A oportunidade era excelente para que todos constatassem a diferença. Seria a hora da autoafirmação de quem viera do nada e que retornava para disputar um lugar ao sol entre os seus irmãos de berço.

O primeiro obstáculo a ser vencido era a manifestação popular por ocasião da chegada. Tentei evitá-la. Ali, seria obrigado a falar e não

era prudente que passasse pela prova logo no início da campanha. Ainda recordo a emoção que me assaltou ao ver a aglomeração do povo na estação da Central do Brasil. Estavam todos ali: os meninos das escolas, nos seus uniformes de gala; estudantes dos colégios locais; pessoas gradas da cidade; autoridades municipais e, principalmente, curiosos. Além desses, que eram esperados, espreada-se um mar de cabeças humanas – a multidão anônima das ruas.

Quando o trem parou, a banda de música atacou um “dobrado” e ouviram-se os primeiros “vivas”. Tremi, sentindo-me gelar por dentro. O orador que me saudou foi o Dr. Júlio Mourão, irmão do general Mourão e filho do antigo chefe local, o senador Olímpio Mourão.

Respondi com desembaraço, surpreendido pela relativa facilidade da tarefa. As palavras fluíam rápidas, encadeadas, calorosas. Isso, porém, externamente. Por dentro, a agitação era como um mar de águas revoltas. Arfava, acelerando ou retardando a circulação sanguínea, e quase desencadeando um colapso nervoso. As palmas que ouvi ao terminar devolveram-me o domínio de mim mesmo. Senti-me reconfortado. A batalha havia sido ganha.

A campanha eleitoral desenvolvia-se num ambiente de grande animação. A cidade inteira participava dela, já que seria o primeiro pleito após a Revolução de 30. Meus correligionários formavam um grupo reduzido. As apostas contra mim se multiplicavam. Todos consideravam uma temeridade o passo que eu decidira dar. Sentia-me, porém, tranquilo. Tinha fé na minha capacidade de trabalho, e se a vitória fosse possível, certamente a arrebataria.

Ao iniciar a campanha, surpreendi os adversários com o meu sistema de angariar votos. Era um estilo novo. Utilizei uma técnica nunca posta em prática pelos que até então tinham feito política no município. Antes, o que se usava era o processo clássico das nomeações estratégicas, reforçadas pela pressão policial. Optei por um sistema diferente. Ia de casa em casa solicitando pessoalmente o voto a cada eleitor. Cito um exemplo. Sabia que a preta Maria Luísa – cozinheira de um dos meus mais poderosos adversários – iria votar em mim. Não discuti. Fui à casa desse político, e minha presença, à porta da residência, deu origem a grande alvoroço no seio da família. No interior de Minas, as divergências políticas degenera-

vam comumente em inimizades pessoais. Era isso justamente o que desejava evitar. Que cada um tivesse o seu candidato e trabalhasse por ele, sem que o desacordo de opinião criasse incompatibilidades que não pudessem ser dissipadas. Assim, pedi desculpas aos donos da casa por aquela intromissão, esclarecendo que desejava apenas levar meu abraço a Maria Luísa, que era minha leal correligionária. A emoção da cozinheira, ao me abraçar, compensou-me do constrangimento da ida à casa do adversário.

Essa norma de conduta logo se tornou conhecida, e passou a ser intensamente comentada, criando para mim uma aura de simpatia entre os humildes. Nem sempre o prestígio político é o resultado de gestos dramáticos ou de atitudes espetaculares. Na maioria das vezes fundamenta-se numa série de pequenos fatos, os quais, embora irrelevantes, mas que, tornados públicos, vão compondo aos poucos a fisionomia, boa ou má, do candidato. Assim, fui tecendo, em silêncio, mas com determinação – num trabalho paciente de aranha – a teia invisível que cada dia envolvia maior número de eleitores.

Nunca um chefe político visitara os quinze distritos do município. Mas eu o fiz. Ia a cavalo através das estradas tortuosas que ora galgavam quase verticalmente as montanhas, ora desciam ziguezagueando ao longo das ravinas até os vales sombrios. Eram fatigantes aquelas excursões ao sol e à chuva. Mas ofereciam compensações de natureza espiritual. Havia, em primeiro lugar, a paz que se respirava na solidão dos imensos chapadões. E existia, depois, a emoção proporcionada pela recepção entusiástica dos moradores dos arraiais perdidos nos socavões daquelas serras. Foguetes, bandeiras de papel de seda. Discursos. Serenatas. Às vezes, o comício era arrematado por um baile, animado por sanfonas e cavaquinhos e, quando isso acontecia, esforçava-me por ser o mais animado dos convivas.

Numa dessas excursões aprendi uma lição que não haveria de esquecer: o perigo que constitui para um candidato a citação de correligionários em discursos de propaganda eleitoral. Empolgado pelo entusiasmo da multidão que me recebera em Felisberto Caldeira, resolvi ser amável com os manifestantes citando vários nomes de políticos locais já falecidos. Poucos minutos depois, tive a prova dessa imprudência. Vi que alguém rasgava as bandeiras que decoravam as ruas e desfazia as arcadas de bambu erguidas por onde eu deveria passar. Em seguida, tudo se explicava. O

autor da represália não era outro senão o filho de um antigo político local, também já falecido, e cujo nome involuntariamente eu omitira.

O fato de ser médico contribuía para minha popularidade entre a gente humilde, embora me sobrecarregasse de trabalho. No tumulto das festas, com as quais as populações dos distritos celebravam minha visita, filas enormes de doentes se formavam diante da casa em que estava hospedado à espera de uma consulta gratuita. Certa vez, já ao findar da tarde, cheguei ao distrito de Curumataí, onde o chefe político me esperava ansioso. Por entre o ruído do foguetório e os acordes da banda de música, postada no “largo”, ele mal me abraçou e foi logo dizendo: “Foi Deus quem mandou o senhor aqui, doutor. Minha filha está passando mal, esperando o primeiro filho. Estou desorientado. O médico de que dispomos mora a vinte léguas do arraial e, com as últimas chuvas, a estrada não está dando passagem.”

O orador designado para me saudar já havia iniciado seu discurso. Enquanto ele falava, tentava coordenar os pensamentos de forma a me preparar com antecipação para o que teria de dizer. No entanto, a preocupação do parto a que teria de atender impedia que me concentrasse. Como iria socorrer, com êxito, aquela pobre moça num lugarejo como Curumataí, desprovido dos mais rudimentares recursos médicos? Além do mais, estaria colocando em jogo minha reputação profissional. Um insucesso representaria não só a desmoralização do médico, mas, igualmente, um desastre de efeitos imprevisíveis para a campanha eleitoral.

Enquanto os oradores se sucediam na tribuna, percebi que o chefe político observava-me com olhos angustiados. A ele não interessava o sucesso do comício, mas a salvação da vida da filha, que, de fato, corria risco. Ao discursar, procurei ser o mais breve possível. Disse algumas palavras e desci da tribuna. Desvencilhei-me dos que procuravam me abraçar e esforcei-me por deixar, com pressa, o palanque. Ao chegar ao último degrau da escada, o pai, em desespero, agarrou-me pelo braço e me levou para a casa da filha.

O ambiente era de chocante pobreza: duas cadeiras, um banco de madeira e, no centro, a mesa tosca, mal equilibrada sobre o chão de terra batida. No interior, não existia água encanada e nem sequer uma bacia. Entretanto, apesar da exiguidade do espaço, ali se aglomeravam amigos e

parentes da família. Entrei no quarto, que ficava ao lado da sala. Uma lâmparina, colocada na parede, bruxuleava, mal permitindo que descobrisse onde se encontrava a parturiente. Aproximei-me e curvei-me sobre a cama, para ver melhor. Era jovem. Devia ter uns vinte anos. O rosto, encovado e lívido, refletia dor e desesperança. Examinei-a com a maior atenção e, como o “prático” do distrito estava presente, perguntei-lhe se na sua farmácia existiam alguns medicamentos de que necessitava. A farmácia de quase nada dispunha. Em face disso, recorri ao que estava à mão.

Após aquela providência só me restava fazer uma coisa: esperar. Aguardar o efeito do medicamento, para saber se deveria ou não intervir para retirar a criança.

Saí em seguida para o jantar que me era oferecido pela população. Antes, porém, de deixar a casa, recomendei ao pai aflito que, caso a filha se sentisse pior, mandasse alguém me chamar.

Os manifestantes haviam-se reunido no “largo”. Improvisara-se ali uma sessão de modinhas, ao som de violões e sanfonas. A pinga rolava e os manifestantes, quanto mais bebiam, maior era a algazarra que faziam.

Sendo o homenageado, esforcei-me por me mostrar alegre. Esforço inútil. Tinha o espírito concentrado na cena dramática que presenciara naquela humilde casa: a moça estendida num catre miserável... a lâmparina bruxuleando na parede... aqueles olhos fundos, cheios de angústia... E o que mais me preocupava era que, caso o parto se complicasse, não estaria em condições de fazer frente à situação, por não dispor de instrumentos cirúrgicos nem de medicamentos apropriados para a emergência.

Mal terminava o jantar, percebi que José Trindade – era o marido da pobre moça – vinha ao meu encontro. Estava nervoso e comovido. Abraçou-me, quase gritando para que todos pudessem ouvir: “O senhor salvou a vida da minha mulher. Bastou que ela tomasse aquele remédio para que a criança nascesse sem qualquer complicação.” Deu-me outro abraço prolongado e arrematou: “O senhor vai ser meu compadre, doutor. Faça questão que seja o padrinho do menino. Já escolhemos até o nome dele. Vai se chamar Juscelino – xará do padrinho.”

Estive em Diamantina pelo período de uns dois meses. Era uma visita sentimental. Mas, igualmente, uma excursão política. Levei Sarah e Naná comigo. Desejava que elas tivessem ideia do que era uma eleição no

interior. No princípio Sarah revelou-se preocupada: a agitação; a exaltação de ânimos; o volume das apostas de que seria derrotado. Depois, animou-se. Passou a ir aos comícios. Providenciava, com Naná e com minhas tias Emília e Conceição, os enfeites para os palanques nos “largos” dos distritos.

Como o meu estilo de fazer campanhas era o de visitar todos os habitantes – amigos e adversários –, Sarah e Naná decidiram fazer o mesmo, procurando as donas de casa. Assim, podia vê-las – juntamente com minhas tias – atarefadas o dia inteiro. Saíam de uma residência e entravam noutra e, durante as visitas, tinham de tomar café ou comer doce. Apesar da quebra diária de dieta, sempre conseguiam um eleitor a mais.

No início da campanha, eram reduzidos os correligionários. Apenas os velhos amigos da família, os parentes, os que haviam sido atendidos por mim no palácio. Mas as fileiras engrossavam figuras com adesões diárias. No fim, já contava com o apoio das mais conceituadas da cidade: Elisardo Eulálio de Sousa; Joaquim Costa, português, mas radicado desde muito em Diamantina; a família Botelho Guerra; José e Chico Soares; Davi Felício dos Santos; os Mata Machados; Augusto Caldeira Brant, pai de Augusto Mário Caldeira Brant, que foi presidente do Banco do Brasil no governo de Artur Bernardes; Júlio e Joãozinho Mota; Pedro Miranda e Vicente Torres, pai do escritor Antônio Torres; e José Neves, diretor do jornal *Pão de S. Antônio*.

Uma eleição no interior é sempre digna de ser vista. Em Diamantina, porém, constituía um verdadeiro espetáculo. O povo aproveitava a oportunidade para transformar a campanha numa festa coletiva. Arma-vam-se coretos. Providenciavam-se “assustados”. Sucediavam-se os bailes. Se havia alguma festa de igreja, terminada a cerimônia religiosa, tinha lugar a profana. À noite, a “capistrana” ficava repleta. Ninguém permanecia em casa. Os que não podiam sair sentavam-se em cadeiras na calçada e ali ficavam até tarde vendo “o movimento”. Quando as famílias se recolhiam, surgiam os boêmios. A vida noturna era diferente. Havia o jogo do truco nos botequins, regado com boa pinga. Promoviam-se ceias que eram chamadas “judeus” ou “Chico Angu” (frango com quiabo e angu). E vinham as noitadas estrondosas, depois das serenatas românticas.

Nas épocas de eleição, essas práticas mais se acentuavam. Ao natural pendor diamantinense para a vida noturna acrescentava-se a moti-

vação eleitoral. Na casa das minhas tias Emilinha e Conceição muitas vezes tive de deixar a cama, após um dia estafante de visitas a correligionários, para atender a um grupo de violeiros, improvisando uma serenata sob a janela do meu quarto. Vestia-me com rapidez e, pouco depois, já estava na rua integrando o bando de seresteiros. Naquela época ainda não existia o *Peixe Vivo*. Ou melhor, existia, mas era cantado por reduzido número de pessoas. A música mais popular era o *Zum Zum*, uma velha canção de origem portuguesa com referência “ao vento que me atrasou”, ao “mar que me atrapalhou”, para chegar, por fim, ao porto, e que acabou por se transformar numa espécie de introdução ao *Peixe Vivo*.

Ernesto Roque, o rei da boemia da cidade e que por isso acompanhava de perto as oscilações da opinião pública, disse-me uma vez: “A coisa está mudando, Juscelino. No princípio, diziam que você iria perder por 1.500 votos. Agora, a diferença prevista é de uns 800.” E arrematava o comentário com uma advertência tipicamente diamantinense: “Precisamos amiudar as serenatas.”

Aproximava-se o dia do pleito. Apesar da intensa campanha que havia feito, ainda tinha dúvidas sobre o que iria resultar das urnas. Julgava que poderia vencer em alguns distritos. Mas na cidade a situação parecia-me confusa. Joubert Guerra, meu candidato a prefeito do município, mostrava-se, como eu, hesitante. Na realidade, eu não passava de um paraquedista na política local. Descera ali direto, vindo do Palácio da Liberdade, para disputar uma eleição numa cidade da qual estava ausente havia quinze anos. Nascera ali, sem dúvida. Minha família, porém, embora numerosa, não dispunha de qualquer influência ou poder. Não existia razão, pois, para que o eleitorado abandonasse seus antigos vínculos e passasse a me apoiar.

Quatro dias antes do pleito realizar-se-ia o comício de encerramento. Seria a primeira vez que falaria em praça pública, e na própria Diamantina. Havia dito algumas palavras por ocasião do meu desembarque, na estação da Central do Brasil. Palavras apenas, e não discurso. Minha estreia como orador político iria ter lugar efetivamente naquele comício. Era intensa a curiosidade dos diamantinenses e, em face das circunstâncias, eu não poderia deixar de estar preocupado. Assim, às 3 horas da manhã daquele dia, já estava de pé. Anotava o que iria dizer. Pesava as palavras, tentando avaliar a emoção que poderiam despertar. Quando minhas tias

Conceição e Emilinha – duas flores de bondade e ternura – me levaram o café, estava com elas o menino da casa, Carlos Murilo, que, mais tarde, seria o herdeiro do meu patrimônio político em Diamantina, elegendo-se deputado federal.

Às 8 horas da noite, realizou-se o comício no centro da cidade. Tive a impressão de que estava num cenário de teatro. Luzes. Fogos de artifício. A multidão comprimindo-se no local. As fachadas barrocas dos velhos edifícios. Trinta ou quarenta sacadas do século XIX ornamentadas para a ocasião.

Quando surgi na janela do Clube Flamengo, fui recebido com aplausos razoáveis, mas não entusiásticos. Senti que o discurso de improviso que iria proferir teria um enorme significado para mim: seria o início ou a liquidação imediata de minha carreira política.

Quando comecei a falar suava frio. Mas a voz, a princípio hesitante, aos poucos se foi tornando segura. Falei em paz e progresso. Prometi a conservação e a restauração de Diamantina como relicário arquitetônico. Anunciei a construção de estradas, de pontes, de escolas e de hotéis. Mas não o fiz vagamente, como era a praxe na época. Citei o nome de cada estrada, revelando o seu percurso e quilometragem. Dei o número das pontes e disse onde seriam construídas. Falei das escolas, declarando o local em que seriam erguidas e quantos alunos comportariam. E, sobre o hotel, anunciei sua necessidade, já que, se fosse vitorioso nas urnas, iria converter Diamantina num centro de atração para turistas.

Era a pregação desenvolvimentista, ainda em embrião. A mesma filosofia de crença no futuro, que seria mais tarde a característica da minha orientação na vida pública. O que mais impressionou ao grande auditório, porém, foi o apelo final que formulei. Pedi a todos os diamantinenses que fizessem uma pausa na incompreensão que os dividia; que continuassem adversários, mas não inimigos; que pensassem nos milhares de conterrâneos que não tinham pão nem vestes para se abrigar do frio ou da chuva; que prosseguissem democraticamente na luta contra mim, mas não contra os interesses de Diamantina, e que as divergências deviam limitar-se ao campo político. De minha parte, eu respeitaria integralmente o direito de todos os cidadãos e não consideraria motivo de punição a circunstância de alguém pertencer a este ou aquele partido. Os



funcionários seriam plenamente garantidos nos seus cargos, votassem em quem votassem. A paz da sociedade diamantinense devia prevalecer sobre as divergências, porque assim Diamantina ressurgiria engrandecida pelo trabalho de todos os seus filhos.

A multidão prorrompeu em frenéticos aplausos, que se prolongaram por muitos minutos. Senti que havia ganhado a partida. O povo, inflamado, invadiu a sede do clube, tomou-me nos braços e levou-me, por entre “vivas” e aclamações ruidosas, em procissão festiva através do centro urbano. Quatro dias depois, as urnas ratificaram o entusiasmo popular. Contra os prognósticos anteriores, que eram no sentido de uma derrota por margem superior a 1.500 votos, a vitória me sorria. Venci meus adversários por 120 votos, elegendo 11 dos 15 vereadores distritais. Dispondo de maioria absoluta, fiz o meu amigo Joubert Guerra prefeito do município.

Quando os resultados das eleições foram divulgados, Osvaldo Penido – meu amigo, promotor público da comarca, e que depois seria o chefe da minha Casa Civil na Presidência da República –, excitado pela vitória, mandou soltar foguetes de assobio – providência muito comum, na época, para se escarnecer do adversário derrotado. Reagi prontamente, fazendo com que Penido ordenasse a suspensão daquela provocação.

Encerrado o pleito, e antes de sair de Diamantina, fiz questão de ir à casa de todos os meus adversários políticos. Visitei-os, em companhia de Sarah e de minha irmã Naná, para me despedir e oferecer-lhes nossos préstimos em Belo Horizonte. Assim, ao contrário de foguetes de assobio, dava aos inimigos demonstrações de cordialidade, pondo termo àquela agitada, perigosa e imprevisível campanha eleitoral.

Essa atitude constituiu uma antecipação do que seria mais tarde o “meu estilo político”. Isto é, o tom de meu comportamento nas futuras competições eleitorais: lutar, com todas as minhas forças, para vencer o adversário, mas nunca tentar humilhá-lo, após a vitória.

.....  
*Pródromos da articulação continuísta*

O FRACASSO DA REBELIÃO COMUNISTA prestigiou Getúlio Vargas. Sua presença nas frentes de luta, o medo que se apossou das classes conservadoras, a ameaça aos empresários e industriais fizeram com que um novo movimento de solidariedade surgisse em torno do presidente da República. Assim, a semente do golpe de 37 germinou da rebelião da praia Vermelha.

Sufocada essa, teve início então uma grande manobra política. Atribuía-se à Constituição, com as limitações do estado de direito, a única responsabilidade de tudo. Em fins de 1935, o Brasil ainda se encontrava em perigo. Os comunistas se articulavam de novo na clandestinidade, e o governo tinha necessidade de liberdade de ação para combatê-los. A estratégia de ataque ao regime legal vigente seria executada aos poucos. A pressa contrariava o temperamento do chefe do Executivo, inclinado à contemporização. A primeira etapa seria a abertura de uma fenda nos alicerces do edifício legal recém-construído. Nesse sentido, o governo, como acentuou o historiador Pedro Calmon, “exacerbou o brio dos militares que lhe eram mais chegados alegando que o levante fora endereçado não ao poder civil, mas à integridade das Forças Armadas”. E obteve com essa manobra o que ambicionava: a substituição do estado de sítio,

previsto na Constituição, mas dependente da aprovação do Legislativo, pelo estado de guerra.

Foi essa a primeira fenda aberta – o início de outras rupturas. O Congresso fora trabalhado com habilidade. E, mesmo que não o fosse, a esmagadora maioria governista asseguraria a vitória da mensagem respectiva do ministro da Justiça. De qualquer forma, um trabalho de persuasão tinha sido feito.

Habilmente pressionado, o Congresso votou a emenda no dia 18 de dezembro, apesar da resistência de uma pequena, mas aguerrida minoria. O estado de guerra – funcionando em tempo de paz – representava, na realidade, a suspensão, pura e simples, de um capítulo fundamental do novo Diploma Legal: o das liberdades públicas. Criara-se no país, pois, uma ditadura condicional. Os poderes especiais concedidos ao presidente da República poderiam ou não ser utilizados.

O novo ano iniciava-se com a tomada de medidas repressivas. A Aliança Nacional Libertadora foi dissolvida. Sucediavam-se as prisões de civis e militares suspeitos de conspiração contra a ordem pública. Em março, Luís Carlos Prestes e sua mulher foram presos no Méier. Detidos já se encontravam Harry Berger e sua companheira Elisa Ewert. Numerosos oficiais das Forças Armadas haviam sido recolhidos, incomunicáveis, a unidades militares. Foram exonerados professores e catedráticos e, entre eles, Maurício de Medeiros, Castro Rebelo, Hermes de Lima, Leônidas de Resende, Edgard Filgueiras e Campos da Paz. No início de abril, o próprio prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, não escapou à maré montante da repressão. Foi afastado do cargo e recolhido a uma prisão.

No clima de apreensões que se criou, uma nova ideia foi lançada para desarmar os muitos espíritos suspeitosos: a pacificação nacional. Sim. Um movimento de união geral era necessário. O país estava sob grave ameaça. E todos deviam se unir e prestigiar o governo constituído. O *slogan* obteve receptividade. Movimentaram-se os jornais e os círculos políticos. O Congresso agitou-se, com discursos inflamados.

Maurício Cardoso e Paim Filho, representantes da Frente Única rio-grandense, vieram de Porto Alegre para conferenciar com Getúlio Vargas. Pouco depois, Flores da Cunha, apesar de suas divergências com o chefe do governo, esteve no Guanabara e foi envolvido, igualmente, pe-

las ponderações palacianas. Realizaram-se entendimentos. Chegou-se, em princípio, a um acordo: todos ao lado do governo, para a defesa das instituições ameaçadas.

A aura de pacificação chegou a contagiar a oposição. Alguns de seus líderes – mesmo os intransigentes, como o ex-presidente Bernardes e Otávio Mangabeira – sentiram-se no dever de não perturbar, com a rigidez de princípios que os caracterizava, aquele movimento de aglutinação das forças políticas visando à preservação do regime.

O encontro entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas foi considerado um acontecimento marcante. Poderia assinalar o início de um período de bonança no conturbado cenário político do Rio Grande do Sul. O próprio Flores sentiu-se eufórico. Em conversa com os jornalistas chegou a sugerir o nome de Antônio Carlos para a sucessão.

A sugestão repercutira no Catete como uma bomba. O assunto era tabu. Ninguém poderia falar em sucessão. O país estava em perigo e seria impatriótico agitar-se o cenário político sugerindo candidaturas. E logo a de Antônio Carlos, capaz de galvanizar largos setores da opinião pública.

O governo reagiu com presteza. Às medidas de combate ao comunismo seguiram-se outras, de caráter político. Visava-se eliminar da cena política todos quantos pudessem opor-se à ideia da sucessão de Getúlio Vargas por ele mesmo.

Naquele momento, a democracia enfraquecia-se visivelmente em alguns países da Europa. Existiam os exemplos da Alemanha e da Itália, presentes em todas as consciências. Mussolini havia invadido a Abissínia e justamente naquele período – maio de 1936 – Hailé Selassié fora corrido da capital, Adis-Abeba, e se refugiara no exterior. Havia ainda, para fechar o círculo, o caso da guerra civil na Espanha, com Franco impondo sucessivas derrotas aos republicanos. Totalitarismo em toda parte. A época era de regimes fortes. De executivos autoritários. De restrições às liberdades.

Em face do que ocorria na Europa, o Brasil – segundo os conspiradores – não poderia e não deveria assumir uma atitude de espectador. Competia-lhe ser, igualmente, comparsa no grande drama de fortalecimento dos regimes, ajustando-se desde logo à nova filosofia política. Já que os comunistas haviam tentado depô-lo, Getúlio inclinou-se para a direita,

afastando-se cada vez mais dos princípios democráticos, que tinham constituído a base da pregação da Aliança Liberal.

A conspiração contra a democracia tinha início nos mais secretos redutos do governo, tendo como articuladores Agamenon Magalhães, ministro do Trabalho, e Francisco Campos, autor da primeira tentativa de criação de uma agremiação fascista no Brasil – a “Legião de Outubro” – e então secretário de Educação e Cultura da prefeitura do Distrito Federal.

A sugestão de Flores da Cunha, lembrando o nome de Antônio Carlos para a sucessão de Getúlio Vargas, foi interpretada no palácio como um desafio.

Em setembro de 1935, ao ensejo das comemorações do centenário “farroupilha”, Getúlio Vargas havia sondado Flores da Cunha sobre a possibilidade de um “golpe”, tendo como objetivo sua permanência no poder. A negativa do governador gaúcho, franca e peremptória, desconcertara-o. Irritado, Getúlio Vargas concebeu um plano para destruir politicamente o governador gaúcho. Existiam os chamados “provisórios”, que eram uma força irregular, mas paralela ao Exército Nacional. Teria de dissolver aquela corporação e, se o conseguisse, Flores já não disporia de condições para se fazer ouvir sobre o problema sucessório.

A dissolução daquela força, entretanto, importava riscos e perigos. Em primeiro lugar, havia o temperamento árdego do governador gaúcho, capaz de levá-lo a reações imprevisíveis. Em segundo lugar, cumpria ter em consideração o fato de que o Rio Grande do Sul era o estado natal do presidente e, em face disso, não poderia ele inflingir-lhe qualquer humilhação – uma intervenção por exemplo –, o que dificultaria ainda mais a realização do projeto continuísta.

Competia-lhe, pois, agir com cautela. Em 1936 alertou o general Dutra, então comandante da 1ª Região Militar, para a anormalidade daquela situação. Agira de caso pensado, certo de que Dutra, levado pelo pundonor inerente à sua condição de oficial-general de Exército, transformaria o problema numa questão de honra militar.

A reação de Dutra foi justamente a que Getúlio Vargas havia previsto. Imediatamente, ele procurou o general João Gomes, então ministro da Guerra, e abriu-lhe os olhos para a gravidade da situação no Sul. Dutra fez mais: além da advertência, sugeriu ao titular da pasta que Flores

restituísse o material bélico das guarnições federais sediadas no estado, do qual se havia apossado para armar os agitados “provisórios”.

Algumas providências chegaram a ser tomadas pelo Ministério da Guerra, mas Flores resistiu. A questão evoluía lentamente, fazendo prever complicações futuras. De fato, o governador gaúcho, apoiado naquela força e bastante irritado, tomava atitudes de inegável constrangimento para as autoridades militares. A centelha fora acesa. O que lhe competia fazer dali em diante seria aguardar oportunidade adequada.

Naquele momento, porém – junho de 1936 –, Getúlio Vargas estava preocupado com a possibilidade do lançamento da candidatura de Antônio Carlos à sua sucessão. Flores da Cunha fizera apenas uma sugestão. Mas essa lembrança fora bem aceita. O velho Andrada, exercendo a presidência da Câmara dos Deputados com inexcusável brilho e absoluta isenção, estava em condições, de fato, de transformar aquela sugestão em desagradável realidade. Cumprira destruí-lo politicamente. Getúlio procurou fazê-lo desde logo, antes que a ideia se aprofundasse e criasse raízes. Tinha à mão o homem talhado para a tarefa: Benedito Valadares.

Apesar dos esforços para protelar a discussão do problema sucessório, a verdade é que esse se fazia cada vez mais presente no espírito de todos. Ainda não havia candidaturas em cogitação, mas, mesmo assim, dois nomes já se impunham no cenário político polarizando as atenções da opinião pública: Armando Sales, governador de São Paulo, e Flores da Cunha. Representavam eles as duas grandes forças catalisadoras do sentimento nacional de resistência a qualquer esquema continuísta.

Deslocava-se, em consequência, o eixo da liderança política do país relativamente à magna questão. São Paulo permaneceu onde sempre estivera – à frente dos acontecimentos –, mas Minas ficou relegada a um segundo plano, com seu lugar ocupado pelo Rio Grande do Sul.

Eu estava sempre com Benedito Valadares e não ignorava que este encarava com pessimismo a evolução dos acontecimentos políticos. Sabia o que se tramava no palácio. E, temendo uma solução inconstitucional, isto é, um golpe de estado, passou a agir no sentido de articular, no menor espaço de tempo possível, uma candidatura que, apoiada por forte concentração política, pudesse desencorajar qualquer propósito continuísta.

A esse respeito, Benedito julgava que Armando Sales, embora um bom candidato em outras circunstâncias, não constituía o homem ideal para o momento. De fato, desde que foi divulgada a notícia de que ele pretendia concorrer às eleições, a *entourage* palaciana passou a interpretar sua atitude como uma manifestação do revanchismo paulista, e, nessas condições, mobilizara-se pregando abertamente a necessidade de um golpe de estado.

Benedito Valadares – temeroso, como Armando Sales e Flores da Cunha, da conspiração palaciana – sentiu-se surpreendido quando, em articulação com Getúlio Vargas, este acenou-lhe com a possibilidade de sua candidatura à Presidência da República. Havia, porém, um obstáculo para a realização daquele plano: a presença do ilustre Andrada na pista que o governador deveria percorrer.

E teve início, então, a campanha para a liquidação política de Antônio Carlos. No palácio, diziam a Benedito que ele seria o candidato à sucessão de Getúlio Vargas se o ex-chefe da Aliança Liberal fosse afastado do caminho, pois dispunha de grande prestígio na Câmara dos Deputados e numerosos líderes políticos desejavam sua candidatura.

.....

*Benedito versus Antônio Carlos*

**E**RA COSTUME, quando deixávamos o Palácio Tiradentes, irmos, em grupo, tomar um aperitivo num bar existente na Praça José de Alencar, no Flamengo. A “roda” era quase sempre a mesma: Pedro Aleixo, Magalhães Neto, da Bahia – pai do governador Antônio Carlos Magalhães –, Luís Martins Soares, Abelardo Marinho, Negrão de Lima e Jurandir Pires Ferreira. Ali permanecíamos por uma ou duas horas conversando e discutindo assuntos políticos.

Benedito Valadares era o tema das palestras. Ainda não estava integrado no plano continuísta, em articulação pelos que cercavam Getúlio Vargas. Ao contrário, permanecia fiel ao regime democrático. Desejava que as candidaturas à sucessão fossem amplamente discutidas, que a campanha eleitoral se fizesse com plena garantia das autoridades e que se respeitasse o resultado das urnas, com a posse, na data certa, de quem efetivamente houvesse sido eleito.

Se tal era a sua atitude ao início de 1936, tornou-se ela ainda mais firme após sua conversa com Getúlio Vargas sobre a situação de Antônio Carlos. A partir daí não se tratava apenas de uma questão de fidelidade ao regime democrático. Mas, também, de defender com ardor uma causa pessoal. Não poderia haver dúvida sobre o significado da ad-



vertência do chefe do governo. Ele era o candidato do próprio Getúlio Vargas à sucessão em 1938.

Levado por essa suposição, Benedito Valadares foi mudando de opinião sobre a tática palaciana. Não era um complô contra o regime articulado pelo próprio presidente. Tudo não passava de um movimento de getulistas exaltados, sem maior profundidade, e, em face dos circunstâncias, perfeitamente compreensível. Em confirmação a seu raciocínio, existia aquela advertência do próprio Getúlio sobre o perigo que representava, para sua ascensão política, o prestígio de Antônio Carlos.

O poder sempre conturba os espíritos. Benedito havia sido elevado às mais altas posições pelo tato de Getúlio. O então chefe do governo provisório, com a malícia que lhe era própria, criara-o para ser apenas uma pedra em seu favor pessoal, no tabuleiro do xadrez político. O que Getúlio Vargas jamais imaginou foi que a criatura, afeiçoando-se à sedução do poder, pudesse rebelar-se contra a ascendência de seu criador. E era justamente o que, naquele momento, estava acontecendo. Benedito Valadares, após haver desempenhado com absoluta correção o papel de amigo do chefe do governo, começou a julgar-se com direito de ser seu sucessor.

Como o alvo imediato a ser atingido era Antônio Carlos, Benedito concentrou-se na realização de seu trabalho, cujo êxito tornaria absoluta sua liderança em Minas. Não se limitaria a impor o ostracismo a Antônio Carlos. Iria mais longe, praticaria uma verdadeira extirpação. Extinguiria o carlismo, com todas as suas raízes, da cena política nacional. Assim pensando, procurou executar a incumbência. Não ouviu ninguém. Todos os líderes mineiros – Venceslau, Pedro Aleixo, Valdomiro Magalhães, Ribeiro Junqueira – surpreenderam-se com suas atitudes. Nem mesmo nós, os amigos íntimos, fomos informados sobre o seu objetivo. Uma única pessoa estava a par do que se tramava: Francisco Campos.

Agosto chegava e, com ele, a esteira de superstições que lhe é inerente. Embora o mês não fosse indicado para se levar a efeito uma jogada tão arriscada, Benedito Valadares não se deixou impressionar. Começaria por baixo – pela Assembleia Legislativa do estado. O alvo imediato seria o presidente da Casa, Abílio Machado – expressão do carlismo.

Reuniu os deputados estaduais do Partido Progressista e deu-lhes a ordem: Abílio Machado seria substituído. O pretexto para a substituição:

o princípio da rotatividade na composição da Mesa da Câmara. A decisão foi recebida com estupefação. Abílio Machado era um homem que dignificava o Legislativo. Intelectual de projeção. Um dos mais conceituados advogados do estado. E, sobretudo, uma admirável figura humana.

Benedito mostrou-se inflexível. Ordenou que o novo presidente da Mesa fosse Dorinato Lima, ilustre médico e seu amigo pessoal, mas com pouca projeção política no estado. Belo Horizonte agitou-se. A imprensa verberou o procedimento do governador. Benedito Valadares não cedeu. A 14 de agosto, consumou-se a substituição.

Era o primeiro estágio da extirpação do carlismo. Restringia-se, ainda, ao âmbito estadual. Mas, mesmo aí, restava outra providência a ser tomada; Antônio Carlos era o presidente da comissão executiva do partido situacionista. Seria difícil destituí-lo daquelas funções, em face da reação negativa da atitude tomada contra Abílio Machado. Francisco Campos surgiu de novo para aconselhar Benedito. Devia fazer-se em Minas o que Getúlio Vargas havia tentado no âmbito nacional: um movimento de pacificação política, ou melhor, a extinção das duas maiores agremiações partidárias do estado – o PP e o PRM – através da fusão das mesmas num novo e grande partido. Alcançado esse objetivo, Antônio Carlos ficaria naturalmente fora da presidência da comissão executiva, e a situação de Benedito Valadares, como governador e chefe da nova coligação partidária, estaria muito fortalecida.

O ex-presidente Bernardes, chefe do PRM, não se mostrou inofensivo à aproximação com o governo estadual. Mas exigia que os partidos permanecessem com suas respectivas estruturas. A pacificação – se era esta de fato a finalidade do acordo – far-se-ia através de entendimentos nas cúpulas. Nada, porém, de extinção das agremiações existentes e muito menos do PRM, que era um partido de grandes tradições e constituía, naquele momento, uma espécie de estuário ao qual haviam desaguado todas as correntes de oposição, quer do situacionismo estadual, quer do governo federal.

Criado o impasse, Benedito Valadares lançou mão de outra estratégia: a fragmentação do PRM. E obteve êxito na iniciativa. O velho partido do ex-presidente Bernardes continuou existindo. Mas alguns de seus líderes mais eminentes – como Djalma Pinheiro Chagas, Afrânio e Virgílio de Melo Franco, Cristiano Machado e Bias Fortes – passaram a en-

grossar as fileiras do situacionismo. A situação de Benedito consolidou-se ainda mais, permitindo-lhe a indispensável liberdade de ação para atingir, com facilidade, o alvo principal daquela complicada estratégia, que seria forçar, finalmente, a renúncia de Antônio Carlos à presidência da Câmara de Deputados.

Nos últimos dias de agosto, encontrava-me de novo em Diamantina, quando recebi uma mensagem urgente de Benedito Valadares solicitando-me viajar *incontinenti* para o Rio. Ao chegar a Belo Horizonte, dirigi-me ao palácio a fim de saber a razão da convocação. Encontrei Benedito Valadares já no andar térreo e pronto para tomar o carro, no qual seguiria naquele momento para o Rio. Disse-me que ia haver uma reunião da bancada federal mineira e que era indispensável a presença de todos os deputados.

Perguntei-lhe o que havia com referência a Antônio Carlos, uma vez que os jornais vinham divulgando uma série de notícias confusas. Benedito levantou os olhos, olhou para as árvores do jardim do Palácio, e respondeu-me enigmaticamente, com uma interrogação: “Você não acha que poderei ser o candidato do Getúlio à sua sucessão, uma vez afastado o Antônio Carlos?” Essas palavras me deram ampla visão do problema. O velho Andrada estava liquidado. Na reunião do Rio, no dia seguinte, iria funcionar contra ele a guilhotina do Palácio da Liberdade.

A queda de Antônio Carlos, com o imenso prestígio de que gozava, ia abrir um vazio no cenário político. O Congresso emergiria dela enfraquecido, e no recuo das águas que iriam tragar o seu presidente subiria o prestígio de Getúlio, livre do companheiro – o fundador da Aliança Liberal. A condenação provinha do Catete, e Benedito seria o executor da sentença.

A reunião processou-se dois dias mais tarde no edifício do Instituto Mineiro do Café, na Rua Visconde de Inhaúma. Estavam presentes os integrantes de toda a bancada federal do Partido Progressista, os ex-perremistas que haviam aderido ao governo, os ministros de Estado Gustavo Capanema, da Educação, e Odilon Braga, da Agricultura, os senadores Valdomiro Magalhães e Ribeiro Junqueira, e alguns deputados estaduais, assim como Afrânio e Virgílio de Melo Franco.

Antônio Carlos não compareceu, e igualmente seus amigos e parentes, os deputados João Tostes, João Penido e José Bernardino.

Chegando ao Rio, Benedito Valadares promoveu os indispensáveis entendimentos, dando a conhecer à bancada sua intenção: destituição do ilustre Andrada das funções de líder da bancada mineira. O pretexto alegado fora o mesmo que havia sido utilizado contra Abílio Machado na presidência da Assembleia estadual: o critério da rotatividade.

Entretanto, Benedito Valadares tinha em vista alguma coisa além do anunciado. Era obter, através da destituição de Antônio Carlos das funções de líder da bancada, sua renúncia à presidência da Câmara dos Deputados. Esse era o alvo. O objetivo verdadeiro. A aspiração secreta e tão vivamente acalentada. E, se tudo ocorresse como havia sido planejado, estaria definitivamente liquidada a carreira política do veterano homem público, ficando livre a ele, Benedito, o caminho para disputar, com probabilidade de êxito, a sucessão de Getúlio Vargas.

Tomando conhecimento das intenções do governador de Minas, Antônio Carlos antecipou-se ao que seria decidido na reunião. Escreveu uma carta renunciando, em caráter irrevogável, às funções de líder da bancada e a entregou a Pedro Aleixo, solicitando que este a fizesse chegar às mãos do governador antes de ser aberta a reunião.

O ambiente no salão do Instituto Mineiro do Café era de constrangimento e opressão. Ninguém falava. Os presentes interrogavam-se através de gestos discretos ou de olhares expressivos. Abrindo os trabalhos, Benedito Valadares leu a carta de Antônio Carlos e anunciou a escolha de Noraldino Lima para substituí-lo. O fato, apesar de aguardado, foi recebido com estupefação por todos os presentes. Antônio Carlos, além de amigo pessoal de Benedito, de ex-presidente de Minas e de articulador da Aliança Liberal, responsável pela nova situação do Brasil, era uma figura nacional das mais respeitáveis e do maior prestígio.

Ao discursar explicando as razões daquela reunião – razões sobejamente conhecidas de todos com dois dias de antecedência –, Benedito o fez de maneira infeliz. Talvez porque estivesse cansado ou porque se sentisse tolhido pela emoção, o fato é que sua oração não causou boa impressão. Claudicava. Repetia as palavras. Mas o que desejava foi obtido.

No elevador, quando descíamos, Alkmin comentou, com sua habitual malícia: “Que discurso!” Mas Pedro Aleixo, que se encontrava ao lado, corrigiu, com admirável vivacidade: “Demostênico, Alkmin, comparado com o de ontem...”

A destituição, levada a efeito da maneira por que o fora, chocara Antônio Carlos. E não apenas o ex-presidente de Minas, mas toda a bancada estadual. O próprio Noraldino Lima, o substituto, não conseguia disfarçar seu constrangimento. A notícia logo extravasou do círculo da política estadual e deu origem a manchetes nos jornais cariocas.

Era o assunto do dia.

No primeiro momento, Benedito sentiu-se um vitorioso. Tinha velhas contas a ajustar com Antônio Carlos. Por ocasião da sua eleição para a governadoria, ele realizara reuniões em sua residência e na do ex-presidente Venceslau Brás tentando articular um candidato que lhe garantisse a sucessão de Getúlio Vargas. Insinuara, um dia, numa pergunta, com a arte política em que era mestre, se Benedito não estaria com vontade de voltar à Câmara dos Deputados...

Benedito havia assistido àquelas manobras com tranquilidade, pois dispunha do apoio de Getúlio Vargas. E, de fato, este não lhe faltara no momento decisivo. Os tempos passaram. Contudo, Benedito guardara profundo ressentimento daquela atitude de Antônio Carlos. Mas a hora da revanche havia chegado. Destituíra o ilustre Andrada da liderança da bancada mineira.

Entretanto, esse triunfo representava apenas o primeiro movimento de uma grande estratégia política. O que Benedito tinha em mente, na realidade, era forçar a renúncia de Antônio Carlos à presidência da Câmara dos Deputados, já que ele havia sido despojado do apoio político do situacionismo mineiro.

Todavia, a sensação de vitória não deveria durar muito. A grande partida ia ser jogada no recinto do Palácio Tiradentes. O plenário estava repleto. A imprensa havia comentado, com o maior destaque, os resultados da reunião de Partido Progressista no edifício do Instituto Mineiro do Café. Comentários acrimoniosos, ressaltando a pretensão do governador mineiro de querer dar ordens ao Poder Legislativo. Benedito Valadares, em face da atitude da imprensa, ordenou que se fizesse circular no recinto a

notícia de que Antônio Carlos já não era *persona grata* de Getúlio Vargas. Essa providência tinha uma finalidade: desviar do presidente da Casa a solidariedade dos deputados interessados em agravar o governo. O ambiente era de expectativa e tensão.

O dia: 3 de setembro de 1936. À hora regulamentar, Antônio Carlos assumiu a presidência da Mesa e declarou aberta a sessão. Deu a palavra ao primeiro orador inscrito: Noraldino Lima. Houve um movimento de curiosidade no recinto. Noraldino era o novo líder da bancada mineira, em substituição a Antônio Carlos. O recinto permaneceu em silêncio – nenhuma palma, nem mesmo as do protocolo.

Chegando à tribuna, Noraldino Lima tirou do bolso o discurso escrito e começou a lê-lo. Quando se referiu a Antônio Carlos, espoucaram palmas e “vivas” ao presidente da Casa. Daí em diante, já não se ouvia o que o orador dizia. Soava a campainha, pedindo silêncio. Mas os deputados não obedeciam. Braços irados se erguiam. Interpelações virulentas ecoavam. O recinto transformara-se num mar revolto. E Noraldino, sob a reação dos que o cercavam, mal conseguiu concluir seu discurso.

Ouviu-se, em seguida, a voz característica de Antônio Carlos. Passou a presidência da Mesa a Euvaldo Lodi e pediu a palavra. Ao invés de falar de onde estava, desceu a escada e foi ocupar a tribuna no recinto. Só o gesto democrático, deixando a mesa para falar como qualquer deputado, teve o efeito de sensibilizar o plenário. Os aplausos eram frenéticos, tanto no recinto quanto nas galerias.

Gênio do malabarismo político, o velho Andrada, disposto a não ceder sem reação, procurou dramatizar a situação, para provocar a solidariedade da Câmara. Proferiu, então, um discurso patético, revelando a prepotência de que estava sendo vítima. À medida que falava, os deputados iam-se pondo de pé e intercalavam cada uma de suas frases com estrepitosos aplausos. Esperava-se a todo o momento que ele anunciasse sua renúncia à presidência da Câmara, e o recinto, como se se tratasse de uma manobra combinada, integrou-se numa reação coletiva, impedindo, através de ruidosas aclamações, que ele pronunciasse a palavra “renúncia”, o que converteria sua atitude num fato consumado.

A sessão da Câmara transformou-se, pois, numa consagração – a mais espontânea e calorosa jamais verificada naquele recinto – a Antônio

Carlos. A acusação que se lhe fazia era a de que, contrariando o desejo do presidente da República, que pretendia adiar tanto quanto possível a discussão do problema sucessório, ele vinha realizando entendimentos para articular, em sigilo, a própria candidatura. Essa havia sido a acusação formulada por Noraldino Lima, sob uma saraivada de protestos. Antônio Carlos deixara-a para o fim, respondendo então a ela.

Na atmosfera de emoção generalizada, de exaltação de ânimos, com gritos de “Prepotência!”, “Interferência indébita!”, “Caciquismo político!”, Antônio Carlos, lívido como um cadáver, interpelou o recinto: “Existem aqui cerca de 300 deputados, meus senhores. E apelo para a honra de cada um de vós e faço esta pergunta: ‘Algum dia disse eu, alguma vez deixei perceber ao menos que estava envolvido em manobras em torno da sucessão presidencial?’”

E um “não”, repetido por muitas centenas de vozes, ecoou como um coro, fazendo vibrar os vitrais da abóbada. Otávio Mangabeira, conseguindo dominar o tumulto, desmascarou os falsos defensores da tranquilidade do país: “O que estão fazendo com Vossa Excelência é que é uma típica manobra da sucessão presidencial.”

Estrugiram aplausos e aclamações. Agitou-se de novo o recinto. E os deputados de todas as bancadas, inclusive muitos que apoiavam Getúlio Vargas, num impressionante movimento de solidariedade coletiva, avançaram, aos brados, cercaram a tribuna, tomaram Antônio Carlos nos braços e o levaram, em triunfo, à sua poltrona na presidência da Câmara.

Naquele mar de vozes iradas, de braços erguidos, de protestos veementes, só a bancada situacionista mineira, da qual eu fazia parte, conservara-se sentada, esmagada pelo que ocorria no recinto. Passados tantos anos, ainda recordo, constrangido, esse dia crucial para nós. Ao meu lado, encontrava-se Negrão de Lima. Mantínhamo-nos silenciosos. Nossa atitude obedecia a um indeclinável dever de disciplina partidária, porquanto Benedito Valadares fechara a questão, e nós, seus correligionários e amigos, não poderíamos lhe faltar com nosso apoio.

Não obstante tais inspirações, sempre considerei o episódio como a hora mais difícil vivida pelos representantes de Minas no Parlamento.

.....

*Desenha-se o quadro sucessório*

**O** ACORDO TENTADO POR GETÚLIO VARGAS visando à pacificação política tinha fracassado. Havia um empecilho a dificultar o êxito de todas as *démarches*: a suspeita de que o interesse por uma trégua nas lutas partidárias não passasse de uma cortina de fumaça sob a qual se dissimulava o verdadeiro objetivo da manobra: o continuísmo.

Estávamos em meados de 1936. A situação no país era, cada dia, mais confusa. O estado de guerra vinha sendo prorrogado de 90 em 90 dias. Tratava-se de uma espada de Dâmocles suspensa sobre os destinos da nação.

Benedito Valadares estava sempre com Getúlio Vargas e, durante esses encontros, procurava sondar-lhe o pensamento de forma a não ser colocado numa posição difícil com o súbito agravamento da crise. Lembra-se da tentativa de “degola” de Antônio Carlos, e, muito sensatamente, preferia agir com a máxima cautela.

Após o “entrevero” no Palácio Tiradentes, Getúlio Vargas chamou Antônio Carlos ao palácio e, pretendendo dar a impressão de que estava alheio à atitude tomada pelo governador de Minas, reafirmou-lhe seu apoio no sentido de que permanecesse na presidência da Câmara. A tempestade política que desabara sobre Benedito após a memorável sessão do dia 3 de setembro no Palácio Tiradentes ele a suportara sozinho. Fora



largado às feras. Enfrentara tudo calado, para não comprometer o presidente da República.

Mas a situação se agravava dia a dia. Criara-se o Tribunal de Segurança Nacional. No dia 17 de setembro, as Oposições Coligadas, num desafio aberto à atitude protelatória de Getúlio Vargas, decidiram abrir a discussão do problema sucessório. Benedito Valadares reorganizou seu secretariado. Eliminou os elementos carlistas, substituindo-os por pessoas de sua confiança. Alkmin passou a ocupar, então, a pasta do Interior.

Em outubro, Armando Sales proferiu em São José do Rio Pardo um discurso que obteve enorme repercussão. Não era bem um discurso, mas um programa de governo. Aquela não era a sua primeira oração. Desde algum tempo vinha percorrendo o interior do estado em pregação democrática, e o que dizia era reproduzido, com o maior destaque, nos grandes jornais.

O discurso de São José do Rio Pardo, porém, já não era de pregação doutrinária. Tratava-se de um trabalho denso, repleto de ideias administrativas apontando os rumos que o país deveria seguir. Não era uma oração de governador, mas a palavra de um candidato à Presidência da República.

Benedito Valadares sentiu-se alarmado. Sabia como a candidatura de Armando Sales era encarada pelos integrantes da “roda palaciana”. Tinha certeza de que, se o governador paulista insistisse em se candidatar, o país não escaparia a outra guerra civil. E pôs-se em atividade, tentando obter a desistência de Armando Sales.

Entretanto, o governador paulista recebera com frieza as *démarches* de Valadares. Em primeiro lugar, não iria abrir mão da oportunidade, que julgava excelente, para chegar à curul presidencial. Por outro lado, não confiava em Benedito Valadares, que julgava um factótum de Getúlio Vargas. Além do mais, não conseguia dissimular o despreço em que tinha o seu colega de Minas.

Um exemplo: certa vez fazíamos uma excursão pelo Triângulo Mineiro e, dali, decidimos seguir para o Rio, passando por São Paulo. Armando Sales fora avisado da nossa passagem pela capital paulista e, naturalmente, deveria prestar ao governador do estado vizinho as atenções que o protocolo impõe. Contudo, sua atitude foi acintosa e desconcertante. Recusou-se a

visitar Benedito Valadares, e seu gesto provocou as mais desencontradas reações, causando péssima impressão, inclusive nos círculos bandeirantes.

A falta de tato político de Armando Sales não se revelou apenas nesse incidente. Mais tarde – quando veio ao Rio, dando a entender que, proximamente, iria comunicar a Getúlio Vargas sua decisão de deixar o governo para candidatar-se à Presidência –, novo atrito se verificou entre ambos, e provocado, outra vez, pelo chefe do Executivo de São Paulo.

Através de amigos comuns, Benedito propôs a Armando Sales realizarem uma conferência antes de ser feita aquela comunicação oficial a Getúlio Vargas. O que Benedito tinha em mente era fazer um apelo ao governador paulista. Apelo no sentido de que permanecesse à frente do Executivo estadual, pois assim Minas e São Paulo poderiam estabelecer uma poderosa frente política, tendo por objetivo a preservação da democracia no país.

Benedito estava preocupado realmente com a situação. Para contorná-la, dispusera-se até a sufocar velhas mágoas e a reprimir antigos ressentimentos, de forma a poder discutir o assunto com Armando Sales num clima da maior franqueza possível. Entretanto, enquanto tais entendimentos se processavam, surgiu um fato novo que determinou a interrupção temporária das conversações. Getúlio Vargas havia chamado Benedito Valadares ao Rio e pediu-lhe que fosse à Bahia a fim de conversar com Juracy Magalhães, governador daquele estado. O que Vargas desejava estava mais ou menos na linha do pensamento do governador mineiro. Tratava-se de impedir, de alguma forma, que Juracy Magalhães apoiasse a candidatura Armando Sales. A missão era reservada. Reservadíssima. Benedito não deveria falar em nome do presidente, mas dar a impressão de que agia por iniciativa própria. Em face disso, cuidaria de dissimular o objetivo daquela viagem, para não despertar a atenção, quer dos jornalistas, quer dos círculos políticos.

Surgiu, então, a ideia de uma excursão pelo rio São Francisco. Benedito desceria o grande rio e, como teria de passar pela Bahia, forçosamente avistar-se-ia com o governador do estado. Seria um encontro natural e imposto pelo protocolo.

Benedito comunicou, então, a Armando Sales que iria fazer a excursão e que, assim que regressasse, poderiam dar forma concreta e de-

finitiva às conversações que iriam realizar. O governador paulista não fez qualquer objeção em relação ao adiamento do encontro. Não estava interessado realmente em trocar ideias com Benedito, e talvez houvesse sido até com alívio que recebera aquela comunicação.

Assim, um vapor da frota da Navegação Mineira – Venceslau – foi especialmente fretado. A viagem teria o caráter de uma excursão turística. Integrei a comitiva do governador, juntamente com Otacílio Negrão de Lima, então prefeito de Belo Horizonte; Mário Matos, diretor da Imprensa Oficial; Israel Pinheiro, secretário da Agricultura; e os deputados Carlos Luz e Washington Pires.

No dia 2 de dezembro, tomamos o vaporzinho em Pirapora. Iríamos percorrer toda a área banhada pelo grande rio e só deixaríamos o navio em Petrolina, no estado de Pernambuco. Benedito havia-se comunicado com Juracy, e este respondera que teria imenso prazer em receber a visita do governador de Minas e que, num gesto de deferência, iria aguardá-lo em Carinhanha, a fim de que, dali em diante, fizessem juntos a viagem.

Segundo Renan, “uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas, que formam apenas uma, constituem esta alma, este princípio espiritual. Uma dessas coisas está no passado; a outra no presente”.

O pensamento é admirável, sobretudo se aplicado às nações desenvolvidas. No caso do Brasil, porém, o pensamento, para se considerar completo, deveria levar em conta um terceiro elemento: o futuro. Essa ideia aflorou-me ao espírito quando naquela excursão, realizada em dezembro de 1936, vi pela primeira vez o vale do São Francisco.

Na realidade, a vasta e rica região impressionou-me profundamente. Tudo ali era primitivo e rústico. Apesar da uberdade do solo – principalmente na área ribeirinha –, escasseava a produção agrícola, em decorrência da falta de mercados. Em Pirapora, melancias, de tamanho descomunal, apodreciam nas bancas dos vendeiros da zona portuária sem que surgisse um comprador. Ao longo das margens do rio, viam-se algumas roças. Mas plantadas apenas para garantir a subsistência dos humildes proprietários das terras. As habitações eram choças, e não casas. E, por toda a parte, o que se observava era uma população enferma, corroída por doenças facilmente curáveis, caso os governos tivessem interesse em integrá-la na comunidade nacional.

A viagem foi a mais agradável possível. Além da comitiva de Benedito Valadares, integrada apenas por amigos íntimos do governador, tivemos o prazer de contar com a presença de Juracy Magalhães e do deputado Manuel Novais, os quais, conforme o combinado, tomaram o navio em Carinhanha.

A função histórica do São Francisco remonta à infância do Brasil, quando os bandeirantes, partindo de São Paulo e da Bahia, empurraram aos poucos, para o oeste, a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Novas regiões foram, então, conquistadas para o país. O Triângulo Mineiro, o estado de Goiás. E o de Mato Grosso. Em face dessa ocupação material da terra, tornou-se possível, mais tarde, a invocação do princípio do *uti possidetis*, através do qual se ampliaram enormemente as nossas fronteiras. De fato, o que se verificou na região Centro-Oeste foi a conjunção de dois fatores, de conquista e posse da terra, atuando no processo da configuração territorial brasileira. Enquanto bandeirantes realizavam a penetração num sentido horizontal – no rumo dos paralelos geográficos – o São Francisco preservava as comunicações, pelo interior, do Norte com o Sul do Brasil.

No litoral, esse contato entre as duas partes do arquipélago, que era o Brasil, era realizado pelos navios que iam de porto em porto, num precário trabalho de cerzimento da estrutura nacional. Tratava-se de uma integração fictícia. Ligados entre si os portos, o imenso organismo do país em formação estendia-se para o oeste sem uma só via de circulação interna, como um corpo humano privado de um sistema de distribuição sanguínea.

Coube ao São Francisco realizar essa tarefa. Daí a razão por que foi denominado “rio da integração nacional”. O Norte se comunicava com o Centro através dessa extensa via fluvial. E tão intenso era o intercâmbio terrestre que ali floresceu um dos ciclos da nossa evolução econômica – “a civilização do couro”, no dizer de Capistrano de Abreu.

É que dois impulsos desenvolvimentistas se entreligaram na fase da conquista do território: o gado que se espalhava, reproduzindo-se ao longo das baixadas ribeirinhas; e a febre da mineração, que cada dia requeria maior número de bravos para revolver a terra, prodigiosamente rica, das áreas de extração do ouro.

A diferenciação dos tipos de penetração – os mineradores, em busca do ouro; e os criadores de gado, fornecendo carne aos que se de-

bruçavam sobre as grupiarias – determinou uma dualidade de interesse, ou melhor, um conflito de motivações que só foi útil ao desenvolvimento do Brasil central. Assim, “o rio dos currais” converteu-se num importante fator de desbravamento, o que iria tornar possível a floração de uma civilização em pleno sertão.

Para se ter uma ideia da função catalisadora desse rio, basta dizer que a população que vivia nas suas margens – na época em que realizamos a excursão – era de mais de 3 milhões de habitantes e que o seu curso, como elemento de comunicação mediterrânea, interessava a sete estados, constituindo seus principais beneficiários: Minas, que é por ele banhada desde a nascente até a barra do Carinhanha; e a Bahia, que tem 50% do seu território incluído na sua bacia.

Para mim, tudo parecia fascinante naquele cenário de amplidões incomensuráveis. De fato, ali tudo era grande – tão grande que amesquinhava o homem. As baixadas, na zona baiana, espraivavam-se até se confundirem com o horizonte. E, na zona mineira, o rio deslizava, comprimido numa depressão estreita, murada por altas montanhas que se elevavam a mil e até a mil e quinhentos metros acima do nível do mar. Além do mais, o próprio rio era cheio de surpresas e mistérios. Um caudal inquieto, rumoroso, que nunca corria no mesmo leito. Constituía um espetáculo emocionante ver-se o trabalho dos marinheiros, afeitos à rude tarefa de conduzir o vapor através dos baixios e das “coroas” que repontavam aqui e ali, para desaparecer como haviam surgido.

Encalhado o barco, a tripulação saltava para o leito e, com o auxílio de longos varejões, conseguia libertar o casco das pedras do fundo ou das formações de areia provocadas pelo remuo das águas. Daí a razão por que, na região, era costume dizer-se que os marinheiros do São Francisco “carregam o navio nas costas”.

Para completar a sucessão de cenários paradoxais, havia o seguimento das cidades e aldeias ribeirinhas, cada uma com sua fisionomia própria, seu sistema de vida e sua modalidade peculiar de economia. Aqui, viam-se pastagens. Adiante, plantações de algodão e de mamona. Acolá, as leiras dos canaviais. Entretanto, apesar da uberdade do solo, tudo fenecia e tendia a desaparecer. Era o preço que os são-franciscanos tinham de pagar pela ausência de transporte.

Durante a época colonial, fora abundante o comércio que por ali se fazia. Gado e mercadorias, para os mineradores. Apresamento de índios, para a escravidão. Contrabando de ouro, para o litoral. Depois, com o cansaço das minas, o progresso estiolou-se. Já não havia compradores e as enchentes devastadoras arruinavam as plantações, que, aos poucos, foram desaparecendo. Os habitantes ribeirinhos, forçados à penúria pelo isolamento, voltaram-se para o rio como um manancial de suprimento, tendo por objetivo a própria subsistência. E o rio não desmentiu a confiança que as populações nele depositavam.

Com efeito, o São Francisco é um rio abençoado. Aduba grande parte da região através das enchentes periódicas. Fornece condução ao longo do coração do sertão baiano e parte do Nordeste, e proporciona à população local peixe fácil e abundante.

A inconstância daquele imenso curso d'água criava condições de vida, onde, sem sua ação revitalizadora, só existiria o deserto. Nessas condições, a bacia do São Francisco, então órfã de qualquer assistência governamental, convertera-se em autossuficiente. Ou melhor, fizera-se autárquica. Vivia por si mesma, como uma ilha de atividade perdida no oceano dos descampados do sertão brasileiro.

O vaporzinho em que viajávamos sofreu todos os embaraços comuns à inconstância do rio. Era um espetáculo o desencalhe num banco de areia. Motivo de viva curiosidade era observar-se a mutação do cenário. Para dar vida à paisagem, destacavam-se as cores berrantes das casas, nas duas margens, sempre em tons violentos, talvez para contrastar com a monotonia do cinzento, que é a característica do sertão.

Sucediam-se as cidades: Pirapora, Guaicuí, São Romão, Manga, São Francisco, Januária, Carinhanha e Bom Jesus da Lapa, centro místico do sertão.

Nessa última, o agrupamento humano estava plantado num areal que se estendia até a margem do rio e, ali, numa gruta, escondia-se o alvo das romarias que, em todos os meses de agosto, atraíam milhares de romeiros. Em 1903, a gruta fora presa de um incêndio. Mas este, em lugar de danificá-la, tornou-a mais espaçosa, já que destruiu o entulho que obstruía a entrada. No interior, erguia-se o santuário, considerado milagroso,

a que acorrem os fiéis de todos os estados a fim de prestar sua oferenda de fé à imagem do Bom Jesus.

A cidade praticamente existia em função das romarias. Por toda a parte viam-se os que chegavam em busca da graça divina. Cegos. Leprosos. Portadores de todo gênero de doenças incuráveis. E o Bom Jesus da Lapa sempre atendia aos que apelavam para sua misericórdia. Daí as peregrinações. Homens e mulheres que percorriam, a pé, milhares de quilômetros para pagar uma promessa. E, por fim, os objetos de cera, aos montões, acumulados à sombra das estalactites, no interior da Gruta dos Milagres, em agradecimento pela graça recebida.

Quando o navio parou no meio do rio, em frente à cidadezinha, Benedito Valadares mandou chamar-me. Eram 6 horas da manhã. Desejava que falasse, agradecendo a manifestação que a população local iria prestar aos chefes executivos dos dois estados vizinhos – Minas e Bahia. Ao fazer o discurso, procurei inspirar-me na tradição da terra e, tocado pela fé que havia sido revigorada ante ao grande penhasco da Gruta dos Milagres, consegui desobrigar-me da missão que, à primeira vista, me parecera bem difícil.

A história da Gruta dos Milagres remonta à infância do Brasil, entre 1543 e 1550, quando Duarte Coelho, capitão donatário da capitania de Pernambuco, foi o primeiro a visitá-la, seguido este, em 1553, por Tomé de Sousa. Entretanto, a fama do local só teve início por volta de 1691, e devida exclusivamente a um fato fortuito. Nessa época, Francisco Mendonça Mars, que havia deixado Portugal com vinte e dois anos e viera exercer as profissões de pintor e ourives em Salvador, resolveu doar aos pobres tudo que possuía e embrenhar-se, a pé, pelo sertão. Levava consigo apenas uma imagem do Senhor Bom Jesus, que lhe guiaria a caminhada.

Andando pelo sertão bruto, descobrira, por fim, após muitos meses de provações, o morro e, dentro dele, a gruta, que iria se tornar famosa. Durante treze anos, Francisco Mendonça Mars ficou no local, entre cactos e xiquexique, levando uma existência de monge. Nesse período, passaram por ali as “bandeiras” de Matias Cardoso, de Bartolomeu Bueno Filho e de outros furadores de mato, além de numerosos caçadores de minas de ouro. Os visitantes fizeram circular a notícia da gruta milagro-

sa e formou-se, aos poucos, em torno da figura do monge solitário, aquele centro místico do sertão. Surgiram, então, as peregrinações. As romarias. Enfim, a hoje famosa Gruta dos Milagres.

Deixando Bom Jesus da Lapa, prosseguimos rio abaixo até Petrolina. A viagem chegava ao fim. Durante a excursão, tomamos conhecimento, através do rádio de bordo, de duas notícias que muito nos impressionaram: a abdicação do Rei Eduardo VIII, da Inglaterra, para se casar com a “plebeia” Wally Simpson, o que deu origem ao mais rumoroso romance sentimental do século; e a demissão do general João Gomes, do Ministério da Guerra, substituído pelo general Eurico Gaspar Dutra.

Ao deixarmos o navio, seguimos de trem para Salvador. No Palácio da Aclamação, Benedito teve uma entrevista reservada com o governador da Bahia. Durante o encontro, Juracy Magalhães incutiu no espírito de Benedito a ideia da candidatura de José Américo à sucessão presidencial. Combinaram que nenhum tomaria uma deliberação política sobre a sucessão sem previamente consultar o outro.

De Salvador, retornamos ao Rio a bordo de um hidroavião.

A excursão fixou-se-me no espírito. O que vi impressionou-me. Chocou-me. Era a primeira vez que havia tido uma visão do Brasil por dentro.

Passado e presente. Apenas duas situações no tempo. Não poderíamos – e não poderemos ainda hoje – viver em função tão somente desses dois fatores. Se assim o fizéssemos, sofreríamos uma parada no tempo, uma estratificação do não realizado.

Aqueles dois fatores, justamente tão definitivos e poderosos em outras nações, assumiriam na formação brasileira o papel de simples elos de evolução. Por isso, o futuro é tão importante para o Brasil. Sua história e sua grandeza realizar-se-ão em função do que há de vir, e não do que já foi.

Contemplando o cenário de desolação daquele pedaço do Brasil, tive a visão clara da importância de uma gigantesca barragem que retificasse o São Francisco e permitisse ao Brasil, além da energia elétrica produzida – que seria um subproduto do empreendimento –, a riqueza decorrente da navegação fácil, da irrigação abundante, de agricultura pujante, da pesca e, sobretudo, da alternativa de uma ligação “por dentro”



das diferentes unidades da Federação, extinguindo-se o monoviarismo das comunicações litorâneas.

Sonho? Apenas sonho. Na época, eu era um simples deputado integrando a comitiva de um governador. Vira o vale, e ele me impressionou. A chapada sertaneja eriçada pela caatinga; e, ao longo dela, dividindo-a em duas partes, o imenso curso d'água rolando sobre um leito de pedras em direção ao mar. Os anos iriam passar, e aquele mesmo deputado, elevado à Presidência da República, ia fazer com que o seu sonho, considerado irrealizável em 1936, se convertesse, no final da década dos 50, na gigantesca barragem de Três Marias.

.....

*A articulação das candidaturas*

**P**ARA TODOS NÓS, a viagem à Bahia convertera-se num deslumbramento. Mas as grandes emoções têm por vezes a duração do relâmpago. Mal vimos a Rua do Pelourinho e as igrejas, revestidas de folhas de ouro, e já era tempo de voltar. Um telegrama chegara comunicando a Benedito Valadares que Armando Sales estaria no Rio dentro de dois dias. Preparamo-nos, então, para regressar. A ida havia sido realizada num naviozinho que parava de cidade em cidade, quando não era detido pela falta de calado. Mas, mesmo antes do navio, a viagem já se vinha arrastando num ritmo de excursão turística. De Belo Horizonte a Sete Lagoas. De Sete Lagoas a Curvelo. De Curvelo a Corinto. E, por fim, de Corinto a Pirapora. Dois longos dias só para se atingir o porto de embarque!

Ao chegarmos ao Rio, de hidroavião, Armando Sales já ali se encontrava. Benedito hospedou-se no Copacabana Palace. Eu fiquei no Luxor Hotel, também na Avenida Atlântica.

Benedito tinha pressa. O encontro estava combinado havia quase um mês. O assunto era de grande interesse para ambos, pois dele dependeria a sorte do país na quadra que estava por vir. A candidatura José Américo, instilada no espírito de Benedito por Juracy Magalhães, era apenas uma semente. Poderia germinar ou não, dependendo das circunstâncias futuras.

Naquele momento, o governador mineiro já se mostrava descrente de chegar a ser o candidato de Getúlio Vargas. Lembrava-se do episódio da tentativa de “degola” de Antônio Carlos, processada sem resultado para ele. Mas era político. E todo político deve habituar-se a contingências desse tipo.

Na realidade, a candidatura José Américo não lhe despertava qualquer entusiasmo. Mas poderia ser uma solução. Tratava-se de um revolucionário da primeira hora, companheiro de João Pessoa na hora histórica que iniciou a arrancada da Revolução de 30. Além de ter o apoio de todo o Norte e do Nordeste, seria muito bem recebida, igualmente, na área outrora coberta pela Aliança Liberal.

Quanto à candidatura Armando Sales, a reação era o que já se sabia. Parecia uma expressão do revanchismo paulista – uma espécie de revivência da velha hegemonia dos grupos econômicos que haviam dado origem à Revolução de 30. Pelo menos, era assim que pensavam os que cercavam Getúlio Vargas. E não era diferente a opinião de muitos que, embora divorciados do chefe do governo, ainda se batiam pelos postulados da Aliança Liberal.

Daí a importância do encontro com Armando Sales. O próprio governador paulista estava inteirado do apelo que lhe seria feito: sua desistência de concorrer ao pleito em favor da formação de uma poderosa coligação política, que impediria o êxito de qualquer conspiração contra o regime. Passamos o dia tentando localizar Armando Sales. Só à tarde – por volta das 18 horas – conseguimos descobri-lo. Acabava de regressar ao hotel. Disse que estava à disposição de Benedito e que o aguardaria no apartamento em que estava hospedado.

O encontro, porém, foi rápido e melancólico. Sem fazer a menor referência aos entendimentos anteriores, Armando Sales esclareceu que estava chegando do Palácio do Catete, e daí a razão por que não fora encontrado antes. E acrescentou, com absoluta displicência: “Fui comunicar ao presidente que deixaria o governo nos últimos dias deste mês. Assim o exige a Lei Eleitoral. O presidente recebeu muito bem minha atitude. Acredito, senhor governador, que suas apreensões, em relação ao próximo pleito, de forma alguma se justificam.”

O que mais irritou Benedito naquele momento foi a descortesia, a indelicadeza, a desconsideração. Pela segunda vez, Armando Sales

demonstrava-lhe, ostensivamente, seu desapareço. O poder havia conferido a Benedito certa dose de intolerância política. Habitado a mandar e ser obedecido em seu estado, não suportava, sem um revide à altura, uma atitude como aquela. Mal Armando Sales concluía a frase, ele se levantou e disse com secura: “Em face disso, já não há mais razão para minha presença aqui. Boa noite, senhor governador.” Apanhou o chapéu e saiu.

Pouco depois, contou-me o sucedido, concluindo: “O Armando que se prepare. Além do Getúlio, estarei na liça, também, para dificultar-lhe a candidatura. Para ele, o páreo, de fato, vai ser duro.”

A política é uma espécie de sistema orográfico. Uma sucessão de montanhas e depressões; de desfiladeiros e vales profundos. Até então, Benedito Valadares havia sido um triunfador. Vivera nos altiplanos, respirando o ar puro e estimulante das cordilheiras. Mas veio o reverso da medalha. Dois insucessos seguidos, a curto prazo. Não seria melhor parar, para recobrar o fôlego? Interpelado por um jornalista sobre a sucessão, saiu-se pela tangente: “Minas não tem pressa.”

Para efeito externo, essa era, de fato, a atitude do governo mineiro. Mas a situação política se agravava de dia para dia. Juracy Magalhães, atendendo a um convite de Benedito, estava em Poços de Caldas. Fazia sua estação de águas, e discutia política.

O fim de 1936 fora cheio de acontecimentos. O presidente Roosevelt esteve no Rio. No Rio Grande do Sul, a Frente Única desligou-se das Oposições Coligadas. A 8 de dezembro, o general Dutra assumiu a pasta da Guerra, em substituição ao general João Gomes. Góis Monteiro foi designado chefe do Estado-Maior do Exército. No dia 25 de dezembro reunia-se o Partido Constitucionalista, dirigindo a Armando Sales apelo para que deixasse o governo. O apelo foi atendido: a 29, verificou-se sua esperada renúncia. Para rematar aquela sucessão de fatos importantes, houve nova prorrogação do “estado de guerra” por mais noventa dias.

O ambiente era de confusão. Nos círculos políticos, prevalecia a desconfiança. Os líderes se entreolhavam com suspeição, cada um vendo no outro um rival. Afloravam, aqui e ali, nomes dos prováveis candidatos. Além de Armando Sales, falava-se em Osvaldo Aranha. Em Medeiros Neto. E, muito vagamente, em José Américo.

Homenageado com um banquete ao deixar o governo, Armando Sales proferiu um discurso, no qual salientou: “Sensibiliza-me essa homenagem, porque é feita a um sol que se põe, quando os gestos dessa natureza são comuns para saudar o sol que se ergue.” O jogo de palavras não dissimulava a implícita supervalorização pessoal. Julgava-se um sol. O conceito olímpico do ego, exigindo a citação da histórica rabugice de Luís XIII. Certa vez, Luís XIII perguntou ao delfim: “Como te chamas?”; e o futuro Rei-Sol respondeu: “Luís XIV”. E o velho monarca, marido de Ana d’Áustria, corrigiu: “*Pas encore*”.

A frase poderia muito bem ser dita por Getúlio Vargas. Ele era o único no Brasil naquele momento que, dando um balanço nas suas intenções secretas, poderia utilizar um *pas encore*, para reduzir o exagero de perspectiva do ex-governador paulista.

A verdade é que tudo obedecia a um propósito, e sob um comando secreto. O Brasil mergulhava aos poucos no que Taine definira como uma “anarquia espontânea”. Nunca se falou tanto em sucessão, e nunca se acreditou menos nela.

Logo em seguida, foi decretada a prisão preventiva do senador Abel Chermont e dos quatro deputados implicados no levante comunista. Com a renúncia de Armando Sales ao governo de São Paulo, exonerou-se Vicente Rao, ministro da Justiça. Agamenon Magalhães, titular da pasta do Trabalho e um dos articuladores da conspiração contra o regime, foi nomeado interinamente para substituí-lo.

Dutra, ao assumir o Ministério da Guerra, havia tomado as primeiras providências em relação a Flores da Cunha. Os “provisórios” haviam sido tolerados normalmente pelas autoridades enquanto foram boas as relações entre o governo federal e o estadual. O próprio Exército cedera grande número de oficiais para comandar unidades daquela corporação irregular.

Um dos primeiros atos do novo ministro foi exigir do governo gaúcho que devolvesse os oficiais que serviam na Brigada estadual. A providência fora levada a efeito sob o maior sigilo, impedindo-se que a imprensa noticiasse o fato. Otávio Mangabeira, na Câmara dos Deputados, denunciou a manobra. E apresentou um pedido de informações ao titular da pasta.

Dutra respondeu que se tratava de uma medida de caráter geral. De fato, assim o era. Nas polícias estaduais existiam dois ou três oficiais do Exército servindo como instrutores. Mas os “provisórios” – uma força respeitável – constituíam uma peculiaridade do Rio Grande do Sul. A retirada dos oficiais do Exército mostrava logo a temperatura das relações entre o governo federal e o governador Flores da Cunha.

Além dessa providência, Dutra ordenou a Góis Monteiro que fizesse uma inspeção às guarnições federais sediadas no Sul. Era uma tomada de pé para providências que não tardariam. Pouco depois passaram a ser reforçadas as guarnições militares do Paraná e Santa Catarina. Iniciava-se, assim, o cerco ao Rio Grande do Sul.

Juracy Magalhães, após uma vilegiatura em Poços de Caldas em companhia de Benedito Valadares, retornou ao Rio, de regresso à Bahia. No Rio, andara pelo recinto e pelos corredores da Câmara dos Deputados fazendo consultas sobre a possibilidade de um maciço apoio político a José Américo, visando à sucessão presidencial. Naquela época, a candidatura Armando Sales, ainda não lançada, mas tácita, enfrentava dificuldades. O PRP – a tradicional organização política do estado bandeirante – havia impugnado o seu nome. Por outro lado, malograra o anunciado acordo PRP/PC/PRL – esse último, partido do Rio Grande do Sul. A época era oportuna, pois, para uma ação contra as pretensões do ex-governador paulista.

Benedito Valadares, informado por Juracy Magalhães sobre a receptividade do nome de José Américo nas sondagens feitas, decidiu agir. O que tinha em mente era o que me havia confidenciado na noite de dezembro de 1936, após a fracassada conferência no Copacabana Palace: fazer Armando Sales meditar na desconsideração com que tinha tratado Minas. Os dados estavam lançados. Ia começar o grande jogo.

Àquela altura, ninguém ignorava o que se tramava nos altos escalões do governo. Dutra e Góis Monteiro desempenhavam papéis do maior relevo. Vinham reforçando a posição de Getúlio Vargas através do processo de remoção, para postos distantes e sem importância estratégica, dos militares que não eram políticos ou julgavam que as Forças Armadas deveriam prestigiar as instituições e preservar a ordem interna. Góis Monteiro era um militar cujas ideias coincidiam perfeitamente com as esposa-

das pelos conspiradores continuístas: “Um Exército forte, servindo a um regime forte.”

Logo após o regresso de Juracy Magalhães de Poços de Caldas, Benedito Valadares dirigiu-se ao Rio. Como sempre, manteve frequentes contatos com Getúlio Vargas. Procurava sondar-lhe o pensamento, de forma a poder chegar a uma conclusão sobre suas intenções ocultas. Todos nós – seus amigos íntimos – continuávamos temendo que ele, seduzido pelo canto de sereia do presidente, acabasse por se bandear para o esquema continuísta.

Nas conversas que mantínhamos a sós e nas reuniões, o cerco que fazíamos ao governador era tremendo. O que pretendíamos era que ele não desertasse a causa democrática, e do grupo faziam parte: Mário Matos, Alkmin, Orosimbo Nonato, Luís Martins Soares, Mário Casassanta, Odilon Braga, Magalhães Neto – da Bahia – e Abelardo Marinho. Há a referir, ainda, Pedro Aleixo e Milton Campos, os quais, embora não muito chegados a Benedito, nunca deixaram de atuar conosco na defesa da mesma tese, fazendo valer o prestígio intelectual e moral de que desfrutavam. Agindo em sentido contrário, destacava-se Francisco Campos, que se mostrava terrível inimigo das eleições.

À medida que Benedito Valadares se aprofundava nas sondagens, em busca de um candidato que se pudesse opor a Armando Sales, tornava-se cada vez mais carregada contra ele a atmosfera que se respirava no Catete. Entretanto, ele prosseguia na sua jornada. Ouvia uns e outros. Media e pesava os resultados das *démarches*. E, assim, preparava-se aos poucos para a perigosa aventura.

Em fins de fevereiro, após uma estada de alguns dias no Rio, regressou ele a Belo Horizonte. Fez a viagem em companhia de Assis Figueiredo, prefeito de Poços de Caldas. Contudo, e com grande surpresa para mim, já à meia-noite Figueiredo estava de volta trazendo-me instruções do governador que deveriam ser cumpridas, sem falta, no dia seguinte. Benedito Valadares mandara dizer-me, pelo prefeito de Poços de Caldas, que eu deveria procurar José Américo de Almeida imediatamente e lhe comunicar a decisão que ele havia tomado: a de que Minas apoiaria sua candidatura à Presidência da República.

A incumbência deixou-me perplexo. Perplexo e preocupado. Até então, eu havia desempenhado diversas missões a seu pedido. Quase todas elas, porém, eram relativas à transmissão ou à recepção de mensagens restritas à área de influência da política mineira. Naquele dia, entretanto, minhas atribuições tinham adquirido uma dimensão diferente: iria agir fora do cenário estadual e no desempenho de uma tarefa da maior responsabilidade. Tratava-se de empenhar o apoio oficial de Minas a um político de projeção nacional e que, ainda por cima, era candidato à sucessão presidencial. Iria fazê-lo em nome do governador, mas, nem por isso, poderia escapar à responsabilidade daquela atitude política.

Na realidade, o que me preocupava era que os golpistas, informados sobre aquela decisão, pudessem seduzir de novo Benedito Valadares, trazendo-o de volta ao seu redil.



.....

*Em execução o plano continuísta*

**S**ENTI QUE O TERRENO em que pisava era traiçoeiro e escorregadio. Exigia cautela no andar. E, sobretudo, espírito de vigilância. Um passo em falso, e o desastre seria irremediável.

Em face da situação, logo que me levantei, no dia seguinte, corri ao Hotel América, na Rua do Catete, a fim de trocar impressões com Pedro Aleixo. O então líder da maioria foi franco na sua reação à notícia que lhe dei. Disse-me que deveria desincumbir-me logo da missão. O problema da sucessão, arrastando-se em conversas de bastidores apenas, requeria ser posto em termos claros e definitivos. Só através de uma ampla discussão do problema é que poderíamos desencorajar os que tramavam contra a permanência do regime democrático.

Do próprio apartamento de Pedro Aleixo telefonei, então, para o deputado Abelardo Marinho. Tratava-se de um amigo meu e pessoa muito ligada ao ex-ministro da Viação. Expliquei-lhe a situação e solicitei seus bons ofícios no sentido de que promovesse um encontro meu com José Américo, a quem não conhecia. Abelardo Marinho tomou as providências necessárias, e a entrevista foi marcada para a tarde do mesmo dia.

Minha conversa com José Américo não poderia ter sido mais cordial e franca. Transmiti-lhe a decisão do governador de Minas e fiz, por

minha conta, uma reivindicação que me parecia indispensável para consolidar de vez uma aliança, forte e duradoura, entre os dois próceres políticos. Disse-lhe que, na minha opinião, sua candidatura já nascia vitoriosa, em face do apoio que Minas lhe daria. Entretanto, dadas as circunstâncias, julgava necessário que ele compreendesse o temperamento esquivo e desconfiado de Benedito Valadares e me assegurasse, desde logo, sua solidariedade ao candidato do governador para a sucessão mineira, já que as eleições estaduais se realizariam quase imediatamente após sua posse na Presidência da República.

José Américo estranhou a exigência. Esclareceu que não pretendia se imiscuir em casos políticos regionais e que sua posição seria de estrita neutralidade em face dos pleitos para as sucessões estaduais. Repliquei que, para o êxito da causa democrática, ele deveria assumir aquele compromisso. Seria apenas um apoio político. E não uma tomada de posição, com caráter faccioso. Se lhe fazia aquele apelo era porque conhecia muito bem Benedito Valadares e não ignorava que a posição de juiz, que ele desejava assumir em relação aos problemas estaduais, iria contrariá-lo. Insisti em declarar, porém, que a sugestão fora ideia minha e, a respeito, nada me havia sido dito pelo governador.

Procurando dar maior ênfase à proposta, acrescentei: “Não estou defendendo o meu futuro político ao fazer essa sugestão. Pois, talvez o senhor não saiba, mas o candidato de Benedito Valadares à sua própria sucessão é o Dr. Israel Pinheiro.”

Após o encontro, fiquei preocupado. A intransigência de José Américo parecia-me uma indicação clara, perfeitamente definida, de um próximo desentendimento entre ambos. O medo começava a dominar as esferas políticas. E, analisando o cenário nacional, cheguei à conclusão de que só Benedito Valadares, pela posição que ocupava e pelo acesso que tinha a Getúlio Vargas, poderia impedir um próximo colapso do regime democrático no país.

Entretanto, José Américo refletiu, por seu lado, sobre as implicações de sua atitude de neutralidade. E voltou atrás. No dia seguinte, bem cedo, o deputado Abelardo Marinho telefonou-me dizendo que José Américo desejava falar-me de novo. Prontifiquei-me a ir procurá-lo no

local que designasse, mas o deputado esclareceu: “Não. José Américo irá ao seu hotel.”

Naquela época, eu residia no Hotel Regina, no Flamengo. Julguei, na minha modéstia de “calouro” no cenário da política nacional, que a visita do ex-ministro da Viação e candidato à Presidência seria uma honra a que não me considerava com direito. Em face disso, insisti em que ele me aguardasse, pois iria procurá-lo. Abelardo Marinho, porém, foi incisivo: “Aguarde aí, pois ele faz questão de ir ao seu hotel.”

De fato, pouco depois José Américo se anunciava na portaria. Disse-me que havia meditado sobre a conversa do dia anterior e chegou à conclusão de que, sendo Minas a força lançadora de sua candidatura, devia uma retribuição moral e política a Benedito Valadares. Assumia, pois, o compromisso de apoiar o candidato do governador à sucessão estadual. O quadro político aos poucos se definia. Só Getúlio Vargas continuava ignorando as *démarches* realizadas para a sua sucessão.

Selado o pacto com José Américo, deveria seguir-se o lançamento oficial de sua candidatura. Armando Sales, apesar de já em plena campanha, também ainda não havia sido lançado. As lideranças de ambas as facções estudavam o terreno. Escolhiam a oportunidade. Mobilizavam as forças de que poderiam dispor. Mas o cenário era, de fato, inquietador. Ninguém se sentia capaz de prever o que iria acontecer. Flores da Cunha, durante sua última estada no Rio, definira a situação: “O nevoeiro está muito denso.”

Enquanto, no plano nacional as forças políticas iam tomando posição, Benedito Valadares, sem perder de vista os movimentos de Armando Sales, preocupava-se com uma questão de menor importância para o problema sucessório, mas que, para ele, era do maior interesse: o término do mandato de Antônio Carlos como presidente da Câmara dos Deputados.

Doía-lhe, ainda, a derrota de 3 de setembro do ano anterior. Não se conformava com o resultado do passo em falso. E, desde então, sua preocupação era – como dizem os orientais – “salvar a face”. Lembro-me de um fato que define bem aquela atmosfera de hostilidade. Certa vez, cheguei à Câmara mais cedo e, ao entrar no recinto, vi Antônio Carlos assinando uns papéis na mesa da presidência antes

que fosse aberta a sessão. Subi os poucos degraus da escada que ligava o estrado da mesa ao recinto e fui cumprimentá-lo. Ele se ergueu, comovido. “Muito obrigado, Juscelino” – disse, abraçando-me –, “seus colegas, temerosos da ira do governador, evitam-me, como se eu fosse portador de doença infecciosa.”

Senti que suas palavras eram sinceras. Infelizmente a política é fecunda em casos dessa natureza. Antes de 3 de setembro de 1936, todos disputavam a honra de falar-lhe ou apertar-lhe a mão. Depois daquela data fatídica, era o alheamento, o ostensivo desconhecimento de sua presença, a preocupação de não se aproximar dele, para não desagradar o governador.

Benedito Valadares era, de fato, um adversário que não poderia ser ignorado. Naquela fase, tinha dois alvos em vista: Antônio Carlos e Armando Sales. O primeiro, imediato; e o segundo, a prazo mais dilatado. Mas não conseguia esquecê-los.

No dia 4 de maio, iria realizar-se a eleição para a renovação da Mesa da Câmara. Nesse sentido, Benedito Valadares promoveu uma reunião em Belo Horizonte. Seu ponto de vista era o mesmo que havia servido para alijar Abílio Machado da presidência da Assembleia mineira: o rodízio. Discutiram-se nomes. Estudou-se a estratégia política a ser usada. Apararam-se as arestas. E surgiu a indicação do substituto: Pedro Aleixo.

Para ele, Pedro Aleixo não era um candidato ideal. Tratava-se de um homem íntegro, independente, incapaz de receber ordens. Mas tinha a vantagem de ser do agrado de Getúlio Vargas. Resolvida a questão do nome, iniciou-se o complexo trabalho de cabalar os votos. Existia resistência: a do próprio Pedro Aleixo; e a dos que julgavam a ação de Benedito uma interferência indébita na esfera do Legislativo.

Carlos Luz, então líder interino da maioria, alarmado com a reação observada no recinto, chegou a aconselhar a Benedito: “Não se empenhe demais a favor do seu candidato, a fim de não ser outra vez derrotado.” Mas o governador insistiu. Pediu o apoio de Getúlio Vargas. Conversou com seus colegas de outros estados. Fez promessas. E, por fim, obteve o que desejava: Antônio Carlos foi substituído por Pedro Aleixo. Um mineiro por outro.

O segundo alvo era o ex-governador paulista. Iria criar-lhe dificuldades. Embaraçar-lhe a desenvoltura com que vinha agindo na cena

política. Já havia conversado com Getúlio Vargas sobre José Américo. O presidente, como sempre, apenas sorriu. Não disse sim nem não. Mas aludiu, vagamente, a José Carlos de Macedo Soares. Talvez fosse um bom candidato. Era paulista, e poderia provocar uma cisão nas hostes armandistas.

Benedito, porém, já havia feito o pacto com José Américo. Era um autêntico revolucionário o paraibano. Polarizaria, com certeza, os votos do Nordeste. Getúlio sorriu mais uma vez e estendeu a mão a Benedito. A conversa chegou ao fim – sem o veto, mas sem a aprovação presidencial.

Prosseguiram as conversações nas hostes denominadas “situacionistas”. No dia 24 de abril, Armando Sales fora oficialmente lançado pelo Partido Constitucionalista, do qual era presidente honorário. Sua candidatura já nascia estigmatizada. “Constitucionalismo” era uma palavra que irritava o presidente e todos quantos o cercavam.

Como resposta, dois dias mais tarde, Dutra retirou a execução do estado de guerra das mãos de Flores da Cunha, transferindo-a para o general Lúcio Esteves, comandante da 3ª Região Militar. Agravou-se, em consequência, o dissídio entre o governo do Rio Grande do Sul e o Executivo federal.

Antônio Carlos, reagindo à hostilidade do governo mineiro, fundou, em Juiz de Fora, o Partido Progressista Democrático. O PP – a agremiação do oficialismo estadual – praticamente já não existia. Era um ajuntamento de políticos das mais antagônicas correntes, formado em torno e à sombra do Palácio da Liberdade.

O PPD, criado pelo lúcido Andrada, não era, por sua vez, um partido de raízes sólidas. Nascera em situação desse, tendo como objetivo atender a um problema político de emergência. Mas logo fez uma aliança de certa importância: com o ex-presidente Bernardes e o seu desfalcado PRM.

No dia 25 de maio, a candidatura José Américo foi oficialmente lançada. Houve uma convenção no Palácio Monroe com representantes de todos os estados, e realizada num ambiente de intensa vibração. Definia-se o quadro sucessório. Duas candidaturas de origens e objetivos diferentes. Encerrada a convenção, Benedito Valadares telegrafou a Getúlio Vargas comunicando o lançamento da candidatura de José Américo. Um dos seus auxiliares que havia lido o telegrama perguntou ao presidente, em face da-

quela comunicação, que atitude, como seu assessor, devia adotar. Getúlio, sorrindo, respondeu: “Fingir de morto.”

De fato, a atitude dos getulistas, no princípio, foi de despistamento. Fingiam-se de mortos em face do desenvolvimento da jornada eleitoral. Essa decisão era calculada, friamente estudada, tendo em vista assegurar o êxito do plano, cuja articulação começou a ser acelerada.

No dia 8 de maio o governo exigiu a devolução à 3ª Região Militar do armamento do Exército em poder dos “provisórios”. Esperava-se que Flores reagisse. E, se assim fosse, os acontecimentos seriam precipitados. Com grande surpresa para os continuístas, o governador entregou o armamento. A luta não ia cessar aí. Um pouco mais tarde, foi divulgado o manifesto do Partido Liberal apoiando a candidatura Armando Sales. Entre os signatários encontrava-se o governador do Rio Grande do Sul.

A notícia causou impacto na “roda” palaciana. Outra fez divulgar uma proclamação na qual denunciava a existência dos “provisórios” e o perigo que eles representavam para as instituições. Descrevia com cores sombrias a situação no Rio Grande do Sul, onde o governador, apoiado na Brigada Militar, desafiava diariamente as autoridades militares federais. E concluía por dizer que tudo quanto havia feito não passava de uma simples tomada de medidas “assecuratórias da ordem”.

Mal a proclamação foi publicada, chegou ao Rio o general Lúcio Esteves, comandante da 3ª Região Militar. Os jornalistas logo o interpelaram sobre o que ocorria no Rio Grande. O general, que não estava integrado no plano continuísta, revelou toda a verdade: os “provisórios” haviam sido dissolvidos; todo o armamento fora devolvido; reinava plena ordem no estado; e eram excelentes as relações do governador com as autoridades militares.

Seguiu-se uma pausa. Mas não por muito tempo. Benjamim Vargas, irmão do presidente, era um dos dirigentes do Partido Liberal. De acordo com instruções do Rio, ele havia provocado uma cisão entre seus correligionários; uma parte ficara com Flores da Cunha; e outra, em oposição ao governo estadual.

Estes adversários de Flores da Cunha – deputados estaduais, prefeitos e chefes políticos no interior – telegrafaram ao governo federal transmitindo notícias sobre a situação no estado e pediam urgentes provi-

dências. Denunciavam perseguições. Atos de violência. Manifestações de desrespeito às autoridades da 3ª Região Militar. O objetivo: ativar o Exército contra o governador.

Outra vez fez-se ouvir a palavra serena do comandante da 3ª Região Militar: o estado estava em perfeita ordem. O general Lúcio Esteves, na realidade, ia-se tornando incômodo. Fazia-se necessária uma pausa no plano de provocações. Outra enviou, igualmente, um ofício a Benedito Valadares determinando que ele pusesse à disposição do Exército três batalhões da Polícia Militar do estado.

Benedito recusou-se a atender a requisição. Escreveu uma carta enérgica a Getúlio Vargas. Dizia o governador mineiro nesse documento: “O interventor escolhido por Vossa Excelência para o estado de Minas, e seu atual governador, tem-se extremado em provas de gratidão e lealdade a Vossa Excelência. Mas não devo, porém, e em razão mesmo dos sentimentos que me ligam a Vossa Excelência, ocultar que a atitude de Vossa Excelência vem determinando o afastamento de outros governadores que, como eu, foram colocados por Vossa Excelência na posição que ocuparam, de interventores. Fora o caso do general Flores da Cunha, cujo dissídio com Vossa Excelência se pode prender a questões da política do estado do Rio Grande do Sul, todos os demais se têm afastado pelo motivo a que me referi.” E concluía: “O momento não explica nem justifica movimentos quaisquer no sentido de se implantar no país o regime ditatorial, e qualquer tentativa em tal rumo nos levaria à desgraça de uma guerra civil cujas consequências ninguém poderia prever.”

Benedito escreveu essa carta no Rio, onde se encontrava. E determinou ao chefe da sua Casa Civil, Olinto Fonseca, que só a entregasse ao presidente algumas horas mais tarde, depois que já houvesse deixado a capital federal. Temia que Getúlio, ao tomar conhecimento dos seus termos, mandasse prendê-lo.

Olinto Fonseca cumpriu o que lhe fora determinado. Lendo a carta, o presidente empalideceu e perguntou: “Onde está o governador?” Respondeu Olinto Fonseca: “Em Minas.” Perguntou mais duas vezes: “Onde está o governador? E como a resposta fosse a mesma, Getúlio, já com os nervos relaxados, voltou-se para um dos secretários e, entregando-lhe a carta, comentou, no seu jargão sulino: “Guampada de boi manso ...”

.....

*Novo eclipse da democracia*

**A** ATITUDE DE BENEDITO VALADARES, resistindo à requisição de três batalhões da Polícia Militar, não deixou de ser benéfica. Além dos comentários sobre a atuação do governo, Benedito fazia graves acusações a Agamenon Magalhães, ministro interino da Justiça, o qual, segundo asseverava, tumultuava o processo político levando ao chefe do governo “informações tendenciosas a respeito da situação do país”.

De fato, eram numerosas e frequentes as reclamações de governadores contra o comportamento de Agamenon Magalhães. Juracy Magalhães, da Bahia, havia estado na Guanabara diversas vezes para se queixar das interferências do titular da pasta da Justiça na política do estado que governava. Carlos de Lima Cavalcanti, chefe do Executivo de Pernambuco, talvez pelo fato de Agamenon ser pernambucano, vinha sendo particularmente visado pelo ministro: naquele momento mesmo estava sendo processado pelo Tribunal de Segurança Nacional em consequência de uma denúncia do procurador daquele tribunal, Himalaia Virgulino, a qual, segundo se dizia, havia sido inspirada por Agamenon.

Em face da situação, Getúlio Vargas decidira nomear para a pasta o paulista José Carlos de Macedo Soares, que já havia exercido, com brilho, as funções de seu ministro das Relações Exteriores. Tratava-se de um



homem público de alto conceito. Sua atuação no cenário político sempre se caracterizara por uma perfeita moderação. Ademais, a escolha de Macedo Soares tinha a vantagem de oferecer perspectivas de uma fragmentação do bloco majoritário paulista, que apoiava a candidatura Armando Sales.

Macedo Soares assumiu a pasta da Justiça no dia 2 de junho, e imediatamente alterou-se, para melhor, a atitude do governo. As prisões do estado estavam abarrotadas de presos políticos. E um dos primeiros atos do novo ministro foi ordenar que fossem postos em liberdade 308 deles, detidos sem culpa formada. Foi abolida em seguida a censura prévia à imprensa. E, no meado do mês, por iniciativa do próprio titular da pasta, deixou de ser encaminhada ao Congresso a mensagem governamental solicitando outra prorrogação do “estado de guerra”.

O povo e os políticos respiraram aliviados. Voltava-se, mais uma vez, ao regime democrático, com o restabelecimento de todos os direitos e garantias individuais. Em consequência, animou-se o cenário político. A campanha eleitoral tomou novo impulso. E os debates no Congresso, livres da opressão das leis de exceção, readquiriram calor e vivacidade.

Ainda no mês de junho, foi fundada a União Democrática Brasileira – UDB, a organização política de sustentação da candidatura Armando Sales. Em Minas, Benedito Valadares, sem saber o que fazer do antigo PP – o qual, em face da adesão de numerosos perremistas, transformara-se num verdadeiro “saco de gatos”, decidiu, por fim, substituí-lo pelo Partido Nacionalista Mineiro – PNM, paradoxal até na designação.

Nacionalista e mineiro. Uma generalização encaixada numa restrição! Mas não era só pelo nome que o novo partido fazia prever sua existência efêmera. Sua organização revelava-se igualmente antifuncional. A comissão executiva, de 28 membros, era controlada por um comitê diretor – uma espécie de *presidium* nos partidos comunistas –, o verdadeiro responsável pelas decisões de caráter coletivo.

Esse artifício estrutural havia sido imposto pela necessidade de se atender à ambição de destaque não só dos líderes do antigo PP, mas igualmente dos elementos egressos do PRM. Em significação política, esse PNM representava uma reação à atitude de Antônio Carlos – que Benedito Valadares tinha atravessado na garganta –, por ter fundado em Juiz de Fora, no mês anterior, o seu Partido Progressista Democrático.

De qualquer forma, em face da atitude do novo ministro da Justiça, ocorreu, sem dúvida, uma verdadeira abertura política no país. Estaria o Brasil vivendo uma fase diferente na sua evolução? Sim. Mas seria uma fase curta – curtíssima mesmo. Nuvens negras já se acumulavam no horizonte, fazendo prever a tempestade que não tardaria a desabar.

De fato, não obstante a atividade de Macedo Soares no Ministério da Justiça, prosseguiram, em surdina, as maquinações contra as eleições de 3 de janeiro no interior do Palácio do Catete. Por outro lado, a pregação de Armando Sales, enfatizando a necessidade de se restabelecer uma plena e duradoura vigência da Constituição, não vinha sendo bem recebida, tanto pelos que cercavam Getúlio Vargas, quanto pelos remanescentes do radicalismo outubrista.

José Américo de Almeida, igualmente, mostrava-se contundente nas suas críticas à situação do país. Sua linguagem, vazada num estilo novo para os políticos, agradava o povo e descontentava as elites. Em Belo Horizonte, onde pontificava o articulador da sua candidatura, fez alusões que acarretaram grande preocupação a Benedito Valadares. “Não governarei enganando” – declarara o ex-ministro da Viação, numa evidente alusão a Getúlio Vargas – “porque quem engana no governo acaba enganando a si próprio.”

Todos esses fatos reunidos contribuíam para que se tornasse cada vez mais carregado o ambiente no interior do Palácio do Catete. Em agosto, o ministro da Guerra exigiu do governador gaúcho a devolução do “resto” do armamento do Exército que dizia ainda estar em poder da Brigada Militar. Flores respondera em ofício, amplamente divulgado pela imprensa, “que não poderia devolver mais do que recebera nem dar o que não tinha”. A insistência do governo federal repercutia mal, inclusive nos círculos militares. Alguns generais se pronunciaram a respeito, e houve mesmo um deles que se arriscou a declarar que “as armas que a União dera aos militares não poderiam ser utilizadas em benefício de facções políticas”. O próprio comandante da 3ª Região Militar, o general Lúcio Esteves, vira-se obrigado a contestar seu superior hierárquico, afirmando que havia “recebido todo o armamento, de acordo com os comprovantes existentes nos arquivos da 3ª Região e da própria Brigada Militar”.

Entretanto, apesar dessas resistências ocasionais, o plano contínuista prosseguia em execução. Benedito Valadares vinha com frequência ao Rio. Por ocasião dessas viagens, nunca deixava de conversar longamente com Getúlio Vargas sobre a evolução da jornada eleitoral. Percebia que o chefe do governo estava amargurado. Em primeiro lugar, porque a realização do pleito iria importar o seu afastamento da cena política. E, em segundo lugar, pelos ataques de que estava sendo alvo por parte de José Américo. Quanto a Armando Sales, suas queixas eram de outra natureza. O ex-governador de São Paulo falava demais em Constituição. Em preservação dos direitos individuais. Em liberdade de imprensa. Enfim, vivia endeusando o regime democrático.

Francisco Campos costumava estar, com frequência, com Benedito e, sempre que dispunha de uma oportunidade, doutrinava-o sobre a inconveniência do pleito que se aproximava. A democracia estava agonizante em todas as grandes nações da Europa. Que comparasse a Alemanha, rica e poderosa, de Hitler, com a Alemanha democrata do após-guerra. E a Itália? O contraste era igualmente estarrecedor. E a Espanha, sendo varrida pelas tropas do general Franco e ficando livre dos republicanos, que a tinham arruinado? Havia ainda o exemplo de Portugal – o país irmão, a pátria mãe. Como o Brasil, mal saído das trevas do período colonial, poderia ter veleidades de possuir um regime democrático nos moldes do que funcionava nos Estados Unidos?

E lembrava o próprio caso pessoal de Benedito: que comparasse a facilidade para governar de que dispusera como interventor e as dificuldades que vinha encontrando como governador, sujeito à oposição de uma Assembleia Legislativa, onde existia uma oposição intransigente e aguerrida. Tendo em vista todos aqueles exemplos, como poderia ainda participar da campanha eleitoral, voltando as costas a um amigo incondicional seu, como o era Getúlio Vargas?

Em face dessa argumentação, Benedito hesitava. Julgava que Francisco Campos tinha razão em relação a muitas coisas. Mas, por outro lado, como articulador da candidatura José Américo, não poderia deixá-la sem mais nem menos. Impunha-se, pois, a existência de um motivo. De um caso de força maior. Ou melhor – reduzindo-se a questão à sua verdadeira significação –, de um pretexto. Tratava-se da desvinculação de um

compromisso político. E os compromissos políticos, como dizia Francisco Campos, só deveriam ser respeitados quando convenientes. Benedito Valadares não tardaria a procurar o pretexto de que necessitava para romper com José Américo.

Em antecipação ao golpe de 10 de novembro, Francisco Campos, por incumbência de Getúlio Vargas, começou a elaborar uma nova Constituição. Seria – segundo sua opinião – uma Carta Magna moderna, ajustada ao espírito totalitário que prevalecia na época. Tudo era feito sob o maior sigilo. Para todos os efeitos, as eleições iriam ferir-se no dia 3 de janeiro, como determinava a Justiça Eleitoral. Entre os amigos de Getúlio Vargas, a palavra de ordem continuava sendo a mesma do dia em que Benedito lhe comunicara o lançamento da candidatura José Américo: “Fingir de morto.”

Enquanto avançava a conspiração do interior do Catete, José Américo ia produzindo, em seus discursos, os argumentos de que Benedito Valadares se servia para justificar o seu rompimento, sobretudo a advertência feita em Ilhéus: “Se os políticos me abandonarem, não ficarei sozinho, porque irei com o povo.”

Viajei no dia seguinte para o Rio, ansioso por saber da reação dos círculos políticos. Era terrível. Os líderes partidários se consideravam insultados. E Benedito Valadares, mais do que todos, sentia-se atingido. Ao tomar conhecimento daquelas declarações, Benedito partiu para o Rio. Desejava conversar com José Américo, fazendo-lhe ver o desagrado com que recebia os seus discursos. Sobretudo, sua integral discordância ao que ele julgava ser hostil a Getúlio Vargas.

Compareci, no mesmo dia, a uma cerimônia no Rio, na qual se encontravam José Américo, João Neves e Batista Luzardo. Manifestei ao primeiro as apreensões que suas declarações na Bahia haviam despertado. Apreciava o estilo e a correção do candidato. Era vertical e nítido nos seus conceitos. Não usava métodos tortuosos.

José Américo ressaltou, em resposta, que João Alberto se insinuara no navio em que viajava para Salvador, e, durante o percurso, promoveu ali uma série de intrigas, convergindo todas para a possibilidade de ele, José Américo, ser abandonado pelos políticos. O discurso de Ilhéus havia sido uma resposta ao suposto emissário de Getúlio Vargas.

Os três – José Américo, João Neves e Batista Luzardo – mostravam-se indecisos sobre o prosseguimento da campanha. José Américo já havia programado viagens a cidades do estado do Rio, nas quais deveria pronunciar discursos que certamente teriam a maior repercussão.

Procurei dissipar-lhe esse pessimismo dizendo-lhe que, embora considerasse a situação insegura, pensava que uma paralisação em suas atividades, como candidato, seria fatal para o desenvolvimento da campanha.

À noite, Benedito havia estado com Getúlio Vargas e, vindo à baila a candidatura José Américo, manifestou que não lhe agradava a pregação do candidato em seus comícios. O presidente, em resposta, mostrou-se mais explícito, quase peremptório. Declarou que, se o ex-ministro da Viação conseguisse chegar à Presidência da República, ele, Getúlio, não poderia nem pensar em voltar ao Rio Grande do Sul...

Os pensamentos coincidiam. As ideias se ajustavam. Faltava apenas um empurrão para que Benedito adotasse a tese do continuísmo. Aven-tou-se a ideia da escolha de um *tertius*, bem recebida por Getúlio Vargas.

Naquele momento, porém, o presidente não desejava ser precipitado. Era cedo ainda para aliciar seu velho companheiro de jogo político. Autorizou-o simplesmente a fazer as primeiras *démarches* para afastar as duas candidaturas e escolher um terceiro candidato, que seria de pacificação nacional. Getúlio parecia admitir que o *tertius* fosse um paulista – tendo em vista não reavivar os ressentimentos de 1932 – desde que não se tratasse de um adversário político.

Ao final da entrevista, ficou combinado entre ambos o seguinte: Benedito expediria, no dia seguinte, dois emissários – um a São Paulo, para conversar com o governador Cardoso de Melo Neto; e o outro ao Rio Grande do Sul, a fim de ouvir a opinião de Flores da Cunha.

O acordo fora concluído durante a noite no Guanabara, mas já não era válido na manhã seguinte. Getúlio refletiu sobre o assunto e julgou inconveniente a consulta a Flores da Cunha. Para o governador gaúcho tinha outros planos, que se encontravam em plena execução no Ministério da Guerra. Telefonou a Benedito, recomendando-lhe que limitasse a consulta ao governador Cardoso de Melo Neto.

De acordo com as ordens presidenciais, Benedito Valadares enviou Ovídio de Abreu a São Paulo com instruções para discutir com o

governador paulista a gravidade da situação, já que, segundo pensava, as duas candidaturas, em face da radicalização da campanha eleitoral, não chegariam até o pleito. E, caso isso acontecesse, o eleito certamente não tomaria posse.

Como ele, Cardoso de Melo Neto, não estava ainda envolvido na crise política, poderia prestar enorme serviço ao país fazendo sentir a Armando Sales a necessidade do afastamento das duas candidaturas e a indicação de um *tertius*, que seria aceito pelo presidente da República. Caso o governador estivesse de acordo em discutir o assunto com ele, Benedito, que marcasse uma data para um encontro reservado de ambos no Clube dos Duzentos, na rodovia Rio-São Paulo.

Era esta a situação em curso quando cheguei ao Rio, vindo de Diamantina.

Àquela altura, Benedito começava a ter reservas comigo. A reserva era, contudo, explicável. Ele sabia que eu era contrário ao “golpe”, que defendia a realização de um pleito limpo e sem coação e que reprovava, com a maior franqueza e em todas as oportunidades que se me ofereciam, a conspiração continuísta.

Hábil como era, Benedito Valadares julgava mais prudente conservar-me fora do perigoso jogo.

.....  
*Fracassam as démarches de Valadares*

**E**NQUANTO AS CONVERSAÇÕES se realizavam no Rio sob o maior sigilo, prosseguia o plano contra Flores da Cunha. No dia 3 de setembro, Flores, que estava em minoria na Assembleia Legislativa, passou a ter maioria, em face da renúncia do deputado classista Alexandre Rosa; para substituí-lo foi convocado o suplente Moacir Godói Ilha, seu correligionário político. Na mesma ocasião, decidiu o governo substituir o general Lúcio Esteves, no comando da 3ª Região Militar, pelo general Daltro Filho.

O novo comandante não perdeu tempo em demonstrar as razões por que havia sido designado para aquele posto. Com a desculpa de se empenhar o maior brilho possível às comemorações da data da Independência, o general Daltro Filho concentrou em Porto Alegre todas as unidades integrantes da 3ª Região, reforçando substancialmente o poderio bélico da tropa sob sua responsabilidade. Além disso, tomou providências para que fossem, igualmente, reforçadas as guarnições do Paraná e de Santa Catarina.

Apertava-se assim o cerco. E, enquanto se processavam manobras militares no Rio Grande do Sul, Benedito Valadares prosseguia nos seus entendimentos, tendo em vista o afastamento das duas candidaturas e a substituição de ambas por uma terceira. No Rio, em contato diário com

ele, eu percebia a irritação que lhe estava despertando José Américo. Ignorando que o governador já havia mudado de opinião sobre o regime democrático, eu instava com ele para procurar José Américo a fim de desfazer o mal-entendido resultante do discurso de Ilhéus. Benedito mostrava-se irredutível. Solicitei ao nobre e leal senador Rui Carneiro que o procurasse e lhe fizesse ver a conveniência desse encontro. O senador paraibano ficou aguardando, pacientemente e por longo tempo, no salão do Copacabana Palace, sua vez de falar ao então poderoso articulador de todas as combinações políticas no país.

Durante o encontro, Benedito não quis marcar data para a entrevista, dizendo a Rui Carneiro que iria à casa de José Américo assim que lhe fosse possível. Prestigiado em toda linha por Getúlio Vargas, não se mostrava disposto a perder tempo com os que não estivessem integrados no seu esquema político. Para ele, os grandes homens do momento já tinham passado a ser Francisco Campos, Agamenon Magalhães – de quem tivera grandes queixas antes – e o general Eurico Gaspar Dutra.

Benedito Valadares era, contudo, imprevisível. À noite, depois do jantar, chamou-me, e, em companhia também de Mário Matos, passamos pela casa de José Américo. A entrevista não durou senão alguns minutos. Foi uma troca de impressões superficiais, levada a efeito com visível constrangimento de parte a parte.

Percebi claramente que aquele encontro era o último entre os dois políticos. José Américo sentiu-o também. Durante a conversa, mostrou-se reservado. Evasivo. Mas sempre digno. De repente, Benedito levantou-se, declarando que tinha um outro encontro e despediu-se. Um simples aperto de mão – frio e silencioso. E saímos.

Ovídio de Abreu, incumbido de tratar em São Paulo da retirada das duas candidaturas e a indicação de um *tertius*, esteve nos Campos Elíseos e, ao transmitir ao chefe do Executivo paulista a mensagem de Benedito Valadares, percebeu sua visível apreensão. Cardoso de Melo Neto solicitou-lhe 48 horas para a resposta. Regressando de São Paulo, Ovídio de Abreu deu conta de sua missão: o governador paulista iria encontrar-se com seu colega de Minas na próxima quinta-feira, no Clube dos Duzentos. Getúlio Vargas foi posto a par do encontro, e Benedito, tendo de atender a alguns assuntos administrativos, retornou a Belo Horizonte, de



onde pretendia voltar ao Rio na quarta-feira, para, no dia seguinte, seguir para o referido clube. De volta ao Rio, foi, entretanto, procurado por um emissário do governador paulista, que lhe comunicara que Cardoso de Melo Neto não iria poder comparecer ao encontro do dia seguinte, mas que estaria presente na outra quinta-feira, caso Benedito concordasse com a nova data. O adiamento não foi bem recebido por Valadares, já agora habituado a não esperar, mas a fazer-se esperar. Mas, ante a relevância do assunto, achou por bem conformar-se. Entretanto, na quarta-feira seguinte, véspera da data apazada, o senador Alcântara Machado procurou-o no hotel levando-lhe a seguinte mensagem: “O governador manda pedir desculpas, mas não pode vir ao encontro marcado para amanhã. O senhor é chefe da política mineira, e ele não o é da de São Paulo.” Benedito Valadares irritou-se. Os paulistas revelavam, mais uma vez, incompreensão, quer em relação à gravidade da situação nacional, quer quanto à posição e ao prestígio do articulador político que os convidara a um entendimento. Cardoso de Melo Neto, refletindo talvez o ambiente em que vivia Armando Sales – que já se considerava o futuro presidente da República –, achou-se no direito, igualmente, de tratá-lo com o mesmo despreço com que o havia feito antes o seu líder político. Armando Sales estava pagando pela sua atitude de desconsideração, em vez de concorrer às eleições escoteiro, já sentia o eleitorado dividir-se em duas partes. E Cardoso de Melo Neto, incorrendo no mesmo erro do seu líder, iria ter, mais cedo do que poderia supor, a devida resposta.

Perdendo a calma, Benedito Valadares dirigiu-se acremente ao emissário do governador paulista: “Eu sou um homem muito humilde, Dr. Alcântara Machado, mas sou governador de Minas. Como tal, não admito ser tratado dessa maneira pelo governador de São Paulo. Então, ele marca duas vezes um encontro comigo e não vem! O que desejava era apenas trocar ideias com ele sobre a escolha de um outro candidato paulista, que não fosse o Dr. Armando Sales, a fim de evitarmos que o país mergulhe numa guerra civil. O senhor, por exemplo, seria aceito pelo presidente da República. Mas o governador de São Paulo achou-se importante demais para se encontrar comigo... Pois bem, o senhor agora vai dizer ao Dr. Cardoso de Melo Neto que se prepare, porque vai se encontrar comigo, não no Clube dos Duzentos, mas na Mantiqueira. Eu vou para a revolução.”

Eu soube do que se passou através de amigos comuns, porquanto Benedito se mostrava cada vez mais reservado para com os velhos companheiros em relação aos seus planos políticos, embora continuassem inalterados nossos vínculos de amizade.

Na realidade, não dei muita importância ao caso. Julguei que a sua afirmação que “ia para a revolução” não passava de uma explosão de irritação momentânea em face da desconsideração sofrida. E tanto assim pensava que prossegui conversando com uns e outros, tentando encontrar uma solução para a crise da candidatura José Américo. Éramos incansáveis nessa tarefa: Pedro Aleixo, José Maria Alkmin, Luís Martins Soares, Mário Matos, Israel Pinheiro e eu trabalhando no sentido de uma fórmula conciliatória, para evitar que se interrompesse o processo eleitoral.

Em face do rompimento com José Américo, julgávamos que Benedito Valadares estivesse preocupado em relação ao seu futuro político. Sabíamos do desapareço em que Armando Sales o tinha e, caso este fosse eleito, seria o fim da sua atividade pública. Mas existiam outras soluções para o “caso”, fora do expediente de se conspirar contra o regime. E era com a intenção de encontrar a “saída” que, naquele momento, conjugávamos nossos esforços. Benedito Valadares, porém, já se encontrava, àquela altura, comprometido de corpo e alma no plano continuísta de Getúlio Vargas.

No dia 3 de outubro, escrevi a Benedito Valadares a seguinte carta:  
“Meu caro governador,

Fui hoje procurado pelo Otávio Mangabeira, que me pediu ir a Belo Horizonte transmitir-lhe o que pensam da situação e o que pretendiam fazer, caso você quisesse voltar à atitude que assumi em setembro. Não achei de vantagem minha viagem. Ao regressar teria que apresentar qualquer resposta, coisa que pode não lhe convir no momento. Mando-lhe, pois, sob a maior reserva, o que me disse ele. Mostrou-se muito impressionado com a palestra que teve com você. Declarou ao Armando que recolhera a melhor impressão possível e que o seu interesse comovente em procurar uma solução harmoniosa para o Brasil lhe tocara fundamente a sensibilidade patriótica.

Depois do primeiro encontro, procurou por todos os meios conduzir os seus companheiros para o ponto de vista que você defendia.

Ainda em Porto Alegre, quando, na presença dele e do Flores, o Armando recebeu um delegado do Cardoso de Melo Neto sobre o projetado encontro com você, todos três opinaram de maneira decisiva para que isso se realizasse. O Cardoso, muito tímido, não quis assumir a responsabilidade. Estudando agora a situação, sob o prisma patriótico, reconhecem todos o valor inestimável dos esforços empregados por você na manutenção da paz e da ordem. O quadro que se desenha é iniludível: estamos frente ao caos.

O Getúlio já não pode controlar a situação. Para onde marchamos? Diante de tudo isso, pesando bem as responsabilidades, acham que a única salvação é nova composição política, na qual colaborem, e que tenha a sua orientação. O Artur Bernardes está plenamente de acordo em fazer frente única com você. Disse-me até que o próprio problema da sucessão no estado terá por parte dele o apoio que você julgar necessário.

Foram-me ditas essas palavras, que transmito o mais fielmente possível, para chegar à seguinte resposta: O Armando quer conversar com você. Depende de sua aprovação. Em companhia de Otávio, irá ao lugar que marcar. Sugeriu Parreiro, por exemplo. Acha que a congregação dos esforços salvará o Brasil e que estão prontos a todos os sacrifícios.

Traçou-me um quadro real da situação. Dispensou-me de o reproduzir, pois você, melhor do que nós, conhece-lhe as cores. Disse-me outras coisas que não vem ao caso relatar. Você julgue como achar melhor. Nem direi a ele que lhe escrevi.

Como sabe, aguardo suas instruções. Vou contar-lhe um pequeno episódio para aquilatar das modificações sofridas por alguns elementos. O Góis almoçou com um amigo nosso. Defendeu a reforma constitucional, sem repisar o tema favorito da ditadura. A certa altura, falou-se na prorrogação de mandato do Getúlio. “Getúlio ficar para quê?” – disse ele. Um dos sintomas do que se está passando. O controle no momento está saindo dos políticos.

Bem, meu caro governador, um afetuoso abraço do Juscelino.

P.S.: Explicou-me o Otávio que, para solução política e pacífica do caso, aceitam o *tertius* que ficar assentado, mesmo que se não consiga unanimidade em torno dele.”

Como se vê, as decisões dos políticos vinham sempre com atraso. Aquela ideia do *tertius* havia sido lançada por Benedito Valadares e fora recebida com indiferença, se não mesmo com desprezo. Mas os acontecimentos se precipitaram. E, quando os líderes da UDB concordaram, por fim, com a tese apresentada, já era tarde demais.

Após o encontro com Alcântara Machado, Benedito Valadares, ainda bastante exaltado, foi procurar Getúlio Vargas. E falou sem subterfúgios: “O senhor sabe o que venho propor, presidente?” Getúlio, que despachava alguns processos, interrompeu a tarefa e olhou enigmaticamente para o governador de Minas. Benedito não aguardou qualquer pergunta. Abruptamente, completou seu próprio pensamento: “A revolução, presidente.”

Getúlio Vargas aceitou, com entusiasmo, a sugestão. Ou melhor, recolheu naquele momento o que, por intermédio de Francisco Campos e Agamenon Magalhães, desde algum tempo vinha semeando: o aliciamento, para o plano continuísta, do governador do grande estado da Federação. Nesse encontro, Benedito apresentou duas reivindicações: que os militares fossem claramente informados e aceitassem a revolução; e que a Força Pública de Minas escapasse a qualquer requisição, permanecendo sob o seu comando. Ambas foram atendidas prontamente pelo presidente da República. Assim foi apresentado o “golpe”. Quanto à data, essa dependeria apenas da evolução do processo político.

Enquanto tais fatos se passavam nos bastidores, os candidatos à sucessão de Getúlio Vargas prosseguiam em suas campanhas.

Era visível porém o constrangimento de José Américo em face da defecção do governador de Minas, o articulador de sua candidatura.

No dia 19 de setembro, Batista Luzardo, vindo do Rio Grande, onde estivera em conferência com Flores da Cunha, foi abordado no Rio pelos jornalistas sobre a retirada do nome do ex-ministro da Viação. Luzardo replicou, no estilo pastoril, típico dos habitantes dos pampas: “Não precisamos de outro parreheiro. Contudo, era patente que a situação cada dia mais se agravava.” O ar que se respirava estava carregado de suspeição. Todos sentiam alguma coisa prestes a acontecer. Mas ninguém conseguia definir o que fosse. Pressentindo o perigo, os verdadeiros democratas confabulavam, trocavam ideias, ouviam rumores e deixavam-se ficar perplexos.

Na noite de 30 de setembro veio a furo, afinal, o que tanto se aguardava. Uma nota oficial, assinada pelos ministros da Guerra e da Marinha, fora irradiada pela *Hora do Brasil*. Denunciava a existência de um plano completo de subversão, elaborado no exterior, para derrubar o regime. Tratava-se do famoso “Plano Cohen”, na verdade um documento apócrifo.

Movimentaram-se os círculos políticos. Sucediavam-se as reuniões de altas patentes do Exército. E, pouco depois, manifestou-se o resultado das confabulações sigilosas: o restabelecimento do estado de guerra. A imprensa, receosa de represálias, divulgou a nota dos ministros, sem nenhuma hesitação quanto à autenticidade do referido “plano”.

Na Câmara dos Deputados, poucos exigiram o exame do documento, e entre os que o fizeram se encontravam Otávio Mangabeira, Prado Kelly, Café Filho, Oscar Stevenson e Aureliano Leite. O líder da maioria, Carlos Luz, argumentou que a nota oficial não podia sofrer contestação, já que era assinada por figuras que, além do valor pessoal, representavam o Exército e a Marinha. No Senado, ocorreu a mesma aceitação.

Mais tarde, em 1958, o general Olímpio Mourão iria esclarecer que fora o autor do “Boletim Secreto” da Ação Integralista Brasileira, o qual, havendo sido mostrado a Góis Monteiro pelo general Mariante, converteu-se no famoso “Plano”. E o próprio general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior na época, informaria, em 1945, que o referido plano havia sido entregue por um integralista àquele órgão do Ministério da Guerra. De qualquer forma, o “Plano Cohen” valera como uma dádiva caída do céu para os que conspiravam contra as instituições. Com base nesse documento, o governo obteve a aprovação, em tempo recorde, de sua mensagem solicitando o restabelecimento do estado de guerra, suspenso desde o mês de junho.

.....

## *O golpe de 10 de novembro*



UANDO BENEDITO VALADARES se avistou com Getúlio Vargas e combinaram um golpe de estado, a fim de afastar definitivamente as duas candidaturas, o chefe do governo deu-lhe uma cópia do texto da nova Constituição, pedindo que a examinasse. Benedito esclareceu que já conhecia o documento e julgava que, nele, algumas modificações deveriam ser introduzidas. Getúlio concordou.

Na realidade, uma cópia estava em poder do governador de Minas desde dezembro do ano anterior. Recebera-a das mãos de Francisco Campos ao regressar da excursão pelo rio São Francisco. Mas todos nós naquela época ainda acreditávamos na preservação do regime, na continuidade administrativa e na sucessão presidencial, realizada na data estabelecida pela Justiça Eleitoral.

A atitude de Francisco Campos era interpretada por nós como fruto de sua cultura filosófica germânica. Ele havia tentado criar uma organização fascista em Minas, sem consegui-lo. A ideia ficara-lhe no espírito. Em 1937, julgando a época favorável, voltou ao assunto, dessa vez emprestando-lhe amplitude nacional. Tratava-se de uma nova Carta Magna – a lei suprema que deveria reger os destinos de todos os brasileiros. Benedito leu o documento, passando-o a alguns amigos, para que opinassem sobre o

texto. Depois, o assunto morreu, embora Francisco Campos não houvesse desistido de sua pregação totalitária.

Quando Getúlio confiou a Benedito o texto da nova Constituição, este já tinha em mente as modificações que julgava necessário introduzir-lhe: a transferência para os governadores do direito de nomear livremente os prefeitos.

No encontro com Benedito Valadares, Getúlio Vargas o incumbiu de fazer as devidas articulações com os ministros militares, e ele não perdeu tempo em cumprir a missão. Na manhã seguinte, esteve com o general Dutra, que recebeu bem a ideia. Benedito falou-lhe sobre o ministro da Marinha, a quem deveria procurar, também, em nome do presidente. Mas esclareceu que se sentia constrangido em fazê-lo, já que suas relações com o almirante Henrique Guilhem eram distantes, apenas protocolares. Quem sabe o general Dutra poderia encarregar-se dessa providência?

À tarde, o general visitou Valadares no Copacabana Palace dando-lhe conta da reação do ministro da Marinha. O almirante Henrique Guilhem alegou que as Forças Armadas não deveriam se divorciar do povo, e que o povo desejava a preservação, em sua plenitude, do regime democrático. Diante disso, Dutra julgava conveniente que o próprio Getúlio Vargas persuadisse o ministro rebelde. Benedito, logo em seguida, deu conta a Getúlio da missão que lhe havia sido confiada, não deixando de revelar que o ministro da Marinha se mostrava hesitante. E concluiu: “O general Dutra me aconselhou a dizer ao senhor para chamá-lo.” Getúlio concordou em fazê-lo, declarando: “No primeiro despacho, falarei com ele.”

O governador de Minas ficou perplexo. Tratava-se da articulação de um golpe de estado, e o presidente, em vez de agir com presteza, dispunha-se a esperar pelo próximo despacho com o ministro, o que só se daria na semana seguinte. Mas, refazendo-se rapidamente, Benedito foi conclusivo e franco: “Não, presidente, o senhor vai falar agora. Não voltarei a Minas sem deixar tudo resolvido. Estamos tramando uma revolução, e não podemos dar tempo ao ministro da Marinha para trocar ideias com seus colegas de farda.”

Getúlio sorriu. Tocou a campainha e surgiu um oficial de gabinete: “Chame o ministro da Marinha.” O almirante Henrique Guilhem não tardou a chegar. Benedito retirou-se para a secretaria da presidência,

aguardando o resultado da conversa. Essa não foi prolongada. Pouco depois, chamado novamente, Benedito se avistou, de novo, com Getúlio Vargas, que se mostrava satisfeito: “O ministro está de acordo.”

Estava tudo praticamente resolvido para a derrubada do regime. Mas faltava uma providência final: enviar um emissário aos governadores do Norte, prevenindo-os sobre o que iria acontecer. Todos deveriam ser avisados, menos Juracy Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti – da Bahia e Pernambuco, respectivamente. O emissário escolhido foi Francisco Negrão de Lima. Getúlio levantou-se, estendendo a mão a Benedito. Mas fez, ainda, uma recomendação: “Agora, procure o Dutra e combine tudo com ele. A data deve ser 15 de novembro – a da Proclamação da República.”

Aprovado o restabelecimento do estado de guerra pelo Congresso, a ação do governo não se fez esperar. Já no dia seguinte, designava os governadores para se incumbirem da execução daquela medida, com duas exceções: São Paulo e Rio Grande do Sul. Nesses dois estados – justamente os sustentáculos da candidatura Armando Sales – a execução do estado de guerra era entregue aos comandantes das respectivas regiões militares. Restabeleceu-se a censura prévia à imprensa. Os círculos políticos se alarmaram. Por que toda aquela atividade repressiva? O famoso Plano Cohen – passada a apreensão do primeiro momento – havia sido reduzido à sua verdadeira expressão. O governo havia lançado mão daquele documento apenas para vencer a resistência do Congresso e preparar-se adequadamente para a realização de seus objetivos. De qualquer forma, o país mergulhava, de novo, numa fase de ilegalidade. Esperavam-se, com apreensão, as medidas drásticas contra os adversários da situação. Elas, de fato, não se fizeram esperar. No dia 16 de outubro, o general Daltro Filho requisitou a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, para colocá-la sob seu comando. A notícia explodiu como uma bomba. O governador Flores da Cunha pediu 20 horas para decidir. Teria de ouvir a opinião do consultor-geral do estado. Em seguida, reuniu o secretariado, a fim de tomar uma deliberação. Na reunião foi dado um balanço na situação política. O estado se encontrava militarmente cercado. Tropas haviam sido concentradas no Paraná e Santa Catarina. As unidades da 3ª Região Militar, sediadas no interior, estavam incorporadas à guarnição de Porto Alegre desde o dia 7 de setembro. E, por fim, surgia aquela requisição da Brigada Militar. A



situação era, pois, desesperadora. Nada mais poderia ser feito para preservar a autonomia estadual. O único caminho que restava ao governador seria a renúncia. Flores da Cunha optou, então, por essa medida extrema. Renunciou ao governo, passando-o a Darci Azambuja, integrante do seu secretariado, e viajou para o Uruguai. A 19, Getúlio, completando a obra, decretou a intervenção federal no Rio Grande, e nomeou para o cargo o general Daltro Filho.

O grande estado sulino estava, pois, neutralizado. Mas ainda restava São Paulo. Contra ele voltaram-se as armas do governo. O general Dutra, convocado mais uma vez, passou a concentrar tropas na fronteira do Paraná e reforçou substancialmente os efetivos da 2ª Região Militar. Simultaneamente com tais acontecimentos, e em decorrência da decretação do estado de guerra, sucediam-se as conferências reservadas nos altos escalões do governo. Naquele momento, os “continuístas” não procuravam apenas perturbar o funcionamento das instituições. Mas esforçavam-se por suscitar, desde logo, as indispensáveis condições de insegurança coletiva, tendo em vista já o golpe de estado, marcado para 15 de novembro.

À medida que se comprometia na conspiração contra o regime, Benedito Valadares se mostrava mais reservado. Não só comigo, mas com todos os seus amigos que sabiam serem contrários à interrupção do processo democrático. Na última semana de outubro, mandou chamar Francisco Negrão de Lima ao seu apartamento no Copacabana Palace. Fecharam-se os dois e conferenciaram até as 2 horas da madrugada. Quando Negrão deixou o hotel, evitou falar aos que ali ainda se encontravam. Cumprimentou-me amavelmente, como sempre o fazia, e em seguida se despediu.

No dia seguinte, ao chegar à Câmara dos Deputados, o ambiente que encontrei era de desolação e perplexidade. O recinto estava deserto e os poucos deputados presentes conversavam em voz baixa, temerosos de que pudessem ser ouvidos. Num dos corredores, encontrei o deputado Abelardo Marinho. Esse, antes que eu lhe solicitasse qualquer informação sobre o que estava acontecendo, disse-me haver sabido, por intermédio do brigadeiro Eduardo Gomes, que Benedito Valadares tinha fretado um avião por 180 contos, para levar Negrão de Lima até Manaus, com escalas em todas as capitais, com exceção de Salvador e Recife.

Compreendi imediatamente o que se preparava. O tumor, que pressentíamos em desenvolvimento, estava prestes a vir a furo. Poucos dias antes, Benedito havia abandonado publicamente a candidatura José Américo. Aquela atitude repercutira como uma advertência. A advertência final, antes que se desse o colapso. José Américo, interpretando com realismo a situação, respondera ao governador de Minas dando por encerrada sua campanha.

Deixando a Câmara, dirigi-me ao Hotel Luxor, onde estava hospedado. No trajeto, não consegui evitar que meus pensamentos se concentrassem no que soubera por intermédio de Abelardo Marinho. O “golpe”, de fato, estava em curso. Já o esperava desde muito e, por isso, não foi com surpresa que me inteirei da viagem secreta de Negrão de Lima.

Minha atitude havia sido clara e definida desde o início. Por diversas vezes, discutira o assunto com Benedito Valadares – que era o nosso líder. Nas entrevistas, eu manifestara minha opinião com a maior franqueza. Julgava que o regime deveria ser consolidado através de eleições livres, com os governos se sucedendo de acordo com a vontade soberana do povo. E, durante algum tempo, o próprio governador concordara comigo. É verdade que, àquela altura, a situação havia mudado muito. Mas, mesmo assim, não compreendia por que Negrão de Lima, em vez de prevenir-me, recomendando-me reserva, tivesse preferido evitar-me, como se eu, abusando de sua confiança, fosse capaz de comprometê-lo. Na realidade, o que houve foi o seguinte: Negrão estava preocupado com o meu comportamento e, por isso, sentiu-se em dificuldade para me explicar os motivos da sua misteriosa viagem. Julgou, a princípio, que seria melhor nada me dizer. Mas considerou, por outro lado, que cometeria uma deslealdade se não me prevenisse, já que o golpe de estado em articulação poderia afetar profundamente o meu futuro político. Indeciso sobre o caminho a seguir, chegou a uma solução meio-termo. Sua esposa, D. Ema, iria ajudá-lo naquela difícil tarefa. Assim, tendo ele viajado pela manhã, num avião da Condor posto à sua disposição por Valadares, à noite D. Ema foi visitar Sarah na expectativa de poder falar-me. Reunimo-nos no salão do Hotel Luxor. No decorrer da palestra, falamos na súbita viagem de Negrão. D. Ema, visivelmente instruída pelo marido, disse-me, em tom de advertência: “Ele foi em missão de Benedito. Antes de embarcar, pediu-me para lhe

dar um recado, dizendo que você compreenderia. O recado foi o seguinte: Diga ao Juscelino que ele está falando demais. Os acontecimentos estão se precipitando.”

Benedito Valadares retornou a Belo Horizonte, depois de haver tomado todas as providências que Getúlio Vargas lhe recomendara. Extinguia-se, com sua ausência, a melhor fonte de informações de que eu poderia dispor.

Tive conhecimento de que Negrão de Lima levava uma carta de Benedito para os governadores do Norte e do Nordeste. A carta não era para ser entregue, mas apenas para ser mostrada, e lida. Não se tratava de qualquer explicação sobre a retirada de apoio à candidatura de José Américo, como chegou a ser noticiado. Era uma comunicação confidencial sobre a atitude que o presidente Getúlio Vargas pretendia assumir, e um apelo a cada governador para que aderisse ao movimento. Foi combinado um código através do qual Negrão comunicaria a Benedito, com segurança, a reação de cada chefe de Executivo estadual. O código era o seguinte: “22.405” – tudo bem; “4.890” – há dúvidas; “0.526”, cria dificuldades; “0.942” – quer ouvir amigos.

O ambiente no Rio era de nervosismo. Os jornais, censurados, nada informavam. Na Câmara fervilhavam rumores. Cada um interpretava a seu modo a viagem de Negrão de Lima. A reação que, a princípio, fora de revolta, evoluía, aos poucos, para uma atitude de estupefação. Ninguém conseguia compreender as razões que tinham levado Getúlio Vargas a pretender interromper, pela segunda vez, a evolução do processo democrático. Em face da agitação prevaiente, esvaziaram-se, como por encanto, as duas principais candidaturas à sucessão presidencial. Só permaneceu na liça a de Plínio Salgado, lançada pela Ação Integralista Brasileira e bafejada pelo governo. Plínio Salgado, apesar das notícias de um “golpe” iminente, prosseguia com seus discursos.

Nos primeiros dias de novembro, os integralistas fizeram uma passeata em homenagem a Getúlio Vargas. Durante mais de uma hora desfilaram em frente ao Palácio Guanabara. Os esquadrões, em formação compacta e vestindo seus uniformes característicos, provocaram um terrível “engarramento” na Rua Pinheiro Machado e adjacências. Francisco Campos e

o general Newton Cavalcanti, os protetores dos “camisas-verdes”, encontravam-se no palácio, assistindo à parada, ao lado de Getúlio Vargas.

O Rio Grande já estava sob intervenção, e o mesmo acontecia com o Maranhão e o Distrito Federal. Comentava-se que igual destino iria ter o estado do Rio. Naquela atmosfera de apreensão e perplexidade, aguardei, no Rio, o regresso de Negrão de Lima, e, ciente do desenvolvimento do processo continuísta, parti para Minas. Ao chegar à capital mineira, o ambiente que encontrei não era diferente do que deixara no Rio. Benedito estava em grande atividade. Enviava emissários a Goiás e a Mato Grosso e conferenciava, a portas fechadas, com os coronéis Alvim de Meneses, comandante da Força Pública, e Leri dos Santos, e com o capitão Ernesto Dorneles. Os secretários do governo nada sabiam do que se passava, e isso constituía um expressivo sintoma da gravidade da situação.

Refletindo sobre tudo aquilo, a primeira providência que tomei ao chegar a Belo Horizonte foi a de retirar do meu carro a placa, verde e amarela, com as iniciais “C.N.” – Congresso Nacional –, a que tinha direito, por exercer um mandato legislativo. O fato, sem maior importância, foi divulgado pela imprensa, merecendo a única interpretação cabível na oportunidade, já que eu era amigo e pessoa da intimidade do governador do estado: o Congresso seria fechado.

Em face da situação, que me parecia desalentadora, fiz mais. Tratei de me preparar para reiniciar a atividade profissional. Meu consultório não havia sido desfeito. Deixara-o apenas fechado durante algum tempo e encarregara o porteiro do edifício de abri-lo, uma vez por semana, para limpeza. Depois, emprestei-o, enquanto fosse deputado, ao meu amigo e colega Dr. Cílio de Oliveira.

Telefonei-lhe avisando que iria precisar do consultório, pois voltava a clinicar. Não desejando criar-lhe dificuldades – já que, na época, não era fácil encontrar-se um consultório como aquele no centro de Belo Horizonte –, observei que poderíamos ambos utilizá-lo, fixando diferentes horários de trabalho e atendimento. Na manhã seguinte, reassumi, em caráter provisório, minhas funções no Hospital Militar.

Ao tomar tais providências, não estava sendo precipitado. É que já não alimentava qualquer ilusão sobre o que ia acontecer.

No dia 8 de novembro, após o jantar, ouvi pelo rádio o noticiário do Rio. José Carlos de Macedo Soares, responsável pela abertura democrática havida em junho daquele ano, demitira-se da pasta da Justiça; Francisco Campos fora convidado para substituí-lo. A mudança era clara. Significava que o regime ia em fase de deterioração. Eu conhecia as ideias de Francisco Campos e sabia que ele havia elaborado uma nova Constituição, com o objetivo de submeter o país a uma experiência totalitária.

Dois dias mais tarde – 10 de novembro –, ao iniciar o trabalho no Hospital Militar, obtive informações bastante sugestivas. Conversando com o coronel Magalhães Góis, diretor do hospital, soube que o comando-geral da Força Pública estivera reunido até de madrugada no gabinete do secretário de Segurança. Após ouvir o coronel Magalhães Góis, decidi saber o que estava ocorrendo, pela boca do próprio governador. Deixei o hospital e me dirigi imediatamente para o Palácio da Liberdade. Ao entrar no gabinete de Benedito Valadares, encontrei-o exultante. Eufórico. O governador cumprimentou-me, mas com uma ponta de ironia: “Bom dia, meu caro ex-deputado!” Estava confirmado o que eu previra.

No dia anterior, Francisco Campos havia tomado posse na pasta da Justiça. Quase à mesma hora, o deputado João Carlos Machado, da bancada gaúcha e porta-voz da oposição, leu, na Câmara dos Deputados, um manifesto de Armando Sales denunciando o golpe que se tramava. O manifesto concluía por fazer um apelo patético às Forças Armadas no sentido de que garantissem as instituições e funcionamento do processo democrático. À noite, o ministro Eurico Gaspar Dutra foi informado de que o documento, já impresso, iria ser distribuído profusamente nos quartéis. Se isso acontecesse, poderia haver reação da oficialidade democrata e, em consequência, seria frustrado, no nascedouro, o esquema continuísta. O ministro da Guerra, sem perda de tempo, telefonou ao governador de Minas dizendo-lhe que se comunicasse com Getúlio Vargas e lhe fizesse um apelo para antecipar o movimento – marcado para o dia 15 –, pois “não podia conter mais os militares, dada a agitação reinante na Câmara dos Deputados”. Getúlio Vargas concordou.

No dia seguinte, pela madrugada, a revolução branca, isto é, “feita de cima para baixo”, como a definiu o próprio presidente da República, foi desfechada, dando origem ao que se denominou o Estado Novo. Nesse dia histórico – 10 de novembro de 1937 – quando se discutia no palácio a necessidade de fazer ocupar as casas do Parlamento por forças do Exército, o general Dutra impugnou a ideia. “Não concordo em que o Exército seja forçado a tomar essa providência.” Getúlio Vargas chamou, então, Filinto Müller, e a Polícia Militar cercou, pouco depois, os edifícios do Senado e da Câmara dos Deputados.

.....

*Outra vez, o avental branco*

**N**O DIA 11 DE NOVEMBRO, vestindo o avental branco, eu retomava, em caráter definitivo, minha atividade de médico no velho consultório, instalado no edifício Ibaté, na esquina da Rua São Paulo com a Avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte. Não me sentia desapontado nem ressentido. A passagem pela política havia sido uma experiência da qual guardaria muitas recordações. Ela representara um interlúdio na minha existência. Um interlúdio, com alguns momentos de êxito. Mas tudo havia chegado ao fim. No fundo da alma, o que experimentava realmente era uma sensação de alívio.

Durante algum tempo, cheguei a sonhar, a nutrir a ambição de escalar a montanha; a desejar contemplar, do topo, a paisagem. Tinha alguns princípios, aos quais fora fiel. Deles, a democracia havia sido o principal. A lição de Péricles, aprendida junto às ruínas do Partenon, nunca se dissipara do meu espírito. Ao contrário, ela me impregnara de sua profunda verdade. Depois, vieram as lições de Jefferson e Lincoln, para completar minha formação.

Aquiesci em ser deputado quase por imposição do governador de Minas. A chefia política de Diamantina foi o degrau consequente, que gulei também com alguma hesitação. Realizadas as eleições, vi com sur-

presa que o eleitorado me prestigiava. Consegui eleger a maioria dos vereadores, fazendo também o prefeito. Era pouco, muito pouco, sem dúvida. Mas um passo à frente.

A trilha da humildade, que simbolizava minha vida, deu uma imensa volta e, de súbito, retornava ao ponto de partida. Eu havia saído de Diamantina com os bolsos vazios e a cabeça cheia de sonhos. E eis que, após tantos anos sob céus diferentes, o que me restava eram apenas duas coisas: a chefia política do município em que nasci e aquele consultório em Belo Horizonte. Democracia, preservação dos direitos humanos, aspiração de trabalhar pelo meu país, tudo se desfizera no ar, como bolhas de sabão. Com o “golpe” de 10 de novembro, aquele mundo, no qual havia alimentado a esperança de viver, ruíra como um castelo de cartas.

Diversos representantes da nação correram para o Catete a fim de apresentar congratulações ao chefe do governo. Pedro Aleixo, como presidente da Câmara, salvou a honra do Congresso. Lavrou histórico protesto, recolhendo-se à vida privada, enojado de todos e de tudo. Sua voz foi a única. Mas, por isso mesmo, adquiriu ressonância nacional. Nela se refugiou, por um momento, a dignidade, que deveria ser o apanágio de uma assembleia de representantes do povo.

Às 10h, realizava-se uma reunião ministerial no Palácio do Catete para assinatura do novo instrumento constitucional. A nenhum dos ministros foi dada a oportunidade de examinar o texto. Getúlio Vargas explicara-lhes o que significava aquele documento político, dizendo-lhes que o assinassem. Mas houve ali, também, exceção: Odilon Braga, ministro da Agricultura, recusara-se a assinar a nova Constituição e se demitira da pasta. Duas vozes de protesto – apenas duas – fizeram-se ouvir naquele dia. E, por coincidência, ambas haviam sido proferidas por filhos de Minas.

E o povo? Esse também havia sido ignorado. Ou melhor, ele próprio se omitiu, cansado da farsa, cuja representação já se vinha arrastando por vários meses. O comércio não cerrou suas portas. Os cinemas funcionaram normalmente, com sessões lotadas. Dutra enviou um telegrama circular às regiões militares informando que a “transformação do regime se operara sem alteração da tranquilidade geral”.

Era a paz dos cemitérios. A tranquilidade. O silêncio. A imobilidade de uma nação minutos após haver sido asfixiada. À noite, Getúlio



compareceu a um banquete do embaixador argentino, Ramón Cárcano, como se nada tivesse havido. Prisões. Fechamentos de jornais. Exílios políticos. Tudo se diluía e dissipava em face da nova e sombria realidade.

O Estado Novo havia sido instituído. Regia-o uma Constituição outorgada, cujo texto estruturava um sistema político corporativista do tipo italiano. Adolfo Bergamini, porém, identificara-lhe a origem. Era a “polaca”. Francisco Campos, defendendo-se mais tarde, esclareceu que se tratava de uma Constituição de emergência. O “ambiente político” – como consequência da Revolução de São Paulo – “revelava-se incongruente, caótico, perigoso” – explicou o ex-criador da Legião de Outubro. “Os partidos políticos continuavam não existindo, e os quadros partidários que surgiram para substituí-los eram artificiais. Não passavam de simples prolongamentos do poder discricionário dos interventores. O estado de guerra, decretado pouco depois, poderia suspender a Constituição. Nessas condições, o regime constitucional já estava destruído.”

E, ampliando seu pensamento, tentou mostrar a conveniência do que havia sido feito: “O golpe de estado de 10 de novembro tinha, pois, um sentido. Ao elaborar a Constituição de 37, distribuí pelo texto alguns dragões chineses, com o intuito único de intimidação. Mas tratava-se de uma Constituição de emergência, visando ao fortalecimento do Executivo em meio à inquietação generalizada. Até hoje fala-se no caráter fascista da revolução branca de 37. Mas, assim, tinha de ser. Não há golpes de estado liberais. As próprias revoluções liberais geram ditaduras.”

Getúlio Vargas, porém, não iria adaptar-se ao figurino estrangeiro. Era predominante na sua personalidade o resíduo conservador de sua formação castilhista. O que desejava era governar sem o Congresso. E iria fazê-lo a seu modo, dissimulando a ditadura de fato, que passara a exercer, sob a capa de um paternalismo do tipo provinciano.

De qualquer forma, a instituição do Estado Novo foi mais um hiato na evolução da democracia brasileira. Desapareceram os partidos. Os governadores foram demitidos e substituídos por pessoas de confiança do chefe do governo. Benedito Valadares foi o único que conservou o título de governador. As assembleias estaduais foram também fechadas, a exemplo do Congresso Nacional.

Tudo se fez sem a menor reação. Flores da Cunha, antes do golpe de estado, havia abandonado o governo, refugiando-se no Uruguai. De dois governadores apenas se podia esperar alguma demonstração de inconformidade com a situação – Juracy Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti –, da Bahia e Pernambuco, respectivamente. Entretanto, como Flores da Cunha, abandonaram o governo e retornaram à planície, onde se encontravam todos os demais líderes políticos.

O próprio Armando Sales foi preso e levado para a Casa Grande dos Ingleses, em Nova Lima, onde permaneceu confinado. O ex-governador de São Paulo sempre votou a Benedito Valadares um grande desprezo e, após todos aqueles acontecimentos, acabou ficando detido em Minas, e sob sua vigilância. Valadares, entretanto, não era homem de mesquinhas. Tratou o ilustre paulista com a maior consideração, colocando à sua disposição o próprio chefe da sua Casa Civil: Olinto Fonseca.

A censura à imprensa impedia que o povo tivesse qualquer impressão da nova realidade. E ele aceitou a situação. Houve um movimento de acomodação coletiva. De resignação. De conformismo generalizado. Esperava-se – e o próprio Francisco Campos, autor daquele estado de coisas, participava dessa opinião – que o país iria viver um curto período de emergência. 37 fora “um meio”, como ele iria afirmar mais tarde, “e não um fim”. Procurava-se realizar em 38 o que, por falta de preparação psicológica, não havia sido possível conseguir em 30.

Se era essa a situação no cenário nacional, ela pouco diferia quando transplantada para a cena estadual. Era o mesmo fenômeno político, reduzido nas suas características essenciais. Os interventores governavam, também, acima da lei. Sem partidos que os fiscalizassem. Sem assembleias legislativas que lhes cerceassem a ação. Sem imprensa que denunciasses seus atos de prepotência.

E quanto a mim, ex-deputado, qual seria a minha reação íntima?

A mesma que via refletida em todos os rostos. Decepção. Desalento. Desesperança. Até 10 de novembro eu havia feito parte da engrenagem representativa do regime democrático. Desempenhara, portanto, como muitos outros, o papel de delegado de milhares de eleitores, espalhados por todas as regiões de Minas. E, de súbito, tudo havia mudado. Voltava a ser médico. Em vez de eleitores, cuidaria de doentes. Em vez

do recinto da Câmara dos Deputados, passaria a frequentar uma sala de cirurgia. A alteração era profunda. Embora nunca houvesse surpreendido em mim qualquer vocação política, até então, o fato era que eu havia pertencido àquele mundo que eu via desfazer-se em pó.

Em decorrência dessa situação – e por ação reflexa no quadro das minhas atividades privadas –, não consegui escapar ao pessimismo, que era a característica da consciência coletiva. Na realidade, havia sido péssima a repercussão em Minas da instituição do Estado Novo. Estando a imprensa arrolhada, as críticas eram verbais, passando de boca em boca. E, como Getúlio Vargas se encontrasse longe, quase inacessível no pináculo do poder instalado no Rio, Benedito Valadares tornou-se o alvo direto do ressentimento popular.

Nesse sentido, aglutinaram-se as correntes políticas do estado, formando uma frente única de oposição ao governador. A pregação fazia-se às claras. Todos os recursos eram considerados válidos. Anedotas. Epigramas. Boletins. E até manifestos clandestinos. Nos salões do Automóvel Clube – nos quais se reunia a melhor sociedade de Belo Horizonte – sucediam-se as críticas violentas e apaixonadas. E Benedito Valadares era a vítima indefesa. Nunca se abusou tanto da liberdade de cátedra como nos anos que se seguiram a 1937. A técnica era engenhosa e eficiente. Para escapar às represálias do governo, a pregação se fazia em termos técnicos. Na faculdade de Direito, por exemplo, em cada cem aulas, noventa eram dedicadas ao combate às ditaduras. Exaltava-se a excelência do regime democrático, deixando-se ao aluno a tarefa de tirar suas conclusões. E, no decorrer dessas preleções, sempre surgiam “indiretas” ao governador do estado.

Minhas relações de amizade com Benedito Valadares permaneciam as mesmas. Ia com frequência ao palácio: e ele, quando tinha uma folga, sempre passava à noite pela minha casa, para dois dedos de prosa e um drinque. Penalizava-me, pois, aquela campanha. Rebatia as críticas com veemência quando feitas em minha presença. Mas constatava a cada momento a inutilidade de meu esforço. Aliás, Benedito Valadares era o primeiro a não se preocupar com a campanha. O êxito, que coroara sua ação, imunizara-o contra manifestações da vaidade ferida. Naquele momento, ele vivia sua fase de grandeza, sua *finest hour*, segundo a expressão de Churchill. E não iria descer do pedestal para revidar aos que lhe atiravam pedras.

Sentia-se como um eleito do destino. E tinha motivos para pensar assim. O fato real, positivo, inquestionável, é que fora ele que, presentindo a crise no ar, tomara-a nas mãos e a convertera num ato político. E o fizera por iniciativa própria, em oposição à opinião de todos os seus conselheiros, inclusive de muitos dos seus amigos íntimos.

Pode-se discordar dele quanto ao acerto da atitude que havia assumido: destruir a democracia não constitui certamente um objetivo sedutor. Mas analisando-se o fato em si – sua importância na época, suas implicações na vida do país, as mudanças sociais e políticas que iria determinar –, cumpre reconhecer que Benedito Valadares sobrepujou, naquele momento, todos os líderes revolucionários, em habilidade política. Nem Dutra, nem Góis Monteiro, nem Osvaldo Aranha, nem Francisco Campos – nenhum desses líderes, militares e civis, que viviam na intimidade do governo, fora capaz de captar o advento do adequado momento psicológico e fazer com que Getúlio Vargas compreendesse, por fim, que sua hora de agir havia soado.

Qual – entre todos eles – teria tido a audácia de, no momento crucial, romper o protocolo, esquecer a hierarquia e dar uma ordem a Getúlio Vargas? Só Benedito Valadares poderia tê-lo feito. A expressão, literalmente, é esta mesma: “ele deu uma ordem ao chefe do governo”.

Para prová-lo, basta recordar o que, nestas páginas, já foi relatado. Diante da hesitação do ministro da Marinha, Benedito aconselhou Getúlio Vargas a chamá-lo ao palácio. Getúlio concordou e respondeu que trocava ideias com o almirante Aristides Guilhem por ocasião do seu despacho normal. Foi aí que Benedito se impôs como homem de decisão. Contestou com veemência: “Não, presidente, o senhor vai falar *agora*.”

Minhas divergências com Benedito Valadares não eram, assim, de caráter pessoal. Mas de natureza política. Ele acreditava, naquele instante, que uma interrupção do processo democrático – uma “ditadura provisória”, segundo o pensamento de Francisco Campos – seria o remédio adequado para o Brasil. Eu julgava, ao contrário, que a crise poderia ser solucionada – se crise, de fato, houvesse, e não uma agitação, artificialmente criada – através das próprias franquias asseguradas pelo regime constitu-

cional. Tratava-se, sem dúvida, de uma questão de princípios. E essa, por mais grave que fosse, nunca deveria separar dois velhos e sinceros amigos.

Em relação a Getúlio Vargas, nossas divergências, embora a princípio mais profundas, dissiparam-se com o correr do tempo. “Não julgueis” – é a sentença da Bíblia. Treze anos depois, voltaria a me encontrar com ele, politicamente; mas em condições diversas. Eu, governador de Minas; e ele, presidente da República.

A deposição em 45, o exílio na fazenda do Itu, a vitória consagrada nas urnas em 50 tiveram a virtude de lhe reacender a crença no regime democrático. Nesse período, convivemos estreitamente e pude constatar sua fidelidade à Constituição de 46. Em face disso, dissiparam-se os últimos resquícios de desconfiança que eu alimentava sobre a possibilidade de qualquer nova ofensa à democracia por parte do seu governo.

.....  
*Ternura do adulto pelo berço humilde*

*D*

E QUALQUER FORMA, minha vida estava diferente. Já não tinha de viver no Rio nem me via obrigado a acompanhar o governador em suas viagens frequentes. Ia, quando podia. E, quanto ao domicílio, fixara-o definitivamente em Belo Horizonte.

Aliás, existiam razões sentimentais, de foro íntimo, para que me sentisse bem na capital mineira. Quando vim de Diamantina, ela me acolheu de braços abertos. Ali estudei. Fiz o concurso para os Telégrafos. Obtive o primeiro emprego. E, por fim, casei. Belo Horizonte constituía, pois, meu universo privado. A longa trilha da humildade tivera fim justamente no seu aconchego.

Após o 10 de novembro de 1937, Belo Horizonte passara a ser para mim ainda mais do que aquilo. Era o ponto de retorno da breve, mas tumultuosa viagem através de outra atividade – a política. Isso queria dizer que se encontravam ali e se fundiam dois itinerários. O da vinda de Diamantina, que fora a trilha da humildade. E o do reencontro com a medicina – uma espécie de volta do filho pródigo.

No meu consultório, onde não entrava havia três anos, tudo estava em ordem. Era como se, em vez de haver residido no Rio, houvesse me ausentado apenas para tomar um café na esquina. O ambiente não se

alterara e, ao senti-lo, vi-me assaltado por emoções desencontradas. Entusiasmo e desânimo. Alegria e desencanto.

Num canto, erguia-se o armário de vidro em cujas prateleiras se enfileiravam as pinças, as seringas de injeção, os bisturis, os maços de algodão. No centro da sala, estava a mesa metálica, para os exames médicos, forrada de linho branco. Ao fundo, via-se a escrivaninha de imbuía, sobre cujo tampo se encontrava, aberto, o bloco para as receitas.

Erguendo o olhar, e deixando-o passar através das duas amplas janelas, descortinava o cenário familiar de Belo Horizonte. A sucessão de colinas, que parecia um mar ondulante. Os telhados coloridos. O casario que se desdobrava sob a doçura de um céu sempre azul e ia se confundir com os contrafortes da serra do Curral. Apurando o ouvido, identificava os ruídos urbanos. Bondes que passavam. Automóveis que buzonavam. Som metálico de martelos numa obra próxima. Pregões de vendedores ambulantes. Lá estava a Avenida Afonso Pena, cortando a cidade ao meio. A Rua da Bahia arrastava-se colina acima no rumo da Praça da Liberdade. Tudo nos seus lugares, tal qual eu havia deixado ao ingressar na política. A mudança que se processou tinha sido, pois, de outra natureza. Fez-se sentir em duas áreas distintas: no plano espiritual e no “gênero” da própria atividade.

O consultório é um laboratório de psicologia. Nele, a alma do cliente às vezes conta mais do que seu estado físico, pois um é consequência do outro. O médico, para agir com segurança, tem de levar em conta esses dois planos de personalidade. E cada doente é um universo à parte. Dispõe de órbita própria e está sujeito a influências nem sempre identificáveis.

O cenário político, embora de maior amplitude, revela as mesmas particularidades. Nele, é reduzido – quase nulo, mesmo – o número de problemas individuais. O cliente já não é uma pessoa. Uma unidade. O elo de uma cadeia. Mas um povo, considerado em conjunto, com suas paixões, seus anseios, suas reivindicações de bem-estar, de progresso e de melhor distribuição da riqueza.

Mas ambas – a medicina e a política – exigiam idêntica utilização de recursos psicológicos. Cada povo, cada região, enfim, cada país apresenta sintomas diferentes de anomalias socioeconômicas. E, para identificá-los, faz-se necessário o exercício de demoradas análises, tal qual num

organismo humano. Daí a razão por que o cenário político me fascinou. Fascinou, porém, não por ambição de ocupar posições. Mas pelas oportunidades que me oferecia de poder realizar uma espécie de terapia de grupo, ampliada em dimensão nacional.

Assim, observava e fazia comparações. Investigava e estabelecia analogias, tentando enquadrar, num diagnóstico, a desconcertante realidade nacional. E, ao fazê-lo, não me preocupava apenas com os problemas políticos, mas, igualmente, com os homens, por eles responsáveis, procurando desvendar as causas secretas de muitas das suas atitudes: os choques de interesses, os sentimentos sopitados, os recalques e as frustrações.

Este exercício acabou por ser de inegável valia para mim. Ampliou a faixa da minha faculdade de observação. Aguçou minhas qualidades de percepção e de análise psicológica, dotando-me, sobretudo, de uma espécie daquela “terceira visão”, da qual nos fala Lobsang Rampa, e que é um misto de instinto e clarividência, orientados num sentido prático, nitidamente racional.

O “10 de novembro” constituiu, pois, uma parada no tempo. Não apenas para mim. Mas também para numerosos amigos e companheiros de representação política. Benedito Valadares, levando em conta a difícil situação em que muitos haviam ficado, procurou nomeá-los para altos cargos da administração estadual.

Luís Martins Soares, por exemplo, passou a ser diretor da Loteria Mineira e, mais tarde, iria exercer as funções de chefe de polícia; José Maria Alkmin, escolhido inicialmente para titular da Secretaria do Interior, seria nomeado, algum tempo depois, para a direção da Penitenciária Agrícola de Neves; Pedro Aleixo, embora insistentemente procurado pelo governador, rejeitou todos os convites, voltando à sua banca de advogado. Negrão de Lima passou a chefe de gabinete do ministro Francisco Campos.

Benedito Valadares, assediado pelos deputados que ficaram sem ocupação e desprovidos de renda, prometia colocá-los à medida que pudessem. Ele pensava que eu estivesse esperando alguma coisa. Um dia chamou-me ao palácio e disse-me: “Estou preocupado com a sua situação. Dentro em breve dar-lhe-ei uma solução.” Passeávamos para lá e para cá no salão nobre do Palácio da Liberdade. Estava ansioso por aquele momento e o aguardava há dias. Respondi-lhe prontamente: “Meu caro governador,



existem inúmeros deputados na sua antessala à espera de que os atenda e lhes possibilite uma colocação. Muitos desejam ainda posições políticas. O meu caso é diferente. Abandonei definitivamente a política. Não aceirei nem me envolverei mais em qualquer atividade desse gênero. Libertei-me. Já iniciei minha vida no consultório, refarei rapidamente minha clínica e viverei doravante exclusivamente para a medicina.”

Benedito, sentindo-se livre do complexo de culpa que tinha para comigo, uma vez que fora por insistência sua que eu me afastara do meu consultório, passou a viver com naturalidade comigo, chamando-me sempre a palácio para comentar os episódios políticos que não cessavam de surgir. Tive, assim, ensejo de continuar insistindo com ele, durante os sete anos do Estado Novo, para que influísse junto a Getúlio no sentido da redemocratização do Brasil.

Até o exercício da chefia política de Diamantina praticamente a renunciei, delegando poderes ao meu amigo Joubert Guerra, prefeito do município.

Esta última atitude – o afastamento da chefia política de Diamantina – custou-me, na realidade, um esforço enorme. Sentia-me bem naquela posição. Não porque ela me oferecesse qualquer vantagem. Mas pelo simples fato de se tratar da cidade que me servira de berço.

Fora dura a luta que tivera de travar para conquistar aquela situação. Depois da vitória eleitoral de 1936, passei a viver uma fase de reconciliação com o passado. O fato de haver sido obrigado a deixar a cidade, quando menino, causara-me – será justo confessá-lo – certa mágoa e ressentimento. Mágoa e ressentimento pessoais, porém, já que não acusavam uma origem definida. Era mais um estado de alma – misto de frustração e desapontamento.

Entretanto, a vitória nas urnas trouxe de volta a minha ternura pela velha cidade. Iniciou-se então a saga de retirar Diamantina do isolamento em que desde muito se encontrava. A recuperação teria de ser levada a efeito em dois sentidos nitidamente diferenciados: a preservação do centro urbano, que era – e ainda é – uma joia arquitetônica, e a integração do município, através de uma rede de estradas, à comunidade estadual, sem esquecer, naturalmente, o problema da indispensável ligação da cidade aos seus quinze distritos.

Na realidade, a tarefa era difícil, complexa, e exigia um esforço quase sobre-humano. Teríamos de lutar em primeiro lugar contra a mentalidade do povo, que já não acreditava na possibilidade da recuperação do município.

Para desfazer essa mentalidade, seria necessário suscitar um impacto no espírito da população, impor confiança, fazer gerar otimismo. Mas isso só seria possível com obras que todos vissem. Pontes. Estradas. Calçamento. Restauração de edifícios em ruínas.

Mas como fazê-lo? Estudamos – Joubert Guerra e eu – o orçamento municipal. Era exíguo. Daria apenas para atender aos serviços da prefeitura. Lembrei-me de que as secretarias do governo em Belo Horizonte sempre deixavam sem aplicação numerosas sobras orçamentárias. Eram verbas pequenas. Simples resíduos de orçamento. E distribuídas por diversas diretorias. Dispondo da boa vontade do governador, não seria difícil aproveitá-las. Bastava um ato de transferência e Diamantina teria resolvido muitos de seus problemas. Pusemos mãos à obra. Eu, em Belo Horizonte, investigava os orçamentos das secretarias e anotava as sobras existentes. Depois, através de empenhos, de atos especiais dos respectivos titulares e mesmo de decretos do governador, obtinha as indispensáveis transferências. Joubert Guerra, em Diamantina, agia junto ao comércio, numa pregação incessante para que colaborasse como pudesse: em dinheiro, em material ou em mão de obra.

Essa ação conjunta, orientada no mesmo sentido, não tardou em dar os resultados que havíamos previsto. Em poucos meses, já dispúnhamos dos recursos financeiros de que necessitávamos. Faltava apenas convertê-los em obras. E foi o que em seguida realizamos.

Iniciamos nosso trabalho tentando quebrar o isolamento em que se encontrava o município. Diamantina, como já disse, não dispunha de estradas nem de pontes para a travessia dos seus rios. As ligações inter-districtais eram asseguradas por numerosas tropas, que iam e vinham ao longo dos trilhos abertos através das montanhas. Durante o tempo seco, essas tropas ainda se locomoviam, transportando as mercadorias dos centros fornecedores e abasteciam a cidade. Entretanto, na estação das águas, cessava completamente esse precário intercâmbio. Escasseavam os gêneros alimentícios. Faltava pão nas padarias. Não havia carne nos açougues. A população, conformada com a escassez, olhava o céu na esperança de que

o tempo melhorasse. Enquanto faltava quase tudo na cidade, os tropeiros, com seus burros carregados, aguardavam à margem dos rios que a enchente desse passagem. Ali, improvisavam acampamentos. Caçavam. Faziam serenatas. E eram vítimas do impaludismo.

Demos início, pois, e com enorme sacrifício, à construção da estrada que ligaria Diamantina a toda região norte do município. A topografia era acidentada e a abertura de qualquer quilômetro de estrada exigia enorme trabalho. O engenheiro João Batista da Silva Pedrosa, um dos encarregados das obras do estado, foi o herói dessa batalha anônima. A rodovia porém não era tudo. Havia o morro do Gobô, que deveria ser vencido. Essa eminência topográfica era considerada intransponível. Bastava olhá-la para se ter uma ideia da luta que teria de ser travada. Era rocha só. Mas o morro do Gobô foi vencido. A estrada, serpeando encosta acima, passou a ligar a cidade ao Mendanha, a Rio Manso, Rio Preto, Mercês e Campinas, seguindo no rumo de Araçuaí. Construimos pouco depois a estrada Diamantina-Extração, com a ponte de Ajunta-Ajunta, e abrimos a saída para o sul, através da rodovia Diamantina-Serro, na qual ainda existe a ponte sobre o ribeirão do Inferno, que foi a primeira obra pública por mim construída. Erguemos igualmente a ponte sobre o Jequitinhonha, cuja construção representou, sem dúvida, outra grande batalha.

Com a abertura das estradas, Diamantina deixou de ficar isolada. Já não era um minúsculo mundo à parte, só acessível pelos trenzinhos da Vitória-Minas ou através de penosas viagens em lombo de burro. Surgiram, em consequência, os primeiros caminhões. E o velho Tijuco passou a respirar.

Mas o progresso, se conferiu vitalidade à cidade, despertando a letargia centenária, não deixou de suscitar novos problemas, que exigiam imediata solução. Um deles foi o da modernização do centro urbano. Havia surgido os primeiros bangalôs – a coqueluche das cidades do interior na época. Casas de construção leve e de linhas graciosas, com telhados inclinados. Era a arquitetura do século XX que se impunha avassaladoramente, para deturpar um centro urbano, que é um dos conjuntos barrocos mais preciosos do Brasil.

Ante a ameaça, agi junto ao Serviço do Patrimônio Histórico Nacional e obtive do seu diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, o res-

pectivo tombamento. Estava salva a cidade. Já ninguém poderia construir em seu perímetro sem projeto aprovado naquele serviço federal. E, quanto aos prédios existentes, o próprio Patrimônio se encarregaria de restaurá-los. Um escritório do referido órgão foi instalado na denominada Casa Laforte, que é um colonial interessantíssimo. Procedeu-se, então, à restauração dos edifícios do século XIX, em plena ruína: o Seminário Episcopal e o Colégio das Irmãs; a sede da prefeitura, que havia sido dependência da antiga Casa do Contrato; o palacete de Chica da Silva; e as igrejas tradicionais – de Nossa Senhora do Amparo, do Rosário, de Nossa Senhora das Mercês e de Bambães. Restauraram-se igualmente a curiosa torre da igreja do Carmo – que ameaçava ruir – e o Mercado Municipal, o histórico “Barracão dos Tropeiros”, do tempo da mineração.

Numa preparação para o trabalho do Patrimônio Histórico, combinamos – Joubert Guerra e eu – renovar o calçamento do centro urbano. O tradicional “pé de moleque”, que era intransitável até para os pedestres, foi substituído por grandes lajes cor-de-rosa, tiradas, a dinamite, da serra Pedra Grande. A alteração, embora significando uma acentuada melhoria na pavimentação urbana, não prejudicou o ar colonial da cidade. Ao contrário, devolveu-lhe a característica inconfundível – já diluída em algumas ruas e praças – da vila rumorosa, acolhedora e cheia de mistério, dos tempos heroicos da extração.

Quando se procedia à mudança do calçamento e se escavava a terra para o assentamento das lajes, foi descoberto, em frente ao “Clube Acaiaca”, um rico veio de cristal, da maior pureza. Não faltaram sugestões para que a prefeitura explorasse o veio, a fim de custear, com os lucros, as obras da cidade. Mas Joubert Guerra foi intransigente. O calçamento teria de continuar e, de fato, continuou.

Na verdade, a área em que se encontra Diamantina foi inteiramente minerada. Os garimpeiros tudo revolveram. Escavaram. Peneiravam. Apenas um local escapou à ânsia dos caçadores de diamantes. Chamava-se Pau de Fruta, e nele havia uma represa, construída por Juscelino Dermeval da Fonseca, antigo prefeito. Era de onde saía a água para abastecer a cidade.

A represa estava em péssimo estado. Fora invadida pelo mato, com as margens atulhadas de detritos e a água quase sempre poluída. Com

uma dotação obtida em Belo Horizonte, conseguimos modernizar o serviço. Os diamantinenses passaram a beber água límpida, cristalina. A magnífica realização, que a cidade devia ao seu antigo prefeito Juscelino Dermeval da Fonseca, foi salva e aprimorada.

Tudo isto havia sido feito em breve prazo, de 1934 a 1937. Era a época das viagens constantes. Do vaivém entre Belo Horizonte e Rio. Às vezes ocorria uma variação – um pulo até as estâncias hidrominerais, principalmente a Poços de Caldas ou Araxá. A esse roteiro já tão exigente, tive de acrescentar um novo itinerário: Belo Horizonte-Diamantina. Por esse tempo, tudo se processava sob o signo da urgência. Chegava um telegrama de Joubert Guerra, arrumavam-se as malas. Havia a agitação da partida, e Sarah se inquietava. Outra viagem, e por quantos dias? Mais uma ausência a ser acrescentada à dimensão de seus dias vazios.

Mas era sempre emocionante o retorno. No trem, sentia-me como o menino do morro da Grupiara, que renascia, mais uma vez, dentro de mim. A magia da aproximação da terra natal despertava todo um universo de recordações que parecia morto.

.....  
*Esforço para a reconquista da clientela*

**T**UDO IRIA DESAPARECER, em face do 10 de novembro de 1937. Cessariam as viagens. Belo Horizonte voltaria a ser a minha base. O ponto de apoio para um novo sistema de vida. O Palácio Tiradentes, a “rodinha” no bar da Praça José de Alencar, no Rio, as vilegiaturas em Poços de Caldas e em Araxá, as visitas frequentes a Diamantina – tudo ficara para trás.

A rotina da clínica substituiu o imprevisto da política. O roteiro diário era fixo e invariável: no Hospital Militar e na Santa Casa, pela manhã; e no consultório, à tardinha, até a hora do jantar. Mas nem tudo se perdeu daquele mundo de fantasia, no qual havia vivido três anos. No fundo da alma, havia ficado a ressonância de uma melodia. Uma trilha sonora que nunca mais a abandonaria. Era uma canção popular. Uma joia folclórica – o *Peixe Vivo*.

Ao saldar minha dívida de ternura para com Diamantina, por haver sido o meu berço, não me limitei a abrir estradas, a preservar seus edifícios históricos, a restaurar seu ambiente colonial, tão típico e sedutor. Procurei reviver, igualmente, uma de suas mais velhas tradições: sua música. Desde a juventude, senti-me atraído pela dança nos salões. Percebia que ela dissipava minhas tensões, que afugentava a angústia e os estados

depressivos, peculiares àquela quadra etária. Com o passar do tempo, fui observando, entretanto, que não era bem a dança que exercia aquele efeito repousante sobre os meus nervos. Ela constituía – isto sim – a exteriorização. A manifestação física da presença de um foco de influência espiritual bem mais profundo. A raiz de tudo estava realmente na música.

Até hoje gosto imensamente de serenatas. Mesmo quando muito ocupado, sempre procuro ter música no ambiente em que me encontro. E foi justamente esse anseio que me levou ao gosto pela dança, não uma finalidade em si, mas tão somente um veículo de aproximação do alvo verdadeiro, que era, e é, a música.

Ouvi o *Peixe Vivo*, pela primeira vez, numa festa escolar. Senti que me identificava com a música. Já naquela época ela me relaxava os nervos. “Soltava” a minha personalidade. Libertava-me das “brumas mentais” formadas pela situação de conflito em que eu vivia, entre o desejo de “ser alguém” um dia e as limitações impostas pela pobreza.

Na ocasião, a canção mais popular em Diamantina era o *Zum Zum*. Meu pai, apreciador das serenatas, animava com ela os “coretos” organizados na cidade. Eu conhecia o *Zum Zum* e o admirava. Mas deixei-me seduzir pelo *Peixe Vivo*. A linha sonora era mais simples, mais espontânea. Fluía como a água de um córrego através de uma campina. Contudo, possuía, por outro lado, um poder de envolvimento que era irresistível.

O *Peixe Vivo* é uma canção de origem desconhecida. A escritora Maria Amália Correia Giffoni afirma que nasceu em São João da Chapada, povoado próximo a Diamantina. Creio ser impossível traçar-lhe o roteiro ao longo da história de Minas. De qualquer forma, faz parte hoje do acervo folclórico mineiro, datando, segundo penso, da época da formação da Província das Gerais. Quando ouvi o *Peixe Vivo* numa festa escolar, tive a impressão de que me encontrara. Ali, eu estava de corpo inteiro. Adotei-o imediatamente. Era a “minha música”. Ou, como se diz em jargão radiofônico, meu “prefixo musical”. Mais tarde, iria descobrir que, além dessas características, o *Peixe Vivo* é um fator de participação por excelência. Reúne. Congrega. Promove confraternização. Une homens e ideais. Daí a razão por que o utilizei como veículo de comunicação, por ocasião da minha campanha eleitoral em Diamantina, em 1936. E foi um êxito essa escolha. Nos comícios, nas excursões pelos distritos, nas serenatas – realizadas

com propósitos políticos –, o *Peixe Vivo* constituiu o elo que me ligava ao eleitorado. Mesmo em lugares humildes, como Mendanha e Curumataí, sempre arranjava uma oportunidade de promover uma “sessão”.

Reuníamos-nos em torno de uma fogueira no “largo” e – conservando-nos todos de braços dados – cantávamos, balançando o corpo:

*Como pode o peixe vivo  
Viver fora da água fria?*

A confraternização era imediata e calorosa.

O vaivém – Rio-Belo Horizonte, Rio-São Paulo, Belo Horizonte-Araxá, Belo Horizonte-Poços de Caldas e vice-versa – poderia ter comprometido a harmonia reinante no meu lar. Mas isso não aconteceu. Houve queixas, é verdade. Mas tudo logo serenava. Aliás, Sarah tinha mais do que razão. Eu era um João César de Oliveira, deputado, revivendo a vida de caixeiro-viajante em plena era do automóvel e do avião. No Rio, hospedava-me sempre em hotéis. A princípio, no Regina, à Rua Ferreira Viana, no Flamengo; e, depois, no Luxor, na Avenida Atlântica, em Copacabana. Eram tão frequentes aquelas viagens que, ao assinar o nome no livro de registro de hóspedes, os recepcionistas sempre perguntavam: “Deseja o mesmo quarto, deputado?”

Entretanto, apesar da agitação, do incessante vaivém, sempre me esforçava por preservar a felicidade no seio da família. Quando podia, levava Sarah comigo. E, quando isso não era possível, mantinha-me em permanente contato com ela. Durante aquele período, além de Sarah, havia uma outra razão que me obrigava a estar em contato permanente com Belo Horizonte. Tratava-se de minha mãe. Após trinta anos de penoso trabalho como professora, ela se aposentou e passou a residir na capital mineira, com Naná e Júlio Soares.

Apesar da idade – cerca de 60 anos – ela estava muito forte. As longas caminhadas diárias a que fora obrigada quando lecionava na escola pública da Palha, em Diamantina, enrijeceram-lhe os músculos e lhe deram uma saúde de ferro. Logo que sabia estar eu de volta, corria para a minha casa e procurava passar o maior tempo possível comigo. Vinha sempre à tardinha, para o chá com Sarah. Depois, ficava conversando até que eu chegasse para o jantar. Nesses encontros, fazia-me numerosas perguntas,



desejando estar informada de tudo. Era nessas ocasiões que, aproveitando qualquer oportunidade, manifestava sua já conhecida, mas sempre lembrada, preocupação: “Está tudo muito bem, meus filhos, mas quando é que vocês vão me dar um neto ou uma neta?”

Minha mãe – como era natural – não se conformava em nos ver casados havia tantos anos e até então sem um herdeiro. Este problema, entretanto, só com o tempo seria resolvido. Refiro-me ao caso agora, porque era um dos muitos problemas que tinha de enfrentar naquele momento. Outro, também obsedante, era do domínio da técnica cirúrgica, porque, durante aqueles últimos três anos, só ocasionalmente eu operara.

Ao reassumir minhas funções de chefe do Serviço de Urologia do Hospital Militar, verifiquei, com apreensão, que já não operava com a destreza que me havia sido característica. Tornara-me lento e me mostrava hesitante – duas falhas de efeitos imprevisíveis em certas situações, nas quais o tempo e a rapidez da ação constituem elementos de suma importância. A solução era realizar novo aprendizado. Exercitar-me intensamente. Não só para atualizar meus conhecimentos anatômicos, mas, igualmente, para readquirir a habilidade manual.

Mas como fazê-lo em Belo Horizonte? Não ficaria bem para um médico, que dispunha de razoável clientela e era muito conhecido nos círculos profissionais, voltar a frequentar a Faculdade de Medicina, transformando-se de novo em estudante. Depois de pensar um pouco, descobri o meio de solucionar meu problema.

Expliquei minha situação ao diretor da Faculdade de Medicina e solicitei permissão para praticar no anfiteatro anatômico, em horário que não coincidisse com o das aulas regulamentares. A licença foi concedida, mas logo surgiu outra dificuldade. O anfiteatro era utilizado durante todo o dia. “E à noite?” – perguntei, tentando uma alternativa. “Bem, durante a noite é possível, mas será bem desagradável” – esclareceu o diretor, professor Alfredo Balena. Combinamos tudo. O guarda recebeu ordem para me deixar entrar no edifício à noite, sendo-me entregue uma das chaves do anfiteatro.

Iniciei meu trabalho sem perda de tempo. Naquela mesma noite, após o jantar, por volta das 9h, cheguei à faculdade. O casarão estava deserto. O guarda abriu-me o portão e levou-me, através de salas e corredores, até o local onde se encontrava o anfiteatro anatômico. Despedindo-

-se ali, recomendou-me: “Quando o senhor terminar avise-me, para que eu apague as luzes dos corredores, que vou deixar acesas.”

Tirei a chave do bolso e abri a larga porta de madeira. Senti imediatamente o ativo cheiro do formol com que eram tratados os cadáveres. O salão estava às escuras. Acendi uma lâmpada, e olhei em torno. Conhecia bem o local, pois ali havia estudado com o professor Lodi, que, apesar de severo, conferira-me distinção no segundo ano, terceiro e quinto do curso, nas cátedras de anatomia descritiva e topográfica, assim como de técnica operatória. A diferença era que, naquela época, a prática era levada a efeito durante o dia e dezenas de pessoas estavam presentes.

Eram 9 horas da noite e a faculdade estava deserta. O salão era enorme. Ao longo dele, estendiam-se as duas fileiras de mesas paralelas, cada uma com um cadáver estendido sobre o tampo de mármore. Naquele momento, não pude escapar a uma sensação estranha, misto de horror e repugnância. E tudo conspirava para isso. O silêncio da noite. O vazio do salão enorme. O reflexo da única lâmpada acesa. O cheiro de formol. E as duas dezenas de cadáveres hirtos, nus, sobre as mesas de mármore.

O ambiente era, de fato, tétrico. Mas eu tinha uma tarefa a cumprir. Não iria desviar minha atenção, para concentrá-la nas impressões do anfiteatro àquela hora e naquelas circunstâncias. Mesmo à minha frente estava o cadáver de um homem de meia-idade, tez morena e quase calvo. Puxei a lâmpada e baixe-a sobre a mesa, de forma a melhorar o campo de visão. Em seguida, tomei o bisturi e dei início à dissecação. Estudava anatomia topográfica. Nessas condições, fazia explorações em determinadas regiões do corpo humano. De preferência, na em que se localizavam o rim e as vias urinárias. Era um trabalho de paciência que exigia a maior atenção.

Curvado sobre o corpo inerte, fazia as incisões. Separava músculos. Isolava veias e artérias. E, enquanto me exercitava, recapitulava o que havia aprendido, familiarizando-me outra vez com a apurada técnica, da qual, por exigência da atividade política, estivera divorciado por quase quatro anos. De vez em quando, erguia a cabeça e circunvagava o olhar pelo salão. Fazia-o instintivamente, como se uma voz inaudível me chamasse. Mas tudo estava quieto em torno. A luz, batendo de encontro aos azulejos brancos das paredes, emprestava-lhes um aspecto fantasmagórico. Tinha a impressão de que estava fora da realidade.

Observava os cadáveres mais próximos. Ali estava um negro, com um enorme ferimento na testa – atropelado, certamente. Tinha um olho aberto e o outro fechado. Mais adiante, via um velho, cujo corpo era um amontoado de ossos. Um esqueleto com o crânio ligeiramente virado, como se tentasse olhar para mim. À direita, perto da porta, encontrava-se o cadáver de uma mulher ainda jovem, já com os seios cortados e o abdômen aberto.

Quando me sentia cansado, sentava-me à mesa do professor e, nessas ocasiões, contemplando os cadáveres expostos, não conseguia fugir à prosaica, mas sempre humana, filosofia que se impõe em face do corpo inanimado de um desconhecido: “Quem será ele?”, “Quais os dramas e paixões por que terá passado?”, “Por que veio, afinal, parar nesse anfiteatro?”

Assaltava-me em seguida a lembrança da atividade silenciosa, mas inexorável, dos denominados “trabalhadores da morte”. Recordava os aeróbios, que desenvolvem o ácido carbônico e o vapor de água; as diferentes espécies que dão origem aos gases redutores; as mucedíneas, que promovem a destruição dos líquidos; e, por fim, os vários gêneros de vibriões da fermentação pútrida.

Aqueles “operários da morte” haviam estado em todos os cadáveres ali estendidos. Mas a tarefa que lhes competia realizar tinha sido anulada pela ação dos “preparadores” da faculdade antes que os corpos fossem removidos para o anfiteatro. Apesar das condições desagradáveis em que havia levado a efeito aquela prática – que se prolongou por três meses –, foi-me de grande valia. Readquiri a antiga destreza e atualizei-me com a prática anatômica. Simultaneamente, realizava intervenções cirúrgicas no Serviço de Urologia do Hospital Militar.

Assim, ao terminar o ano de 1938, encontrava-me em situação de exercer funções de muito maior responsabilidade no campo da cirurgia, dependendo apenas de uma oportunidade. E essa não tardaria a surgir. Fui promovido a tenente-coronel da Força Pública e, simultaneamente, nomeado chefe do Serviço de Cirurgia do Hospital Militar, em face da aposentadoria do professor Otaviano de Almeida, um dos luminares da ciência médica em todo o estado.

.....

*Natureza, um Van Gogh redivivo*

**D**ESDE O FECHAMENTO DO CONGRESSO e em face da retomada da minha atividade como médico e cirurgião, não voltei mais a Diamantina.

A clínica particular, dispersa pelo meu ingresso na política, resurgiu rapidamente. Em poucos meses, o antigo consultório, no edifício Ibaté, no qual trabalhava com meu colega Cílio de Oliveira, tornara-se pequeno para nós dois. Resolvi, pois, deixá-lo. E o fiz alugando diversas salas amplas no edifício Capixaba, na esquina da Rua Rio de Janeiro com a Carijós.

Apesar de estar sempre em Belo Horizonte, eu me mantinha em permanente contato com Joubert Guerra e com os demais companheiros de luta, em Diamantina. Ajudava-os no que era possível, quer obtendo verbas para obras no município, quer esforçando-me por incluir a cidade em todos os planos elaborados pela Secretaria da Viação, tendo em vista beneficiar a região norte do estado.

Em março de 1938, quando se comemorava o centenário de fundação da cidade, não pude deixar de ir a Diamantina. Grandes festividades estavam programadas. Fiz a viagem com toda a minha família, inclusive minha mãe, que estava saudosa da terra natal e dos parentes que ali deixara. Partimos de Belo Horizonte pela manhã, com destino a Corinto, pela Central do Brasil. Nesse trecho a viagem era razoável. Bons

trens. Carros limpos e dotados de poltronas confortáveis. Mas o pernoite da antiga Curalinho era desalentador. Não existia um hotel condigno. A cidade dava a impressão de um acampamento, com tropas chegando e saindo e, sobretudo, atravancando as ruas. Se a época era de tempo bom, a poeira inundava tudo. Chegando tarde a Corinto, não saímos do hotel. Ficamos por ali, recebendo algumas visitas, revendo uns poucos amigos, sabendo notícias da cidade. Na manhã seguinte, pegamos o trenzinho da Vitória–Minas, que nos levaria a Diamantina. Era o mesmo trem dos meus tempos de estudante, ronceiro e sacolejante, que cobria 120 quilômetros do percurso em sete longas horas.

O desconforto da viagem era compensado pela beleza dos cenários que se abriam de ambos os lados da linha férrea. No princípio, era o chapadão imenso, coberto por uma vegetação raquítica e retorcida. À medida que se ia subindo – já que a viagem é uma ascensão contínua até quase as imediações de Diamantina, quando então se entra num ligeiro declive –, a paisagem tornava-se cada vez mais deslumbrante. Era bela e selvagem, com planícies que se estendiam em suaves ondulações, fechadas, ao fundo, por agressivas serras de pedra.

No lugar chamado Tocaia, o trem já não parecia estar na terra. De um lado, era uma parede de pedra de centenas de metros descendo sobre o leito da estrada e passando rente às janelas dos carros de passageiros. E, do outro, era o abismo. Uma depressão que se processava, igualmente, quase na vertical, deixando ver ao fundo, brilhante, um rio, como uma serpente ao sol. Perigo e emoção. Deslumbramento e atração da morte.

Mas a viagem prosseguia, com a locomotiva soltando fagulhas, no esforço por vencer a agressividade da serra. A escarpa de um lado; e o abismo do outro. Vivía-se a emoção da travessia daquela garganta, como se estivéssemos no espaço, pendurados por uma corda invisível. E, de repente, como um impacto nos olhos, surgia o que menos se esperava. Bem na abertura da garganta e no seu ponto mais elevado, onde era mais ampla a visibilidade, eis que uma cascata deslumbrante agredia, pela beleza insólita, o olhar do viajante.

A coluna de água límpida, despencando-se do alto, desintegrava-se nas fímbrias. E essas, convertidas em bolhas esparsas, irisavam-se à luz do sol.

A um e outro lado abriam-se infinitas campinas cobertas de sempre-vivas. Um oceano de flores, salpicado de amarelo e branco, com manchas esparsas de roxo. Parecia um campo de tulipas na Holanda. A mesma exuberância floral. Idêntico impacto visual. Contudo, tratava-se de um jardim virgem de contato da mão do homem. Aquelas sempre-vivas eram nativas. Brotavam e floresciam sob a exclusiva proteção dos céus. Era a natureza que se afirmava em todo o seu esplendor, vencendo as rajadas do altiplano como se tivesse a intenção de corrigir, através de um esforço pictórico desconcertante, os tons opacos da paisagem.

Estendendo-se a vista, não se divisava uma só árvore – sequer um tronco seco, uma pedra que fosse, capaz de constituir um ponto de fixação para as pupilas deslumbradas. O espetáculo desintegrava a visão, não lhe permitindo concentrar-se em qualquer ponto. Tudo era amarelo e branco. E, entre ambos, esbatendo-lhes a uniformidade, que poderia tornar-se monótona, aquelas manchas roxas.

Um Van Gogh, redivivo, teria andado por ali, mas na fase em que a loucura lhe havia obnubilado a mente, tornando-o vítima daquela inflexibilidade visual.

A beleza do espetáculo não permitia divagações. Afirmara-se. Impunha-se com toda a força de sua eloquência, não comportando paralelismo. Era una e única. Cor e movimento, já que ondulava às rajadas que varriam o altiplano. Curvando-se ao vento, aquela estranha floração se fazia ainda mais deslumbrante. É que ela se convertia num arfar marinho – vagas de ouro e platina, sob a doçura de um céu, que era uma abóbada maciça de água-marinha.

O local, além do mais, não só extasiava a vista. Igualmente, oxigenava os pulmões. É o mais elevado ponto ferroviário do Brasil, denominado Santos Dumont. Quase 1.400 metros de altitude. Um Saint Moritz agreste perdido num Alto Engandine tupiniquim.

Mas Diamantina não estava longe. Teria terminado aquela sucessão de emoções violentas? Não. Restava ainda um espetáculo: o que encerrava o ciclo das surpresas da viagem. Era o da chegada ao velho burgo. Ao contrário do que acontece em Ouro Preto, onde se chega por baixo, rastejando-se ao longo dos vales que servem de base ao Itacolomi, em Diamantina o que ocorre é uma verdadeira revolução ótica. O trem vai subin-

do. E, quando atinge o alto, vê-se, espelhada pela vertente, a cidade, numa sucessão de telhados coloniais, de muros de pedra, de agulhas de torres, enfim, o velho Tijuco dos faiscadores, revivido na placidez da moderna Diamantina.

As comemorações do centenário da cidade foram ruidosas, prolongando-se por vários dias. Era a velha alma boêmia dos diamantinos que, mais uma vez, expandia-se. Sucederam-se os bailes. Organizaram-se “coretos”. Realizaram-se rumorosas manifestações populares. E tudo isso, juntamente com festividades religiosas – missas solenes e bimbalar de sinos. Apesar de ser diamantino e haver absorvido na personalidade todas as características daquele povo *sui generis*, e sobretudo sendo filho e herdeiro das qualidades de João César de Oliveira, confesso que me senti aturdido.

Além das cerimônias oficiais, existiam as homenagens dos velhos amigos, dos parentes, dos correligionários políticos – os Eulálios, os Mata Machados, os Guerras, os Jardins, os Catãos, os Costas. Esses eram os considerados nobres. A fina flor da aristocracia diamantina. Movimentou-se também a gente amiga dos bairros: Chico Soares, Ernesto Roque, José Agostinho Rocha, Antônio Lacerda, João Clímaco. Os chefes políticos distritais. Os sitiante e fazendeiros no município. Todos vieram e fizeram questão de homenagear o diamantino que havia deixado a cidade ainda menino e voltara ex-deputado federal e chefe político. A grande festa do centenário foi a inauguração da Praça Juscelino Kubitschek em frente ao fórum. Toda a cidade compareceu. Falaram diversos oradores, inclusive o prefeito Joubert Guerra, meu companheiro de lutas políticas. Agradei a manifestação, falando de uma das sacadas do fórum. Seguiu-se um gigantesco *Peixe Vivo*, cantado, em coro, por milhares de bocas.

Aproveitando um intervalo na programação das festividades, realizei, sozinho, uma peregrinação aos “lugares santos” da minha infância: o sobrado do meu avô; a escola da Palha; a casa da Rua São Francisco; o morro da Grupiara; a Igreja de Nossa Senhora da Luz. Eram os marcos que havia deixado enquanto vivera na cidade e iam assinalando, no seu modesto e íntimo significado, o itinerário do menino pobre que, através de altos e baixos, chegaria um dia à Presidência da República.

Para os que ali me conheceram – com um pé calçado e o outro descalço, fingindo-me machucado, por economia –, de pouco valiam o meu diploma de médico, meus galões de tenente-coronel da Força Pública, minha investidura como chefe político do município. Quando apareci naqueles lugares – dos quais eles nunca haviam saído –, houve um primeiro momento de embaraço. Cerimônia, talvez porque eu estivesse bem vestido. O constrangimento porém não resistiu a um sorriso largo e franco. E as mãos se estenderam. “Mas é você, Nonô, vem de lá um abraço, meu velho.” E a afeição da infância, que se acreditaria morta sob o peso de tantos anos, reacendeu-se num instante.



.....  
*Os dois primeiros anos do Estado Novo*

**E**NTREGUE À MINHA ATIVIDADE DE MÉDICO, nunca deixei de acompanhar com interesse o que ocorria no cenário nacional.

O Estado Novo realizava, com aparente segurança, sua missão de anestesiar a consciência nacional. O povo não era informado de nada. E as soluções, quando chegavam ao conhecimento do público, já se apresentavam convertidas em fatos consumados. Getúlio Vargas não havia alterado sua tradicional linha política. Seu alvo era o fortalecimento da própria autoridade. Sentindo-se forte politicamente poderia derivar à vontade ao sabor dos acontecimentos. No início, utilizara-se dos integralistas para combater os comunistas. Desorganizados estes últimos, passou a conspirar contra os primeiros.

Era a velha gangorra política: subindo e descendo, com Getúlio Vargas firmemente plantado no eixo. Com o advento do Estado Novo, foram extintos os partidos políticos, mas a impressão que se tinha era que o Integralismo, embora uma agremiação partidária, havia sido o grande vencedor no dia 10 de novembro. Na verdade, Plínio Salgado, o único líder remanescente, e seus adeptos políticos já tinham os dias contados. O decreto-lei de 2 de dezembro não comportava qualquer dúvida. Extinguira os partidos e também todas as “organizações cívicas e organizações

auxiliares” – a legenda sob a qual se agrupavam os integralistas, tentando preservar a sobrevivência. Proibiram-se, pois, “os uniformes, os estandartes, os distintivos e outros símbolos” – enfim, todas as exterioridades que caracterizavam a AIB.

Francisco Campos, apesar de seu prestígio como idealizador do Estado Novo e titular da pasta da Justiça, não mais quis ou não teve força para impedir o golpe de morte contra a organização, que se ajustava perfeitamente ao que entendia como sendo o modelo de organização política mais conveniente ao Brasil. A atitude de Getúlio Vargas gerou ressentimentos. Provocou indignação entre os “camisas-verdes”. A reação não se fez esperar: a 11 de maio de 1938, foi assaltado o Palácio Guanabara, onde Getúlio Vargas residia. Houve mortos e feridos. Tornara-se patente a conivência de alguns setores do governo, inclusive de parte da Guarda Presidencial. E verificaram-se sobretudo alguns fatos estranhos que até hoje não foram devidamente explicados. Alzira Vargas do Amaral Peixoto deu o seu depoimento a respeito: “O general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, fora aprisionado no interior do próprio apartamento. O coronel Filinto Müller, chefe de polícia, enviara sua famosa Polícia Especial, a qual não chegara ao palácio. O general Eurico Dutra, ministro da Guerra, aparecera junto ao portão da grade do Guanabara, acompanhado apenas de dois soldados, pedindo instruções. O coronel Cordeiro de Farias, comandando a tropa remetida para socorrer Getúlio Vargas, ficara no interior do estádio do Fluminense Futebol Clube, impossibilitado de cumprir sua missão, porque não conseguia abrir uma porta existente no muro. E, por fim, o chefe do gabinete do ministro da Guerra, o general Canrobert Pereira da Costa, fora aprisionado, em trajes caseiros, na Esplanada do Castelo.”

Todos esses fatos – graves como são – demonstraram que, na noite de 11 de maio, o esquema de segurança do governo, na realidade, não funcionou. Reinaram a perplexidade, a imprevisão, o marasmo. Por que tudo isso? Conivência? Solapamento do dispositivo de segurança? Irresponsabilidade? Aturdimento em face do golpe de mão inesperado?

Entretanto, o chefe da Casa Militar de Getúlio Vargas, general José Pinto, havia tomado conhecimento dos insistentes rumores que naquele dia tinham circulado na cidade. A Guarda Presidencial chegara mesmo a ser reforçada. Apesar disso, os telefones do palácio foram cortados.

Deixaram de funcionar igualmente os do Catete, os da chefatura de polícia e os do gabinete do ministro da Guerra. Só pôde ser utilizada a rede dos telefones oficiais.

De qualquer forma, a tentativa dos “camisas-verdes” forneceu a Getúlio Vargas o pretexto de que ele necessitava para eliminar aqueles incômodos aliados. Prisões. Medidas drásticas de supressão foram levadas a efeito. E, com elas, encerrou-se a primeira grave crise interna por que passou o Estado Novo.

Mas, o que era afinal o Estado Novo? Um regime híbrido, sem apoio popular nem ideologia política. De 1937 a 1940, foi mantido pelas Forças Armadas. Mas essa garantia era precária, pois grande parte da oficialidade, de formação democrática, não se mostrava satisfeita com a experiência totalitária. Getúlio Vargas, como bom psicólogo, concluiu que a política de governar à deriva não poderia conduzir a bons resultados. Nos últimos dez anos, duas teses vinham sendo pregadas com veemência, e os que as defendiam obtinham crescente número de adeptos no seio da opinião pública. Eram elas: justiça social e nacionalismo econômico. Os partidos políticos, ditos democratas, até então as haviam ignorado. Voltavam os olhos para os ideais que tinham inflamado a mente dos constituintes de 91. Eleições livres. Liberdades civis. Isenção da justiça. E legitimidade da representação política. Nenhum deles teve a preocupação de analisar a evolução dos acontecimentos no mundo e verificar que, além desses direitos, que são fundamentais e inalienáveis, outros problemas tinham passado a desafiar a argúcia dos homens públicos. A transformação social, desde a Grande Guerra, havia sido enorme. Novas classes surgiram e logo passaram a fazer reivindicações. Entre elas, a classe média que substituíra a antiga burguesia, e a classe operária. Daí a formulação daquelas novas teses.

Vargas, que havia realizado algo dos ideais dos “tenentes” depois de 37, julgou que havia chegado o momento de dar “corpo”, ou substância ideológica ao Estado Novo. Tinha à mão os instrumentos necessários: o Ministério do Trabalho e a Legislação Trabalhista, elaborada por Lindolfo Collor. Seria fácil, portanto, uma guinada nessa direção. E surgiu, então, o trabalhismo afeiçoado ao seu temperamento. Trabalhismo, que era um misto de justiça social e paternalismo. Apesar de suas limitações, a nova política teve enorme repercussão no seio da imensa massa operária. Em

consequência, ela se politizou rapidamente. Foi a época da fundação e do fortalecimento das associações de trabalhadores: sindicatos, federações, confederações. Deve ser ressaltado que o despertar das massas, ou melhor, a sua conscientização, processava-se em momento realmente propício: o incipiente desenvolvimento do Brasil, os primeiros ensaios da industrialização, a elevação do nível de vida dos que trabalhavam e, como resultado de tudo isso, a crescente urbanização das massas rurais.

Eram levas e levas de camponeses que, mensalmente, deixavam a agricultura e vinham se estabelecer nos centros urbanos, principalmente no triângulo econômico Rio-Belo Horizonte-São Paulo. Como não dispunham de residências, construíam seus próprios barracos, e surgiram assim as primeiras favelas. Essa classe emergente era constituída dos deserdados da lavoura. Sobretudo dos párias do cafezal. Nunca havia gozado de qualquer direito. Deslumbrara-se, pois, com as prerrogativas que as leis, promulgadas por Getúlio Vargas, havia-lhe assegurado. E sentia-se plenamente realizada. Liberdades civis? Direitos humanos? Imprensa livre? Eleições periódicas? Representação popular para orientar os destinos do país? Nada disso interessava à nova classe. Ela se considerava feliz sob o Estado Novo. E erigira Getúlio Vargas como seu patrono. O Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, instituído pouco depois, completaria a obra de compor no espírito do povo a imagem do chefe do governo como o “amigo dos trabalhadores”. Getúlio Vargas, dispondo do apoio irrestrito dos operários, sentiu-se seguro. Seu governo já tinha uma substância ideológica. Um sentido social. Uma orientação humana. Contra ele poderiam se arremessar – sem qualquer probabilidade de êxito – os eternos conspiradores, civis e militares. O Estado Novo estava consolidado politicamente. Mas Getúlio Vargas ainda não estava satisfeito. À ação política deveria suceder a centralização administrativa, que era outra forma de poder. Motivos para esse segundo movimento existiam muitos: a excessiva autonomia dos estados, as hegemonias regionais, o desequilíbrio entre as pequenas e as grandes unidades, comprometendo a estabilidade do regime federativo e, sobretudo, as razões impostas pela segurança nacional. E foi o que Vargas passou a fazer logo que se sentiu seguro no governo.

O grande pretexto para a instituição do monopólio do poder foi a unidade nacional. O tão malsinado “arquipélago”, econômico e político, deveria ser extinto. Para fortalecer a Federação e fazer desaparecer os quisitos autônomos, nada mais indicado do que uma administração centralizada, executada nos estados por delegados da confiança do chefe do governo.

Getúlio Vargas já havia passado pela experiência dos interventores, e se sentira satisfeito com os resultados. Daí a razão por que após o 10 de novembro retornou à mesma prática. Interventores, demissíveis *ad nutum*, era a fórmula ideal. Tendo por base essa fórmula, Vargas estabeleceu novo tipo de relação entre o governo central e os dos estados. Um ordenava, e os outros obedeciam. Chamava-se a isso um “verdadeiro governo nacional”. Nesse sentido, muitas atribuições, que antes de 1930 cabiam às administrações estaduais, trasladaram-se à esfera federal. A produção e a comercialização de alguns produtos foram postas sob a supervisão das autoridades do governo central. Criaram-se assim diversos institutos, como, por exemplo, o do Sal, o do Café, o do Pinho, o do Álcool e Açúcar. O sistema tributário foi revisto, igualmente, e centralizou-se por outro lado a burocracia, através da criação do Dasp. Todas essas medidas visavam ao mesmo fim: o fortalecimento do governo federal. O poder, antes dividido com os estados, tornou-se uno, concentrado nas mãos do chefe do governo. E Vargas sempre o utilizou com a maior habilidade, servindo-se dele para desmontar aos poucos, mas de forma definitiva, as oligarquias regionais.

Assim, as reformas sociais, desde muito reclamadas pelas esquerdas e por alguns setores “tenentistas”, puderam ser realizadas sob o totalitarismo do Estado Novo. Mas, mesmo essas, acusavam um cunho pessoal, uma feição conservadora e nacionalista, refletindo com exatidão a mentalidade do chefe do governo. Era uma revolução, dita social, mas sob a influência do resíduo castilhista, embora sem a sistemática positivista. Getúlio Vargas, através do DIP, tentou fazer crer à nação que se estava em face de uma profunda reforma social, como as esquerdas reclamavam desde muito. Mas não era bem assim. Executou-se um populismo circunstancial, ajustado a uma realidade que exigia urgente alteração.

A Constituição outorgada, de 37, estabelecia “que o sindicato deveria ser regularmente reconhecido pelo Estado”. Só assim ele teria o direito de representação legal dos que participassem da categoria de produ-

ção para que houvesse sido constituído. E a sindicalização, além do mais, estaria vinculada ao Ministério do Trabalho. O que importava dizer que, em última análise, era o governo que diria o “sim” ou o “não” à organização de qualquer sindicato. Revolução social, igualmente outorgada, realizada num sentido descendente, do governo para a classe operária. Mas tinha de ser assim, dada a despreparação das massas, as quais ainda ignoravam, na realidade, o que lhes seria facultado reivindicar. A sindicalização instituída pela Constituição de 10 de novembro de 1937 só iria ser regulamentada no dia 5 de julho de 1939 – dois anos mais tarde. O período entre as duas providências – tratando-se de uma revolução em marcha – já definia caráter protelatório, transigente, circunstancial, das reformas empreendidas.

Aliás, em 37 o país se encontrava sob as mesmas pressões que o haviam influenciado em 30. Pouco se havia alterado naqueles sete anos. Francisco Campos, doutrinando sobre o 10 de novembro, havia dito: “Novembro de 37 efetiva outubro de 30, aplicando na ordem as forças deflagradas na subversão.” Isso foi o que aconteceu em relação à tese, tão veementemente defendida, da reforma, tendo como objetivo a justiça social. Refiro-me apenas ao período de 37 a 40. Quanto à segunda tese – nacionalismo econômico –, Getúlio Vargas só muito mais tarde iria tentar transformá-la em realidade.

Naquela época, o Brasil e a América Latina, considerada esta como um todo, viviam sob a égide do interamericanismo, idealizado por Roosevelt. Não era nada tranquilizador o cenário internacional. Desde algum tempo, o fascismo firmara-se no Mediterrâneo. O nazismo vinha se alastrando pelo centro da Europa. Na Espanha e em Portugal extinguíram-se os cambaleantes regimes liberais. E haviam surgido as famosas *frentes populares*, que eram núcleos de resistência, organizados, tendo em vista um conflito iminente com os ditadores. Sentia-se, no ar, o cheiro de uma próxima conflagração mundial.

Desde 1933, o Brasil estava engajado no sistema político denominado Interamericanismo, um paliativo inventado para substituir a também inoperante, mas largamente debatida, Doutrina Monroe. O Interamericanismo, porém, já refletia uma preocupação de cooperação prática, consubstanciada em três itens: a segurança coletiva; a aliança econômica; e a abstenção do emprego da força para a solução de conflitos no Hemisfério.

Em 1936, Cordell Hull, por ocasião da conferência realizada em Buenos Aires, sob a presidência do próprio Roosevelt, conferia maior ênfase àquela política. “A ameaça feita a uma república do Hemisfério o seria a todas as outras.” O compromisso, de fato, era solene. Contudo, ele havia sido assumido não em benefício da América Latina, mas dos Estados Unidos, que se sentiam cada vez mais próximos de um envolvimento no que iria acontecer na Europa. De fato, em julho de 1938 foi assinado o acordo de Munique. Reconheceu-se a Hitler o direito de incorporar, ao Reich, os sudetos da Tchecoslováquia. A franqueza e a falta de visão política de Neville Chamberlain, responsável pelo acordo, permitiram a Churchill fazer a mais terrível crítica que um estadista jamais dirigiu aos chefes de governo de duas nações aliadas – a Inglaterra e a França: “Tinham a escolha: a desonra ou a guerra. Preferiram a desonra, e terão a guerra.” Em agosto, agravou-se ainda mais a situação internacional. A atmosfera era de tensão, de expectativa sombria, de apreensão generalizada.

Enquanto eu acompanhava, com o maior interesse, o que ocorria no cenário europeu, vivia, simultaneamente, momentos aflitivos no meu pequeno círculo familiar. Minha cunhada, Maria Luísa, esposa de Clóvis Pinto, precisava ser operada. Intervenção cirúrgica séria que nos causava muitas preocupações.

Em fins de agosto, internou-se no Instituto do Rádio. A operação seria no dia 1º de setembro, às 7 horas da manhã, e o cirurgião escolhido foi o Dr. Oto Cirne. Nesse dia, levantei-me às 6 horas, como habitualmente. Mas, em vez de seguir para o Hospital Militar, rumei para aquele instituto, pois iria ajudar na operação. Tudo correu bem durante o ato cirúrgico. Na sala ao lado encontravam-se todos os membros da família. Mais ou menos às 8h30min alguém – certamente um médico do estabelecimento, de cujo nome não me recordo – entrou na sala de cirurgia e, aproximando-se de mim, segredou-me: “A Alemanha invadiu a Polônia.” Confirmavam-se, assim, as palavras de Churchill. Os exércitos de Hitler haviam transposto, de fato, naquele dia, a fronteira polonesa. A 3, obedientes ao tratado de defender a integridade do país invadido, a França e a Inglaterra declararam guerra ao Reich. No dia 17, os soviéticos cruzaram igualmente a fronteira da Polônia, com o consentimento de Hitler. Era a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

.....  
*Mais uma vez envolvido pela política*

**E**M BELO HORIZONTE, eu observava todos esses acontecimentos nacionais e internacionais – com a curiosidade natural do homem perfeitamente integrado na sua época. A passagem pela política dera-me uma visão mais ampla e mais racional do que ocorria em torno de mim e me afetava diretamente; e do que acontecia no cenário do país e do mundo, cujos reflexos só indiretamente me atingiam.

O exercício do mandato de deputado havia feito com que me interessasse profundamente pelos problemas do país. E, nos poucos vagares que me proporcionava a atividade médica, lia tudo que me caía nas mãos, desde problemas de saúde aos de transporte, quer os do custo de vida, quer os de comunicações e os de energia. Assim, fui elaborando aos poucos uma espécie de síntese das deficiências nacionais, com indicações mais ou menos precisas – sugeridas pelo que vira durante minha viagem pela Europa, norte da África, Oriente Médio, Uruguai e Argentina – das soluções que me pareciam adequadas.

Os governos não tinham, a rigor, planos técnicos, estruturais, globais. Mas simples plataformas. E estas não passavam de uma sucessão de chavões políticos: educação, aumento da riqueza pública, estabilidade cambial, preservação da ordem, defesa das instituições republicanas. Um programa



só, que se transferia de administração para administração sem nunca ser executado. Daí se originou que, naquele tempo, a iniciativa estatal mostrava-se atrasada, em relação à iniciativa privada, em cerca de cinquenta anos.

Eu conservava no pensamento o exemplo de Diamantina. A cidade havia parado no tempo desde que se extinguiu a mineração. Algumas indústrias ali se instalaram. Fábricas de cerveja. De cigarros. De calçados. De tecidos de algodão. E até mesmo uma de pólvora. Isso sem contar os curtumes e as diversas lapidações. Pois bem, a falta de transportes acabou por extingui-las todas. Em 1936, com a administração Joubert Guerra, demos início à tarefa de integrar o município na realidade mineira. Abrimos estradas. Recalçamos as ruas. Renovamos o abastecimento de água. Demos energia à cidade, através da modernização da empresa Hulha Branca. E, por fim, ligamos a sede a todos os distritos. Verificou-se, então, uma verdadeira ressurreição. O comércio expandiu-se. Surgiram outras indústrias. Numerosas e ricas residências foram construídas. Ampliou-se substancialmente a importância econômica do município.

Aquele exemplo, contudo, era apenas uma miniatura. Uma redução milimétrica do que deveria ser realizado no estado. Minas, como a Diamantina de antigamente, precisava de tudo. De estradas. De energia. De indústrias. De comunicação fácil, quer no plano interno, quer em relação aos grandes mercados consumidores. Mas isso constituía tarefa para os políticos. Naquela época eu era apenas médico. Tão somente médico.

Assim, em vez de sonhar com a lua, procurei ter os pés bem firmes no chão. Democracia? Direitos humanos? Eleições livres? Legitimidade da representação popular? Enfim, a plenitude de um regime de liberdade? Tudo ruíra como um castelo de cartas. Desfizeram-se os valores nos quais acreditava e sob cuja inspiração havia formado o meu espírito.

Quando assumi a chefia do Serviço de Cirurgia do Hospital Militar minhas responsabilidades aumentaram. Operava diariamente e ainda supervisionava o funcionamento de diversas enfermarias e outros tantos ambulatórios. Era ajudado por diversos assistentes e um deles – Bolívar Drummond – logo se revelou um grande cirurgião, e acabou sendo meu substituto quando fui nomeado prefeito da capital. Além da atividade no Hospital Militar, eu exercia as funções de chefe do Serviço de Urologia da

Santa Casa e operava doentes particulares na Casa de Saúde São Lucas. Ainda havia, para rematar aquela roda-viva, o atendimento no consultório.

Eu não podia deixar de estar satisfeito. Atividade intensa. Trabalho profícuo. Vidas salvas. E, em consequência, o reconfortante estado de espírito por me sentir realizado. Nessa época procurei adquirir alguns terrenos, ações de companhias e apartamentos.

Belo Horizonte passava, então, por uma fase de intensa especulação imobiliária. A cidade crescia, e muitos jogavam no seu futuro. O que se comprava hoje poderia valer o dobro daí a um ano. Sucediam-se os loteamentos nas áreas circunvizinhas. E entre os compradores eu me encontrava.

O que adquirei naquela ocasião, valorizando-se com o tempo, iria proporcionar-me mais tarde uma situação de independência econômica – fato esse que a UDN exploraria torpemente durante a campanha presidencial de 1955, atribuindo a tais bens, legítimos, uma origem espúria.

Nesse período – de 1937 a 1940 – passei por uma experiência inédita. Meu cunhado Júlio Soares e o meu amigo Dorinato Lima – também médico e ex-presidente da Assembleia Legislativa do estado – resolveram participar de uma firma comercial e convidaram-me para sócio. O organizador da firma era um compadre de Júlio Soares. Aceitei o convite. E pouco depois passamos a ser – embora fôssemos, os três, médicos de nome na capital – sócios da casa comercial. Natureza do negócio: armazém atacadista em Belo Horizonte.

Como nenhum de nós dispunha de tempo para cuidar do negócio, o sócio-gerente, que era pessoa de nossa confiança, tinha carta branca para agir. A firma começou a funcionar. Grandes carregamentos vinham do interior e eram revendidos na capital. A impressão que tínhamos era de que tudo corria às mil maravilhas. Passados alguns meses, o gerente, alegando necessidade de ampliar as compras, solicitou-nos que entrássemos com mais dinheiro. Atendemos ao pedido. O mesmo aconteceu uma segunda vez. Mas quando o mesmo apelo nos chegou pela terceira vez, ficamos alarmados. Esperávamos lucros. E o que verificávamos eram sucessivas “chamadas” de capital. Alguma coisa estaria errada, certamente.

Júlio Soares, o único dos três que entendia de negócios, decidiu apurar o que estava ocorrendo. Levou os livros da firma para casa e os exa-

minou com a maior atenção. O que constatou era de estarrecer. A firma, em vez de lucros, só vinha dando prejuízos. E prejuízos enormes. Compras malfeitas. Despesas excessivas de transporte. E vendas sem nenhuma margem de lucro. Resultado: a Oliveira, Viana & Cia. devia na praça cerca de 300 contos de réis – uma quantia enorme para a época. Fizemos uma reunião e decidimos liquidá-la, distribuindo pelos três os prejuízos. Cem contos de réis para cada um. Pagamos tudo e liquidamos a firma.

Mas ganhamos experiência.

Naqueles dois anos, o Estado Novo não se fizera sentir de maneira opressiva sobre Minas. Na realidade, tudo continuava como dantes. O governador era o mesmo. Não se alterou sua linha de conduta na administração de Minas. Nem ao menos procedeu à reforma do secretariado. Benedito Valadares, por ter sido um dos articuladores do 10 de novembro, desfrutava de grande prestígio na nova situação. As poucas modificações que realizou na administração haviam sido mais para atender a compromissos pessoais do que para ajustar o estado ao novo regime.

Quanto à Assembleia Legislativa, ocorreu o mesmo espetáculo deprimente que havia caracterizado o fechamento do Congresso no Rio. Os deputados, agora sem ocupação, correram em massa ao Palácio da Liberdade para hipotecar solidariedade ao governador. Houve exceções, é claro, e exceções honrosas. A única demissão por motivo político verificada no estado foi a de Otacílio Negrão de Lima, prefeito de Belo Horizonte. Logo que tomou conhecimento do ocorrido a 10 de novembro, solicitou licença, anunciando que iria a Buenos Aires e que, ao regressar, não reassumiria o cargo.

Benedito irritou-se com aquela atitude. Entretanto, não estava certo se o que constava sobre a intenção de Otacílio Negrão de Lima era procedente ou não. Interpelou, a respeito, Francisco Negrão de Lima, irmão de Otacílio. Este confirmou os rumores, declarando que Otacílio iria, de fato, viajar e que era sua intenção não reassumir o cargo quando voltasse.

Em face disso, Benedito Valadares decidiu antecipar-se à atitude do prefeito licenciado, a qual, se tomada nas condições anunciadas, iria repercutir desfavoravelmente ao governo. Enviou-lhe uma carta agradecendo-lhe os serviços prestados e, em seguida, nomeou para o cargo o advogado José Osvaldo de Araújo.

Naquela época, a cidade vivia o seu tradicional ramerrão provinciano: os bailes no Automóvel Clube, as festas de caridade, realizadas nos grupos escolares, o disse-que-disse da rodinha do bar do Grande Hotel; o *footing*, à tarde, na Avenida Afonso Pena; e a reunião dos desocupados no Bar do Ponto. E existiam as diversões noturnas: para as famílias, a sessão das 8 nos cinemas Pathé e Odeon; e, para a rapaziada boêmia, o cabaré da Olímpia e as pensões de mulheres da Rua Guaicurus e adjacências.

Quanto a mim, a vida não diferia da dos demais habitantes da cidade. Pela manhã, no Hospital Militar e na Santa Casa, e, à tarde, no consultório. De vez em quando um jantar, providenciado por Sarah, para reunir os amigos. Jantava-se e dançava-se até tarde, como era o costume. Distrações após o trabalho? Apenas uma: o aperitivo diário na antiga Confeitaria Califórnia, na Avenida Afonso Pena. A “roda” era sempre grande, mas inconstante. Assíduos mesmo só três participantes: Milton Campos, Pedro Aleixo e eu.

No início de 1940, Benedito Valadares chamou-me ao Palácio e fez-me esta surpresa: comunicou-me que decidira nomear-me para o cargo de prefeito de Belo Horizonte. Senti-me aturdido. Passada a perplexidade, a princípio a ideia me pareceu simpática. Era uma oportunidade que teria de retribuir à cidade, em trabalho, tudo quanto ela me proporcionava. Num relance, recompus o que havia sido minha existência em Belo Horizonte. A chegada, ainda adolescente, com a mala às costas, em busca de um emprego. A cidade não só me dera um emprego, mas me recebera de braços abertos.

Estávamos no gabinete de despachos do palácio. Apenas Benedito e eu. Sobre a grande mesa, uma montanha de papéis que deveriam ser assinados. O ambiente era-me familiar. E mais do que familiar o homem que me falava. Após a emoção inicial, deixei-me ficar em silêncio, sem realmente saber o que responder. Se o convite me honrava por um lado, havia, por outro lado, o compromisso, assumido comigo mesmo, de nunca mais retornar à política. Assim, após um momento de indecisão, procurei ser franco com Benedito. Expliquei-lhe a situação, enumerando as razões que me impediam de interromper, mais uma vez, minha atividade médica. Benedito, embora reconhecendo a procedência dos meus argumentos, insistiu no convite lançando mão de um apelo que não deixou de me abalar.

Disse-me, em tom confidencial: “Vamos caminhar para a democratização, Juscelino. O Getúlio virá brevemente a Minas e irá abordar esse tema em discurso que aqui pronunciará. Em face do próximo retorno ao regime legal, vou precisar de você para me ajudar nas eleições em Belo Horizonte.”

O esclarecimento quase me demoveu. Eleições de novo no país, e eu, como prefeito, mobilizando a opinião pública de Belo Horizonte. Era uma boa oportunidade de tentar colaborar para o retorno do regime democrático no Brasil estando numa posição de destaque e podendo influir nos círculos dirigentes. Entretanto, apesar de todas essas perspectivas, mantive-me fiel à decisão de não deixar a medicina. E disse-o a Benedito Valadares, com a maior franqueza possível.

Quando deixamos o gabinete de despachos, seguimos para o salão de recepção do palácio, onde se encontravam diversos amigos comuns, meus e de Benedito: Alkmin, Dorinato Lima, Mário Matos, o então major Ernesto Dorneles, o presidente da Caixa Econômica de Minas, Vicente Rizola, e Ovídio de Abreu. Naquele tempo, ser secretário do governo mineiro não constituía tarefa das mais agradáveis. Benedito era autoritário e cioso dos poderes que enfeixava nas mãos. Seus auxiliares – por mais importantes que fossem – não gozavam de autonomia administrativa.

Meu concunhado Gabriel Passos, por exemplo – e que era um homem de temperamento altivo –, teve grandes aborrecimentos quando ocupou a Secretaria do Interior, por ocasião do funcionamento da Assembleia Constituinte. As iniciativas que tomava eram sempre vetadas por Benedito e, quando tal não acontecia, eram tão alteradas em palácio que pareciam atos diferentes. Os atritos se sucediam entre ele e o governador até que, certa vez, em face de um projeto de reestruturação da Polícia Militar, Gabriel Passos perdeu a paciência e se demitiu da secretaria.

O cargo de prefeito, porém, escapava, até certo ponto, a esse controle governamental. Nele, o respectivo titular desfrutava de relativa liberdade de ação, já que os problemas urbanos não apresentavam, para Benedito Valadares, qualquer sedução.

Daí a surpresa com que todos os presentes no palácio, naquela tarde, souberam, pela boca do próprio Benedito, que eu havia recusado o cargo de prefeito de Belo Horizonte. Deixei o palácio pouco depois em companhia de José Maria Alkmin.

No interior do carro, Alkmin desejou saber o que se passara na minha entrevista com Benedito. Contei-lhe tudo, sem omitir uma só palavra. Quando terminei, ele comentou: “Acho que você cometeu um erro, Juscelino. Na prefeitura você disporia de autonomia para agir, e o cargo se ajusta perfeitamente ao seu temperamento.” Intrigou-me a observação. Por que o cargo de prefeito se ajustava ao meu temperamento? E Alkmin explicou: “Eu, por exemplo, sou um homem rural, Juscelino. Não ficaria bem numa prefeitura. Mas você é essencialmente urbano e, portanto, daria um excelente prefeito.”

Alkmin insistiu, então, em que eu reconsiderasse minha atitude. Quanto à medicina – o principal obstáculo para a aceitação do cargo –, não seria necessário abandoná-la. Poderia conciliar perfeitamente as duas atividades. Seria um médico-prefeito ou um prefeito-médico, conforme me conviesse.

O destino porém é desconcertante na sua inflexibilidade. O que tem de ser ocorre mesmo que se conjuguem vários fatores adversos. No caso da minha ida para a prefeitura, assim aconteceu. Dois meses depois desse convite inicial, que não foi aceito, ou seja, no dia 15 de abril de 1940, estava eu numa reunião da Associação dos Cirurgiões do Hospital Militar, da qual era presidente, quando Olinto Fonseca, diretor da Imprensa Oficial do Estado, telefonou-me dizendo que precisava me falar pessoalmente, e com a maior urgência. Eram 9 horas da noite. Combinamos, então, que, tão logo fosse encerrada a reunião da Associação dos Cirurgiões, passaria pelo seu gabinete, na Imprensa Oficial, de regresso à minha casa.

Mais ou menos às 10h, estava no gabinete do Olinto Fonseca. Deu-me para ler uma mensagem que havia recebido do governador – então em Araxá, fazendo companhia ao presidente Getúlio Vargas, que ali fora comemorar seu aniversário natalício – determinando-lhe que publicasse, no dia seguinte, no *Minas Gerais*, órgão oficial do estado, o decreto, anexo à mensagem, da minha nomeação para o cargo de prefeito de Belo Horizonte.

Solicitei a Olinto Fonseca que sustasse a publicação do ato até que pudesse me comunicar com o governador. Sorrindo, o diretor da Imprensa Oficial ponderou: “Ninguém melhor do que você conhece o temperamento do Benedito. Se deixar de cumprir essa determinação, o interventor não me perdoará.”

Concordei com Olinto Fonseca. Naquela época, não existia comunicação telefônica entre Belo Horizonte e Araxá. E qualquer entendimento que tivesse em mente realizar teria de ser feito por carta, o que demandava alguns dias. Além do mais, já eram quase 11 horas da noite, e o *Minas Gerais* estava prestes a fechar a edição. Dadas as circunstâncias, Olinto Fonseca não poderia, de fato, atender à minha solicitação.

Após haver dado ordem ao chefe da redação para que publicasse o decreto, pedi-me que lhe fornecesse alguns dados biográficos a fim de redigir uma notícia, que seria divulgada na parte editorial, sobre a minha nomeação. Respondi-lhe, com bom humor: “Local do nascimento: Diamantina. Data: 12 de setembro de 1902. Profissão: médico.” E concluí: “É só.”

Despedimo-nos sorrindo. E, em seguida, saí, mas já preocupado com a reação que a notícia iria provocar em casa, principalmente da parte de Sarah. No dia seguinte, tinha uma operação marcada para as 7 horas no Hospital Militar. Às 6h30, deixei minha casa, à Rua Ouro Preto, e, ao passar pela Praça Raul Soares, vi um colega meu, Antônio Sepúlveda, que ali aguardava o ônibus. Parei o carro e ofereci-lhe condução, uma vez que ele se dirigia para a Santa Casa, que ficava no percurso que iria fazer.

Sepúlveda entrou no automóvel e passamos a conversar enquanto a viagem prosseguia. Além de trabalhar na Santa Casa, era médico da prefeitura. Falamos sobre diversos assuntos e Sepúlveda nenhuma referência fez à minha nomeação, o que me levou a concluir que ele não havia lido o *Minas Gerais* daquela manhã.

Sem o querer, e talvez influenciado pela nomeação, perguntei-lhe sobre o serviço médico municipal, desejando saber se o cargo era muito trabalhoso. Sepúlveda respondeu, mal disfarçando um sorriso de mofa: “É o melhor emprego do mundo, Juscelino. Não faço nada. Absolutamente nada. Mas no fim do mês, o dinheiro pinga com a regularidade cronométrica.” E deu uma gargalhada.

Deixei-o à porta da Santa Casa e me dirigi para o Hospital Militar. Quarenta minutos mais tarde, quando já tinha o paciente sobre a mesa cirúrgica e todos os assistentes se encontravam a postos aguardando o início da operação, percebi que o Sepúlveda surgira à porta, revelando

grande preocupação na fisionomia. Ali ficou, olhando-me insistentemente até que concluisse o meu trabalho.

Quando retirava as luvas na sala anexa, ele me abordou, visivelmente constrangido. Disse-me que fora ali para me felicitar. Momentos antes apenas é que soubera da nomeação. E, por fim, falando-me ao ouvido: “Quanto ao que disse no automóvel sobre o meu emprego na prefeitura, foi brincadeira... Você compreende, não é, Juscelino? Até que dou duro na repartição. Mas conversando, a gente fala certas coisas sem medir as consequências... Mas você compreende, não é, Juscelino?” E o Sepúlveda saiu agoniado, esbarrando nos assistentes que se encontravam na sala, e desapareceu tomando o rumo da Santa Casa.



.....

*Prefeito de Belo Horizonte*

**D**RAMA E COMÉDIA. Esperança e temor. Vontade de servir, mas fidelidade a um compromisso íntimo. Eis os aspectos através dos quais encarava aquela nomeação. Estaria certo voltando à política? Ou seria mais outra investida fadada, como a anterior, a se desfazer em desencanto e arrependimento? A reação de Sarah já era prevista. Pude percebê-la dois meses antes, quando Benedito Valadares me falou no assunto pela primeira vez. O fim trágico de seu pai, Jaime Gomes de Lemos, ainda pesava no ambiente doméstico. Além do mais, o meu próprio caso pessoal já lhe demonstrara o que a política poderia significar para a felicidade do nosso casamento. Desde que fui para a Casa Civil até o fechamento do Congresso, nossa vida mudou muito: aquelas viagens sucessivas, o trabalho fora de horas e sem lógica, a invasão frequente do lar por desconhecidos que desejavam uma recomendação. Sua reação era mais do que justa. Mas existiam ainda, para reforçar os argumentos contrários àquele retorno, tanto o compromisso assumido comigo mesmo de não mais abandonar a medicina, quanto a situação pessoal em que me encontrava: cheio de clientes, cada dia com melhor nome como cirurgião e, sobretudo, muito bem remunerado pelo trabalho profissional.

Naquele momento, por exemplo, já estava morando na minha nova casa, da Rua Ouro Preto – ampla, confortável, com diversas salas no andar térreo e três apartamentos, inteiramente independentes e dotados de salas de banho, no pavimento superior, o que era uma novidade em Belo Horizonte. Essa residência havia sido construída, apesar do prejuízo que eu havia experimentado com a liquidação da firma Oliveira, Viana & Cia. de triste memória. E, de súbito, tudo aquilo iria ser posto de lado, apenas porque a política, de novo, me batia à porta. E minha formação democrática? E os valores, nos quais acreditava: liberdade, direitos civis, representação popular, o “governo do povo, para o povo e pelo povo”, segundo a definição de Lincoln e que o Estado Novo fizera desaparecer? Aceitando ser prefeito, estaria cometendo uma apostasia?

Minha nomeação foi publicada no *Minas Gerais* no dia 16 de abril, e logo o então prefeito, José Osvaldo de Araújo, telefonou-me a fim de acertarmos a transmissão do cargo. O encontro foi marcado para a tarde daquele mesmo dia, em minha residência, à Rua Ouro Preto. José Osvaldo de Araújo era advogado e banqueiro, dispondo, portanto, de larga experiência para administrar empresas privadas. Contudo, não era político – característica perfeitamente dispensável, aliás, em se tratando de um cargo como o de prefeito da capital.

Ao assumir a gestão dos negócios municipais, preocupou-se com a situação calamitosa em que se encontravam as finanças da municipalidade. Os cofres estavam limpos. A arrecadação era mínima. E acumulavam-se as dívidas em atraso. A fim de fazer frente àquele desafio, tive de emitir promissórias, para descongelar requisições que jaziam em cofre, e vira-se obrigado a realizar operações de crédito para atender às despesas correntes da máquina administrativa. Apesar do enorme esforço despendido, a herança que ia deixar-me não era das mais sedutoras.

Antes de se despedir, apresentou-me ao motorista que dali em diante ia servir-me. Tratava-se de Geraldo Ribeiro – um rapazinho moreno, de maneiras afáveis e, de certa forma, retraído. Disse-lhe na ocasião que no dia seguinte, às 7 horas da manhã, estivesse com o carro à porta da minha casa, pois tinha uma operação marcada para as 7h30min no Hospital Militar.

Passados alguns minutos, rumei para o consultório. No trajeto, não deixei de refletir sobre os dias que me aguardavam. Contudo, eu era – como sou até hoje, já que isso faz parte do meu temperamento – um homem determinado. Não me atemorizei em face do que me revelou o ex-prefeito. “Não há problemas sem solução” – foi o que pensei, recordando a filosofia que havia aprendido de minha mãe.

No dia seguinte, à hora combinada, conforme havia acertado com o motorista da prefeitura, esperei inutilmente pela condução. Tirei então o meu carro da garagem – um grande *Buick* prateado – e rumei para o Hospital Militar. Quando já me encontrava a uns cem metros de distância, vi o automóvel oficial que estava chegando. Mesmo assim, prossegui no percurso que havia iniciado.

O motorista, percebendo que não me iria deter, deu meia volta no carro e seguiu-me, de perto, até o fim da viagem. Geraldo Ribeiro havia-se atrasado em cerca de dois minutos. Dois minutos, na realidade, nada significavam. Mas o retardamento de uma ordem, por um segundo que seja, sempre teve, para mim, a maior importância. Era outra lição que havia aprendido com minha mãe, em Diamantina.

Disse tudo isso ao motorista quando nos encontramos, por fim, na área de estacionamento do hospital.

A advertência calou no espírito de Geraldo Ribeiro. Aquele foi o seu primeiro atraso, mas também o último. A partir daquele instante até hoje – e lá se vão mais de 30 anos, pois após haver-me servido na prefeitura, no governo do estado e na Presidência da República, ainda permanece comigo, trabalhando com uma dedicação e uma lealdade inexcusáveis – ele jamais me fez esperar um segundo que fosse. Entretanto, durante esse longo período, modificou-se a natureza dos vínculos que me prendiam a Geraldo Ribeiro. Sentado ao meu lado, no banco dianteiro do carro, o motorista foi, aos poucos, desaparecendo, substituído pelo amigo fraterno.

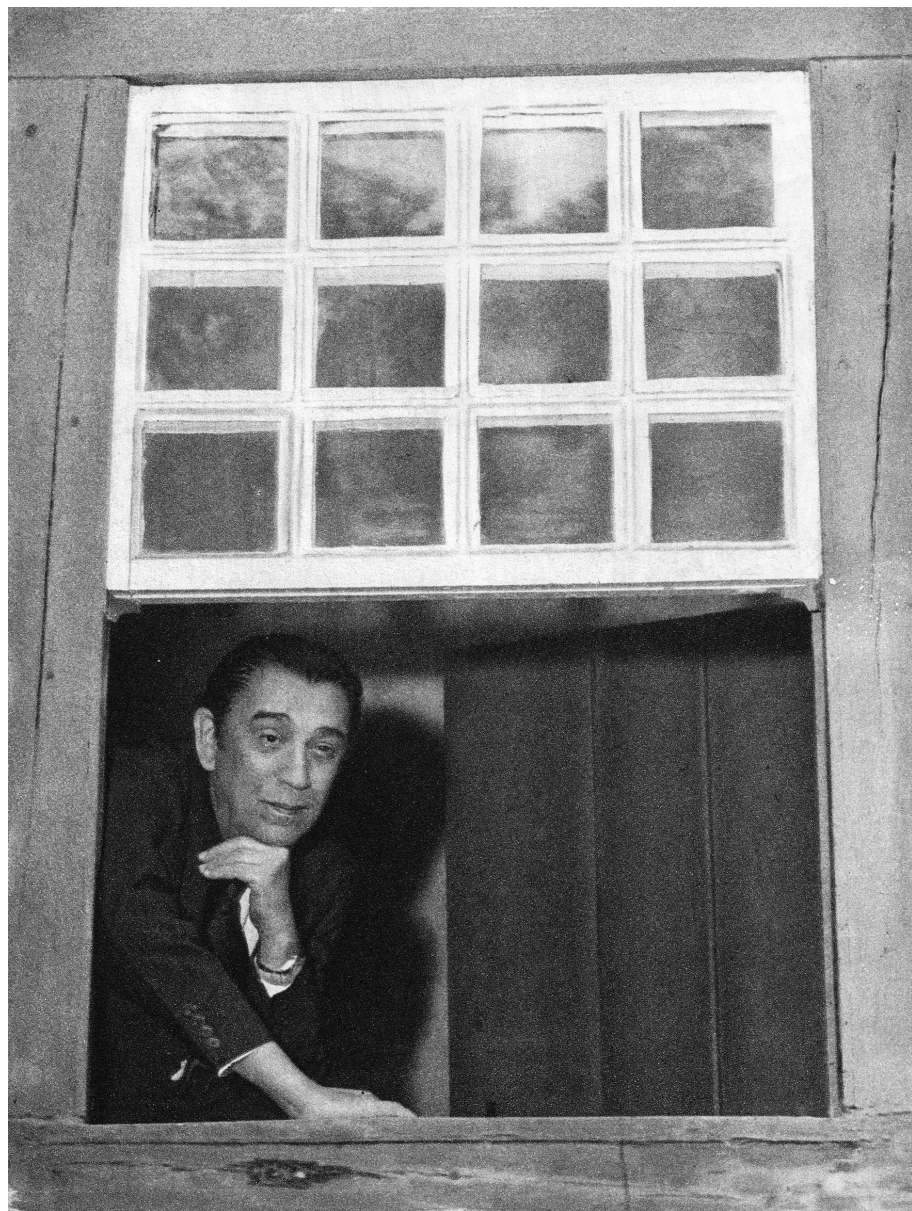
Minha posse na prefeitura constituiu uma cerimônia oficial normal, com a presença de altas autoridades estaduais, do povo e de amigos e parentes. José Osvaldo de Araújo falou, transmitindo-me o cargo, e eu agradei, lendo um discurso acadêmico, em cujo texto até uma frase de *Eclesiastes* era citada. Aliás, dado o imprevisto da nomeação, não podia

fazer outra coisa. Apenas uma atitude eu havia tomado entre a nomeação e a posse. Telegrafei a Joubert Guerra, prefeito de Diamantina e que, ali, vinha realizando uma excelente administração, convidando-o para chefiar o meu gabinete.

À noite, após o jantar, disse a Sarah que não estaria para ninguém. Queria meditar com ela sobre o rumo que o destino colocava de novo diante do meu caminho. Éramos apenas dois em nossa casa. Deus não nos concedera, ainda, a doçura de termos Márcia e Maria Estela, que viajavam na nebulosa que iria se condensar, anos depois, nas duas filhas que enriqueceram a nossa família. Fechamo-nos na biblioteca. Isolei-me para estabelecer a direção que ia seguir. Se o Brasil estava sob um regime de exceção, que repugnava a minha formação democrática, eu me consolava, contudo, com a natureza do cargo que iria ocupar. Um cargo administrativo, por excelência. Até então, trabalhara sobre o organismo humano. Dali em diante, o material com o qual iria lidar seria uma cidade.

Tratava-se de um organismo também integrado por órgãos similares. Ruas, que eram artérias e veias. Sistema respiratório. Rede de tráfego, que era uma modalidade de circulação sanguínea. Parques, que se assemelhavam a pulmões. Apenas o meu trabalho seria diferente. Como médico, sempre tivera por objetivo o bem-estar do próprio paciente. Mas como prefeito, iria sanar enfermidades urbanas, visando à felicidade de centenas de milhares de criaturas. Sentia que a tarefa não seria tão difícil. Conhecia Belo Horizonte palma a palma. Deveria tratá-la com o carinho e a dedicação com que cuidava de uma paciente muito querida? Certamente que sim. Belo Horizonte, para mim, não era tão somente uma cidade. Nem apenas a capital do meu estado. Ela significava, na realidade, um fim e um princípio no desdobramento da minha existência. A trilha da humildade fora extensa. E, ao longo dela, eu me arrastara, com os pés sangrando, desde a escolinha da Palha, em Diamantina, até o quartinho do porão em que havia morado, na Avenida Afonso Pena. Mas tudo havia chegado ao fim.

Na noite de 18 de abril, após aquela longa vigília no escritório, decidi sobre o caminho que devia seguir. Sendo prefeito, iria agir outra vez como médico. O doente ali estava. Era Belo Horizonte – um doente que repousava num leito de fícus e de rosas. A política havia-me envolvido de novo. E dessa vez, definitivamente.



*Da janela do meu quarto, na pequenina casa da Rua São Francisco, eu olhava as ruas do velho Tijuco, que se transformara na Diamantina do meu tempo. E prometia a mim mesmo fazer tudo para vencer os horizontes limitados daquela pobreza sem perspectivas.*





*Esta foi a casa de minha infância. Minha mãe dava aulas bem distante dali, andava muitos quilômetros diariamente, para poder manter a nossa pobreza com dignidade e respeito. Eu e minha irmã, Naná, ficávamos com a velha Augusta, ouvindo-lhe as histórias sobre os tempos dos faiscadores. Eram arcas cheias de prata, barricas atulhadas de ouro, panelões de diamantes. A nossa realidade era bem diferente. Não faltava o pão em casa, mas não existia fartura.*



*Meu pai, João César de Oliveira, era de um temperamento alegre e boêmio. Durante a fome de 1890, quando grassou em Diamantina uma epidemia de variola, ele foi visto por toda parte à cata de recursos, comida e remédios para socorrer os enfermos. Mas o vento gelado das serras acabou por ser-lhe fatal. Morreu a 10 de janeiro de 1905, sem completar os 34 anos, com a cabeça apoiada no colo de minha mãe.*



*Minha mãe, Júlia Kubitschek de Oliveira, foi em todos os sentidos o meu anjo protetor. Ficou viúva cedo e tinha dois filhos para criar. Estava de pé antes do galo cantar. Acendia o fogo. Preparava o café. Em seguida fazia a almoço. Depois de ter tudo em ordem, seguia para a escola da Palha. Senti a felicidade de tê-la ao meu lado em todos os momentos importantes de minha vida. E ela nunca me faltou com o seu amor, com a sua palavra de ponderação e incentivo.*

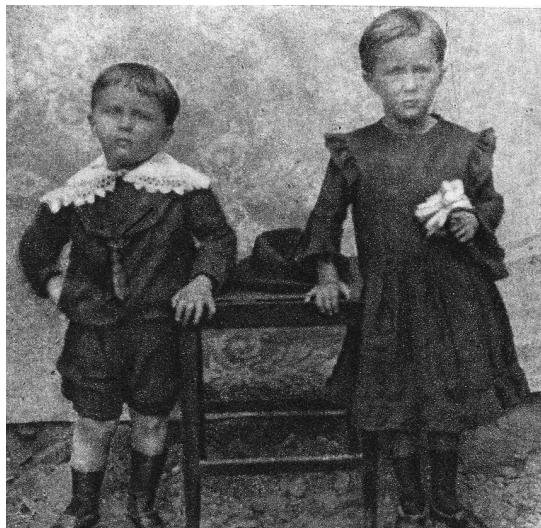




*A família de Teófilo César de Oliveira, meu avô paterno, em 1888. Em pé, o filho do seu primeiro casamento, João César de Oliveira. Meu pai teria então dezessete anos. Era um rapaz alegre e irrequieto que não se conformava com os horizontes estreitos de Diamantina e por isso se tornara caixeiro-viajante, percorrendo os municípios vizinhos como cometa.*



*A família de minha mãe, vendo-se, da esquerda para a direita, Sinhá, minha avó, Mariquinha (Maria Joaquina Coelho), meu avô, Augusto Elias Kubitschek, e minha mãe, Júlia. Na foto ao lado, meu tio-avô, João Nepomuceno Kubitschek, que foi senador e vice-presidente de estado. É autor de um poema famoso, Hermengarda, que figura em várias antologias. Faleceu em 1899.*



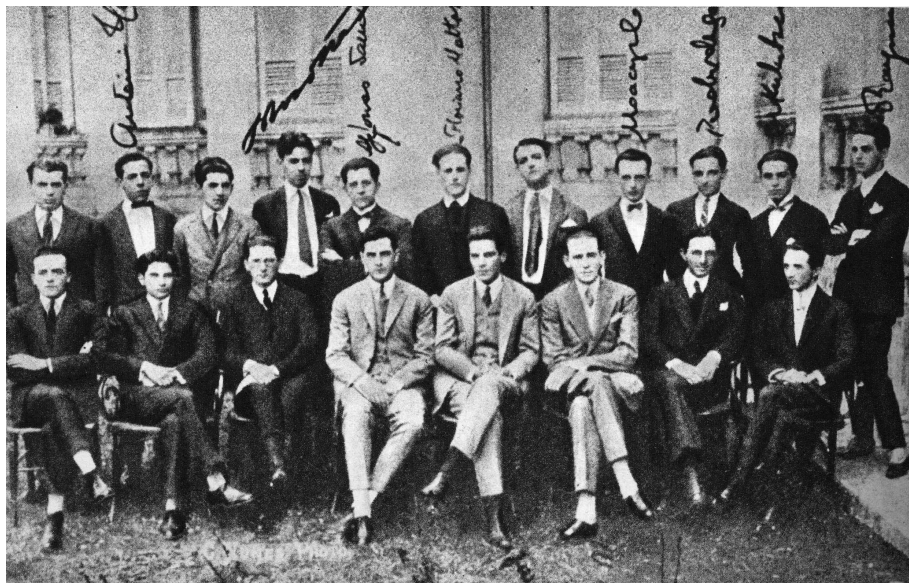
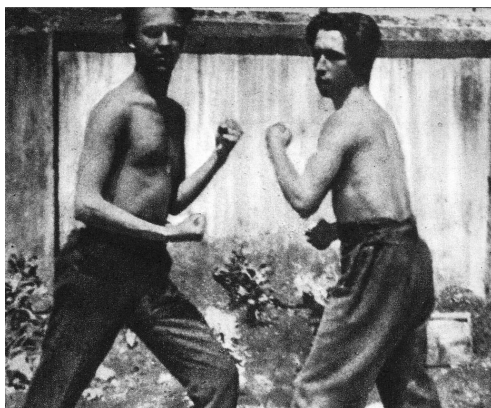
*Acima, à esquerda, a única foto que possuo dos meus tempos de menino. Nela aparecem Nonô e Naná – eu e minha irmã, Naná – num ano que não posso precisar. Embaixo, uma foto de Naná, então já casada com o médico Júlio Soares. Depois de minha mãe, foi a ela que fiquei devendo grande parte de minha personalidade.*





*Esta foto foi tirada em Nova Iorque, em 1948. Sarah e eu casamo-nos a 30 de dezembro de 1931, no Rio de Janeiro, numa cerimônia discreta, na igreja de Nossa Senhora da Paz, em Ipanema. Na minha acidentada carreira política, Sarah tem sido o ponto de apoio sem o qual dificilmente eu teria conseguido superar os terríveis obstáculos da vida pública.*

*José Maria Alkmin foi um dos amigos mais constantes de minha vida. Conheci-o na infância, quando estudávamos em Diamantina. A foto ao lado mostra-nos numa tarde de domingo, quando lutávamos boxe. Em seguida, a foto de minha formatura em Medicina. Na última, o meu cunhado Júlio Soares, um dos meus melhores e mais queridos amigos de todas as horas.*



*A turma do 5º ano da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, que iria se formar no ano seguinte, em 1927. Eu sou o penúltimo, da esquerda para a direita, na fileira que está em pé.*





*Em Paris, frequentei o Serviço de Urologia do Hospital Cochin, dirigido pelo famoso professor Maurice Chevassu. Foi um curso muito útil à minha especialização médica, pois naquele tempo (1930) eu só tinha um desejo na vida: ser médico e dedicar-me inteiramente à medicina. Sou o segundo, da esquerda para a direita, na última fileira.*



*À direita, uma foto de 1932, quando era capitão-médico da Polícia Militar de Minas Gerais. À esquerda, no dia em que deixei o governo do estado (30 de março de 1955) para ser candidato à Presidência da República. Compareci à Polícia Militar, já como tenente-coronel-médico, a fim de apresentar-me de acordo com os regulamentos.*

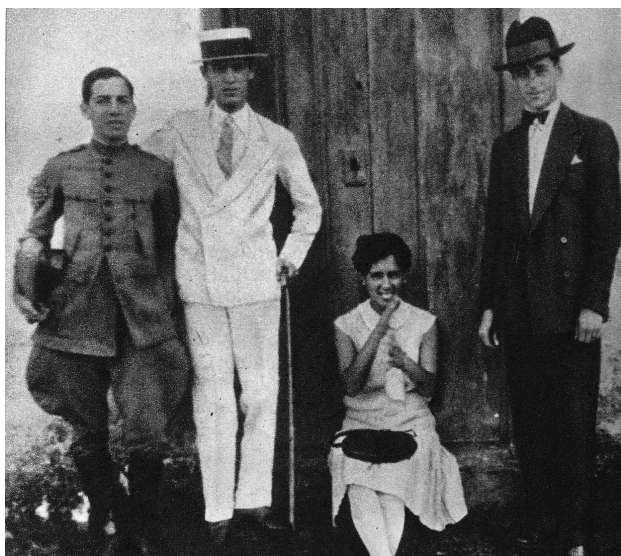


*No alto, Israel Pinheiro, eu e Benedito Valadares, na inauguração de uma barragem em Poços de Caldas, em 1936. Benedito era governador do estado, Israel ocupava a Secretaria de Agricultura e eu cumpria o mandato de deputado federal par Minas Gerais. Na foto acima, Bias Fortes e José Maria Alkmin em conversa comigo, no recinto do Palácio Tiradentes, quando éramos deputados da legislatura que o golpe de 1937 violentamente interromperia.*



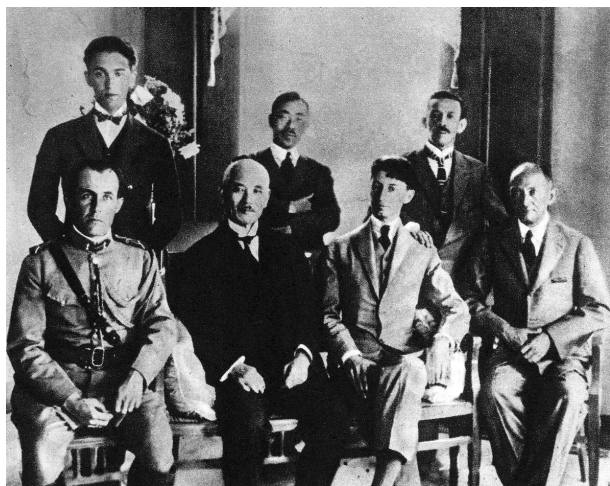


*Acima, um grupo legalista que atuou no Setor do Túnel durante a revolução de 1932. Da esquerda para a direita: eu, o atual general Bayard Lucas de Lima, o major Pinto de Moura e o capitão Flávio Neves. Naquele setor estiveram reunidas, pelo acaso, diversas personalidades que mais tarde ocupariam os mais altos cargos da República. Ao lado, com um grupo de amigos em São João d'el-Rei. Em pé, de roupa escura, o meu velho amigo Tales Viana.*

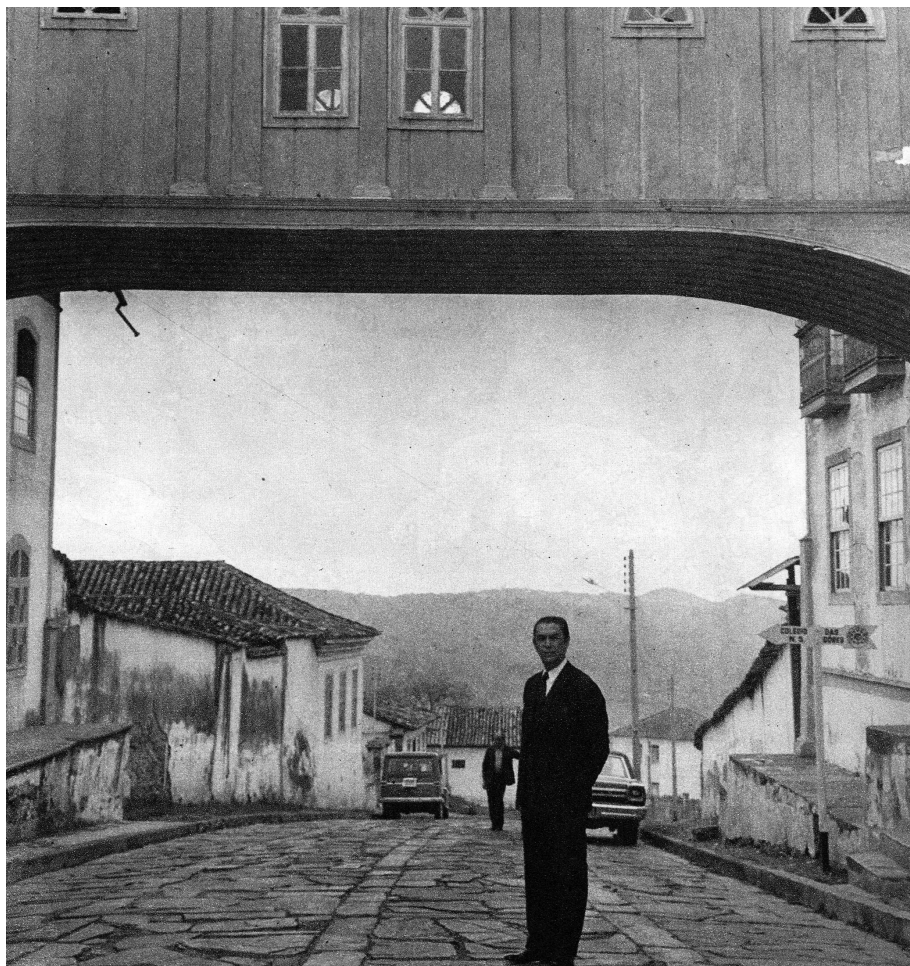




*Acima, minha primeira atividade como prefeito de Belo Horizonte. Durante a inauguração da Avenida Contorno, saudei o presidente Getúlio Vargas, que então visitava a capital mineira. Ao lado, o embaixador do Japão e sua comitiva numa visita a Diamantina, em 1925. O prefeito de então, Juscelino Demerval da Fonseca, requisitou o único rapaz da cidade que sabia francês para servir de intérprete. Foi, em certo sentido, a minha modesta estreia na vida oficial.*







*Ao longo de minha vida, periodicamente retorno à cidade natal, para relembrar a jornada percorrida e buscar forças naquele chão que me viu partir, rapazinho ainda, de mala na cabeça, em busca de um caminho que honrasse os ensinamentos e os sacrifícios de minha mãe.*

.....  
*Índice onomástico*

A

- ABAETÉ (visconde de) – Ver ABREU, Antônio Paulino Limpo de
- ABRAS FILHO, Miguel – 116
- ABREU, Antônio Paulino Limpo de – 147
- ABREU, Capistrano de – 285
- ABREU, Ovídio de – 310, 313, 366
- ADELAIDE – 147
- AFRÂNIO – Ver FRANCO, Afrânio de Melo
- AKHENATON – Ver AMENÓFIS IV
- ALBARRAN – 111
- ALCÂNTARA MACHADO (senador) – 314, 317
- ALEIXINA – Ver FIGUEIREDO, Aleixina Augusta de
- ALEIXO, Pedro (vice-presidente) – 84, 91, 218, 219, 241, 242, 254, 256, 273, 274, 277, 278, 296, 298, 301, 315, 329, 337, 365
- ALKMIN, José Maria (deputado) – 36, 38, 60, 64, 71, 72, 73, 79, 83, 108, 161, 217, 219, 242, 278, 282, 296, 315, 337, 366, 367, 382, 385
- ALMEIDA, José Américo de (ministro) – 140, 144, 149, 155, 289, 291, 292, 293, 295, 296, 298, 299, 300, 302, 307, 308, 309, 310, 313, 315, 317, 323, 324
- ALMEIDA, Otaviano de – 90, 153, 348
- ALMEIDA, Pedro Marques de – 127
- ALMEIDA, Rui de (capitão) – 181
- ÁLVARO (Dr.) – Ver MACHADO, Álvaro Mata
- ALZIRA – Ver NEVES, Alzira
- AMARANTE, José – 94
- AMÉLIA (irmã de Sarah) – 66, 146, 212
- AMENÓFIS IV – 111, 112
- ANA D'ÁUSTRIA – 294
- ANDRADA – Ver ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA
- ANDRADA, Fábio (procurador-geral) – 84, 127
- ANDRADE, Carlos Drummond de – 70, 84
- ANDRADE, José Joaquim de (tenente-coronel, coronel) – 144, 255
- ANDRADE, Ovídio de – 157
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de – 340
- ANTÔNIO CARLOS [Ribeiro de Andrada] – 91, 108, 126, 127, 128, 143, 145, 152, 155, 156, 159, 170, 215, 216, 218, 221, 231, 240, 241, 242, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 292, 300, 301, 302, 306
- APARECIDO – Ver JOSÉ APARECIDO
- ARANHA, Osvaldo – 144, 157, 158, 159, 168, 213, 225, 293, 333
- ARAÚJO, José Osvaldo de (prefeito) – 364, 371, 372
- ARISTIDES – Ver BRANT, Aristides Caldeira
- ARMANDO – Ver SALES, Armando
- ASSUNÇÃO, Herculano (major) – 158, 173, 174
- ASSUNÇÃO, Zacarias (coronel) – 184, 198

AUGUSTA – Ver GENEROSA, Augusta de  
 AUGUSTO – Ver KUBITSCHEK, Augusto Elias  
 AUGUSTO – 239  
 AVELAR, Lucídio (Dr.) – 183  
 AVELAR, Romeu de – 72  
 AZAMBUJA, Darci – 322

**B**

BALENA, Alfredo – 346  
 BAETA VIANA – 90, 108  
 BAGEHOT – 131  
 BALENA, Alfredo (Dr.) – 73, 74, 90  
 BENEDITO – Ver VALADARES, Benedito  
 BARATA, Agildo (capitão) – 254, 256  
 BARBOSA, Francisco de Assis – 20, 109  
 BARBOSA, Jaime (tenente) – 182  
 BARBOSA, Oscar – 161  
 BARCELOS, Cristóvão (coronel, general) – 169, 181, 182, 183, 193, 197, 201, 202, 203, 204, 205  
 BARRETO, Álvaro Pais (tenente) – 255  
 BATISTA LUZARDO – 309, 310, 317  
 BEHRENS, Odilon – 72, 79, 83, 84, 87, 91, 95, 108, 161, 238  
 BENEDITO – Ver VALADARES, Benedito  
 BERALDO, João (deputado) – 217, 218, 241  
 BERGAMINI, Adolfo – 330  
 BERGER, Harry – 268  
 BERNARDES, Artur (presidente) – 92, 127, 128, 145, 150, 155, 156, 157, 158, 159, 170, 210, 240, 242, 257, 263, 269, 275, 302, 316  
 BERNARDES, Manuel (padre) – 47  
 BIAS FORTES – 157, 159, 241, 242, 276, 385

BILAC PINTO (embaixador e ministro) – 84, 108  
 BOAS, Antônio Martins Vilas (desembargador e ministro) – 72, 83, 84, 108  
 BOLÍVAR DRUMMOND – 362  
 BORGES DA COSTA – 90  
 BORGES DE MEDEIROS – 145, 167, 210  
 BORGES, Basílio – 197  
 BOTELHO GUERRA – 263  
 BRAGA, Odilon – 218, 242, 276, 296, 329  
 BRANCO, Joaquina de Campos Castelo – 202  
 BRANDÃO, Francisco de Campos (tenente-coronel, coronel) – 173, 174, 184  
 BRANDÃO, Júlio Bueno (deputado) – 146  
 BRANT, Aristides Caldeira (padre) – 53, 59  
 BRANT, Augusto Caldeira [pai] – 263  
 BRANT, Augusto Mário Caldeira [filho] – 69, 263  
 BRANT, Felisberto Caldeira – 15  
 BRANT, Mário – 157, 170  
 BRÁS, Venceslau (presidente) – 127, 150, 155, 159, 170, 221, 240, 242, 274, 278  
 BREASTED, J. H. – 111  
 BRIAND (ministro) – 103  
 BUENO – 45  
 BUENO BRANDÃO [pai] – 92, 146  
 BUENO FILHO, Bartolomeu – 288  
 BYRON – 51

**C**

CAETÉ (visconde de) – 202  
 CAFÉ FILHO – 162, 318

- CALDEIRA BRANT (os) – 35, 51  
CALMON, Pedro (historiador) – 210, 267  
CAMPOS DA PAZ – 268  
CAMPOS DO AMARAL (coronel) – 171  
CAMPOS, Francisco – 127, 155, 156, 157, 159, 202, 232, 270, 274, 275, 296, 308, 309, 313, 317, 319, 320, 324, 326, 330, 331, 333, 337, 355, 359  
CAMPOS, Martinho – 202  
CAMPOS, Milton (governador e ministro) – 84, 214, 296, 365  
CAPANEMA, Gustavo – 148, 150, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 170, 183, 202, 213, 214, 215, 216, 218, 222, 232, 240, 242, 243, 276  
CÁRCANO, Ramón (embaixador) – 330  
CARDOSO DE MELO NETO (governador) – 310, 311, 313, 314, 316  
CARDOSO, Adauto Lúcio (deputado e ministro) – 70, 84  
CARDOSO, Augusto Inácio do Espírito Santo (general e ministro) – 169  
CARDOSO, Matias – 288  
CARDOSO, Maurício – 167, 268  
CARLINHO – Ver PINTO, Carlos Dinis de Oliveira  
CARLOS – 188  
CARLOS (padre) – 59  
CARLOS – Ver CHAGAS, Carlos Pinheiro  
CARLOS MURILO – 264  
CARNEIRO DE RESENDE – 157  
CARNEIRO, Levi – 248  
CARNEIRO, Rui (senador) – 313  
CARVALHO DE BRITO – 144  
CARVALHO, Daniel de – 158, 242  
CARVALHO, Herculano de (coronel) – 209  
CARVALHO, Vicente de – 95  
CASASSANTA, Mário – 84, 149, 232, 296  
CASSIANO RICARDO – 169, 208  
CASTRO REBELO – 268  
CASTRO, Antônio Hélio de – 85  
CASTRO, Manuel Alves de (Dr.) – 174  
CATÁOS (os) – 352  
CAVALCANTI, Carlos de Lima – 305, 321, 331  
CAVALCANTI, Newton (general) – 325  
CERQUEIRA, Nélío de – 185  
CÉSAR – 111, 239  
CHAGAS, Carlos Pinheiro – 90, 149, 157  
CHAGAS, Djalma Pinheiro – 157, 158, 159, 275  
CHAMBERLAIN, Neville – 360  
CHERMONT, Abel (senador) – 294  
CHEVASSU, Maurice – 102, 103, 104, 109, 131, 383  
CHIBIO – Ver FRANCISCA ADELAIDE  
CHURCHILL – 164, 360  
CHURCHILL, Lord Randolph (primeiro-ministro) – 164, 332  
CIRNE, Oto (Dr.) – 360  
CLEÓPATRA – 111, 239  
CLÍMACO, João – 352  
COELHO, José (padre) – 59, 238  
COELHO, Maria Joaquina – Ver MARIQUINHA  
COLLOR, Lindolfo – 167, 356  
CONCEIÇÃO (tia de JK) – 77, 262, 263, 264  
CONFÚCIO – 229  
CORDEIRO DE FARIAS (coronel) – 355  
CORNEILLE – 51

## 392 Juscelino Kubitschek

COSTA, Canrobert Pereira da (general) – 355  
COSTA, Joaquim – 263  
COSTA, Miguel (general) – 154, 167  
COSTAS (os) – 352  
COTA – 79  
COUTINHO, Aureliano de Sousa e Oliveira – 147  
COUTO (os) – 51  
COUTO, Cosme do – 36  
COUTO, Lomelino Ramos – 258  
CRISTO – Ver JESUS  
CUNHA, Roberto – 90

### D

DA VINCI – 123  
DAGMAR – 78  
DALTRO FILHO (general) – 312, 321, 322  
DAS DORES (prima de JK) – 36, 45  
DEMerval, Juscelino (prefeito e primo de JK) – Ver FONSECA, Juscelino Demerval da  
DESMOULINS – 207  
DIVALDO – Ver OLIVEIRA, Divaldo Lacerda de  
DORNELES, Ernesto (capitão, coronel) – 175, 184, 198, 201, 202, 217, 219, 325, 366  
DUARTE COELHO – 288  
DUARTE, Ildeu – 90  
DUARTE, João Hipólito – 32  
DUMAS, Alexandre – 109  
DUTRA, Eurico Gaspar (coronel, general) – 91, 172, 173, 174, 184, 198, 270, 289, 293, 294, 295, 302, 303, 304, 313, 320, 321, 322, 326, 327, 329, 333, 355

### E

EDEN, Anthony – 232

EDUARDO VIII (rei) – 289  
ELIAS (tio de JK) – 48  
ELISARDO – Ver SOUSA, Elisardo Eulálio de  
EMA – 323  
EMILINHA (tia de JK) – 77, 262, 263, 264  
EPITÁCIO – Ver PESSOA, Epitácio  
ESTEVES, Lúcio (general) – 302, 303, 304, 307, 312  
ETELVINA – 70, 80  
ETELVININHA – 80  
EUFROSINA (irmã de JK) – 20  
EUFROZINO – Ver OLIVEIRA, Eufrozino de  
EULÁLIO – Ver SOUSA, José Eulálio de  
EULÁLIO DE SOUSA (os) – 51  
EULÁLIOS (os) – 352  
EWERT, Elisa – 268

### F

FELÍCIO DOS SANTOS (os) – 51, 245  
FERNANDES, Juscelino Pio – 37, 45, 59, 65, 96  
FEROLA, José – 125, 153  
FERREIRA, Jurandir Pires – 254, 256  
FERREIRA, Valdemar – 169, 207  
FIGUEIREDO, Aderbal de – 103, 131  
FIGUEIREDO, Aleixina Augusta de – 18, 19  
FIGUEIREDO, Assis – 296  
FIGUEIREDO, Euclides de (coronel) – 168, 169, 207, 208, 209  
FIGUEIREDO, Hilário Sebastião de (tio de JK) – 37, 40, 51, 65  
FILGUEIRAS, Edgard – 268  
FLORES DA CUNHA (deputado, governador) – 168, 169, 208, 209, 213, 216, 268, 269, 270, 271, 272,

294, 295, 300, 302, 303, 304, 307,  
310, 312, 316, 317, 321, 322, 331  
FONSECA, Juscelino – Ver RIBEIRO,  
Juscelino da Fonseca  
FONSECA, Juscelino Demerval da (pre-  
feito e primo de JK) – 20, 59, 62,  
100, 257, 341, 342, 387  
FONSECA, Lourival (primo de JK) – 45,  
59, 62, 63  
FONSECA, Newton – 161  
FONSECA, Olinto – 304, 331, 367, 368  
FONTOURA, João Neves da – 68, 225,  
309, 310  
FRANCISCA ADELAIDE – 45  
FRANCISCO JOSÉ (imperador) – 188  
FRANCO (general e presidente) – 269,  
308  
FRANCO, Afonso Arinos de Melo – 202  
FRANCO, Afrânio de Melo (ministro) –  
62, 127, 216, 235, 275, 276  
FRANCO, Virgílio de Melo – 157, 158,  
159, 213, 215, 218, 241, 242, 275-  
276  
FRANKLIN – 59  
FREDERICO [o Grande] – 125  
FREIRE, José Machado – 258  
FREITAS VALE (senador) – 168  
FRÓIS, Anísio (tenente-coronel) – 172  
FRÓIS, Leopoldo – 103, 109, 126, 131  
FRONTIN, Paulo de – 52  
FUGITA (pintor) – 103, 131  
FULGÊNCIO – Ver SANTOS, Fulgên-  
cio de Sousa

## G

GENEROSA, Augusta de – 25, 375  
GETÚLIO – Ver VARGAS, Getúlio  
GIFFONI, Maria Amália Correia – 344  
GLADSTONE – 146

GÓIS MONTEIRO (general) – 154,  
155, 181, 208, 293, 295, 316, 318,  
333, 355  
GOMES, Eduardo (coronel, brigadeiro)  
– 255, 322  
GOMES, Eugênio – 140, 163  
GOMES, João (general) – 254, 270, 289,  
293  
GORKI, Máximo – 27  
GOUTHIER, Hugo (embaixador) – 84  
GUARANI, Noronha – 150  
GUERRA, Joubert (prefeito, ministro)  
– 32, 51, 264, 266, 338, 339, 341,  
342, 349, 352, 362, 372  
GUERRAS (os) – 352  
GUILHEM, Aristides (almirante) – 333  
GUILHEM, Henrique (almirante) – 320

## H

HAILÉ SELASSIÉ – 269  
HENRIQUE IV – 105  
HERÓDOTO – 112  
HEWITT, James E. – 51  
HIMALAIA VIRGULINO – 305  
HIPÓCRATES – 142  
HITLER – 125, 126, 138, 145, 156 308,  
360  
HORTA (os) – 51  
HULL, Cordell – 360

## I

IDALINA (irmã de Sarah Kubitschek) –  
146  
ILHA, Moacir Godói – 312  
ISA – 116

## J

JACÓ – 115  
JARDIM, José Edwards (padre) – 42, 51,



59, 73, 79  
 JARDIM, Serafim Gomes (monsenhor) – 42, 54  
 JARDINS (os) – 352  
 JEFFERSON – 130, 328  
 JESUS – 114, 115  
 JOÃO – 49  
 JOÃO ALBERTO (coronel) – 153, 154, 167, 309  
 JOÃO ALEMÃO – Ver KUBITSCHKEK, João Nepomuceno  
 JOÃO BATISTA – 115  
 JOÃO CÉSAR – Ver OLIVEIRA, João César de  
 JOAQUINA DO POMPEU – Ver BRANCO, Joaquina de Campos Castelo  
 JOSÉ – 115  
 JOSÉ – Ver SOARES, José Carlos de Macedo  
 JOSÉ AMÉRICO – Ver ALMEIDA, José Américo de  
 JOSÉ APARECIDO – 162, 163  
 JOSÉ BERNARDINO – 277  
 JOSÉ BONIFÁCIO – 146  
 JOSÉ EULÁLIO (Dr.) – Ver SOUSA, José Eulálio de  
 JÚLIA – Ver OLIVEIRA, Júlia Kubitschek de  
 JÚLIO [Mota] – 263  
 JUSCELINO (primo de JK) – 45

**K**

KEMAL ATATURK – 118  
 KENT (duquesa de) – Ver MARINA [da Grécia]  
 KERGOSIEN (padre) – 49  
 KLINGER, Bertoldo (general) – 168, 169, 207, 208, 209  
 KOBAL, Alfredo (padre) – 183, 187,

188, 189, 194, 195  
 KUBITSCHKEK (família) – 28  
 KUBITSCHKEK, Augusto Elias (avô materno de JK) – 20, 26, 36, 45, 58, 379  
 KUBITSCHKEK, Jan Nepomusky – Ver KUBITSCHKEK, João Nepomuceno  
 KUBITSCHKEK, João (primo de JK) – 40, 52, 58, 60, 94, 108, 227  
 KUBITSCHKEK, João Nepomuceno (senador e bisavô materno de JK) – 27, 28, 124, 379  
 KUBITSCHKEK, João Nepomuceno (tio-avô de JK) – 24  
 KUBITSCHKEKS (os) – 125

**L**

LACERDA, Antônio – 352  
 LAMARTINE – 66  
 LANARI, Amaro – 150, 155, 156  
 LAURINDO CÉSAR – 19  
 LEÃO, Honório Ermeto Carneiro – 147  
 LEITE DE CASTRO (general) – 168  
 LEITE, Aureliano – 318  
 LEITE, Licurgo – 218  
 LEMOS, Geraldo – 163  
 LEMOS, Jaime Gomes de Sousa (deputado) – 87, 91, 92, 146, 147, 370  
 LEMOS, João Antônio de – 146, 147  
 LEMOS, Luísa – Ver NEGRÃO, Luísa  
 LEMOS, Sarah Gomes de (esposa de JK) – 87, 91, 92, 108, 140, 146, 148, 160, 161, 162, 163, 164, 172, 173, 202, 203, 205, 212, 244, 245, 246, 262, 263, 266, 323, 342, 345, 365, 368, 370, 373, 375, 381  
 LE NOTRE – 99  
 LESSA, Gustavo – 19, 22  
 LIMA, Bayard Lucas de (capitão-médico, coronel) – 146, 184, 187, 196, 203, 386

- LIMA, Dorinato – 275, 363, 366  
LIMA, Francisco Negrão de (embaixador, governador e ministro) – 84, 146, 219, 242, 273, 280, 321, 322, 323, 324, 325, 337, 364  
LIMA, Hermes – 268  
LIMA, Lucas de – Ver LIMA, Bayard Lucas de  
LIMA, Miguel Ramos de – 70, 80  
LIMA, Noraldino – 150, 212, 218, 240-241, 277, 278, 279, 280  
LIMA, Otacílio Negrão de (tenente-coronel, deputado, ministro e prefeito) – 84, 146, 163, 172, 284, 364  
LINCOLN – 106, 130, 328, 371  
LINDENBERG, Charles – 99  
LOBSANG RAMPA – 337  
LODI, Adelmo – 90  
LODI, Euvaldo – 279, 347  
LOPES, Isidoro Dias (general) – 154, 168  
LOUISE – 51, 98  
LOURIVAL – Ver FONSECA, Lourival  
LUÍS XIII – 294  
LUÍS XIV – 99, 105, 294  
LUÍSA – Ver NEGRÃO, Luísa  
LUZ, Carlos (deputado) – 13, 214, 284, 301, 318
- M**
- MAC DONALD, Ramsay – 139  
MACEDO SOARES – Ver SOARES, José Carlos de Macedo  
MACHADO DE ASSIS – 101  
MACHADO, Abílio – 109, 274, 275, 277, 301  
MACHADO, Álvaro Mata (Dr.) – 31, 52, 59, 60, 61  
MACHADO, Celso – 242  
MACHADO, Cristiano – 127, 144, 149, 150, 155, 157, 159, 231, 275  
MACHADO, João Carlos (deputado) – 326  
MACHADO, Lucas – 90  
MACHADO, Marcondes (coronel) – 207  
MACHADO, Mário da Mata – 69  
MACHADO, Pedro Mata (deputado) – 35, 66  
MACIEL, Adélio – 241  
MACIEL, Olegário – 126, 127, 128, 143, 148, 149, 150, 153, 155, 156, 158, 159, 166, 170, 171, 172, 201, 204, 211, 212, 213, 215, 219, 222, 232, 241  
MACIEL, Osório – 158  
MAGALHÃES GÓIS (coronel) – 197, 326  
MAGALHÃES NETO – 273, 296  
MAGALHÃES, Agamenon (ministro) – 270, 294, 305, 313, 317  
MAGALHÃES, Antônio Carlos (governador) – 273  
MAGALHÃES, Dario de Almeida (deputado) – 84  
MAGALHÃES, Juracy (governador) – 140, 283, 285, 289, 291, 293, 295, 296, 305, 321, 331  
MAGALHÃES, Otávio – 90  
MAGALHÃES, Valdomiro – 242, 274, 276  
MANGABEIRA, Otávio – 269, 280, 294, 315, 316, 318  
MANSO DE PAIVA – 48  
MANSON, Serge – 109  
MANUELZINHO CÉSAR – 19  
MÁRCIA (filha de JK) – 116, 373  
MARCELO ROBERTO – 133  
MARCO ANTÔNIO – 111, 239  
MARIA – 115

MARIA (irmã) – 175, 177, 178, 179, 180, 182, 185, 187, 189, 191, 194, 204  
 MARIA DA CONCEIÇÃO – Ver NANÁ  
 MARIA DO AMPARO – 21  
 MARIA ESTELA (filha de JK) – 373  
 MARIA HELENA – 80  
 MARIA LUÍSA (cozinheira) – 259  
 MARIA LUÍSA (irmã de Sarah Kubitschek) – 146, 360  
 MARIANINHA – 40  
 MARIANTE (general) – 318  
 MARINA [da Grécia] (princesa) – 113, 226  
 MARINHO, Abelardo – 273, 296, 298, 299, 300, 322, 323  
 MARINO (major) – 178  
 MARIQUINHA (avó materna de JK) – 20, 45, 375, 379  
 MARIQUINHAS – 146  
 MARQUES LISBOA – 90  
 MARS, Francisco Mendonça – 288  
 MARTEL, Carlos – 239  
 MARTINS, João – 70  
 MASSENET – 101  
 MATA MACHADOS (os) – 35, 51, 60, 263, 352  
 MATOS, José Rosa de – 258  
 MATOS, Mário – 220, 225, 238, 284, 296, 313, 315, 366  
 MEDEIROS NETO – 293  
 MEDEIROS, Maurício de – 268  
 MELO ALVARENGA – 90  
 MELO TEIXEIRA – 86  
 MELO VIANA (vice-presidente) – 127, 144  
 MENDONÇA LIMA (general) – 254  
 MENESES, Alvino Alvim de (coronel) – 325

MERMOZ – 97  
 MIGUEL (Seu) – Ver LIMA, Miguel Ramos de  
 MIRANDA, Pedro – 263  
 MOLIÈRE – 51  
 MONTALVÃO (tenente) – 182  
 MONTEIRO, Bernardo – 92  
 MONTEIRO, Jerônimo – 52  
 MORLEY, Helena – 28  
 MOTA, Joãozinho – 263  
 MOURÃO (general) – 259  
 MOURÃO (os) – 51  
 MOURÃO, Júlio (Dr.) – 259  
 MOURÃO, Olímpio (senador) – 28, 34, 35, 36, 40, 64, 227, 235, 259, 318  
 MOURÃO, Paulo Kruger Correia – 55  
 MOURTHÉ, Antônio (Dr.) – 98, 100, 137, 138  
 MÜLLER, Filinto (coronel) – 184, 327, 355  
 MUSSOLINI – 145, 156, 269

## N

NABUCO, Joaquim – 105, 131, 186  
 NANÁ (irmã de JK) – 16, 20, 23, 25, 26, 36, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 49, 67, 74, 75, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 88, 93, 107, 108, 141, 161, 164, 173, 203, 211, 262, 263, 266, 345, 375, 380  
 NAPOLEÃO – 103, 105, 113, 123, 164, 239  
 NAVA, Pedro – 83, 84, 91, 161  
 NEFERTITI (rainha) – 111  
 NEGRÃO DE LIMA – Ver LIMA, Francisco Negrão de  
 NEGRÃO DE LIMA – Ver LIMA, Otacílio Negrão de  
 NEGRÃO, José Duarte da Costa (co-

mendador) – 146  
NEGRÃO, Luísa – 87, 148, 153  
NEVES, Alzira – 68, 70  
NEVES, Flávio – 386  
NEVES, João – Ver FONTOURA, João  
    Neves da  
NEVES, José – 263  
NEWTON (primo de JK) – 45, 59, 62,  
    63, 72  
NIEMEYER, Oscar – 100  
NOBRE, Ibrahim – 207  
NONATO, Orosimbo – 296  
NONÔ (Juscelino Kubitschek) – 16, 88,  
    258, 353, 380  
NOVAIS, Manuel (deputado) – 285

## O

ODETE – 215  
ODILON – Ver BEHRENS, Odilon  
OLEGÁRIO – Ver MACIEL, Olegário  
OLEMAR – Ver OLIVEIRA, Olemar  
    Lacerda de  
OLIVEIRA, Cílio de (Dr.) – 325, 349  
OLIVEIRA, Divaldo Lacerda de (pri-  
    mo de JK) – 32, 48, 68, 76, 79, 83,  
    108  
OLIVEIRA, Eufrozino de (tio de JK) –  
    17, 48, 72, 85  
OLIVEIRA, João César de (deputado e  
    pai de JK) – 16, 17, 18, 19, 20, 46,  
    132, 204, 345, 352, 376, 378  
OLIVEIRA, João Fernandes de – 15, 234  
OLIVEIRA, Júlia Kubitschek de (mãe de  
    JK) – 20, 22, 25, 81, 85, 195, 258,  
    377, 379  
OLIVEIRA, Olemar Lacerda de (primo  
    de JK) – 76, 79, 83, 95, 108  
OLIVEIRA, Teófilo César de (avô pater-  
    no de JK) – 17, 76, 378  
ORDÁLIA – 78

OSVALDO – Ver ARANHA, Osvaldo  
OTÁVIO – Ver MANGABEIRA, Otávio  
OTONI, Teófilo – 156

## P

PACHECO DE ASSIS (coronel) – 158  
PAIM FILHO – 268  
PARANÁ (marquês do) – Ver LEÃO,  
    Honório Ermeto Carneiro  
PASSOS, Gabriel (deputado) – 84, 146,  
    149, 150, 153, 163, 211-212, 214,  
    219, 242, 366  
PEÇANHA, Newton (Dr.) – 70  
PEÇANHA, Nilo – 36  
PEDRO ERNESTO (prefeito) – 144,  
    268  
PEDROSA, João Batista da Silva – 340  
PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral –  
    355  
PELEGRINI, Brás – 90, 153  
PENA JÚNIOR, Afonso – 127, 157  
PENIDO, Augusto Nogueira (Dr.) – 69  
PENIDO, João – 277  
PENIDO, Osvaldo (promotor) – 266  
PÉRICLES – 106, 130, 328  
PÉRONEILLE, Vicente – 44, 49  
PESSOA, Aristarco (tenente-coronel) –  
    144  
PESSOA, Epitácio – 138, 145  
PESSOA, João (presidente) – 144, 292  
PESSOA, José (general) – 254  
PETITOT – 99  
PIMENTA, Manuel (Dr.) – 82  
PIMENTEL, Francisco Mendes – 86  
PINHEIRO CHAGAS – Ver CHAGAS,  
    Carlos Pinheiro  
PINHEIRO MACHADO – 48  
PINHEIRO, Israel (Dr.) – 229, 284,  
    299, 315, 385  
PINHEIRO, João – 35, 39, 40, 234

## 398 Juscelino Kubitschek

PINHEIRO, Jorge (general) – 158  
PINTO DE MOURA (major) – 174,  
176, 196, 386  
PINTO, Carlos Dinis de Oliveira – 63  
PINTO, Clóvis – 146, 163, 360  
PINTO, Estêvão – 163  
PINTO, Hermínio – 90  
PINTO, José (general) – 355  
PINTO, Olavo Bilac – Ver BILAC PINTO  
PIRES, Mário – 161  
PIRES, Washington (deputado) – 240,  
284  
PITA, Joubert – 79  
PLATÃO – 119  
PLAUTO – 119  
PORTINARI, Cândido – 103, 109, 126,  
131  
PRADO KELLY – 318  
PRADO, Manuel Alves Ferreira (Dr.) –  
21  
PRATA, Alaor – 127  
PRESTES, Júlio – 152, 154  
PRESTES, Luís Carlos – 252, 268  
PRUDENTE, Antônio – 125

### Q

QUADROS, Carlos (capitão-médico) –  
181  
QUEIROGA, Artur – 18, 19  
QUEIRÓS, Eça de – 196

### R

RABELO, Davi – 90  
RACINE – 51  
RAO, Vicente (ministro) – 294  
RENAN – 105, 132, 284  
RENAULT, Abgar – 84, 149  
RESENDE, José – 133, 134, 135  
RESENDE, Leônidas de – 268

RESENDE, Luís de – 34  
RESENDE, Palimércio (coronel) – 168,  
169  
RIBEIRO JUNQUEIRA – 159, 241,  
274, 276  
RIBEIRO, Geraldo – 371, 372  
RIBEIRO, Juscelino da Fonseca (tio de  
JK) – 38, 51  
RIBEIRO JÚNIOR, Juscelino da Fonse-  
ca (tio de JK) – 65  
RIO PRETO (barão do) – 147  
RIO VERDE (barão do) – 146, 202  
RITA FLÁVIA – 32  
RIVADÁVIA CORREIA – 42  
RIZOLA, Vicente – 366  
ROCHA, José Agostinho – 352  
ROOSEVELT (presidente) – 293, 359,  
360  
ROQUE, Ernesto – 264, 352  
ROSA, Alexandre – 312

### S

SÁ, Francisco – 36  
SÁ, Raul de – 218  
SALADINO – 115  
SALES, Apolônio (senador) – 115  
SALES, Armando (governador) – 31, 52,  
59, 271, 272, 282, 283, 291, 292,  
293, 294, 295, 296, 300, 301, 302,  
303, 306, 307, 308, 314, 315, 316  
321, 326, 331  
SALES, Francisco – 92  
SALES, Pedro – 83, 95, 161  
SALGADO FILHO – 206, 207  
SALGADO, Clóvis – 157, 185  
SALGADO, Plínio – 252, 324, 354  
SAMPAIO, Antônio de Paiva (coronel)  
– 185  
SANTA CECÍLIA, J. (Dr.) – 90, 153,  
197

- SANTINHA – 80  
SANTOS, Davi Felício dos – 263  
SANTOS, Edmundo Leri (coronel) – 171, 174, 183, 325  
SANTOS, Fulgêncio de Sousa (tenente-coronel, coronel) – 172, 175, 181, 182, 183  
SANTOS, Juscelino Felício – 245  
SANTOS, Leri – Ver SANTOS, Edmundo Leri  
SAPUCAÍ (marquês de) – Ver VIANA, Cândido José de Araújo  
SARAH – Ver LEMOS, Sarah Gomes de  
SENGHOR – 97  
SEPETIBA (visconde de) – Ver COUTINHO, Aureliano de Sousa e Oliveira  
SEPÚLVEDA, Antônio – 368, 369  
SÉRGIO – 91  
SHAKESPEARE – 51  
SICA DA GOUVEIA – Ver FERNANDES, Juscelino Pio  
SILVA, Carlos Medeiros – 108  
SILVA, Chica da – 234, 341  
SILVA, Jessé Moreira da (cabo) – 185  
SILVA, João Lemos da (major) – 172  
SILVA, Manuel César Pereira da – 76  
SIMPSON, Wally – 289  
SINHÁ – 379  
SOARES, Chico – 263, 352  
SOARES, José Carlos de Macedo (embaixador) – 256, 263, 302, 305, 306, 307, 326  
SOARES, Júlio (cunhado de JK) – 70, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 108, 148, 164, 203, 345, 363, 380, 382  
SOARES, Luís Martins – 242, 273, 296, 315, 337  
SOARES, Raul – 69  
SÓCRATES – 119  
SOTER (Dr.) – 258  
SOUSA DANTAS (embaixador) – 129  
SOUSA, Álvaro Francisco de (capitão) – 254  
SOUSA, Elisardo Eulálio de (promotor) – 21, 22, 263  
SOUSA, Fulgêncio de – Ver SANTOS, Fulgêncio de Sousa  
SOUSA, Joaquim Gomes de – 147  
SOUSA, Joaquim Silvério de (D.) – 54  
SOUSA, José Eulálio de (Dr.) – 40, 49, 205  
SOUSA, Luís de (frei) – 47  
SOUSA, Tomé de – 288  
STEVENSON, Oscar – 318
- T**
- TAINE – 294  
TARDIEU – 103  
TÁVORA, Juarez – 140, 155  
TEIXEIRA, João Gomes – 84  
TELES DE MENESES (Dr.) – 19  
TEÓFILO – Ver OLIVEIRA, Teófilo Gomes de  
TIO SICA – Ver FERNANDES, Juscelino Pio  
TIRADENTES – 156  
TOLEDO, Pedro de (embaixador) – 168, 169, 206, 207, 208  
TORRES, Antônio – 36, 263  
TORRES, Vicente – 36, 263  
TOSTES, João (deputado) – 277  
TOUTANKHAMON – 112  
TRINDADE, José – 262  
TRUMAN (presidente) – 163
- U**
- UAGIRRA – 116

V

VALADARES, Benedito (governador, deputado) – 126, 183, 198, 200, 201, 202, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 230, 231, 232, 238, 239, 241, 242, 243, 254, 257, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 280, 281, 282, 283, 285, 288, 289, 290, 292, 293, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 330, 331, 332, 333, 334, 338, 364, 365, 367, 370, 385

VALADARES, Quintiliano de Campos (coronel) – 222

VALDOMIRO – Ver MAGALHÃES, Valdomiro

VAN GOGH – 351

VARGAS, Benjamim (irmão de Getúlio Vargas) – 208, 303

VARGAS, Getúlio (presidente) – 91, 138, 140, 143, 144, 145, 152, 154, 155, 165, 167, 168, 169, 186, 200, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 224, 225, 226, 235, 241, 242, 245, 247, 250, 251, 252, 253, 256, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 281,

282, 283, 292, 293, 294, 295, 296, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 307, 308, 309, 310, 313, 315, 316, 317, 319, 320, 321, 324, 325, 326, 327, 329, 330, 332, 333, 334, 354, 355, 356, 357, 358, 366, 367, 387

VARGAS, José (tenente-coronel) – 185, 189, 191

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de (general) – 147, 206

VASCONCELOS, Carlos (Dr.) – 146

VEIGA, Evaristo da – 147

VERGUEIRO, César Lacerda (deputado) – 110, 116

VETTI – 119

VIANA, Cândido José de Araújo – 147

VIANA, Tales da Rocha (primo de JK) – 58, 62, 83, 245, 386

VIEGAS, Augusto – 218

VIEIRA, Antônio (padre) – 47

VIRGÍLIO – Ver FRANCO, Virgílio de Melo

VIRGÍNIA (tia de JK) – 81

VIRGININHA (prima de JK) – 32, 45, 58, 83

VOLTAIRE – 51

W

WASHINGTON LUÍS – 128, 129, 131, 140, 144, 152, 156, 171, 226

WERNECK, Hugo – 90

*Meu caminho para Brasília / A experiência da humildade,*  
de Juscelino Kubitschek, foi composto em Garamond,  
corpo 12/14, e impresso em papel vergê areia 85 g/m<sup>2</sup>, nas oficinas da  
Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAF,  
em Brasília. Acabou-se de imprimir em março de 2014, de  
acordo com o programa editorial e projeto gráfico do  
Conselho Editorial do Senado Federal.

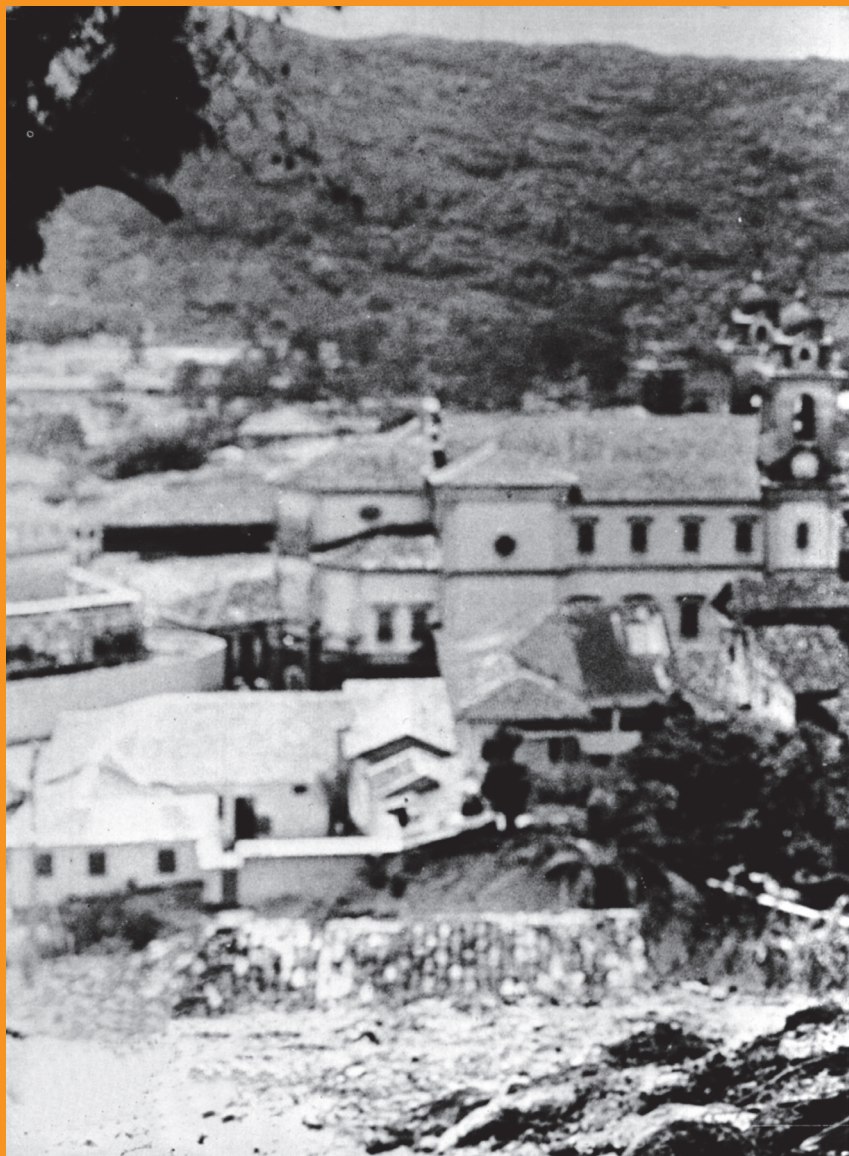






Secretaria de Editoração  
e Publicações





*“Na velha e querida Diamantina eu era o Nonô, menino pobre, filho de dona Júlia, que andava descalço e não tinha onde estudar.”*



Baixe gratuitamente  
este livro em seu celular

Encontre este livro gratuitamente em formato  
digital acessando: [livraria.senado.leg.br](http://livraria.senado.leg.br)

SENADO FEDERAL

